

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**CURSO DE MESTRADO**

TIAGO DE OLIVEIRA BRUINELLI

**LINDOLFO COLLOR:**  
**Múltiplas Narrativas**

SÃO LEOPOLDO

2013

TIAGO DE OLIVEIRA BRUINELLI

**LINDOLFO COLLOR:**

**Múltiplas Narrativas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

SÃO LEOPOLDO

2013

B892L	Bruinelli, Tiago de Oliveira Lindolfo Collor: múltiplas narrativas / por Tiago de Oliveira Bruinelli. – São Leopoldo, 2013.  169 f. : il. ; 30 cm.  Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2013. Orientação: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, Ciências Humanas.  1.Collor, Lindolfo – 1890-1942. 2. Collor, Lindolfo – Biografia. 3.Estadistas – Brasil – Biografia. 4.Memória – São Leopoldo. I.Elmir, Cláudio Pereira. II.Título.  CDU 929COLLOR,LINDOLFO
-------	---

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

TIAGO DE OLIVEIRA BRUINELLI

**LINDOLFO COLLOR:**

**Múltiplas Narrativas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir - UNISINOS (Orientador)

---

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS

---

Profª. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck – UNISINOS

---

Profª. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos - UNISINOS

SÃO LEOPOLDO

2013

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Leci e Lidio, que, cada um a seu modo, incentivou-me para que eu prosseguisse com os estudos. Agradeço também à minha avó Maria, que, do jeito dela, contribuiu para que esse trabalho chegasse à sua conclusão. Agradeço ao meu cachorro Billy, que, agora já “idoso”, não perturbou durante a escrita dos textos.

Menciono especialmente minha namorada Andreia, que sempre me apoiou em todas as minhas decisões. Ela, que se faz presente em muitos momentos da minha vida, igualmente ouviu, perguntou, argumentou – algumas vezes suportou – meus comentários e reclamações sobre o tema. De forma que essa dissertação é, também, um pouco dela. Obrigado por tudo, meu amor!

Aos colegas e amigos que de forma direta e/ou indireta participaram dos resultados da pesquisa e da escrita dos textos.

Ao professor Cláudio Pereira Elmir, pela orientação atenciosa que me dedicou ao longo desse tempo. Ao mestre e amigo, José Alberto Baldissera, igualmente orientador e leitor atento, cujas críticas e comentários contribuíram para a melhoria do texto.

Aos professores do PPG de História da Unisinos, dos quais tive o privilégio de ser aluno, que recomendando bibliografia, em conversas rápidas, ou fazendo considerações pertinentes sobre o tema, em muito contribuíram.

À secretaria do PPG, por seu trabalho eficiente. E, finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Uma menção especial também àqueles que em nada contribuíram, ou atrapalharam. Eles também ajudaram de certa forma...

*“Muito bem: ele pode ter feito tudo isso: mas não há provas. Começo a achar que nunca se pode provar nada [...] Tenho a impressão de estar fazendo um trabalho puramente imaginativo. Além do mais, estou convencido de que personagens de romances pareceriam mais verdadeiros. Seriam pelo menos mais agradáveis.”*

Jean-Paul Sartre, *A Náusea* (1938)

## RESUMO

A figura de Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho brasileiro, foi interpretada em diferentes momentos por diversos intelectuais, acadêmicos ou não. Essas diferentes interpretações geraram quantidade significativa de narrativas biográficas. O objetivo deste estudo é a análise de alguns destes relatos à luz de teóricos que pensaram as possíveis relações existentes entre gênero biográfico, imagens e memória/imaginário, como por exemplo, François Dosse, Paul Ricoeur, Sabina Loriga, Jacques Le Goff, Peter Burke, etc. Seja priorizando o texto escrito, ou utilizando-se também de imagens referentes a Lindolfo Collor, tais relatos contribuíram para a construção e/ou cristalização de um tipo de imagem e de memória sobre essa personalidade histórica que - apesar de estarem divididos em diferentes perspectivas ao longo dos capítulos - segue um fio condutor. Os referidos relatos destacam, entre outros aspectos, as origens humildes do biografado, valorizando a sua experiência no jornalismo, o cargo de Ministro do Trabalho, e a posterior desavença política com Getúlio Vargas, o ostracismo e as perseguições sofridas. Essa construção de um imaginário sobre Lindolfo Collor encontrou espaço principalmente na cidade de São Leopoldo (Rio Grande do Sul), que, até os dias de hoje, destaca-se pela valorização do imigrante alemão na história política, econômica e social do município. Em âmbito maior, surgem relatos sobre Lindolfo Collor, principalmente no final da década de 1980 e início da década de 1990, coincidindo com o início da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello – neto do biografado – e a posterior chegada do mesmo ao cargo de Presidente da República. Na década de 1990 também surge um relato em tom comemorativo sobre Lindolfo Collor que primou – muito mais do que os anteriores – por uma concatenação de textos escritos e “textos imagéticos”: fotografias, caricaturas e charges, o que, em grande medida, permitiu também a construção e a manutenção de uma imagem visual sobre o biografado, com ênfase no período em que o mesmo foi o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil (1930-1932).

**Palavras-chave:** Lindolfo Collor – Biografia – Imagem – Memória - São Leopoldo

## ABSTRACT

The figure of Lindolfo Collor, first Brazilian Minister of Labour, was interpreted at different times by various intellectuals, academics or not. These different interpretations have generated significant amount of biographical narrations. This study is an analysis of some of these narrations in the light of theoretical which thought possible links between biographical genre, images and memory / imaginary, such as François Dosse, Paul Ricoeur, Sabina Loriga, Jacques Le Goff, Peter Burke, etc. By prioritizing the written text, or also using pictures regarding Lindolfo Collor such reports contributed to the construction and/or cristalization of a type of image and memory of this historical personality who - despite being divided into different perspectives to throughout the chapters - follows a thread. These reports highlight, among other things, the humble origins of the biography, valuing their experience in journalism, the position of Minister of Labour, and the subsequent political fallout with Getúlio Vargas, ostracism and persecutions. This construction of an imaginary space on Lindolfo Collor found mainly in São Leopoldo (Rio Grande do Sul), which, to this day, there is the appreciation of German immigrant in political history, economic and social council. In larger part, arise reports Lindolfo Collor, especially in the late 1980s and early 1990s, coinciding with the beginning of the presidential campaign of Fernando Collor de Mello - grandson of the biography - and the subsequent arrival of the same for President the Republic. In the 1990 also comes in a report on celebratory tone Lindolfo Collor who excelled - far more than previous ones - by a concatenation of texts and "imagistic texts": photographs, caricatures and cartoons, which largely allowed also the construction and maintenance of a visual image about biographed person, with emphasis on the period in which it was the first Minister of Labour of Brazil (1930-1932).

**Keywords:** Lindolfo Collor - Biography - Image - Memory - Sao Leopoldo

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1.</b> Capa da obra de Ebe Reale.....	p. 114
<b>Imagem 2.</b> Lindolfo Collor quando exercia atividade missionária (1906).....	p. 115
<b>Imagem 3.</b> Em 26 de novembro de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	p. 119
<b>Imagem 4.</b> Ministro Lindolfo Collor em seu gabinete de trabalho.....	p. 122
<b>Imagem 5.</b> Lindolfo Collor com sua filha Leda (1917).....	p. 124
<b>Imagem 6.</b> Hermínia e Lindolfo Collor e suas filhas Leda e Lygia em Porto Alegre (1922).....	p. 125
<b>Imagem 7.</b> Em roupa de campanha como membro da Coluna de Provisórios, formada por Marcial Terra, durante a Revolução de 1932.....	p. 128
<b>Imagem 8.</b> Foto tirada durante a entrevista a Diretrizes, na qual criticou duramente os regimes ditatoriais.....	p. 131
<b>Imagem 9.</b> Lindolfo Collor com a “pasta” do Ministério do Trabalho.....	p. 136
<b>Imagem 10.</b> Rompimento de relações políticas entre Getúlio Vargas e Lindolfo Collor.....	p. 138
<b>Imagem 11.</b> “A barrica salvadora”.....	p. 141
<b>Imagem 12.</b> “Não querem outra vida”.....	p. 144
<b>Imagem 13.</b> Detalhe de Página do jornal da FUCAPI.....	p. 151
<b>Imagem 14.</b> Placa comemorativa do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor (1990).....	p. 152
<b>Imagem 15.</b> Localização da placa comemorativa do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor.....	p. 153
<b>Imagem 16.</b> Selo comemorativo do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor (1990).....	p. 155

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. “O MAIS ILUSTRE DOS LEOPOLDENSES”: LINDOLFO COLLOR EM NARRATIVAS PRODUZIDAS EM MOMENTOS COMEMORATIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO.....</b>	<b>25</b>
2.1. Comemorações do centenário da elevação de São Leopoldo à categoria de vila.....	27
2.2. Biênio da imigração e colonização e Sesquicentenário da Imigração Alemã.....	32
2.3. Centenário de nascimento de Lindolfo Collor.....	44
<b>3. UM RETRATO E UM ENSAIO: LINDOLFO COLLOR NAS OBRAS DE LEDA COLLOR DE MELLO E LICURGO COSTA.....</b>	<b>61</b>
3.1. Os autores e suas narrativas.....	62
3.1.1. Infância e educação de Lindolfo.....	69
3.1.2. A atuação no Jornalismo.....	76
3.1.3. O Ministério do Trabalho e a “Questão Social”.....	86
3.1.4. O ostracismo político.....	92
<b>4. “UMA VIDA DEDICADA”: DIÁLOGO ENTRE TEXTO E IMAGENS SOBRE LINDOLFO COLLOR NA OBRA DE EBE REALE.....</b>	<b>103</b>
4.1. Possíveis relações entre texto escrito e “textos visuais”.....	103
4.2. Narrativas na obra de Ebe Reale.....	110
4.3. Caricaturas e charges.....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>148</b>
<b>ARQUIVOS.....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES DE PESQUISA.....</b>	<b>160</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Discutir biografias de caráter histórico à luz de perspectivas da historiografia contemporânea implica, sem dúvida, na abordagem de novas ferramentas, olhares e interpretações sobre um dos temas mais “clássicos” dos últimos duzentos anos (ROJAS, 2000). A biografia, enquanto gênero, foi tanto reivindicada e promovida, quanto criticada e desqualificada.

Pensando questões que norteiam o gênero biográfico, propomos como principal objetivo nesta dissertação de mestrado, a análise de relatos biográficos sobre Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor. Diferentes biógrafos destacaram Lindolfo Collor como personagem atuante na “Revolução de 1930”. A seu nome imputam a primazia pela instituição de leis trabalhistas no Brasil. É lembrado como o primeiro titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e muitos preferiram vê-lo primeiramente como “próspero” descendente de alemães, e igualmente como um símbolo do desenvolvimento do município de São Leopoldo.

Os relatos sobre Lindolfo Collor analisados ao longo dos capítulos a seguir mostram em primeiro lugar, como diferentes biógrafos *lembraram-se* desse personagem. Paul Ricoeur (2007) perguntou-se, por exemplo: *de que* há lembrança? *De quem* é a memória? Maurice Halbwachs (2004) destacou ainda que uma lembrança é mais uma reconstrução do passado com dados “emprestados” do presente, já criada sobre reconstruções de épocas anteriores. Seguindo esse imbricado processo de construção de memórias, como os biógrafos preferiram lembrar-se de Lindolfo Collor?

Em linhas gerais podemos afirmar que Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor nasceu em 1890, em São Leopoldo.<sup>1</sup> O pai, João Boeckel, era músico amador e sapateiro; a mãe, Leopoldina Schreiner, era dona de casa. Ambos eram descendentes de alemães, chegados ao Brasil em 1824, com leva imigratória que deu novos rumos ao município de São Leopoldo.

Com a morte do marido, Leopoldina mudou-se com os filhos para São Gabriel da Estrela, atualmente o município de Cruzeiro do Sul. Novamente se desloca para Barra do Ribeiro, onde casa-se mais uma vez com outro descendente de alemães, João Antônio Collor.

---

<sup>1</sup> O local exato do nascimento de Lindolfo Collor não é informado em sua certidão de batismo, diz-se apenas que é em São Leopoldo. Contudo, o município em 1890 tinha configuração geográfica diferente da atual, e não foi possível precisar se o local no qual Lindolfo Collor nasceu ainda pertence ao município de São Leopoldo ou a algum município vizinho, emancipado do mesmo. Uma fotocópia da certidão de nascimento de Lindolfo Collor encontra-se no Acervo Vianna Moog, no ADOPE - Acervo Documental e de Pesquisa da Biblioteca da UNISINOS.

O sobrenome “Collor”, afirma Licurgo Costa (1990), será incorporado por Lindolfo em virtude do grande afeto que ele sentia pelo padrasto.

Lindolfo mais tarde transferiu-se para Rio Grande onde frequentou o Seminário Presbiteriano. É durante esses anos que estuda a Bíblia e interessa-se pelas ideias do papa Leão XIII. O ecumenismo será, mais tarde, parte importante do seu pensamento político, afirma Clodomir Vianna Moog (1976), um dos escritores que se deteve sobre a vida de Lindolfo Collor, tendo inclusive sido seu amigo, e se interessado pelas ideias e pela vida política do mesmo.

Em 1907 Lindolfo mudou-se para Porto Alegre, onde realizou curso preparatório e, segundo a maioria dos biógrafos, foi aluno do famoso professor Emílio Meyer, também natural de São Leopoldo. Dois anos depois, estava formado em Farmácia, profissão que não exerceu de fato, tendo trabalhado durante pouco tempo em uma farmácia de Porto Alegre. Em 1909 Lindolfo fixa residência em Bagé, onde inicia carreira jornalística como repórter pelo *Jornal do Comércio*. Em 1911 muda-se para o Rio de Janeiro, onde se transferirá para a sede do *Jornal do Comércio* da então capital da República.

Em 1914 Lindolfo se casou com Hermínia de Souza e Silva, filha de Bartolomeu de Souza e Silva, proprietário do jornal *A Tribuna*. O casamento mostrou-se vantajoso para Lindolfo, pois além de uma esposa inteligente e amorosa, como salienta Leda Collor de Mello (1988), ele tornou-se diretor do jornal do sogro. Transitando pelo meio jornalístico, Lindolfo tornou-se amigo de Pinheiro Machado, personagem de destaque na vida política nacional no início do séc. XX. Através de Pinheiro Machado inicia-se a trajetória de Lindolfo no *Partido Republicano Rio-Grandense* (PRR).

Depois de ter sido preterido pela Academia Brasileira de Letras em 1917, e não conseguido obter o número mínimo de votos para se eleger vereador, Lindolfo Collor, através da influência de Borges de Medeiros – presidente do estado do Rio Grande do Sul na ocasião – torna-se diretor do jornal oficial do PRR, *A Federação*, a partir de 1919. Esse acontecimento marca fortemente a relação de Lindolfo com o republicanismo gaúcho.

Em 1921, Lindolfo foi eleito para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (na ocasião conhecida por Assembleia dos Representantes) pelo PRR. Em 1924 e 1928 foi eleito duas vezes como Deputado Federal, fazendo parte das Comissões de Finanças e de Relações Exteriores. Entre 1925 e 1928 fez viagens participando das delegações brasileiras no Uruguai, em Cuba e na França.

Durante a “Revolução de 1930”, ingressado nas forças de Getúlio Vargas, ajuda na tomada do Quartel General do Comando da Região Militar de Porto Alegre. Em dezembro do

mesmo ano, Lindolfo Collor tomou posse como 1º titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do Brasil. Em 1931, teve destacada participação na elaboração da estrutura da legislação social brasileira, considerada por Ricardo Vélez Rodríguez (1988) como base dos direitos trabalhistas, consagrados no Brasil, em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em 1932, opondo-se a Getúlio Vargas pelo empastelamento do jornal *Diário Carioca*, Lindolfo Collor demite-se do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e retorna para Porto Alegre. Em julho do mesmo ano junta-se aos “rebeldes” da Revolução Constitucionalista de 1932. Em setembro, dada a derrota dos “rebeldes”, refugia-se no em Montevideu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina) e Lima (Peru). Volta ao Rio de Janeiro em 1934 pela *anistia* concedida aos revoltosos de 1932. Em 1936 foi nomeado Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, cargo que abandona em 10 de novembro de 1937, logo após Getúlio Vargas ter instaurado a ditadura do Estado Novo (1937-1945).

O ano de 1938 para Lindolfo Collor foi marcado por uma série de prisões no Rio de Janeiro, e assim ele decide sair do país em 1939. Viaja para a Alemanha e depois para a França. Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mudou-se para Lisboa, em Portugal. Em 1941, recebe autorização para regressar ao Rio de Janeiro, onde volta a atuar na Companhia de Seguros Sul América. Nesse ano será preso mais uma vez. Depois de ser acometido por forte pneumonia, Lindolfo Collor faleceu no Rio de Janeiro, aos 52 anos, em 21 de setembro de 1942.

\*\*\*

A breve concatenação de datas e acontecimentos listada anteriormente pode resumir de certa forma, a vida e a trajetória de Lindolfo Collor. Destacou-se, por exemplo, que Lindolfo era natural de São Leopoldo, que teve educação inicial nos moldes religiosos vigentes na época, que teve destacada atuação jornalística, que participou – inclusive dos combates – da “Revolução de 1930”. Logo a seguir, destaca-se também a importância de Lindolfo na elaboração e na sistematização das leis trabalhistas brasileiras. No entanto, essa personalidade mais tarde entrará em atrito com Getúlio Vargas, e até sua morte sofrerá perseguições e exílio. Ou seja, *está tudo ali*.

No entanto, pode uma narrativa de caráter biográfico dar conta da totalidade de uma vida? Pierre Bourdieu (2002) chamou a atenção para a “ilusão biográfica”, ou seja, a falácia de se considerar uma vida como um conjunto preciso, orientado e coerente de acontecimentos. A maioria dos biógrafos de Lindolfo Collor seguiu essa estrutura narrativa. Nem sempre, ainda destaca Bourdieu, a vida pode ser pensada como uma estratégia, um caminho, um

projeto. Existem desvios, incoerências, decisões de última hora que contrariam uma “lógica dos fatos”.

Com a trajetória de Lindolfo Collor ocorre o mesmo. Com o empastelamento de um jornal carioca, Collor demite-se do Ministério do Trabalho, em 1932. Contudo, a partir de 1934, Collor está em atividade política pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), tentando reatar laços com Getúlio e com Flores da Cunha, que o próprio Collor havia classificado como “traidor” depois da derrota de forças das quais Collor fazia parte na Revolução de 1932. Como os biógrafos lidaram com esses “desvios”? Leda Collor de Mello (1988), por exemplo, reforçou a caracterização de Flores da Cunha como “traidor”, além de justificar que o pedido de “reatamento” político partiu de Getúlio Vargas, e não de Lindolfo Collor. O biografado, portanto, saiu “incólume” dessas aparentes incongruências em suas atitudes.

Escrever sobre um relato de vida,<sup>2</sup> na grande maioria das vezes, é como tentar alcançar um horizonte inacessível. Muitos dos que se aventuram a tal demonstram que, em primeiro lugar, um relato biográfico inscreve-se primeiro no presente, numa relação que se torna ainda mais forte quando existe empatia por parte do autor desta narrativa. Sendo assim, um relato biográfico pode ser considerado *confiável*? Em contrapartida, não se pode esquecer, por exemplo, que um relato nesses moldes pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, dos sonhos e das angústias que motivaram os autores (DOSSE, 2009).

Dessa forma, cada momento histórico produziu relatos de caráter biográfico de formas diferenciadas. O gênero fez-se presente em textos da Antiguidade, como em Plutarco e Xenofonte. Apareceu durante os séculos medievais, com Jacoppo de Varagine (*Legenda Áurea* – séc. XIII), o mais famoso produtor de *hagiografias*, as histórias da vida de santos, tão populares e de forte carga simbólica e pedagógica. O estilo também era famoso na Renascença – com Giorgio Vasari, com *Vidas dos artistas* (séc. XVI), por exemplo, uma grande compilação de *elogios* a artistas destacados.

O gênero biográfico, lembra-nos Sabina Loriga (2011), desde sua origem, é bastante híbrido; caminha numa tênue linha entre a *verdade histórica* e a *verdade literária*. Assim, estabelecer uma regra geral e definir *o que é* uma biografia, portanto, é bastante difícil. Apesar de diferentes épocas históricas apresentarem seus mais destacados biógrafos, o termo

---

<sup>2</sup> Aqui não se fará uso de distinção entre “biografia” e “relato de vida”, como já proposto por François Dosse (2009). Sérgio Vilas Boas (2008) propôs uma divisão que abrange, por exemplo, “simples relação cronológica de fatos relativos à alguém”, passando por “trabalhos nos quais [...] se estuda uma determinada época”, não esquecendo de “trabalhos nos quais a descrição de uma existência [...] se conjugam apreciações críticas sobre a obra do biografado”, até “trabalhos em que a narração da vida constitui o objetivo primacial” (VILAS BOAS, 2008, p. 21).

“biografia” só apareceu ao longo do séc. XVII, para designar uma obra de caráter mais realista, em oposição a formas narrativas mais antigas que tinham por objetivo idealizar mais os personagens e as circunstâncias de suas vidas.

Nos últimos anos, pode-se perceber em uma rápida visita a uma livraria, a grande quantidade disponível de biografias e autobiografias. Essa “febre biográfica”, como chama François Dosse (2009), não é produto da atualidade. Segundo ele, o mercado consumidor de biografias sempre foi bom. Desde o advento da escola dos *Annales*, diferentes abordagens históricas mudaram de foco campos da História e da memória, abrangendo tanto o coletivo, quanto o individual, o que fez com que os debates acerca do método biográfico fossem reabertos. Há de se considerar também que existe grande produção de relatos biográficos, mas que a maioria desses relatos não é produto de historiadores acadêmicos. Dessa forma, a biografia é mais vista como produto *não acadêmico*.

Atualmente, muitos espaços universitários discutem a questão do “retorno da narrativa” e sua validade e/ou possibilidades ao conhecimento histórico. A questão da biografia – forte representante do viés narrativo, e grandemente influenciada pela memória – também se torna motivo de discussão entre muitos historiadores. Pode-se afirmar que, igualmente, houve um “retorno da biografia”? Cremos que com a forte imbricação da biografia com questões que norteiam a memória, sobretudo a partir da história das mentalidades que se propagou nos anos 1970, é possível pensar mais em um retorno das discussões envolvendo a memória e o discurso narrativo, do que exatamente, um “retorno da biografia” nos cursos de História e na produção intelectual que neles tem lugar.

Enquanto gênero de um universo cultural mais amplo vale lembrar, a biografia nunca deixou de existir. Os relatos biográficos analisados sobre Lindolfo Collor representam bem essa questão. O primeiro deles data de 1947, outro de 1976, e a grande maioria deles situam-se no final da década de 1980<sup>3</sup> e início da década de 1990. Portanto, em diferentes graus de intensidade, e com objetivos diferenciados, relatos biográficos sobre essa personalidade foram produzidos em um prazo de mais ou menos cinquenta anos. Portanto, trata-se de um tempo relativamente largo.

Outra questão que será discutida a seguir, e também ao longo dos capítulos, refere-se aos biógrafos: a grande maioria dos relatos sobre Lindolfo Collor não foi produzida por historiadores profissionais. No meio acadêmico, cada vez mais, a biografia enquanto gênero

---

<sup>3</sup> Não se pode deixar de mencionar que em 1980, o nome Lindolfo Collor também retorna aos meios acadêmicos em simpósios comemorativos dos 50 anos da “Revolução de 1930”. Mesmo que meios universitários não tenham produzido biografias sobre Lindolfo Collor nesse período, utilizaram-se das existentes, ainda que fosse para coletar dados ou discuti-las.

está sendo discutida, porém ainda enfrenta resistências. Em célebre texto, Pierre Bourdieu afirmou que a história de “vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico” (2002, p. 183).

Acreditamos, em primeiro lugar, que houve, de fato, esse “contrabando” para o universo acadêmico como afirma Bourdieu. Biografias passaram a ser discutidas por historiadores profissionais também como *representações*, tanto dos próprios biografados, como dos momentos em que tais relatos foram produzidos. Isso não quer dizer exatamente que historiadores profissionais produzam biografias na mesma velocidade e com a mesma aceitação pelo público do que outros profissionais, como jornalistas ou historiadores diletantes, por exemplo.

Nesse sentido, pensando as biografias como *documentos* que são, pode-se discuti-las em âmbitos acadêmicos sem necessariamente acreditar em sua veracidade, ou mesmo classificá-las como mais ou menos confiáveis. Neste estudo, pensamos as biografias como documentos, e sobre elas lançamos problematizações e igualmente uma contextualização histórica, buscando compreender o agente produtor da narrativa, o sujeito de quem se fala, e o momento em que foi produzida. Isso os historiadores já fazem sobre diferentes documentos há bastante tempo.

Não acreditamos, por exemplo, que a aceitação dessas “histórias de vida” como documentos passíveis de análise pelos historiadores demandem um *retorno* a uma forma de Filosofia da História já ultrapassada, mais baseada em fatos e narrativa (GRIJÓ, 2008). Pensar assim é, de certa forma, deixar de explorar as potencialidades epistemológicas do relato biográfico. Existe, por exemplo, a possibilidade de análise do sujeito biografado, mas também do sujeito que biografa. Tudo isso pode revelar muito sobre uma época, os anseios, os medos, as correntes interpretativas, os possíveis objetivos dos autores, etc. Em suma, biografias e relatos de vida podem ser tratados como documentos. Essa é a proposta desta dissertação de mestrado, que irá discutir as diferentes narrativas construídas sobre Lindolfo Collor.

Poder-se-ia pensar que as discussões sobre a biografia refletem igualmente uma disputa entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos pelo *monopólio sobre o passado*? A questão é bastante atual, com a recente regulamentação da profissão de *historiador* pelo Congresso Nacional.<sup>4</sup> Quem tem o *direito* sobre o passado? Aceitar discutir as biografias

---

<sup>4</sup> A regulamentação da profissão de historiador era proposta do senador Paulo Paim (PT-RS), e estabelecia que a profissão seria exercida apenas por diplomados em cursos de Graduação, Mestrado ou Doutorado em História. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Congresso Nacional aprovou a proposta em 08 de agosto de 2012. Até o presente momento não ocorreram mudanças na situação do projeto.

demandaria, de fato, retornar a uma forma *ultrapassada* e talvez *pouco científica* de “fazer História”? Acreditamos que não.

Não se está propondo nesta dissertação de mestrado uma avaliação da *confiabilidade* dos relatos biográficos sobre Lindolfo Collor vistos à luz do conhecimento histórico, nem a produção de uma nova biografia sobre o mesmo. Assim, serão analisados relatos sobre a vida de Lindolfo propostos por biógrafos que, cada um a seu modo, reconstruíram a vida do biografado, destacando *facetras* do mesmo. Nesse sentido, tais relatos revelam muito mais sobre o momento de produção, do que de fato, sobre o biografado em si. Os relatos são sobre Lindolfo Collor, mas elementos das narrativas podem servir para pensarem a época que o biografado viveu sob a luz da época em que os autores se inserem.

Também não é nossa proposta classificar os relatos biográficos única e exclusivamente sob o ponto de vista da História acadêmica. Não se busca avaliar se o “gênero biográfico”, como já propunha Pierre Bourdieu (2002), deva ou não ser incorporado pelo mundo acadêmico. Nossa proposta não segue esse caminho, pois a quase totalidade dos relatos sobre Lindolfo Collor foram produzidos por historiadores não acadêmicos, como o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger S.J. (1947), considerado um dos primeiros historiadores de São Leopoldo, que teve formação em Filosofia e Teologia.

Segue-se Clodomir Vianna Moog (1976), advogado, jornalista, romancista e ensaísta. Em seguida encontramos o relato de Leda Collor de Mello (1988) – filha de Lindolfo Collor. Leda estudou no Colégio Nossa Senhora de Sion, em São Paulo, sendo considerada no estado de Alagoas grande filantropa e mecenas das Artes. Contudo, ela também não tem formação específica em História. Licurgo Ramos da Costa (1990) era médico, advogado e jornalista. Soma-se a esses, Já Telmo Lauro Müller, entre outras coisas, presidente do Instituto Histórico de São Leopoldo, era formado em Filosofia, Ciências e Letras pela UFRGS, em 1951, e, além disso, era licenciado como museólogo e historiógrafo.

A outra obra biográfica encontrada sobre Lindolfo Collor produzida por uma historiadora acadêmica foi *Lindolfo Collor – uma vida dedicada à questão social no Brasil* (1991), escrita por Ebe Reale, com formação em História e Geografia. Existem, é claro, outros historiadores acadêmicos que escreveram sobre Lindolfo Collor, por exemplo, Ricardo Vélez Rodríguez (1988), Helga Landgraf Piccolo (1991), Luiz Alberto Grijó (2001), René E. Gertz (2002), etc. Contudo, eles não pretenderam criar um relato biográfico sobre Lindolfo, e sim, problematizar ações e acontecimentos históricos, ou mesmo, discutir historicamente ações tomadas por esse personagem.

Muitas vezes, a crítica ao gênero biográfico por parte de historiadores acadêmicos inscreve-se mais sobre a tensão em *reproduzir* um passado *real* vivido, e o pólo imaginativo do autor, que invariavelmente (re)constrói o contexto vivido pelo biografado, segundo intuição própria e talento criador (DOSSE, 2009). Vale lembrar, contudo, que essa tensão não é exclusiva da biografia, ela também existe para o historiador empenhado em *fazer História*. No entanto, a tensão também existe no gênero biográfico, que depende ao mesmo tempo, da dimensão histórica e da dimensão mais ficcional. “O recurso à ficção no trabalho biográfico é, com efeito, inevitável na medida em que não se pode restituir a riqueza e a complexidade da vida real” (RICOEUR apud DOSSE, 2009, p. 55).

Dessa forma, o trabalho de quem reconta uma vida – ou partes dela – está baseado em fontes, mas em determinados momentos, tais fontes podem se calar. Quando isso acontece, qual deve ser a atitude do biógrafo? Manter as lacunas, aceitando as limitações das fontes, ou simplesmente completar tais lacunas com “desvios” de caráter romântico e/ou poético? Talvez nesse ponto os historiadores acadêmicos sejam mais “honestos”, aceitando as lacunas existentes. Nesse caso somos obrigados a concordar que há minúcias que só o historiador vê (SCHMIDT, 1997).

Muitos historiadores acadêmicos, segundo François Dosse (2009), criticam também o gênero biográfico quando ele (re)significa a trajetória do biografado de forma tendenciosa, geralmente laudatória. Ainda para Dosse (2009) o biógrafo pode acabar *possuído* pelo biografado, criando uma empatia que modifica e transforma a figura biografada e o contexto no qual ela viveu.

Licurgo Costa (1990), um dos biógrafos de Lindolfo Collor, por exemplo, destaca a importância da educação religiosa nos primeiros anos de Lindolfo. Afirma o biógrafo que os anos iniciais na educação de uma criança são aqueles que definem quem ela será quando crescer; pensamento esse que faz parte de muitas interpretações acadêmicas/científicas. Mesmo assim, o biógrafo destaca esse pensamento tendo em mente a educação inicial de Lindolfo. Contudo, Lindolfo perdeu o pai quando tinha apenas três anos de idade. Essa perda não teria afetado em nada o menino? Não poderia ser igualmente considerada como um dos acontecimentos essenciais para se compreender quem Lindolfo seria no futuro? Inclusive isso poderia ser utilizado como sinônimo de superação, de tenacidade do biografado em superar tal perda.

Licurgo Costa não comenta sobre as possíveis implicações da perda da figura paterna nos primeiros anos de formação de Lindolfo. Contudo, destaca a importância da educação em rígidos moldes religiosos nos primeiros anos da formação do rapaz. Nesse momento, não há

espaço para problematizações, apenas para a visão do biógrafo. Seria esse um exemplo no qual a empatia pelo biografado faz com que o biógrafo conduza a narrativa a seu bel prazer, transformando a figura biografada e o contexto no qual ela viveu?

Essas questões – nem sempre pensadas por historiadores diletantes, e discutida por historiadores acadêmicos – referem-se invariavelmente à construção da memória. O que lembrar? O que é melhor deixar de lado? A construção das memórias, vale lembrar, é sempre posterior. Essa construção está invariavelmente ligada a um grupo social, e diz muito sobre como esse grupo se faz representar. E às vezes, nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre um passado *mítico* e um passado *real*, um dos nós da política da memória de qualquer época e/ou lugar (HUYSSSEN, 2000).

O passado, para Walter Benjamin (1994), não é um objeto físico a ser alcançado. Não existe nele, portanto, uma *verdade*, e, sim, um processo de construção e desconstrução de sentidos e significados. Além disso, como observa Portelli (1993), a memória não deve ser pensada como um depósito de fatos, mas, sim, como um processo de criação de sentidos. As narrativas biográficas sobre Lindolfo Collor são produtos memorialísticos, dando sentido e passado ao biografado.

Contudo, pelo fato de serem, em sua maioria, escritas por profissionais de outras áreas, pouco deixam espaço para problematizações. Clodomir Vianna Moog, por exemplo, trocou grande quantidade de correspondência com familiares de Lindolfo Collor para produzir seu relato.<sup>5</sup> Contudo, ele *relatou* alguns passos de Lindolfo, mas não os problematizou. E o que diferencia um historiador de um antiquário é sua habilidade interpretativa (HARRISON: JONES; LAMBERT, 2011).

Outra questão que será discutida mais detidamente nos capítulos a seguir é a utilização de um tipo de memória produzida por determinado grupo e imediatamente partilhada pela maioria dos biógrafos de Lindolfo Collor. O próprio Lindolfo, quando vivo, nunca requereu para si a primazia pela constituição das leis trabalhistas brasileiras. Nem podia, elas existiam antes da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), e ele faleceu antes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. No entanto, o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, escrevendo em 1947 – num momento pós Estado Novo, mas não tão distante da CLT – afirmou, pela primeira, vez que foi Lindolfo Collor, o responsável pelas primeiras leis da legislação trabalhista brasileira.

---

<sup>5</sup> Grande parte desse material foi por nós pesquisada e encontra-se disponível no ADOPE - Acervo Documental e de Pesquisa da Biblioteca da UNISINOS.

Mais recentemente, R. S. Rose (2001), por exemplo, afirmou o contrário: que havia grande quantidade de leis específicas para grupos trabalhadores antes de 1930, e que a CLT de 1943 precisou *superar* muitas leis propostas por Lindolfo Collor durante a gestão no Ministério do Trabalho (1930-1932). Muito mais do que o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, o historiador R. S. Rose penetrou no mundo jurídico e sindicalista brasileiro para fazer tal afirmação. Mais do que isso, o neto de Lindolfo, o ex-presidente Fernando Collor de Mello, ao discursar em 1991 durante o Dia do Trabalho, afirmou sentir-se *continuador e devedor* do legado jurídico e trabalhista do avô.

O discurso iniciado em 1947 pelo Pe. Luiz Gonzaga Jaeger foi repetido pelos biógrafos posteriores – até que ponto foi mantido graças à família de Lindolfo? – inclusive pela historiadora Ebe Reale, que encontra um *caminho do meio*, ao afirmar que havia sim leis trabalhistas antes de 1930, mas tendo o cuidado de salientar que elas não eram cumpridas à risca antes de Lindolfo Collor e de ministério específico para tal gestão. O discurso tornou-se mais *suave*, mas este trabalho da autora não rompeu de todo com a repetição de um tipo de memória e interpretação sobre Lindolfo. A repetição, vale lembrar, é uma das formas pelas quais uma *tradição* pode se construir (HOBSBAWM; RANGER, 2012).

\*\*\*

Nossa proposta de discussão acerca dos relatos sobre Lindolfo Collor está estruturada em três capítulos, que apesar de tratarem de momentos, biógrafos e intenções diferenciadas, apresentam um fio condutor: a rememoração do biografado como símbolo de algo maior.

No primeiro capítulo discutimos como narrativas propostas em datas de caráter comemorativo para o município de São Leopoldo destacaram a figura de Lindolfo Collor como símbolo da imigração alemã. Juntamente aparece o biografado como sinônimo de integração dos descendentes de imigrantes na vida política e social rio-grandense, e também como exemplo de rígida – e eficaz – educação nos moldes germânicos, valorização da ética do trabalho e da imagem do imigrante alemão como responsáveis pelo desenvolvimento de São Leopoldo.

A imputação dessas características positivas à corrente migratória, por repetição, construiu e consolidou a imagem de São Leopoldo como “berço da imigração alemã”, ao mesmo tempo que associaram e enalteciam Lindolfo Collor como um dos mais bem sucedidos exemplos de descendentes dessa corrente imigratória. Esse retorno à figura de Lindolfo Collor ocorreu, em São Leopoldo, em três momentos bastante marcados:

O primeiro momento é o ano de 1946, quando ocorre a comemoração do primeiro centenário da elevação de São Leopoldo à categoria de vila. Será analisado nesse contexto

uma narrativa produzida pelo Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., tido como um dos primeiros biógrafos de uma série de personalidades “ilustres” de São Leopoldo, sendo Lindolfo Collor uma delas.

Neste ano foi realizado o *Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*, marcado por eventos, solenidades e conferências comemorativas acerca da elevação de São Leopoldo à categoria de vila. Tais eventos tinham por principal preocupação reunir fontes documentais que dessem conta de um maior conhecimento da história local. As apresentações desse evento deveriam versar sobre o desenvolvimento de São Leopoldo, usando como exemplos, “homens e fatos da vida local”. Nessa narrativa que destaca personagens específicos (todos descendentes de imigrantes alemães) da vida local, Lindolfo Collor surge como filho de uma família de poucas posses. A pobreza da família era compensada pelos fortes pendores morais que direcionaram a educação de Lindolfo, o que lhe proporcionou um “modelo” de conduta que seguiria por toda a vida.

O segundo momento em que Lindolfo Collor surge em São Leopoldo – e dessa vez também em contexto mais amplo situa-se entre 1974 e 1976, em comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no município e que coincidiu com os festejos de âmbito estadual entre 1974 e 1975, acerca do Biênio da Colonização e Imigração. As comemorações do biênio tinham por objetivo “homenagear as diversas correntes étnicas que se fixaram no Rio Grande do Sul” (*Relatório do Biênio da Colonização e Imigração*, 1976, p. 6).

As comemorações do Biênio da Colonização e Imigração transmitiam uma imagem de integração do Rio Grande do Sul ao Brasil, através da influência das diferentes correntes migratórias. Durante esse momento festivo realiza-se, em 1976, o 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, no qual o nome de Lindolfo Collor aparece como um dos “símbolos” que novamente associam todo um caráter positivo de trabalho, desenvolvimento, integração do imigrante à sociedade nacional, etc., com o crescimento do próprio município de São Leopoldo, o “berço” dessa corrente migratória. O evento de 1976 ainda foi embalado pela criação do Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1975. Assim, durante o 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul já havia a proposta de um trabalho conjunto do recentemente fundado Instituto Histórico de São Leopoldo com o Museu Histórico da mesma cidade, duas entidades com objetivos bastante próximos.

Data do ano de 1976 o texto que nós analisamos também nesse capítulo, *O Leopoldense Lindolfo Collor*, da autoria de Clodomir Vianna Moog. O autor faz um depoimento pessoal de impressões e lembranças sobre Lindolfo Collor, traçando o “retrato

histórico e caracterológico do mais ilustre dos leopoldenses” (MOOG, 1976, p. 19). Esse biógrafo, assim como Luiz Gonzaga Jaeger, destaca a importância de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, e repete uma questão posta quase trinta anos antes: se Lindolfo Collor teve tanta importância na criação de leis trabalhistas brasileiras, por que Getúlio Vargas ficou por tanto tempo com esse título?

Vianna Moog, elencando personalidades de diferentes etnias, que ele considerava como símbolos desenvolvimentistas brasileiros, construirá um discurso no qual Lindolfo Collor aparece como um homem grandioso, mas perseguido pela fúria de inimigos políticos, estando Getúlio Vargas em primeiro lugar. Esse biógrafo pela primeira vez comentará sobre o “silêncio” que envolveu a figura de Lindolfo Collor, ou seja, a pouca ou mesmo nenhuma divulgação das leis propostas pelo mesmo durante estada no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e à imputação dessas leis diretamente a Getúlio Vargas, figura na qual a historiografia foi aos poucos centralizando as decisões e mesmo as mudanças.

O terceiro momento em que Lindolfo Collor aparece de forma mais acentuada em São Leopoldo é 1990, centenário de seu nascimento. Em âmbito municipal ocorreram comemorações e eventos tanto no Instituto Histórico de São Leopoldo quanto em publicação do periódico, *Estudos Leopoldenses*, revista de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que dedicou uma edição inteira a esse personagem. Mesmo que depois de 1990 o nome de Lindolfo Collor tenha “desaparecido” da maioria das publicações de caráter acadêmico – reflexo do *impeachment* de Fernando Collor de Mello, talvez? – o ano de 1990 marcou “o centenário de nascimento de Lindolfo Collor, indiscutivelmente um dos maiores nomes brasileiros” (*Anais do IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*, 1998, p. 113).

Um dos autores analisados neste momento será Telmo Lauro Müller, e seu texto intitulado *Lindolfo Collor fruto da imigração alemã*. Neste texto, o autor fala da necessidade de “recordar Collor como filho dessa cidade; sua vibração ao visitá-la, sua opinião sobre as ruas; era preciso lembrar Collor como fruto da imigração que aqui começou em 1824” (MÜLLER, 1998, p. 210). O autor afirma que a operosidade por ele imputada à corrente imigratória germânica era afirmada pelo próprio Lindolfo Collor. Em discurso feito em 1929, em ocasião de jantar comemorativo oferecido a Lindolfo Collor em São Leopoldo, ele falou da “operosa estirpe dos Boeckel” (nome do meio de Lindolfo Collor, herdado de seu pai biológico) e “de sua perfeita adaptação ao meio brasileiro”, onde “amaram e serviram a colônia, a vila, a cidade, o município”, buscando “sua dignidade e seu engrandecimento” (apud MÜLLER, 1998, p. 213).

Além do IX Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, no ano de 1990 teve lugar também um ciclo de palestras intitulado *A vida e a obra de Lindolfo Collor*, realizado no mês de julho na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. O ciclo de palestras abrangia textos de diversos acadêmicos, que ressaltavam diferentes facetas do homenageado.

Na ocasião, além da realização do ciclo de palestras, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos inaugurou também uma placa comemorativa do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, ocasião em que Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo, estava presente. O reitor, Dr. Aloísio Bohnen fez um pronunciamento, disponível em texto no periódico *Estudos Leopoldenses* (1990, edição comemorativa aos centenário de nascimento de Lindolfo Collor) no qual destacou a convergência das comemorações do centenário de Lindolfo Collor com os 166 anos da imigração alemã em São Leopoldo.

No segundo capítulo, far-se-á análise de duas obras biográficas de maior volume e de maior circulação sobre Lindolfo Collor.<sup>6</sup> A primeira é *Retrato de Lindolfo Collor – dados sobre sua vida e sua obra*, formado por textos e depoimentos coligidos por Leda Collor de Mello (1988), publicado no Rio de Janeiro. A segunda é *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor* (1990), de Licurgo Costa, publicada por editora de Santa Catarina.

A data da publicação das duas obras é significativa, pois coincide com o início da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello (1988) e com sua vitória nas eleições de 1989. Licurgo Costa, no que parece uma forma de “justificar” o momento da produção de seu relato biográfico, tem o cuidado em explicar que o nome “Collor” estava em evidência na mídia ainda antes de 1990, e a produção de seu ensaio biográfico “não acontece porque seu sobrenome ressurgiu vigorosamente no pleito realizado em fins do ano passado [...]” (COSTA, 1990, p. 12).

Ambas as obras tem suas diferenças, no que tange à condução das narrativas. A de Leda Collor de Mello apresenta uma linguagem de caráter formal, e a de Licurgo Costa um posicionamento direto, mais “apaixonado”. Mesmo assim, ambas “resgatam” a figura de Lindolfo Collor, destacando alguns pontos em comum: um intelectual reconhecido por seus pares, um jornalista renomado e contrário a ideias totalitárias, o fundador de importantes

---

<sup>6</sup> Alguns dados que apontam para essa afirmação dizem respeito à tiragem de cada obra. Além disso, trataram-se de obras de maior circulação, não apenas em âmbito acadêmico, como os periódicos produzidos em São Leopoldo. Ademais, o texto da obra de Leda Collor de Mello, *Retrato de Lindolfo Collor*, é praticamente “padrão” ao se consultar sobre Lindolfo Collor na internet, como por exemplo, o verbete da enciclopédia digital *Wikipédia* sobre o mesmo.

bases da legislação trabalhista brasileira, alguém que defendeu de forma ferrenha seus ideais, e que foi obrigado a viver no ostracismo por isso.

O quanto a manutenção/consolidação dessa imagem foi incorporada como discurso “oficial” pela família de Lindolfo? Fernando Collor de Mello fez várias associações com Lindolfo Collor. Em 1990, por exemplo, discursou para membros do Tribunal Superior do Trabalho, e prestou homenagem ao seu avô materno – Lindolfo – lembrando-o como promotor dos direitos do trabalhador e do cidadão. Fernando Collor se identificou como “herdeiro orgulhoso”, alguém com o “compromisso de lutar pelo respeito ao trabalho e pelo bem estar do trabalhador” (*Discurso de Fernando Collor de Mello ao Tribunal Superior do Trabalho*, 1990 apud DAHER, 2000, p. lxiii).

Licurgo Costa chama a atenção para as conquistas no campo da política e da educação, empreendidas por Lindolfo Collor sempre quando ainda era “muito jovem”. Galgar posições antes da “idade adequada” demonstraria também o destaque de Lindolfo Collor nos diferentes meios em que atuou. Falaria o biógrafo indiretamente do neto de Lindolfo – Fernando Collor de Mello – cuja ascensão política se deu quase na mesma idade do avô? Não se pode esquecer que a construção da imagem pública de Fernando Collor ressaltou, entre outras coisas, um político determinado, “jovem” e “atletico”.

Esse biógrafo destaca ainda o “carinho” de Lindolfo Collor pelo estado de Santa Catarina, que ele afirma existir na produção bibliográfica de Lindolfo. Busca uma aproximação, mesmo que distante, entre Lindolfo e o estado de Santa Catarina, pois em obra sobre Giuseppe Garibaldi, escrita por Lindolfo, este dedicou sete capítulos à ocupação das cidades de Lages e Laguna, no Estado de Santa Catarina. Apesar disso, o biógrafo não informa se Lindolfo alguma vez visitou Santa Catarina. Qual o objetivo desta aproximação? Criar elos entre um estado com grande parcela de imigração germânica com a figura de Lindolfo Collor, também descendente de alemães?

No terceiro capítulo serão discutidas as possíveis relações que podem ser estabelecidas entre a narrativa escrita e narrativas visuais presentes em fotografias, caricaturas e charges sobre Lindolfo Collor na obra *Lindolfo Collor – uma vida dedicada à questão social no Brasil* (1991), da historiadora Ebe Reale.

Para melhor pensar e discutir possíveis imbricações entre texto e imagens – mesmo que a autora não tenha se proposto exatamente a isso – selecionamos teóricos da imagem que discutiram tais questões, como Erwin Panofsky (2002) e Peter Burke (2004), entre outros. Nesse sentido, as fotografias, as caricaturas, as charges podem servir para revelar novos

ângulos, criar novos objetos de estudo, ampliar o campo de análise sobre determinado personagem, revelando novidades ou, até mesmo, confirmando proposições já feitas.

A obra aproxima-se temporalmente tanto do centenário de nascimento de Lindolfo Collor quanto do início da presidência de Fernando Collor de Mello. Trata-se de uma obra *encomendada*, de caráter mais narrativo e comemorativo do que interpretativo. Essa interpretação é reforçada pelo bilinguismo da mesma – português e inglês. Fartamente ilustrada por fotografias, charges e caricaturas, a obra recebeu incentivo da Companhia Vale do Rio Doce e do Banco São Jorge para ser publicada.

Ao mesmo tempo em que narra acontecimentos da vida do biografado, a autora concatena o discurso das palavras com uma série de fotografias, caricaturas e charges, que em certa medida, dão maior credibilidade ao texto escrito. Apesar da linguagem ponderada, o livro não apresenta um tom *imparcial*, pois surge em um momento no qual um descendente do biografado é Presidente da República, além de ter recebido incentivos da Companhia Vale do Rio Doce e do Banco São Jorge.

Ebe Reale, ao utilizar grande quantidade de imagens em sua obra, não precisa apontar detalhes físicos de Lindolfo. Nesse sentido, quem lê o texto e descobre – ou obtém mais detalhes – sobre ações de Lindolfo Collor, também pode ver pelas fotografias, como *ele era*. Mas como a imagem – em especial, a fotográfica – carrega um sentido maior de convencimento, um texto “recheado” de imagens pode convencer mais do que um texto apenas composto por palavras. A proposta da autora, no entanto, não é problematizar essas representações imagéticas de Lindolfo Collor, e sim, à semelhança de outros biógrafos, constrói uma única imagem possível do biografado.

No livro de Ebe Reale, Lindolfo Collor surge como um grande *intelectual*, o primeiro a pensar seriamente as questões do trabalhismo e a “questão social” no Brasil. A grande maioria das fotografias, caricaturas e charges presentes na obra reforçam a ideia da autora, pois apresentam e repetem na representação de Lindolfo símbolos como o chapéu e os óculos, este último, fortemente identificado como símbolo da intelectualidade, do hábito de leitura, um indicativo da alta capacidade mental de quem o usa. Junto com os óculos se destaca também, com menor grau de presença nas imagens da obra, o charuto Tais símbolos estavam presentes no *imaginário* da época em que foram produzidas as fotografias sobre Lindolfo Collor, e apareciam também em charges e caricaturas sobre essa personalidade.

\*\*\*

Portanto, as diferentes narrativas não apresentam *um* Lindolfo Collor, mas *vários*. Há diferentes relatos biográficos, diferentes biógrafos e as mais variadas intenções. Mesmo que

muitos desses relatos possam convergir em determinados momentos, cada um deles é uma *visão*, uma *representação*. Portanto, é possível falar de Lindolfo Collor, e de múltiplas narrativas que tentaram, cada uma a seu modo, reconstruir a vida dessa personalidade.

Mas, afinal, qual a importância de ser biografado? Para um homem público, como lembra Alzira Alves de Abreu (2000), não ser biografado pode representar o esquecimento pela História. Os biografados se consagram. Dessa forma, personagens cujas trajetórias foram narradas – não importando de que forma – podem ser tirados do anonimato, transformados em protagonistas importantes.

Lindolfo Collor, a despeito das diferentes formas como foi rememorado por seus biógrafos mais importantes, tem seu “lugar” reservado na historiografia, pois foi, muitas vezes, biografado. Foi o próspero descendente de imigrantes alemães, forjado em rígida educação de moldes religiosos, “guerreiro” da “Revolução de 1930”, mas também jornalista combativo, que entrou em atrito com Getúlio Vargas e sofreu as consequências desse ato. Foi o primeiro Ministro do Trabalho brasileiro, intelectual que pensou como ninguém a “questão social”, etc. Dessa forma, é possível falar em Lindolfo Collor, mas sempre pensando em múltiplas narrativas, que aos poucos construíram e consolidaram um imaginário sobre ele.

## 2. “O MAIS ILUSTRE DOS LEOPOLDENSES”: LINDOLFO COLLOR EM NARRATIVAS PRODUZIDAS EM MOMENTOS COMEMORATIVOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO

Este capítulo tem como principal objetivo analisar alguns relatos de cunho biográfico e destacar como tais relatos recorreram à figura de Lindolfo Collor em variados momentos, associando-a à construção de uma imagem e de uma memória sobre o município de São Leopoldo.

Com propostas bastante semelhantes, diferentes narrativas destacam a importância da corrente migratória alemã para a história e para o desenvolvimento do município de São Leopoldo. Ainda enfatizam Lindolfo Collor como um de seus principais *símbolos*, considerado, por exemplo, como *símbolo* de integração dos descendentes de imigrantes na vida política e social brasileira, mas também como exemplo de rígida – e eficaz – educação nos moldes germânicos, valorização da ética do trabalho e da imagem do imigrante alemão como responsável pelo desenvolvimento de São Leopoldo.

Assim, mais do que representar apenas características imputadas como positivas a uma corrente migratória, fez-se necessário em diferentes momentos, associar esse protótipo de imigrante germânico que alcança sucesso com a história da cidade de São Leopoldo. Dito isso, nos parece aqui – se não for exagero afirmar tal coisa – que em contextos variados, intelectuais ligados à São Leopoldo, que até os dias de hoje, tenta por diversos meios consolidar sua imagem de “berço da imigração alemã”,<sup>7</sup> associaram e enalteceram a imagem de Lindolfo Collor como um dos frutos da imigração germânica, considerada como um marco histórico da cidade, e também um dos principais motivos de seu progresso e desenvolvimento.<sup>8</sup>

O imigrante alemão do qual se fala nessas narrativas é o imigrante trabalhador, ético e próspero; mas também é o imigrante atento aos rumos da política nacional. Sendo assim, o

<sup>7</sup> Em Dezembro de 2010, o município de São Leopoldo foi reconhecido como “Berço da Colonização Alemã no Brasil”, título que disputava com o município de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. O projeto de autoria do deputado federal Beto Albuquerque tramitava desde 2006, e foi aprovado no dia 14 de Dezembro de 2010 pela Comissão de Educação do Senado. Vale ressaltar que Nova Friburgo também recebeu imigrantes alemães, mas lá eles não teriam se instalado da mesma forma como em São Leopoldo.

<sup>8</sup> Apesar de não estar ligado ao Instituto Histórico de São Leopoldo, na obra, *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, publicada pela editora Lunardelli, de Santa Catarina, que será analisada em capítulo posterior, Licurgo Costa “encontra” uma razão para o brilhantismo de Lindolfo Collor: ele era descendente de alemães. Para esse autor, que citou alguns psicólogos ao afirmar que “a personalidade humana se forma entre os quatro e os oito anos de idade [...]” (COSTA, 1990, p. 14); a educação recebida por Lindolfo Collor nessa faixa etária foi responsável pela sua atuação brilhante, mais tarde, em todos os setores nos quais se destacou.

biografado, sem levarmos em consideração os *sentimentos* que cada biógrafo nutre por ele, surge como o maior exemplo desse tipo imigrante desejado: alemão, trabalhador, ligado à família, ligado à terra que o acolheu, é jornalista renomado e por muitos, reverenciado até os dias de hoje, é político de destaque, é participante da Revolução de 1930, é o primeiro pensador da *questão social* no Brasil, é primeiro Ministro do Trabalho, etc.

Em linhas gerais, apesar da presença de diversas outras correntes migratórias, São Leopoldo, visando objetivos também turísticos, ainda fomenta fortemente a ligação da sua história à presença do imigrante germânico. Um tipo de memória que é rememorada e fortalecida todos os anos na principal festa municipal, a *São Leopoldo Fest*, que tem por objetivo comemorar a chegada dos primeiros imigrantes alemães à região (WEBER, 2004).

Vale lembrar ainda que tais narrativas biográficas sobre Lindolfo Collor foram produzidas em momentos festivos do município e/ou em ocasiões comemorativas sobre as correntes migratórias em âmbito estadual, sobretudo, a alemã, o que, invariavelmente produziu narrativas de teor mais *laudatório*. Mesmo que a imagem de Lindolfo Collor nunca tenha *desaparecido* das discussões históricas, percebe-se, em um primeiro momento, uma maior utilização e difusão da narrativa de sua vida em três momentos distintos, festivos do município de São Leopoldo e/ou comemorativos da imigração alemã.

O primeiro momento se passa na produção dos *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*, de 1946, quando ocorre a comemoração do primeiro centenário da elevação de São Leopoldo à categoria de vila (PETRY, 1964). Um segundo momento ocorre em 1976, no Instituto Histórico de São Leopoldo, em conferência no II Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, um fruto indireto das comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã (1974) e da fundação do Instituto Histórico de São Leopoldo (1975).

O terceiro momento ocorre em 1990, quando se comemora o centenário de nascimento de Lindolfo Collor, que irá coincidir com o IX Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. A data ainda contou com outra publicação de caráter acadêmico, fruto de um ciclo de palestras realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, bem como demais eventos comemorativos.

## 2.1. COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO DE SÃO LEOPOLDO À CATEGORIA DE VILA

Data do ano de 1946, portanto, da comemoração do centenário de elevação do município de São Leopoldo à categoria de vila, o texto *Filhos Ilustres de São Leopoldo*, da autoria do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., tido como um dos primeiros biógrafos de uma série de personalidades “ilustres”, sendo Lindolfo Collor uma delas. Muitos relatos biográficos posteriores, analisados neste e também em capítulos posteriores, farão menção e referências à obra de Gonzaga Jaeger.

Este texto foi publicado pelas Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, em 1947, nos *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*, mas ele é fruto do primeiro congresso realizado em São Leopoldo, que teve o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por solicitação da prefeitura do município de São Leopoldo. Atendendo a esse pedido, o Instituto designa uma comissão composta por Manoel Duarte, Afonso Guerreiro Lima, Eduardo Duarte, e pelo próprio Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J.

Em texto introdutório dessa publicação, assinado por Carlos de Sousa Moraes, prefeito do município de São Leopoldo na época, versa-se sobre uma série de eventos festivos realizados por ocasião do centenário de 1946, abrangendo inúmeras solenidades e conferências antes da realização do Congresso de História e Geografia *comemorativo* da elevação de São Leopoldo à categoria de vila. Tais eventos tinham por principal preocupação reunir fontes documentais que dessem conta de um maior conhecimento da história local. Sobre isso, ressalta-se no texto, a compilação de documentos e monografias sobre personalidades locais e também sobre o início da colonização alemã em São Leopoldo.

O transcurso do primeiro centenário do vilamento de São Leopoldo constituía, quando tratámos de elaborar o programa comemorativo de festejos, esplêndida oportunidade para realização de um congresso de História e Geografia, que representaria – estávamos certos – o acontecimento mais significativo e marcante das comemorações. (*sic.*)

Nosso interêsse pela história dêste município manifestou-se desde os primeiros momentos em que nos pusemos em contato com monografias e documentação referentes ao *início da colonização alemã em nosso Estado e a homens e fatos da vida local* (grifos nossos). [...] Urgia a reunião, a catalogação de documentos, escritos e fotográficos, o registro da tradição oral ainda muito rica e bem viva e o incitamento à redação de memórias, teses e outros estudos capazes de constituírem a História de São Leopoldo, que aguarda ainda seu historiador. (*sic.*)

(Carlos de Souza Moraes – discurso de abertura do evento, nos *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*).

Portanto, há de se considerar, em um primeiro momento, que a seleção de publicações tem por principal objetivo destacar o desenvolvimento do município de São Leopoldo, usando como exemplos, “homens e fatos da vida local”. Nesse sentido, a relação das teses apresentadas versa sobre a própria Feitoria do Linho Cânhamo e a constituição do que viria a ser São Leopoldo mais tarde, a “assimilação cultural” dos colonos alemães, o próprio desenvolvimento social, econômico e político da cidade, assim como “filhos ilustres da mesma”.

Bastante significativo sobre esse segundo viés – homens e fatos da vida local – é o texto do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., intitulado *Filhos Ilustres de São Leopoldo*, no qual o autor concatena alguns personagens de destaque na vida política, econômica e social de São Leopoldo. O autor inicia seu texto informando que,

Por motivos óbvios e plausíveis, apresentaremos no seguinte mostruário exclusivamente alguns dos filhos do município de São Leopoldo que mais dignificaram a terra do seu berço, mas que já partiram para a eternidade (JAEGER, 1947, p. 95).

Dentre as personalidades destacadas pelo autor figuram o professor Emilio Meyer (1856-1939), “o professor mais popular e festejado pelas aulas populares durante o primeiro meio século da nossa República (JAEGER, 1947, p. 95), João Fialho Dutra (1862-1939), “inegavelmente uma das culturas mais completas que tivemos no R.G.S.” (JAEGER, 1947, p. 99), o padre Pedro Schneider, S.J. (1866-1931), nascido em um momento em que “boa quantidade de colonos de origem germânica estavam derramando o seu sangue pela honra do Brasil, na guerra do Paraguai” (JAEGER, 1947, p. 103) e por fim, Lindolfo Collor (1890-1942), “personalidade marcante, que se destacava à primeira vista” (JAEGER, 1947, p. 109).

O autor foi professor e historiador, nascido em região do atual município de Ivoti – na época pertencente a São Leopoldo – em 10 de julho de 1889 e falecido em 21 de fevereiro de 1963, em Porto Alegre. Na ocasião do início de seus estudos não havia noviciado próprio na província jesuíta alemã do Brasil, e, portanto, integra-se no noviciado em Portugal. Estuda o primeiro ano de Filosofia na Holanda, e por motivos de saúde muda-se para Bogotá, na Colômbia, onde conclui esse curso. Volta ao Brasil em 1917 onde começa a cursar Teologia no Seminário de São Leopoldo, concluindo o curso em 1924. Em 1925 é destinado ao Colégio Anchieta de Porto Alegre, onde foi professor de várias disciplinas até sua morte.

Dirigiu a revista colegial *O Eco*, onde passa a se interessar por investigação histórica. Foi um dos fundadores do Instituto Anchieta de Pesquisas de São Leopoldo, e também um dos primeiros diretores da seção histórica do mesmo instituto. Deve-se a ele a coleção, *Jesuítas no sul do Brasil* (O'NEILL; MARIA DOMÍNGUEZ, 2001, p. 2121).

O relato do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., apesar de utilizar-se de estruturas cronológicas para narrar a vida dos sujeitos, não tem por intenção criar uma história de vida completa, ou seja, seguir necessariamente as trajetórias de vida de seus biografados do nascimento à morte.<sup>9</sup> O biógrafo prefere destacar pontos principais pelos quais ele julga que seus biografados merecem, antes de tudo, ser lembrados. Para o autor, “Collor enveredou desde muito jovem pela estrada da luta. Lutou durante toda a vida [...]” (JAEGER, 1947, p.109).

Esse biógrafo conta sobre a infância humilde de Lindolfo Collor, nascido Lindolfo Boeckel em 1890 – filho de um homem pobre, João Boeckel, sapateiro e músico, e de D. Leopoldina Boeckel, ambos descendentes dos primeiros imigrantes alemães que chegaram a São Leopoldo em 1824. Com a morte de seu pai biológico, sua mãe casa-se novamente, com João Antônio Collor, de quem Lindolfo passa a incorporar o sobrenome, devido, segundo o autor, à sua “sonoridade”. Luiz Gonzaga Jaeger tem o cuidado em nos informar que o segundo esposo da mãe de Lindolfo, esse, sim, era um “alemão nato” (JAEGER, 1947, p. 110).

Luiz Alberto Grijó (2002), discutindo sobre essa constante tensão entre o passado “alemão” de Lindolfo Collor, e sua escolha por esse sobrenome, informa que Lindolfo usa de algumas “estratégias” para se destacar na vida jornalística e política, primeiramente casando-se com a filha de um editor de jornal, e depois, alinhando-se com membros do PRR (Partido Republicano Riograndense). A escolha do sobrenome “Collor”, que Luiz Gonzaga Jaeger considera mais “nato”, viria no sentido de tornar-se mais “palatável” em um mundo político dominado quase que exclusivamente por uma elite luso-brasileira.

Assim, durante sua vida, Lindolfo Collor foi para os de origem germânica, o “apóstata do germanismo. Para os luso-brasileiros [...] ele era o alemão que queria vender-se como brasileiro (GRIJÓ, 2002, p. 31). Portanto, parece que para Lindolfo Collor, a adoção do

---

<sup>9</sup> Para Bourdieu (2002), a concatenação de acontecimentos de uma vida em ordem linear e cronológica, tenta nos apresentar um caminho mais inteligível da vida de determinada personagem. O autor lança mão de uma série de expressões, tais como “desde cedo”, “lutou toda a vida”, “desde logo”, etc., que tem como um dos objetivos criar uma existência lógica, eivada de sentido necessário, determinado; tornando assim, a vida do biografado mais inteligível. Na grande maioria das vezes, conhece-se de antemão o desfecho dessa existência – como é o caso de Lindolfo Collor - mas a relação de eventos e obstáculos conduz como um “romance”, em que até já se pode imaginar o final.

sobrenome do padraсто não tinha necessariamente a intenção de enaltecer as raízes germânicas de sua descendência, e sim até, disfarçá-las, pois o sobrenome do padraсто teria sido “aportuguesado” por Lindolfo para “Collor”, pois segundo Grijó (2002), o sobrenome original em alemão era “Kolor”, com tonicidade na última sílaba. No entanto, no acervo de Clodomir Vianna Moog encontramos uma carta trocada entre esse autor e Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo, na qual ela afirma que em Barra do Ribeiro, local de moradia dos “Collor”, a família sempre foi conhecida com esse sobrenome, com essa grafia. Os “Kolor”, segundo ela, seriam outra família, sem ramificações com a família “Collor”.

O relato do Pe. Jaeger prossegue sobre a adolescência de Lindolfo, quando este consegue um emprego no *Jornal do Comercio*. Lá, diz o autor, Lindolfo estava sempre às voltas com disputas com outros jornalistas, mas “coisa rara naquela idade, não se inflamava, não se excedia nos conceitos, não se desmandava no estilo” (JAEGER, 1947, p. 110). Era, portanto já na sua adolescência, um “modelo” do que viria a ser mais tarde na vida política. O comedimento, a retidão e a justa medida atribuídos a Lindolfo Collor o aproximavam daqueles mesmos autores greco-romanos que Lindolfo Collor lia quando era criança (MAROBIN, 1992, p. 37), e que vai citar mais tarde em sua produção.

Gonzaga Jaeger informa também sobre a lenta ascensão política de Lindolfo, suas dificuldades em disputar espaço com outros personagens da época em âmbito acadêmico; uma vez que Lindolfo não tinha condições financeiras de estudar nos cursos mais prestigiados de então: Direito, Medicina e Engenharia. Ao invés disso, cursou Farmácia. Depois, contudo, o autor tem o cuidado em nos lembrar que Lindolfo Collor formou-se “pela Academia de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, matéria que veio a ser a da sua especialidade” (JAEGER, 1947, p. 111).

Uma das tônicas do relato de Luiz Gonzaga Jaeger está no processo “revolucionário” de 1930, que é onde Lindolfo Collor se destaca de forma mais atuante, sendo que depois da posse de Getúlio Vargas, torna-se o primeiro Ministro do Trabalho. O relato prossegue sobre como Lindolfo angariou respeito e fama entre seus pares políticos, sendo convidado por Borges de Medeiros para ser porta-voz d’*A Federação*, jornal do Partido Republicano Riograndense.

Segue mostrando a destacada atuação política durante a Revolução de 1930, ainda ao lado de Getúlio Vargas, o período entre 1930 e 1932, quando é Ministro do Trabalho, e a posterior guinada política, quando se coloca contrário ao poder central de Vargas, e cai num período de ostracismo político até sua morte em 1942.

Para finalizar seu relato, Luiz Gonzaga Jaeger comenta que Lindolfo Collor faleceu em 21 de setembro de 1942, aos 52 anos de vida. Desde muitos anos Lindolfo sofria de uma insuficiência cardíaca que deve ter se agravado – o autor não tem certeza do motivo – pelo acidente automobilístico envolvendo Getúlio Vargas, ou pela prisão – para esse biógrafo, sem motivos – de Lindolfo Collor, que resultou em um forte abalo moral (JAEGER, 1947, p. 111).

Percebe-se, em diversas passagens, que o autor tenta dar a seu texto um caráter imparcial – o que de fato não ocorre. Tanto que no último parágrafo ele chama a atenção que os esboços sobre Lindolfo Collor não podem dar conta da grandiosidade de sua vida, e que seria necessário esperar certo tempo, um distanciamento histórico “preferível”, até

“[...] quando houver serenado já as paixões partidárias e o pó dos arquivos houver amarelecido os documentos, encarregar-se-á [a posteridade] de completar-lhe a figura moral e realçar-lhe os traços mais pessoais e marcantes. (JAEGER, 1947, p. 111).

Luiz Gonzaga Jaeger escreveu seu relato em 1946, e a morte de Lindolfo ainda era recente. Assim como biógrafos posteriores, ele enfatiza o momento de discórdia política – e mais tarde pessoal – entre Lindolfo Collor e Getúlio Vargas, tanto que se refere a Vargas em seu texto quase sempre como “o Ditador”. Luiz Gonzaga Jaeger destina também um espaço de sua narrativa para o ostracismo político de Lindolfo Collor, bem como às perseguições que o biografado enfrentou durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945), mesmo que esse ponto da narrativa não seja muito aprofundado ou explicado.

O momento político em que Luiz Gonzaga Jaeger escreve situa-se na presidência de Eurico Gaspar Dutra, que assumiu depois da saída de Getúlio Vargas em 1945. Vale lembrar que Vargas voltaria à presidência – dessa vez em pleito direto e democrático – em 1951. Nesse interregno, Luiz Gonzaga Jaeger já enfatiza a discordância política entre Vargas e Collor. Vale lembrar que o Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo – que terá como fruto os anais nos quais se encontra o relato de Luiz Gonzaga Jaeger – tem como principal proposta focar a vida política do município, elencando personalidades que o destacaram em âmbito maior.

Portanto, percebe-se que há uma tônica voltada ao *ufanismo*, a uma valorização do município, de sua história e de suas personalidades na narrativa de Luiz Gonzaga Jaeger para São Leopoldo, em data comemorativa. O autor disserta sobre personalidades leopoldenses que se destacaram em diferentes áreas. Em grande medida também, esse destaque é direcionado a

personalidades ligadas à imigração alemã, apesar de o município não contar exclusivamente com essa corrente migratória.

Nesse sentido, Lindolfo Collor é escolhido como uma das personalidades de descendência germânica, natural de São Leopoldo, que “prosperou”. Seria ele um bom exemplo daquilo que o prefeito Carlos de Souza Moraes chama de “aculturação” em seu discurso de abertura do Congresso de História e Geografia, em 1946, pois o próprio termo refere-se aos possíveis acontecimentos a uma sociedade, quando ela funde-se com elementos culturais externos.<sup>10</sup> O resultado, nesse caso, seria Lindolfo Collor, filho de imigrantes germânicos pobres que prosperou e se tornou, entre outras coisas, o primeiro Ministro do Trabalho que o Brasil teve.

## 2.2. BIÊNIO DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO E SESQUICENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

O ano de 1974, em São Leopoldo, data da comemoração do Sesquicentenário da Imigração Alemã no município coincidiu com os festejos de âmbito estadual entre 1974 e 1975, acerca do Biênio da Colonização e Imigração. As comemorações do biênio tinham por objetivo “homenagear as diversas correntes étnicas que se fixaram no Rio Grande do Sul” (*Relatório do Biênio da Colonização e Imigração*, 1976, p. 6), como portugueses, árabes, espanhóis, negros, japoneses, poloneses, italianos, alemães, etc.

As comemorações foram iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que através do decreto nº 22.410 (de 22 de abril de 1973) instituiu o “Biênio da Colonização e da Imigração e dá outras providências”. A proposta produziu além de festejos, publicações que enalteciam a chegada de diferentes correntes migratórias ao Rio Grande do Sul, pois,

Os imigrantes se integraram no espírito brasileiro, de corpo e alma, e nos trouxeram um riquíssimo legado de valores culturais e humanos.

---

<sup>10</sup> *Aculturação* pode ser entendida, *grosso modo*, como a absorção de uma cultura pela outra, em um processo onde uma nova cultura é criada. Alfredo Bosi (1993) afirma que esse fenômeno pode ocorrer em diferentes períodos históricos, mas constitui-se de um processo de sujeição social. Nesse caso, o termo aculturação também pode ser entendido como um fenômeno de imposição cultural. Muito já se discutiu, por exemplo, sobre manifestações da *cultura alemã* do Rio Grande do Sul que não mais existem na própria Alemanha. Ocorreria, portanto, processo onde o imigrante toma para si ou lhe é imposto o hábito de criar e preservar tradições que talvez não sejam “originais”, mas que lhes garantem uma *identidade*.

Num clima de entusiasmo e de vibração, todo o povo gaúcho se uniu nesse movimento de civismo e de exaltação do passado. Vivemos momentos de solidariedade, de confraternização, de integração e de comunhão de espírito (*Relatório do Biênio da Colonização e Imigração*, 1975. p. 6)

Ao longo das comemorações<sup>11</sup> – e das obras produzidas entre 1974 e 1975 – destacou-se o “pioneirismo” da imigração açoriana no Rio Grande do Sul, bem como o “reconhecimento” pelo trabalho dos africanos e indígenas, assim como de diversas correntes migratórias, como alemães, italianos, árabes, judeus, poloneses, etc., para a constituição e para o desenvolvimento do Estado.

Foram comemoradas as contribuições materiais e/ou culturais dos diferentes grupos migratórios, pensando tal atitude como “um apelo ao dever cívico, exaltar a obra daqueles que após lutas longas e ásperas, ocuparam e povoaram a área que constitui o território deste Estado, incorporando-o à Pátria comum” (*Relatório do Biênio da Colonização e Imigração*, 1976, p. 11). Assim, entre 1974 e 1976 foi comemorado o biênio, em 1974 ocorreriam ainda comemorações sobre o Sesquicentenário da Imigração Alemã, e em 1975, acerca do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

Assim, podem-se pensar também as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração como forma de transmitir uma ideia de integração do Rio Grande do Sul ao Brasil, através da influência das diferentes correntes migratórias. Vale lembrar que durante muito tempo o Rio Grande do Sul se definiu historicamente por suas diferenças em relação a outras regiões do território nacional, sendo considerado inclusive, em diversos momentos, como “à parte”, por suas idiossincrasias.

Na sessão solene de encerramento do Biênio da Colonização e Imigração, no Palácio Piratini, em 15 de dezembro de 1976, por exemplo, o presidente da Comissão Coordenadora do biênio, o deputado Victor José Faccioni, pronunciou-se afirmando que “sábios são os atos de governo quando se alicerçam nos verdadeiros anseios populares, tornando-se porta-vozes de sentimentos que se encontram profundamente enraizados no coração do povo” (*Relatório do Biênio da Colonização e Imigração*, 1975, p. 7)

---

<sup>11</sup> Durante comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã (1974) ocorreu intensa produção de trabalhos e dissertações sobre o tema. A monografia de Carlos H. Hunsche foi considerada a vencedora no Concurso de Monografias sobre a Imigração Alemã. Foi transformada em livro em 1975, e se tornaria uma das mais famosas pesquisas sobre as famílias alemãs que aportaram no Rio Grande do Sul no séc. XIX, resultando na obra *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Rodolfo Englert, Presidente da Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã classificou a monografia de Carlos Hunsche como, “uma contribuição de extraordinário valor cultural, com informações preciosas e esclarecedoras sobre o fato migratório no sul do Brasil. A Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã sente-se orgulhosa em contribuir para o lançamento de tão importante obra” (HUNSCHE, 1975, p. 10).

Dessa forma, ainda se podem pensar as comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, na forma como elas foram encaradas na época, como uma “canalização” dos desejos populares levada a cabo pelo Governo do Estado, justamente em um dos momentos da Ditadura Civil-Militar no Brasil.<sup>12</sup> Nesse sentido, como pode ser encarado o discurso do deputado Victor José Faccioni?

Percebe-se, por exemplo, um forte interesse *étnico* do deputado – descendente de imigrantes italianos – salientando a importância do “povo”. A utilização do termo “povo” melhor cabia num momento onde não era tolerada a participação mais direta da população na maioria das decisões políticas (MORAES, SILVA JÚNIOR, 2011). Estudando manuais de Educação Moral e Cívica utilizados em escolas na época, Nunes e Rezende (2008) constataram que a expressão “desejos populares” aparecia rotineiramente, reforçando a ideia de que o “povo” era o suporte principal dos governos da Ditadura; em última análise, os governos que se instauraram a partir de 1964 eram a representação máxima dos “desejos do povo”. Nunes e Rezende (2008) destacaram também que o termo “cidadão”, mais individualizado e com maior evocação de liberdades próprias não era utilizado nesses mesmos manuais. Assim, a fala do deputado – e termos por ele empregados – pode ser mais bem compreendida no contexto no qual foi proferida.

Em síntese, é possível pensar que a iniciativa do Governo do Estado sobre as comemorações envolvendo o Biênio da Colonização e Imigração visou a promoção e a projeção do Rio Grande do Sul fora do âmbito de suas fronteiras, pois criou uma imagem bastante favorável da sociedade rio-grandense, associando seu desenvolvimento a partir das contribuições de diferentes correntes migratórias. Construiu-se com os festejos, em grande medida, a imagem de uma sociedade devotada ao entendimento, à solidariedade, à ordem e ao bem estar social.

Oficialmente, ocorreu sessão solene do encerramento do biênio no Palácio Piratini em 15 de dezembro de 1976. No município de São Leopoldo ocorreram dois Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – em 1974 e 1976 – que de certa forma foram “embalados” por este espírito de comemoração à corrente migratória alemã, sobretudo em São Leopoldo, cidade considerada “berço” dessa imigração.

---

<sup>12</sup> O ano de 1974 foi significativo para o Brasil, pois nele se iniciava o governo do general Ernesto Geisel, primeiro presidente descendente de alemães e evangélicos do Brasil. Geisel assumiu a presidência já enfrentando problemas econômicos e dificuldades políticas que anunciavam o fim do “Milagre Econômico Brasileiro”. Um ano antes, em 1973, ocorreria a Crise do Petróleo, que abalaria não só o desenvolvimento industrial brasileiro – maior pilar sobre o qual se baseava o poder político – como também a autoridade da ditadura no Brasil.

Em Sessão Plenária realizada em 14 de setembro de 1974, ao final do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul,<sup>13</sup> o então prefeito de São Leopoldo, Carlos de Souza Moraes, aprova uma moção que considera todos os “ensinamentos” do primeiro simpósio como experiência bastante proveitosa para a escrita da história do município, possibilitando reunião de material e a preparação de dissertações sobre os temas propostos. Essa Sessão Plenária propôs ainda,

[...] a efetivação, nessa cidade, de dois em dois anos, de simpósios que provoquem a mais ampla investigação de temas que digam respeito à formação e evolução do município de São Leopoldo, particularmente, e do Rio Grande do Sul [...] (*Anais do Primeiro Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 1974, p. 30).

Nesse sentido, em 1976, na realização do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, aparece o nome de Lindolfo Collor como um dos “símbolos” que novamente associam todo um viés positivo de trabalho, desenvolvimento, integração do imigrante à sociedade nacional, etc., com o crescimento do próprio município de São Leopoldo, o “berço” dessa corrente migratória que tantos “benefícios” teria trazido para o incremento material e/ou cultural do Brasil.

No município de São Leopoldo, no ano de 1974, ocorreram comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã, que coincidiram com o 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Os anais desse primeiro simpósio foram considerados por Rodolpho Englert,<sup>14</sup> presidente da Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã, como demonstração de que “as celebrações de 1974 não tiveram caráter meramente festivo. O conteúdo cultural sempre esteve presente, e um dos marcos significativos foi, [...] o I Simpósio de História, realizado na histórica cidade de São Leopoldo” (*Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã*, 1974, p. 4).

A grande maioria dos artigos publicados nesses *Anais* dava conta de um “resgate” da atuação de alguns imigrantes alemães de e/ou em São Leopoldo, como Theodomiro Porto da

<sup>13</sup> À medida que outras etnias passaram a ser contempladas por textos e dissertações, e o Instituto Histórico de São Leopoldo foi se vinculando com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a palavra “alemã” foi suprimida. A partir do X Simpósio, realizado em 1992, tais eventos passaram a se intitular *Simpósio de História da Imigração e Colonização*.

<sup>14</sup> Rodolpho Englert publicou nos mesmos *Anais* de 1974 um artigo sobre o professor Luiz Englert, antepassado seu, igualmente natural de São Leopoldo que se destacou como Deputado Estadual pelo Partido Republicano durante a Primeira República. Luiz Englert ficou conhecido também como um dos mais destacados professores de ensino superior na Escola de Engenharia da UFRGS, e foi o primeiro gaúcho a se diplomar Engenheiro de Minas e Civil. Flavio Heinz (2009), ao discutir políticas desenvolvimentistas do Estado Brasileiro durante a Primeira República, identifica que muitos professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre tinham origem e descendência germânicas, contribuindo para que a Escola de Engenharia de Porto Alegre fosse, até pelo menos 1930, a mais “germânica” das instituições desse tipo no estado.

Fonseca<sup>15</sup>, Luiz Englert<sup>16</sup> e Henrique José Wiederspahn,<sup>17</sup> e também sobre as contribuições dos imigrantes alemães para a cultura do sul do Brasil.

Aparecem também artigos versando sobre o desenvolvimento político, econômico e cultural do município de São Leopoldo, associado em grande medida, aos imigrantes – e seus descendentes – alemães que ali se fixaram a partir de 1824. A proposta dos trabalhos inclui dissertações como, *Nobres germânicos e sua contribuição para o progresso do Brasil*, da autoria de Armindo Lauffer, e *Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul*, da autoria do Pe. Arthur Rabuske, S. J.

No primeiro texto, há referências sobre como imigrantes alemães e posteriormente seus descendentes de linhagens nobres, contribuíram para o desenvolvimento de São Leopoldo e também de todo o Brasil, em “tempos de guerra”, como integrantes do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai, por exemplo, e “em tempos de paz” (*Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã*, 1974). O autor cita uma série de famílias nobres e descendentes das mesmas que ainda naquele momento atuavam em diversos setores da sociedade, como o jornalismo, paleontologia, botânica, mineralogia, etc.

Dessa forma, enquanto o autor cita nomes e contribuições desses descendentes de imigrantes, produz um discurso laudatório, que destaca a integração desses imigrantes à sociedade brasileira. Constroi, assim, a imagem de “uma classe, que compartilhou os destinos de nosso país com seu trabalho, seus sacrifícios e seu sangue, ajudando a forjá-lo” (*Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã*, 1974, p. 84).

No segundo texto, da autoria do Pe. Arthur Rabuske, S. J. ocorre processo semelhante, mas desta vez o autor – inclusive por pertencer à Ordem – destaca jesuítas de descendência alemã que foram responsáveis também para que “não mais possa riscar-se a Imigração e Colonização Alemã do meio das grandes e originais contribuições culturais que tem havido na construção da grande Nação Brasileira” (*Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã*, 1974, p. 31).

O 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul foi também importante para a criação do Instituto Histórico de São Leopoldo, embora já houvesse referências à necessidade da criação de um instituto deste tipo no município antes de 1974. Assim, as comemorações acerca do Sesquicentenário da Imigração Alemã também foram “responsáveis” pela criação do Instituto Histórico de São Leopoldo.

---

<sup>15</sup> Theodomiro Porto da Fonseca. Prefeito do município de São Leopoldo entre os anos de 1928 e 1944.

<sup>16</sup> Luis Englert. Ver *nota 9*.

<sup>17</sup> Henrique José Wiederspahn. Famoso engenheiro portoalegrense, nascido na Alemanha (1882-1948).

A criação do Instituto Histórico de São Leopoldo deu-se em 25 de julho de 1975, contando com a participação do Pe. Arthur Rabuske, S. J., de Telmo Lauro Müller – diretor e presidente do instituto durante certo tempo, e cujo falecimento ocorreu em 2012 – Germano Oscar Moehlecke, Klaus Becker e Carlos de Souza Moraes. Durante o mesmo ano, ocorreram ainda reuniões sobre o estatuto do instituto, sobre os patronos das cadeiras do mesmo, indicação de nomes de sócios efetivos, etc.

O patrono da cadeira do diretor do Instituto, a de nº 19, Telmo Lauro Müller, foi Lindolfo Collor. Posteriormente, neste capítulo, serão analisados textos de Telmo Lauro Müller, nos quais ele, em diferentes momentos, associa a corrente migratória alemã ao desenvolvimento do município de São Leopoldo, bem como fala de uma “necessidade” de lembrar Lindolfo Collor como “filho de São Leopoldo”, mas também como “fruto da imigração alemã”.

Assim, durante o 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul já havia a proposta de um trabalho conjunto do recentemente fundado Instituto Histórico de São Leopoldo com o Museu Histórico da mesma cidade, duas entidades com objetivos bastante próximos. Data do ano de 1976, portanto, o discurso e o texto de Clodomir Vianna Moog, um dos “biógrafos” de Lindolfo Collor.

No relato *O Leopoldense Lindolfo Collor*, de Clodomir Vianna Moog, aparecem elementos de cunho biográfico, mas esse relato não tem por objetivo uma biografia completa, do nascimento à morte; e, sim, acontecimentos considerados mais importantes pelo autor, que carrega seu relato com forte carga testemunhal.<sup>18</sup> Neste texto, Clodomir Vianna Moog faz um depoimento pessoal de suas impressões e lembranças a respeito de Lindolfo Collor. O autor conviveu com Lindolfo Collor e se propôs a traçar o “retrato histórico e caracterológico do mais ilustre dos leopoldenses” (MOOG, 1976, p. 19).

Vianna Moog inicia o relato comentando o grande desejo de produzir uma biografia sobre “seu amigo” Lindolfo Collor,<sup>19</sup> que “como toda gente sabe, ou talvez não saiba, dado o

---

<sup>18</sup> Em passagem do relato o autor se questiona sobre a dificuldade em escrever sobre uma personalidade tão contemporânea, pois como – e o quê - escrever sobre quem “as paixões implacáveis e sobre quem, por falta de perspectiva nas dimensões do tempo, ainda não desceu o julgamento definitivo da posteridade?” (MOOG, 1976, p. 19-20). Aqui parece que Vianna Moog também espera que a posteridade, assim como Luiz Gonzaga Jaeger, julgue o biografado, mas apenas depois de um distanciamento histórico considerável, depois de um “arrefecimento das paixões”.

<sup>19</sup> Vianna Moog, em julho de 1944 publicou o primeiro texto no qual versa sobre Lindolfo Collor, um artigo publicado na revista *Boletim da Sociedade Felipe d’Oliveira* (n. 8) no Rio de Janeiro. O artigo em questão é também um depoimento pessoal, no qual Vianna Moog destaca toda a admiração que sentiu por Lindolfo Collor ao descobrir que esse “herói” não era da “Fronteira nem da Serra – celeiro de nossos grandes homens de então – não era de origem rural, mas de origem burguesa como a minha, nascera como eu no pacato São Leopoldo”.

silêncio que se foi feito em torno de seu nome, foi o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil” (MOOG, 1976, p. 19).

O conferencista Vianna Moog foi apresentado à plateia por Germano Oscar Moehlecke como natural de São Leopoldo, “membro do Conselho Federal de Cultura, é Clodomir Vianna Moog um dos representantes mais ilustres da inteligência nacional. E para nossa honra, leopoldense da Rua Grande, capilé de direito e de coração” (*Anais do Segundo Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 1976, p. 17).

Clodomir Vianna Moog era natural de São Leopoldo, onde nasceu em 1906. Iniciou seus estudos em escola dirigida por sua mãe, Maria da Glória Vianna Moog e, mais tarde, no Colégio Elementar Visconde de São Leopoldo. Formou-se em Direito em 1930, na cidade de Porto Alegre. Foi advogado, jornalista, romancista e ensaísta. Faleceu no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1988.

O início da trajetória literária de Vianna Moog remonta aos idos de 1930, momento em que intelectuais e escritores apresentavam objetivo de produzir uma nova consciência brasileira, voltada para defesa e inclusão dos marginalizados da sociedade oligárquica, como os negros e os indígenas. Dessa forma, pensava-se em *redescobrir* e *reconstruir* o Brasil pela ótica da ação social, política e literária, diferentemente, por exemplo, do projeto excludente que foi levado a cabo pelos conquistadores do passado (REIS, 2011 apud CARVALHO, 2011).

A partir de 1922, também por influência da Semana da Arte Moderna, escritores como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e o próprio Vianna Moog, imbuem-se de pensar e repensar o país, para atender às exigências sociais brasileiras, ou mesmo alinhar tais exigências com ideias e conceitos internacionais, sobretudo “importados” da Europa e dos EUA (BOSI, 1984 apud CARVALHO, 2011).

Entre 1926 e 1929, Vianna Moog integra o serviço público como agente fiscal. Em 1945, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. A respeito dessa nomeação, por exemplo, afirma-se que se enquadrava em uma espécie de “modelo” entre os anos de 1930 e 1945, quando a maioria dos intelectuais eleitos para a Academia era de integrantes do serviço público, sobretudo aqueles que ocupavam altos cargos burocráticos. Uma *estratégia* proposta pelo Estado brasileiro para utilizar funcionários/intelectuais que celebrariam – ou construiriam – os interesses da nacionalidade através de empreendimentos culturais (MICELI, 2001 apud CARVALHO, 2011).

---

Neste texto de 1944 Vianna Moog destacou, entre outras coisas, a origem germânica de Lindolfo Collor, e também a sua inteligência.

Uma de suas obras mais conhecidas, *Bandeirantes e Pioneiros*, de 1954, foi produzida em momento de frustração do imaginário nacional. Nesse ano Getúlio Vargas havia se suicidado. Anos antes, em 1950, o Brasil havia perdido a Copa do Mundo no estádio do Maracanã. Portanto, pensava-se em certo momento de “retrocesso” brasileiro, e buscava-se a origem do mesmo. Vianna Moog, opondo-se assim a pensadores brasileiros *iberistas*, acreditava que o principal motivo desse atraso era a colonização ibérica, iniciada por Portugal e Espanha (CARVALHO, 2011). Mas atraso em relação a quem?

De 1946 a 1950, Vianna Moog serviu na Delegacia do Tesouro Nacional, com sede em Nova Iorque. Mais tarde representaria o governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Organização das Nações Unidas (ONU). Vianna Moog via o *atraso* brasileiro em relação aos EUA, que crescia em “progressão geométrica”, ao passo que o Brasil crescia em “progressão aritmética” (CARVALHO, 2011), numa clara associação *malthusiana*.

Assim Vianna Moog acreditava que a tradição ibérica negava a modernidade. O Brasil só teria sucesso e possibilidade de desenvolvimento com novas éticas do trabalho trazidas ao país pelos imigrantes alemães e italianos (CARVALHO, 2011).

Vianna Moog conta sobre a grande importância que Lindolfo Collor dava a seu local de origem: São Leopoldo. Fundamenta tal afirmação no fato de que ele, numa coletânea de artigos compilados e transformados em livro depois de sua morte, obra intitulada *Sinais dos Tempos*, rememora de forma saudosista aspectos da infância em sua “terra natal”. Pensando no valor dado por Collor a seu local de origem, e levando essas memórias em consideração, Vianna Moog entende que, “[...] São Leopoldo havia de ser o lugar adequado para os depoimentos a surgir sobre sua vida e sua obra” (MOOG, 1976, p. 19).

Quem relata a vida – ou momentos da vida – de alguém, como não poderia deixar de ser, tem intenções bem marcadas; e isso fica evidente em várias passagens do texto de Vianna Moog. François Dosse afirma, por exemplo, a existência do que ele chama de “imperativo da empatia”, ou seja, momentos nas narrativas biográficas ou testemunhais, nos quais o biógrafo sente uma necessidade natural de evocar “sua dívida para com o biografado” (DOSSE, 2009, p. 371).<sup>20</sup> Ainda para Dosse (2009), um biógrafo pode se tornar um agente engajado, ou mesmo uma testemunha, tendo interesses apologéticos ou com fins de detração sobre o biografado.

---

<sup>20</sup> Nesse caso em específico, em que Vianna Moog por diversas vezes classifica Lindolfo como “meu amigo”, e inicia seu testemunho afirmando que São Leopoldo seria o local naturalmente inclinado para surgirem relatos sobre a vida de Lindolfo Collor, é possível perceber, por exemplo, que o “imperativo da empatia” de François Dosse se faz fortemente presente.

Em uma passagem de seu relato, Vianna Moog conta que após a Revolução de 1930, a pessoa mais feliz do Rio de Janeiro devia ser “seu amigo” Lindolfo Collor. Vianna teria sido um dos primeiros a ser informado pela boca do próprio Lindolfo ao encontrar-se com ele por acaso no Rio de Janeiro, da criação da pasta do Ministério do Trabalho, decreto que Getúlio Vargas havia acabado de assinar (MOOG, 1976, p. 30).

Tergiversando sobre isso, Vianna relata que aquela foi sua primeira “grande decepção” com a Revolução de 1930. (MOOG, 1976, p. 30). Seu amigo Lindolfo Collor merecia um ministério melhor, talvez o Ministério do Exterior, ou o da Fazenda.

Mesmo assim, prossegue Vianna; Collor não se abateu, e trabalhou diligentemente como Ministro do Trabalho. Propôs uma série de medidas econômicas que visavam o bem estar dos trabalhadores. “Será preciso mais para perceber a qualidade de pensador social que foi Lindolfo Collor?” – pergunta-se Vianna Moog. Ele mesmo responde: “Cuido de que não” (MOOG, 1976, p. 32).

Em vários momentos de seu testemunho, ao falar de Lindolfo Collor, Vianna Moog fala um pouco de si mesmo. François Dosse se pergunta: “Por que se escrevem biografias? Nunca, sem dúvida, alguém escreveu a vida de outro homem só com vistas ao conhecimento” (DOSSE, 2009, p. 96). Dosse segue afirmando que, em geral, os biógrafos não se dão conta disso, mas quando se escreve sobre a vida de alguém, se tem a pretensão mesmo velada, de lançar uma visão totalizante da vida do biografado, e também projetar características próprias nele.

E, no caso de Vianna Moog, que conheceu pessoalmente Lindolfo Collor, e em diversos momentos se coloca na posição de “narrador/testemunha”, seu relato parece falar também de sua própria importância, mesmo que pequena, em diversas passagens da vida de Lindolfo Collor. Algo como uma participação modesta, porém presente, dada a amizade com ele, em assuntos de relevo nacional. Mais do que isso, por estar presente pode propor um relato *único*, fruto de suas memórias – únicas e intransferíveis – a respeito dos eventos e do próprio biografado.

Sendo assim, ele e somente ele poderia produzir tal narrativa, pois lá estava, e lá viveu a experiência de forma única. Essa pequena “participação” do narrador como protagonista tende a gerar um sentimento de “confiança” em sua narrativa. O biógrafo não se utiliza de nenhuma outra “fonte” – de caráter mais acadêmico, por exemplo – que não ele mesmo. Confia apenas em sua memória sobre o evento. Memória essa, *reconstruída* para o público leitor tantos anos depois.

Sobre essa relação que o narrador estabelece, colocando-se em posição de testemunha – e que acessa isso através de suas memórias, Beatriz Sarlo afirma tratar-se de uma “fetichização da verdade testemunhal”, onde o “ter vivido” a situação reveste-se de uma forte carga emocional para o leitor, afastando a desconfiança que ele possa desenvolver em relação ao testemunho como um todo. Isso gera, ainda segundo a mesma autora, uma “confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido” (SARLO, 2007, p. 48).

Assim, o relato testemunhal de Vianna Moog destaca pontos na vida de Lindolfo Collor que apenas Vianna conhecia, pois ele era amigo de Lindolfo Collor, como afirmou. Mais do que isso, como esse biógrafo também destaca em seu texto, a descendência germânica de Lindolfo Collor era um fator a ser considerado para se melhor compreender sua grandiosidade tanto como jornalista, escritor, Ministro do Trabalho, etc., mas também para se compreender a rigidez moral e a firmeza de opiniões de seu biografado.

O texto de Clodomir Vianna Moog, apresentado em 1976, assemelha-se, guardadas as proporções, ao texto do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger (1946), pois foi realizado em um momento em que o município, de certa forma, “comemorava” a criação recente de seu Instituto Histórico. A instituição chegou a ser descrita por Germano Oscar Moehlecke, em discurso realizado em 1976, durante o 2º Simpósio, como um espaço para “promover e divulgar estudos e pesquisas que se relacionam com a história do Rio Grande do Sul, particularmente no tocante à imigração e colonização alemã” (*Anais do Segundo Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 1976, p. 15).

Mesmo que, posteriormente, os simpósios abrissem espaço para o estudo de outras etnias, ainda durante o 2º Simpósio, a tônica era a imigração alemã e suas contribuições para São Leopoldo e para o Brasil. Vale destacar que da Mesa de Honra da Sessão Solene que instalou o 2º Simpósio, participava Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo Collor, que coligiu no final da década de 1980 relatos sobre seu pai em obra que será analisada em capítulo posterior.

Além disso, a própria temática que norteou as produções desse 2º Simpósio dava conta do desenvolvimento histórico de São Leopoldo, com textos versando sobre a evolução urbana, os primórdios do policiamento na colônia, o desenvolvimento dos cinemas, etc. Notabilizaram-se também imigrantes alemães e descendentes que se destacaram na sociedade leopoldense, como o professor Friedrich Bieri, suíço que foi pioneiro do espiritismo no Rio Grande do Sul, e o próprio Lindolfo Collor, descendente de alemães nascido em São Leopoldo.

Também vale destacar que a partir do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, ficou estabelecido a partir de uma moção do prefeito de São Leopoldo à época, Carlos de Souza Moraes, que os custos materiais com a publicação dos Anais dos referidos simpósios ficariam a cargo do Governo Municipal, mas também, “da nossa indústria e comércio, que deverão assegurar materialmente recursos para publicação dos Anais e instituição de prêmios aos trabalhos premiados” (*Anais do Primeiro Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 1974, p. 30).

Conseqüentemente, nos Anais do 2º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, realizado em 1976, há a relação de uma série de empresas que contribuíram com os custos de publicação. Tais empresas são citadas ao final dos Anais do 2º Simpósio, sob o título “A quem você deve estes Anais”. Telmo Lauro Müller, coordenador do 2º Simpósio ressaltou,

Não por último queremos expressar nossa imensa satisfação pela publicação destes ANAIS. Isso se deve à nova mentalidade do empresariado, que, saindo de sua esfera restrita de ação, vem apoiar eventos culturais como o Simpósio, associando-se na difusão de conhecimentos em busca de uma verdade maior. Gostaríamos de que o prezado leitor reparasse na lista de empresas que oportunizaram estes ANAIS. A elas devemos agradecer por este livro [...] (*Anais do Segundo Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, 1976, p. 8).

Portanto, reserva-se espaço para uma lista de empresas que apoiaram a publicação dos Anais. Dentre as 27 empresas listadas, a grande maioria se constitui de empresas com nomes fantasia de origens germânicas, como Artesanato de Estofados Eltz, Comércio de Automóveis, Peças e Acessórios Giering, Ferragens Emilio M. Müller, Ferragem Feldmann, Calçados e Artefatos em Couro F. G. Schmidt S.A., fábricas de bebidas e vinagres Weinmann & Cia. (de São Leopoldo) e Fábrica de Formas para Calçados Oscar Kunz S.A. (do município de Novo Hamburgo), por exemplo.

No ano de 1977, Clodomir Vianna Moog ainda faz outro discurso de posse de sócio honorário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro em 16 de novembro. Neste discurso ele destaca, entre outras coisas, a importância de “interromper o prolongado silêncio que se vem fazendo em torno do meu saudoso amigo, Lindolfo Collor [...]” (*Retrato de Lindolfo Collor*, Publicação do Ministério do Trabalho, 1989, p. 41).

O discurso, em grande medida, aproxima-se quase que totalmente do discurso feito em São Leopoldo em 1976. O próprio autor afirma que é ainda seu desejo construir um perfil biográfico de Lindolfo algum dia, mas que fará um depoimento de caráter bastante pessoal

sobre “seu amigo”. Nele, Vianna Moog chama a atenção para o fato de Lindolfo Collor pertencer a São Leopoldo, e também ter sido o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil – ponto esse enfatizado mais do que no discurso de 1976 em São Leopoldo.

Algumas diferenças podem ser apontadas entre os dois discursos. Vianna Moog enfatiza em muitos momentos a “inteligência” de Lindolfo Collor que era “a sua qualidade predominante, se é que se pode falar em qualidades predominantes, onde tantas excedem” (*Retrato de Lindolfo Collor*, Publicação do Ministério do Trabalho, 1989, p. 54). Essa “inteligência” teria sido de grande importância para dar “sentido e direção à Revolução de 30, que sem ele e sua soberba contribuição, é bem possível tivesse sido apenas uma revolução como as outras” (*Retrato de Lindolfo Collor*, Publicação do Ministério do Trabalho, 1989, p. 44).

Além do mais, discursando para uma plateia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vianna Moog destaca ainda a importância de Lindolfo Collor como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.<sup>21</sup> De fato, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul foi instalado em Porto Alegre, tendo apoio decisivo do Governador do Estado Borges de Medeiros. Sua primeira sessão realizou-se em 05 de agosto de 1920 e sua fundação propriamente dita ocorreu em 19 de novembro do mesmo ano.

No primeiro texto escrito para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor destaca, entre outras coisas, que,

[...] uma sociedade que não cultiva sua própria história não tem consciência de si – mesma [...] Os profetas e os magos não teriam iluminado o futuro dos povos, si não houvessem recorrido à experiência dos séculos amontoadas na história” (*sic*) (COLLOR, 1921, apud MOOG, 1976, p. 30).

Lindolfo Collor, contudo, esteve no primeiro ano de inauguração do Instituto, mas não mais participou da instituição, porque logo se afirmou politicamente e passou a se dedicar quase que de forma exclusiva à vida político-partidária como um dos aliados de Borges de Medeiros. Segundo Silveira (2008, p. 34), mesmo que do Instituto participassem pessoas politicamente engajadas, o espaço da “ciência deveria ser neutro e de caráter objetivo”, o que invariavelmente, “resultou na saída de alguns membros mais diretamente ligados à vida política”.

---

<sup>21</sup> Apesar dessa afirmação de Vianna Moog, no *site* do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul não é feita menção à atuação de Lindolfo Collor na fundação do mesmo. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acesso em: 09/11/2012 às 11h. 30min.

Mesmo que o discurso de Vianna Moog ao Instituto Histórico e Geográfico tenha sido intitulado “Lindolfo Collor e a Questão Social no Brasil”, a tônica recai não em uma revisão histórica sobre a questão em si, discutindo a validade das propostas de Lindolfo Collor para a resolução dos problemas sociais no Brasil, mas, sim, em um depoimento de cunho pessoal, onde a importância de Lindolfo é salientada por características como sua “inteligência”.

Além disso, Vianna Moog, em várias passagens de seu texto aponta acontecimentos de caráter autobiográficos quando eles se aproximam de momentos da vida de Lindolfo Collor. Portanto, novamente – como em 1976 – o discursante constroi um pouco de sua autobiografia utilizando situações na vida de Lindolfo Collor, “seu amigo”, para tanto, como a época em que se conheceram em São Leopoldo – entre 1922 e 1923 – as primeiras impressões de Vianna Moog sobre a poesia de Lindolfo Collor, “não li e não gostei” (*Retrato de Lindolfo Collor*, Publicação do Ministério do Trabalho, 1989, p. 45), etc.

Para Moreira (2011), Vianna Moog elencou vários intelectuais brasileiros que se notabilizaram em variados campos, utilizando-os como *símbolos* de temas e problemas nacionais. Para a mesma autora, Vianna Moog criou as chamadas *ilhas literárias*, como as regiões do Amazonas, Nordeste, Rio Grande do Sul, etc. Nessas zonas, identificava questões que ele considerava prementes de solução, além de exemplos de diferentes tipos humanos que haviam se destacado nessas esferas de influência. Para o Rio Grande do Sul, Vianna Moog utilizou-se, entre outros, de Lindolfo Collor e imputou a ele grande importância na constituição das leis trabalhistas brasileiras.

### 2.3. CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE LINDOLFO COLLOR

O ano de 1990 marcou comemorações do centenário de nascimento de Lindolfo Collor ocorridas por todo o Brasil, e também mais localmente, no município de São Leopoldo. Ocorreu a produção de textos sobre este tema tanto no Instituto Histórico de São Leopoldo, quanto em publicação do periódico *Estudos Leopoldenses*, revista de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que dedicou uma edição inteira a esse personagem.

É interessante destacar que o nome de Lindolfo Collor, tanto em publicações do Instituto Histórico de São Leopoldo, quanto em outras, de âmbitos estadual e municipal praticamente “desaparece” depois das comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã. Contudo, o nome Collor ainda aparece citado por alguns trabalhos realizados durante

a década de 1980, mas a maioria dos autores que evocou o nome de Collor está mais preocupada em associá-lo aos direitos trabalhistas do que a um *protótipo* de imigrante alemão, ou mesmo símbolo do desenvolvimento do município de São Leopoldo.

Não é nossa intenção tratar exatamente destas publicações da década de 1980, pois elas fogem do foco inicial, que é versar sobre textos produzidos em São Leopoldo. Contudo, dá-se também espaço para algumas delas, pois não se pode afirmar, por exemplo, que o nome Collor ficou “no limbo acadêmico” nos âmbitos nacional e estadual, e sim, em grande medida, foi deixado em segundo plano por autores ligados ao município de São Leopoldo, sendo “resgatado” em alguns momentos.

Uma das publicações realizadas fora de São Leopoldo na década de 1980 foi fruto do *Simpósio sobre a Revolução de 30*, ocorrido entre 03 e 10 de outubro de 1980 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O simpósio teve como uma de suas principais metas abrir espaço não apenas para historiadores acadêmicos, mas também a pesquisadores diletantes e mesmo participantes de eventos ocorridos ao redor de 1930, para discutir “episódios e figuras ligadas ao ciclo de Vargas” (*Simpósio sobre a Revolução de 30*, 1980, Apresentação), mesmo que tais personalidades não participassem das discussões principais, reservadas a historiadores acadêmicos.

Em um dos textos do referido simpósio, Mozart Victor Russomano,<sup>22</sup> o presidente do *Painel 4 – Legislação Trabalhista, Empresariado e Sindicalismo no Pós-30*, afirmou, por exemplo, que apesar de o Brasil já contar com uma legislação trabalhista antes de 1930, ela era pouco cumprida. Passaria a ser depois de 1930, com o trabalho conjunto de Getúlio Vargas e Lindolfo Collor. Longe de propor uma disputa entre essas duas personalidades, Russomano propõe que uma não poderia ter tido tanta liberdade de ação sem a outra.

Durante sua narrativa de cunho “pacifista”, não se explicitam disputas entre Getúlio Vargas e Lindolfo Collor, mesmo que ele reconheça que a legislação trabalhista será utilizada como instrumento político-partidário para “amarrar” os trabalhadores a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo. Dessa forma, a legislação “inicial”, proposta por Lindolfo Collor não poderia ser responsabilizada por esse tipo de uso, uma espécie de desvirtuamento das proposições primeiras de Lindolfo.

Muitos escritores ligados ao município de São Leopoldo foram enfáticos em considerar Lindolfo Collor como um *intellectual*; alguém que pensou de forma sistemática os problemas brasileiros, que produziu obras de caráter historiográfico, etc. Contudo, durante o

---

<sup>22</sup> Mozart Victor Russomano (1922-2010). Jurista e professor universitário. Doutor em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Ministro e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

*Simpósio sobre a Revolução de 30* (1980) o nome de Lindolfo Collor não é citado por Lúcia Lippi de Oliveira<sup>23</sup> como um *intelectual*. A autora argumenta que para se enquadrar nessa categoria, o escritor não deve apenas ter produzido trabalhos diretamente ligados à ação e/ou reflexão políticas.

Pensando por essa classificação da autora, acreditamos que Lindolfo Collor pode ser classificado como um *intelectual*, pois produziu, além de muitos artigos jornalísticos sobre a situação geopolítica da Europa antes da Segunda Guerra Mundial, uma obra de caráter biográfico/histórico sobre Giuseppe Garibaldi, por exemplo. Esta obra de Collor, apesar de pouco referenciada por outros autores<sup>24</sup>, figura como leitura indicada pela *Associação Giuseppe Garibaldi*,<sup>25</sup> fundada em 1883, no estado do Paraná, e é também recomendada como leitura sobre Garibaldi pelo *Memorial do RS*.<sup>26</sup>

Também teve lugar no *Simpósio sobre a Revolução de 30* (1980) um espaço – diferente das discussões principais – para depoimentos de personalidades que estiveram ligadas de uma forma ou de outra ao ocorrido de 1930. Um dos depoentes é Clodomir Vianna Moog, que guardadas as proporções, “repete” com algumas diferenças o depoimento dado ao Instituto Histórico de São Leopoldo em 1976.

Vianna Moog novamente frisa sua amizade com Lindolfo Collor: “eu era um de seus grandes amigos”; e logo a seguir, explica, “todos os domingos íamos assistir aos jogos”; mais adiante afirma que sobre o início dos combates em 03 de outubro de 1930, “era natural que eu me preocupasse com o que pudesse ter acontecido com ele, nosso vizinho e amigo” (*Simpósio sobre a Revolução de 30*, 1980, p. 529). Mesmo que nesse depoimento, Vianna Moog novamente ressalte a amizade que tinha com Collor, ele não mais o destaca como um dos grandes *ícones* de São Leopoldo, nem mesmo como um *exemplo* de descendente de alemães. Compreende-se, a ocasião não era a mais “adequada” para sublinhar esses pontos.

Em outra mesa aberta aos “depoentes”, voltada para discutir jornalistas e escritores que tiveram destaque ao redor da “Revolução de 1930”, é novamente – e apenas – Clodomir Vianna Moog que destaca Lindolfo Collor como jornalista e também como escritor. Se

---

23 Lúcia Lippi de Oliveira. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Pesquisadora associada, Coordenadora do setor de pesquisas e Diretora do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas.

24 Por exemplo: CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi – corsário rio-grandense (1837-1838)*. Porto Alegre – RS: IEL, EDIPUCRS, 1992.

25 Associação Giuseppe Garibaldi. Disponível em: <http://www.palaciogaribaldi.com.br>. Acesso em 05/11/21, as 11h 30min.

26 Memorial do RS: Cadernos de História sobre Giuseppe Garibaldi. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/bentogaribaldi.pdf>. Acesso em: 05/11/21, as 11h 30min.

Lindolfo Collor teve tão grande destaque no jornalismo, como afirmam muitos de seus biógrafos, por que apenas Vianna Moog comenta isso na seção de depoimentos?

O ano de 1988 – igualmente destacado pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil – foi palco de uma série de homenagens a Lindolfo Collor realizadas no Estado do Pará. Nesse mesmo ano, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará realizou a *Semana Lindolfo Collor*, com a compilação de textos de historiadores e juristas que dissertaram sobre Lindolfo Collor e suas contribuições nos campos da História, do Direito e do Jornalismo. Durante o evento, foi entregue Medalha de Mérito *Jus et Labor* para Lindolfo Collor (post mortem), e quem a recebeu, foi Leda Collor de Mello.

Considerando que Lindolfo Collor foi, segundo Arthur Francisco Seixas dos Anjos, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, “o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil” e também o que lançou “as bases da legislação social pátria”, foi resolvida a realização da *Semana Lindolfo Collor*, considerando a proximidade das comemorações do centenário desse “ilustre brasileiro, que marcou de forma indelével e brilhante a sua passagem pelo jornalismo, pela política e pela administração pública” (Portaria nº 306. 17/05/1988 - Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região).<sup>27</sup>

Fez parte da *Semana Lindolfo Collor* o texto intitulado “Lindolfo Collor e a plataforma modernizadora da Aliança Liberal”, da autoria de Ricardo Vélez Rodríguez. O mesmo texto, com igual título e teor, foi publicado, em 1990, nos Anais do IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul.

Esse simpósio foi aberto no dia 20 de setembro de 1990, data evocativa da Revolução Farroupilha e da ressonância dessa “na então Colônia Alemã de São Leopoldo” (*Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*, 1998, p. 113). Além disso, durante o discurso de abertura, Telmo Lauro Müller argumenta que a data foi escolhida porque, igualmente em 20 de setembro, em 1959, foi fundado o Museu da Imigração de São Leopoldo, que, em 1990, completava 31 anos de existência.

Ainda em 1990, lembrava o palestrante, o simpósio ocorreria em “coincidência com o centenário de nascimento de Lindolfo Collor, indiscutivelmente um dos maiores nomes brasileiros, logo proeminência para São Leopoldo” (*Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*, 1998, p. 113).

Telmo Lauro Müller havia representado o município de São Leopoldo, por indicação do prefeito da época, Waldir Schmidt, na *Semana Lindolfo Collor*, realizada em 1988, no

---

<sup>27</sup> Disponível no Acervo Vianna Moog, do Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS.

Pará. Segundo o palestrante, foi dito na ocasião que essa semana de estudos seria “um facho de luz como se fosse um fogo simbólico que irá percorrer todo o Brasil”. Telmo Lauro Müller havia prometido então trazer aquela “chama” para São Leopoldo; e conclui, “e já tivemos uma série de eventos para marcar a grande efeméride do centenário de Lindolfo Collor” (*Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*, 1998, p. 113).

O texto de Ricardo Vélez Rodríguez é significativo, pois concatena novamente algumas das ideias já propostas por biógrafos anteriores, associando Lindolfo Collor à corrente imigratória alemã, ao seu nascimento em São Leopoldo, criando uma narrativa desenvolvimentista para o município, e também a toda uma “ética de trabalho”, associada a essa imigração. O autor comenta, por exemplo,

No contexto da IX edição do Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul, nada mais apropriado do que a comemoração do Centenário de Lindolfo Collor, pois a sua obra e a sua personalidade revelam muito da disciplina, dos altos ideais cívicos, da persistência, que são traços marcantes da herança cultural alemã no Brasil. Num momento em que nosso país faz esforços significativos para se colocar no seio do mundo desenvolvido, é bom lembrar a íntegra figura de Lindolfo Collor que foi, sem dúvida o brasileiro que pensou o Brasil moderno (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 192).

O ano de 1990, vale lembrar, também marcou o início da gestão presidencial de Fernando Collor de Mello – neto de Lindolfo Collor. Por que o autor associa o “Brasil moderno” já pensado, segundo ele, por Lindolfo Collor, com outra modernização do Brasil, em 1990? Pensava o autor, mais no contexto de produção do que no contexto do qual falava? Até aonde é possível traçar um paralelo entre Fernando Collor de Mello e Lindolfo Collor (neto e avô), no que tange à ideia de modernização do Brasil, sobretudo de leis voltadas ao trabalhismo? Qual o significado dessa associação proposta pelo autor? Comentar os novos rumos da República brasileira, que novamente depois de mais de vinte anos, elegia de forma direta seus governantes? Associar a imagem de Fernando Collor de Mello, e num discurso desenvolvimentista, “resgatar” uma figura que já havia, segundo ele, pensado um “Brasil moderno” muitos anos antes?

Ricardo Vélez Rodríguez, à semelhança de muitos biógrafos de Lindolfo Collor, acredita que ele “deitou as bases da legislação social brasileira” (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 194). E que, mesmo tendo ficado pouco tempo no Ministério do Trabalho, empreendeu medidas de extrema importância. Este autor, assim como Licurgo Ramos da Costa (cuja obra será analisada no capítulo posterior), utiliza-se de uma analogia proposta por

Clodomir Vianna Moog, a comparação de Lindolfo Collor com José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado o “Patriarca da Independência”.

Nesta comparação, Vianna Moog afirma que José Bonifácio havia construído todo um “alicerce” jurídico no Império Brasileiro, mas acabou sendo relegado a um segundo plano, pois os “louros” teriam sido dados posteriormente a D. Pedro I. Segundo Vianna Moog quase a mesma coisa teria acontecido com Lindolfo Collor, que mesmo tendo criado as bases do trabalhismo no Brasil, “perdeu” espaço no “trem da História” para Getúlio Vargas, oficialmente considerado como o primeiro a pensar os direitos trabalhistas no Brasil.

O autor também acredita que o Manifesto da Aliança Liberal, proposto por Lindolfo Collor, em 1929, “constitui a primeira proposta sistemática, no Brasil, que tentou implantar a justiça social nos terrenos trabalhista, educacional e da administração de justiça” (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 201).

Também à semelhança de outros biógrafos anteriores e posteriores, Ricardo Vélez Rodríguez cita a demissão de Lindolfo Collor do Ministério do Trabalho como um sinal de suas fortes convicções morais, uma vez que ele não teria titubeado em entrar em atrito com Getúlio Vargas ao saber do empastelamento do jornal *Diário Carioca*. Como jornalista, não poderia admitir essa atitude, e, portanto, teria pedido demissão.

Para o autor, a demissão de Lindolfo Collor também é um sinal da “independência de espírito que sempre o caracterizou” (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 202). Contudo, essa demissão pode ser encarada como um momento chave para se compreender o *antes* e o *depois* da “questão social” no Brasil, pois

[...] certamente algo se perdeu com a saída de Collor: a dimensão democrática que Lindolfo soube imprimir ao processo de legislação trabalhista, que sob a inspiração de Getúlio se viu contaminada com o vezo estatizante e corporativista, que passou a animar, posteriormente, a CLT (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 202).

Ricardo Vélez Rodríguez ainda argumenta que Lindolfo Collor foi um dos pioneiros a pensar a educação em diferentes níveis no Brasil, destacando, por exemplo, reformas nas universidades e a ampliação do ensino profissionalizante. Por fim, para o autor, a figura de Lindolfo Collor tem grande valor simbólico, pois,

Num momento histórico, como o atual, em que o Brasil sofre uma crise de liderança e de identidade, em que muitos duvidam de nossa capacidade para nos tornarmos um grande país, em que pesquisas de opinião revelam a descrença popular frente à classe política, é saudável lembrar a figura de um

estadista da talha de Lindolfo Collor. Quando as nações perdem o rumo do seu destino, mais do que a retórica, falam os exemplos dos grandes homens. Collor é um paradigma da dedicação à causa republicana (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 205).

Novamente, pelas palavras de Ricardo Vélez Rodríguez, a interpretação sobre as atitudes – sobretudo políticas – constroi um Lindolfo Collor que, inicialmente, nas palavras do autor, guardava uma série de características sempre associadas à herança cultural alemã no Brasil, como persistência, disciplina, ideais cívicos, etc. Há muitos estudos anteriores e posteriores que poderiam ser utilizados para relativizar as informações e as interpretações históricas fornecidas pelo autor, mas o objetivo principal deste estudo é compreender as diferentes formas como Lindolfo Collor foi representado por seus biógrafos.

O texto de Ricardo Vélez Rodríguez novamente, à semelhança de outros, propõe um Lindolfo Collor moralmente forte, e inovador em diversos campos de atuação, como a política, a economia, a educação, etc. É significativo também que o autor evoque a importância dos “grandes homens” para se compreender os momentos históricos, mas também como símbolos morais que devem ser lembrados em momentos de crise. Vale destacar, é claro, que o processo de *rememoração* se constroi por fina seleção, e, portanto, o autor *escolheu se lembrar* de características específicas de Lindolfo Collor, não deixando margem a segundas interpretações por parte dos leitores.

E, novamente, para se referir a Lindolfo Collor, utiliza palavras de Vianna Moog, quando este afirma que “se é certo, como afirma Goethe, haver poucos homens que, possuindo entendimento, tenham, ao mesmo tempo, qualidades de ação, Lindolfo Collor pertenceu a esse reduzido número de eleitos” (MOOG, 1976 apud VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1998, p. 197).

O outro autor que dedicou texto a Lindolfo Collor durante as comemorações do centenário de nascimento de Lindolfo foi Telmo Lauro Müller. Seu texto foi igualmente publicado nos *Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*, realizado em 1990 e publicado em 1998.

O texto foi intitulado *Lindolfo Collor fruto da imigração alemã*, e neste texto de caráter biográfico, seu autor nos fala da necessidade de “recordar Collor como filho dessa cidade; sua vibração ao visitá-la, sua opinião sobre as ruas; era preciso lembrar Collor como fruto da imigração que aqui começou em 1824” (MÜLLER, 1998, p. 210).

Telmo Lauro Müller, diretor do Instituto Histórico de São Leopoldo durante certo tempo, era considerado referência em estudos de imigração, principalmente em São Leopoldo.

Foi idealizador e fundador do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, e no Instituto Histórico de São Leopoldo ocupava a cadeira de nº 19, cujo patrono era Lindolfo Collor.

Nesse texto, Telmo Lauro Müller não tem por objetivo produzir uma trajetória de vida completa – do nascimento à morte – mas concatena a maioria dos fatos relativos a Lindolfo Collor de forma cronológica, linear. Assim, construiu uma narrativa constante, no qual o principal objetivo parece ter sido extrair uma lógica retrospectiva dos fatos.

O município de São Leopoldo, vale lembrar, originou-se da Feitoria do Linho Cânhamo, empreendimento comercial do Império Português de cultivo de diversos produtos, sobretudo o cânhamo ligado à produção têxtil. Antes da chegada dos alemães, em 1824, havia forte presença da mão de obra escrava africana – que convém afirmar, não termina com a chegada dos alemães. Telmo Lauro Müller é enfático, por exemplo, ao afirmar que a história “oficial” de São Leopoldo começa com a imigração alemã de 1824. Mais ainda, ele diz que a própria história do Rio Grande do Sul pode ser dividida em *antes* e *depois* dessa data (MÜLLER, 1998, p. 211), assumindo uma evidente posição germanófila.

Chegou a reconhecer que a presença da mão de obra africana, e as constantes disputas entre portugueses e espanhóis que grassavam a região, eram as responsáveis pelo parco desenvolvimento da Feitoria. Isso terminaria em 1824, com a chegada dos imigrantes alemães. Afirma ele que, “à base disso podemos concluir que não era a terra e, sim, outro fator responsável pelo fracasso econômico do estabelecimento imperial” (MÜLLER, 1998, p. 68).

Para esse autor, a Feitoria do Linho Cânhamo (que dará origem à cidade de São Leopoldo), de colonização portuguesa, não podia obter resultados favoráveis, uma vez que o português estava mais voltado para a disputa contra os espanhóis do que em desenvolver a terra. Os escravos africanos que aqui viviam eram indolentes, uma vez que seu trabalho era, de fato, escravo; portanto, sem compromisso com o desenvolvimento da região.<sup>28</sup>

A “operosidade” do imigrante alemão que chega em 1824 se dava em diversos âmbitos, e para o autor, ela pode começar a ser procurada pelos sobrenomes desses imigrantes. Dizia ele que o alemão se reconhece pela própria atividade que exerce: o artesão era *Handwerker*, o tecelão era *Weber*, o sapateiro era *Schuster*, etc. esses sobrenomes são

<sup>28</sup> Mesmo que no texto *A memória dos teuto-gaúchos*, de 1996, o mesmo autor afirme que o “antes” e o “depois” em que a história de São Leopoldo, e em maior medida, do Rio Grande do Sul inteiramente, possa ser classificada, ele não pretende comparar, já que “cada etnia tem suas peculiaridades e certas intimidades que a colocam em lugar especial no conjunto do Estado do qual se fala ou o qual se estuda. A história tem essa grandiosidade: ninguém é melhor do que ninguém; ela aponta e registra. As ilações são sempre pessoais, dos estudiosos. E a conclusão é de quem lê” (MÜLLER, 1996, p. 243). É digna de nota a mudança do viés interpretativo. Primeiramente em obra direcionada mais para âmbito municipal leopoldense, destaca-se um ponto de vista étnico, e depois, para público mais amplo, o discurso “suavizou-se”.

conhecidos na atualidade, e segundo o autor, eles já indicavam o desejo de trabalhar e prosperar desses primeiros imigrantes.

Citando trechos de discursos e passagens de textos redigidos para jornais, o autor afirma que o próprio Lindolfo Collor comungava dessa concepção, e sempre que possível, a explicitava. Em 1929, por exemplo, o autor cita trechos de um discurso que Lindolfo Collor fez em um jantar comemorativo ao seu retorno a São Leopoldo. Nesse discurso, Lindolfo fala da “operosa estirpe dos Boeckel” (nome do meio de Lindolfo Collor, herdado de seu pai biológico) e “de sua perfeita adaptação ao meio brasileiro”, onde “amaram e serviram a colônia, a vila, a cidade, o município”, buscando “sua dignidade e seu engrandecimento” (apud MÜLLER, 1998, p. 213).

Nesse sentido, faz-se importante destacar a preocupação inicial do autor, ou seja, da necessidade de falar de Lindolfo Collor como “filho” de São Leopoldo. Até a atualidade, a cidade de São Leopoldo construiu sua História e sua memória como o berço da imigração alemã. Dessa forma, mostra-se bastante válida para a manutenção dessa imagem, o “resgate” de elementos biográficos de uma personalidade política de renome, como Lindolfo Collor. Um daqueles “homens que deram certo”, fruto da educação de origem alemã, filho de imigrantes alemães, em uma cidade cuja “história oficial” ainda se orgulha de ser berço dessa imigração.

Segundo Telmo Lauro Müller ainda, Lindolfo Collor fazia um bom “uso político” de sua origem germânica. Mais do que isso, Lindolfo Collor teria, segundo esse autor, “orgulho” em se reconhecer como descendente de alemães. O autor menciona um discurso de Lindolfo Collor proferido na cidade de São Leopoldo por ocasião de um jantar oferecido em sua homenagem. Nesse discurso, Lindolfo diz:

[...] voltando de novo à minha terra natal, à terra dos meus pais e dos meus primeiros sonhos [...] Contam-se os meus antepassados, da operosa estirpe dos Boeckel [*nome do pai biológico de Lindolfo*], entre os mais antigos povoadores deste trecho da terra rio-grandense. Rememoro-lhes comovidamente o trabalho fecundo que desenvolveram em benefício da nascente comunhão social [...] aqui vieram, buscando uma nova pátria, trabalhar lealmente pela sua dignidade e seu engrandecimento (COLLOR apud MÜLLER, 1998a, p. 213)

Não é nosso objetivo analisar como Lindolfo Collor constroi elementos de sua “autobiografia” a partir de discursos, cartas e artigos – mesmo porque ele não escreveu um livro sobre si mesmo – e que relação pode ser estabelecida entre essas fontes e os relatos produzidos por seus principais biógrafos. Mesmo sem uma análise mais acurada, é possível

pensar que a utilização do nome Boeckel em São Leopoldo soaria muito mais “patriótico” do que o nome Collor, que apesar de ser o nome pelo qual ele se torna mais conhecido, não pertence a um membro da comunidade leopoldense<sup>29</sup>.

Ainda segundo Telmo Lauro Müller, Lindolfo Collor “demonstrava que conhecia sua cidade e sua gente”; mas reconhecia, além disso, “o espírito ordeiro, a dedicação ao trabalho; a inteligência dos moradores, o valor cívico de todos. [...] Temos aí o elogio do filho ilustre!” (MÜLLER, 1998a, p. 214).

Além disso, o autor ainda destaca que havia durante a vida de Collor todo um *simbolismo* de combatividade ao redor de sua figura, pois para Telmo Lauro Müller, Lindolfo Collor foi uma das maiores lideranças do Partido Republicano Riograndense, e, portanto, teria inspirado, por exemplo, a instalação em Novo Hamburgo (em 01/08/1936) do Grêmio Republicano Lindolfo Collor. O autor ainda comenta que o próprio Lindolfo teria participado da inauguração desse grêmio, tendo inclusive, discursado.

O autor também destaca a demissão de Lindolfo como um exemplo de indisposição do mesmo com forças políticas de caráter ditatorial. Lindolfo sofreria com isso, é claro, sobretudo perseguições durante o Estado Novo (1937-1945). Mas “Lindolfo Collor era homem de extraordinária inteligência e cultura [...] homem de uma integridade moral ilimitada [...] entre a transigência e o sacrifício, ele preferia o sacrifício” (MÜLLER, 1998, p. 217).

Telmo Lauro Müller conclui afirmando, mais uma vez, que São Leopoldo deve sentir-se orgulhosa de Lindolfo Collor. Ele poderia, utilizando os espaços políticos, angariar fortuna, mas, segundo esse autor, ele não fez isso. O próprio Lindolfo teria dito que “a dignidade dos gestos significam mais para mim do que toda a fortuna política” (COLLOR, 1937 apud MÜLLER, 1998a, p. 217). Dessa forma, Lindolfo Collor constitui para São Leopoldo uma grande “herança moral”, que deve “envaidecer São Leopoldo pelo privilégio de ter dado um nome de tal fulguração ao Brasil” (MÜLLER, 1998, p. 217).

A narrativa de Telmo Lauro Müller sobre Lindolfo Collor, igualmente como as anteriores, evidencia como um relato (nesse caso de cunho biográfico) pode servir a diversos interesses, e como a repetição sistemática de certos pontos de vista pode criar uma cristalização ao redor de determinadas características imputadas ao biografado.

---

<sup>29</sup> Mesmo que aqui Lindolfo esteja operando com dois nomes de origem germânica, não é de surpreender que esse “jogo dos nomes” possa ter levantado suspeitas entre seus conterrâneos, ora classificando-o como “apóstata do germanismo” e ora como “alemão arrivista”, como salientou Luiz Alberto Grijó (2002).

Vale lembrar que tramas da memória que se quer construir também estão envolvidas nesse processo. Seja para ressaltar elementos considerados importantes por um grupo familiar, uma classe política, ou mesmo um grupo étnico, tanto a biografia quanto a memória se inserem no que Chartier (2002) classifica como “representações”. Tais representações podem ser baseadas em instâncias coletivas ou indivíduos singulares, mas “marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 2002, p. 73).

Nessa perpetuação da existência de um grupo, uma memória – e o relato biográfico é uma de suas muitas formas de construção – está sujeita a hierarquias e classificações. Dessa forma, essa memória também define o que é comum a um grupo, o que o diferencia dos outros; enfim, “fundamenta e reforça sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

Além do IX Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, no ano de 1990 teve lugar também um ciclo de palestras intitulado *A vida e a obra de Lindolfo Collor*, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre os dias 23, 24 e 26 de julho.

O ciclo de palestras abrangia textos de diversos acadêmicos, que ressaltavam diferentes facetas do homenageado. A Profa. Dra. Helga Iracema Landgraf Piccolo (UFRGS), por exemplo, destacou a atuação de Lindolfo Collor durante a “Revolução de 1930”; o Prof. Luis Marobin (UNISINOS) enfatizou a produção de Lindolfo Collor nos campos do jornalismo e da literatura; enquanto o Prof. Sérgio Farina (UNISINOS) debateu sobre a importância dos escritos de caráter jurídico de Lindolfo Collor, e suas contribuições ao Direito Brasileiro.

Na ocasião, além da realização do ciclo de palestras, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos inaugurou também uma placa comemorativa do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, ocasião em que Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo, estava presente. A produção dessa placa, que pode ser pensada como um tipo de “memória visual”, será melhor discutida nas Considerações Finais, onde se faz um apanhado mais geral sobre a “monumentalização” da figura de Lindolfo Collor. O reitor, Dr. Aloísio Bohnen, fez um pronunciamento onde destacou a convergência das comemorações do centenário de Lindolfo Collor com os 166 anos da imigração alemã em São Leopoldo.

No transcorrer do discurso, são rememorados os problemas pelos quais passaram os primeiros imigrantes, pois “terríveis foram as dificuldades por eles enfrentadas, mas o trabalho e o ideal, tudo venceram. [...] A ânsia do progresso impulsionou-os para a frente” (Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos*

*Leopoldenses*, 1991, p. 7). A seguir, o discursante destaca que, “da estirpe destes heroicos antepassados que, tombaram, quase todos, anonimamente, revela um rebento que glorifica São Leopoldo e honra o Brasil: Lindolfo Collor” ((Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos Leopoldenses*, 1991, p. 7).

Destaca-se, a seguir, a atuação do homenageado em diversos campos, como o jornalismo, a produção historiográfica, o cuidado daquele que “soube auscultar os anseios do povo” ((Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos Leopoldenses*, 1991, p. 8). Em suma, “difícil é, na verdade, dizer por qual das facetas enumeradas mais sobressaiu, porque tudo em Lindolfo Collor aspirava ao ‘Plus ultra’ (para além)!” ((Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos Leopoldenses*, 1991, p. 8).

O discursante ainda destaca que o momento no qual o evento está sendo realizado é de suma importância para a história do Brasil, pois “as novas esperanças de um Brasil melhor”, buscado, sobretudo pelos trabalhadores que foram uma das grandes preocupações de Lindolfo Collor, encontram um foco através “de seu emérito neto, o ilustre Presidente da República, Dr. Fernando Collor de Mello” ((Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos Leopoldenses*, 1991, p. 8).

Por fim, o discurso do reitor Aloísio Bohnen encerra-se com um chamamento a professores e alunos, para que estes se inspirem na figura de Lindolfo Collor, compreendam todo o valor moral dessa imagem, espelhem-se em sua ampla formação humanística, mas que também lutem, como Lindolfo Collor, “pelo bem comum e pela justiça” ((Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos Leopoldenses*, 1991, p. 8).

É, igualmente significativo, o discurso de encerramento do evento, realizado igualmente por Aloísio Bohnen, no qual ele destaca a importância de São Leopoldo e de muitos membros da ordem dos jesuítas que se instalaram no município, depois da expulsão da ordem da Prússia pelo imperador Guilherme I e pelo “Marechal de Ferro”, Otto Von Bismarck. Dessa forma, Aloísio Bohnen classifica São Leopoldo como “um cofre das memórias educacionais do Rio Grande do Sul”. Explica, é claro, que Lindolfo Collor não estudou na UNISINOS, mas que ele também “é figura de São Leopoldo, que nós queremos agrupar e resgatar à memória de São Leopoldo, para que São Leopoldo mantenha seu perfil e sua identidade” ((Lindolfo Collor: homenagem por ocasião do centenário de seu nascimento. *Estudos Leopoldenses*, 1991, Discurso de encerramento pelo magnífico reitor Prof. Dr. Aloísio Bohnen).

Em grande medida, é possível perceber que em diferentes momentos históricos, intelectuais ligados ao município de São Leopoldo, produzindo, na maioria das vezes, em datas *comemorativas* referentes ao mesmo município, utilizaram-se da imagem de Lindolfo Collor com objetivos bem marcados. Foram identificados, em suma, três grandes *momentos* em que essas construções aconteceram, e em grande medida, perpetuaram tais interpretações.

1) O primeiro momento ocorre em 1946, quando o padre Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. produz uma série de pequenos relatos biográficos sobre personalidades de destaque no município de São Leopoldo, *Filhos Ilustres de São Leopoldo*. Lindolfo Collor foi considerado um destes “filhos ilustres” justamente no ano em que o município comemorava o centenário de elevação de São Leopoldo à categoria de vila.

À época o prefeito Carlos de Souza Moraes fez requisição ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, para que enviasse comissão que permitisse a realização do *Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*. O próprio Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. participou dessa comissão. O objetivo principal, segundo discurso de época, foi a reunião de documentos e teses que dessem conta do início da imigração alemã à São Leopoldo, bem como o desenvolvimento do município através de “figuras e fatos ligados à vida social” da cidade.

Pela primeira vez então, Lindolfo Collor será considerado pelo texto de Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. como um símbolo do desenvolvimento do município de São Leopoldo. Juntamente a isso, um dos *motivos* elencados pelo autor para dar conta da magnanimidade da figura de Lindolfo Collor foi sua descendência germânica. Através do trabalho, dedicação e perseverança Lindolfo deixou sua condição humilde e ascendeu a um dos postos mais destacados no novo governo que chegou ao poder em 1930, o de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

2) Em âmbito municipal, um segundo grande momento no qual o nome de Lindolfo Collor merece destaque é durante as comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã (1974), que coincidiu com o Biênio da Imigração (1974/1975). O próprio Instituto Histórico de São Leopoldo será inaugurado em 1975, e, portanto, um ano depois, pôde juntamente com o Museu da Imigração de São Leopoldo, organizar um simpósio voltado para a pesquisa e a publicação de textos voltados ao estudo da imigração alemã no Rio Grande do Sul, e, mais especificamente, em São Leopoldo.

É significativo que os anais deste segundo evento tenham sido financiados, como consta em portarias assinadas desde o primeiro evento realizado em 1974, por empresas de São Leopoldo. Das 27 empresas listadas como colaboradoras dos anais, a imensa maioria é de

empresas de nomes alemães. Portanto, trata-se de um grupo de intelectuais – a grande maioria descendente de alemães – escrevendo de forma *laudatória* sobre uma personalidade fruto desta corrente imigratória. A própria colaboração econômica provém, em grande medida, de empresas que talvez se interessassem por cristalizar a ideia de *ética de trabalho* imputada aos alemães.

As comemorações do Biênio da Imigração, vale lembrar, terminaram “oficialmente” em 1976, e, em grande medida, influenciaram muito as propostas do simpósio realizado em São Leopoldo no mesmo ano. Dessa forma, surge o testemunho de Clodomir Vianna Moog, na época considerado um dos grandes ensaístas e romancistas brasileiros. O autor, com o texto *O Leopoldense Lindolfo Collor*, destacou novamente a naturalidade leopoldense de Lindolfo Collor, assim como louvou sua inteligência e sua disposição para o trabalho árduo. De forma sutil, interpretou que essas características tão positivas de Lindolfo Collor eram fruto de sua origem germânica. Vale lembrar que Vianna Moog foi um dos ensaístas brasileiros que considerava o *iberismo* – presença de portugueses e espanhóis – como um dos sinais de atraso e parco desenvolvimento brasileiro, vendo em outras correntes migratórias, como a alemã e a italiana, sinais de desenvolvimento e progresso.

Um ano depois, em 1977, Clodomir Vianna Moog seria convidado para a vaga de membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Tanto em São Leopoldo, em 1976, quanto no Rio de Janeiro, um ano depois, Vianna Moog evoca a figura de Lindolfo Collor como seu “amigo”, e tanto a nível municipal, quanto a nível nacional, Vianna Moog começa, aos poucos, a disseminar a ideia de que ocorreu após o início do Estado Novo (1937), um “silenciamento” sobre Lindolfo Collor e sua política para solucionar a *questão social* no Brasil. Os responsáveis por esse silêncio?

Vianna Moog preferiu acreditar em uma espécie de complô das forças autoritárias de Getúlio Vargas, que elencaram o próprio líder como organizador dos direitos trabalhistas no Brasil. Mesmo que existisse essa “política de silenciamento” ainda durante o Estado Novo, talvez Vianna Moog não pudesse denunciá-la em 1944, data do seu primeiro artigo publicado sobre Lindolfo Collor. O fato é que mesmo dos diários pessoais de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor “desaparece” a partir de 1937 (VARGAS, 1995). Às vezes o silêncio pode significar mais do que quaisquer palavras.

No capítulo seguinte, far-se-á análise da obra coligida por Leda Collor de Mello, *O Retrato de Lindolfo Collor* (1988), onde a ideia do “silenciamento” sobre Lindolfo Collor novamente é destacada. De quem partiu essa interpretação? Da família de Lindolfo? Do próprio Vianna Moog? De ambos? Tanto nos textos de Vianna Moog, quanto na obra

coligida por Leda Collor de Mello em 1988, Lindolfo Collor aparece como o “verdadeiro” promotor dos vigamentos do direito trabalhista no Brasil. Contudo, teria “perdido” esse posto para Getúlio Vargas.

Assim, tanto em 1976, quanto em 1946, o nome de Lindolfo Collor surge como um exemplo de desenvolvimento de São Leopoldo, tendo a imigração alemã como *motivo natural* das características sempre positivas – industriiosidade, operosidade, firmeza de caráter, ética do trabalho, etc. – imputadas a ele, e, mais diretamente, a essa corrente migratória. Novamente São Leopoldo celebra, dessa vez a inauguração de seu Instituto Histórico, que pela primeira vez organizou um simpósio sobre a temática da imigração, e destacou Vianna Moog como um de seus porta-vozes.

3) O terceiro grande momento em que Lindolfo Collor é destacado a nível municipal é o ano de 1990, quando ocorrem comemorações sobre o centenário de nascimento do mesmo. No município de São Leopoldo ocorre um simpósio sobre história da imigração e da colonização alemã em que o nome de Lindolfo Collor é destacado, sobretudo, por Telmo Lauro Müller, presidente e diretor do Instituto Histórico de São Leopoldo, que tem o cuidado de afirmar *Lindolfo Collor como fruto da imigração alemã*, associando neste texto, a ética do trabalho, a firmeza de caráter e opiniões, etc., como elementos presentes nos primeiros imigrantes que chegaram a São Leopoldo em 1824.

Igualmente importante é que o autor também afirma Lindolfo Collor como “filho de São Leopoldo”, assumindo-o como um dos mais destacados descendentes dos primeiros imigrantes alemães. Quem melhor para sintetizar a *ética germânica* sobre trabalho do que Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho brasileiro?

Ainda no mesmo ano – 1990 – ocorre também um ciclo de palestras sobre Lindolfo Collor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com caráter comemorativo sobre o centenário de nascimento de Lindolfo Collor. Vale lembrar que Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo, participou dos dois eventos. Durante as palestras foi inaugurada nas dependências da universidade uma placa comemorativa do centenário de nascimento de Lindolfo Collor.

É significativo que tanto no discurso de abertura do evento, quanto no de encerramento, e no próprio discurso proferido quando da inauguração da placa comemorativa, o reitor da universidade, Dr. Aloísio Bohnen, chame a atenção para as agruras enfrentadas pelos primeiros imigrantes, mas também para a tenacidade com a qual os mesmos foram capazes de superar todas elas. Assim, para honrar um pouco a memória desses “pioneiros”, que, em sua maioria, morreram anônimos, fazia-se por bem “revelar” um dos rebentos dessa

imigração, que “glorifica São Leopoldo e honra o Brasil”: Lindolfo Collor. Ainda nesse discurso, são tangenciadas as linhas gerais do evento, que preza pelo destaque dos diferentes campos nos quais o homenageado se notabilizou, como por exemplo, o Direito, a produção histórica, a política, o jornalismo, a poesia, etc. Em suma, “difícil é, na verdade, dizer por qual das facetas enumeradas mais sobressaiu, porque tudo em Lindolfo Collor aspirava ao ‘Plus ultra’ (para além)!”

Assim, tem-se para São Leopoldo em diferentes momentos uma produção – em grande medida feita por leopoldenses – voltada para o enaltecimento da corrente imigratória alemã – dado que a imensa maioria dos que escreveram sobre Lindolfo Collor são descendentes de alemães também. Tais autores buscaram elementos para demonstrar uma evolução social e intelectual de São Leopoldo, um avanço humano até seu *verdadeiro fim*: o progresso. Nesse processo, destacaram diferentes facetas de Lindolfo Collor: um intelectual reconhecido por seus pares, um jornalista renomado e contrário a ideias totalitárias, o fundador de importantes bases da legislação trabalhista brasileira, alguém que defendeu de forma ferrenha seus ideais, e foi obrigado a viver no ostracismo por isso, etc.

Para eles, Lindolfo Collor foi um “grande homem”, um homem que “fez história”. E para eles também é possível perceber, utilizando as palavras de Sabina Loriga, que “as qualidades pessoais, inclusive as dos grandes homens, não bastavam para explicar o curso dos acontecimentos e era preciso levar em consideração as instituições e o meio (a raça, a nação, a geração, etc.)” (LORIGA, 1998, p. 231).

Em suma, quem foi, então, Lindolfo Collor? Quem já escreveu sobre ele, destacou, por exemplo, sua “inteligência”, sua “industriosidade”. É considerado “mestre da retórica” por alguns, “veterano na observação estrangeira”, por outro. Foi o “soldado da liberdade”, e também, “maior morto do que vivo”. Lindolfo Collor, nesses relatos, é lembrado como um “incorrupível”, quase um “Robespierre leopoldense”.<sup>30</sup>

Talvez nunca se possa descobrir quem uma pessoa foi em sua totalidade, pois como muitos apontam, um relato biográfico, por mais completo e preciso que seja, nunca dá conta da totalidade de uma vida. Talvez ainda *quem foi realmente* Lindolfo Collor não seja a questão mais relevante para se compreender como se deu a construção de um tipo de memória sobre ele em São Leopoldo.

---

<sup>30</sup> Tais adjetivos são citados por pessoas que conviveram com Lindolfo Collor na ocasião de sua morte; seus depoimentos foram coligidos pela filha de Lindolfo Collor, Leda Collor de Mello. In: MELLO, Leda Collor de. *Retrato de Lindolfo Collor*. Dados sobre sua vida e sua obra. Rio de Janeiro – RJ, 1988.

É sempre bom ter em mente que uma trajetória de vida pode ser lida e interpretada em diferentes momentos históricos, com objetivos mais ou menos explícitos por parte de seus autores. Assim, Lindolfo Collor foi utilizado em diferentes momentos como *símbolo* do desenvolvimento político, cultural e intelectual de São Leopoldo, bem como personagem que, em si, sintetizou toda a operosidade e o “desejo de desenvolvimento” do grupo imigrante alemão, que teve importante destaque na história e também está fortemente presente na memória do próprio município de São Leopoldo.

### 3. UM RETRATO E UM ENSAIO: LINDOLFO COLLOR NAS OBRAS DE LEDA COLLOR DE MELLO E LICURGO COSTA

Este capítulo tem por objetivo analisar mais detalhadamente dois livros de cunho biográfico sobre Lindolfo Collor, e com isso, tentar compreender melhor o momento histórico em que ambos foram escritos, quais os possíveis objetivos dos autores, e, além disso, que *imagem* – ou *imagens* – de Lindolfo Collor as duas narrativas constroem.

Um dos livros analisadas é *Retrato de Lindolfo Collor – dados sobre sua vida e sua obra*, formado por textos e depoimentos coligidos por Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo Collor, e publicado no Rio de Janeiro em 1988<sup>31</sup>. O outro é da autoria de Licurgo Costa, *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, publicado pela editora Lunardelli, de Florianópolis, Santa Catarina, em 1990<sup>32</sup>.

A data da publicação de *Retrato de Lindolfo Collor – dados sobre sua vida e sua obra*, de Leda Collor de Mello, coincide com o início da campanha pela presidência de Fernando Collor de Mello – neto de Lindolfo Collor e filho de Leda Collor de Mello – cuja trajetória política anterior esteve ligada ao estado brasileiro de Alagoas.<sup>33</sup>

A data da publicação de *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor* (1990) coincide com o centenário do nascimento de Lindolfo Collor. O autor afirma que “[...] daqueles vultos esquecidos, de quando em vez ressurgem um ou outro para, como no soneto imperial, encontrar a justiça na voz da história” (COSTA, 1990, p. 12).

Na ocasião, Fernando Collor de Mello, neto de Lindolfo Collor, estava em campanha presidencial. Licurgo Costa, no que parece uma forma de “justificar” o momento da produção de seu relato biográfico, tem o cuidado em explicar que o nome “Collor” estava em evidência na mídia antes de 1990, pois festas em homenagem a Lindolfo Collor já estavam sendo executadas no Pará, a partir de 1988,<sup>34</sup> e, portanto, a decisão de relatar a vida de Lindolfo Collor, “não acontece porque seu sobrenome ressurgiu vigorosamente no pleito realizado em fins do ano passado [...]” (COSTA, 1990, p. 12).

<sup>31</sup> MELLO, Leda Collor de. *Retrato de Lindolfo Collor*. Dados sobre sua vida e sua obra. Rio de Janeiro – RJ, 1988.

<sup>32</sup> COSTA, Licurgo Ramos da. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis – SC: Lunardelli, 1990.

<sup>33</sup> O então presidenciável Fernando Collor de Mello é filho de Arnon Afonso de Farias Mello, já governador de Alagoas e senador da República pelo mesmo estado.

<sup>34</sup> Em 1988, por exemplo, o Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região do Pará realizou a *Semana Lindolfo Collor*, com a compilação de textos de historiadores e juristas que dissertaram sobre Lindolfo Collor e suas contribuições nos campos da História, do Direito e do Jornalismo. Faz parte dessa compilação o texto intitulado “Lindolfo Collor e a plataforma modernizadora da Aliança Liberal”, da autoria de Ricardo Vélez Rodríguez. O mesmo texto, com igual título e teor, foi publicado em 1990 nos Anais do IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul, já comentado em capítulo anterior.

Apesar das diferenças, aproxima-se mais a forma como Leda Collor de Mello (1988) e Licurgo Costa (1990) “resgatam” a figura de Lindolfo Collor, destacando alguns pontos em comum com outros escritos já analisados anteriormente: um intelectual reconhecido por seus pares, um jornalista renomado e contrário a ideias totalitárias, o fundador de importantes bases da legislação trabalhista brasileira, alguém que defendeu de forma ferrenha seus ideais, e foi obrigado a viver no ostracismo por isso.

Apesar da proximidade da comemoração do centenário do nascimento de Lindolfo Collor, as obras aqui analisadas não parecem de todo *imparciais*, justamente por surgirem em um momento em que um descendente do biografado – Fernando Collor de Mello – faz sua campanha presidencial e mais tarde torna-se governante da nação. Além disso, o próprio Fernando Collor de Mello fez várias associações com Lindolfo Collor.

Em 1990, por exemplo, no centenário de nascimento de Lindolfo, discursou para membros do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse discurso, Fernando Collor prestou homenagem ao seu avô materno – Lindolfo – lembrando-o como promotor dos direitos do trabalhador e do cidadão (DAHER, 2000, p. 66). Fernando Collor se identificou como “herdeiro orgulhoso”, alguém com o “compromisso de lutar pelo respeito ao trabalho e pelo bem estar do trabalhador” (*Discurso de Fernando Collor de Mello ao Tribunal Superior do Trabalho*, 1990 apud DAHER, 2000, p. lxiii).

Em 1992, durante as acusações que levaram ao *impeachment* de Fernando Collor, foi encomendado pelo seu partido – o PRN – um vídeo no qual Getúlio Vargas aparece como símbolo máximo de político perseguido e caluniado pela imprensa. Ao lado de Vargas, neste vídeo, está outro “injustiçado” pela História: Lindolfo Collor, o primeiro Ministro do Trabalho. (CONTI, 1999, p. 662).<sup>35</sup> Associação bastante curiosa, vale lembrar, uma vez que Getúlio Vargas e Lindolfo Collor estiveram em lados opostos no campo político.

### 3.1. OS AUTORES E SUAS NARRATIVAS

Licurgo Ramos da Costa, autor de *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, nasceu em 1904, na cidade de Lages, e faleceu em 2002, em Florianópolis; ambas cidades do estado de

---

<sup>35</sup> A “mensagem” desse vídeo era a afirmação de que o presidente Fernando Collor recebia críticas injustas dos jornais, e assim, identificava-se com Getúlio Vargas, presidente que criou o Ministério do Trabalho no Brasil, e que o teria deixado a cargo de Lindolfo Collor, alguém de cuja obra Fernando Collor se considerava “herdeiro” e “continuador”.

Santa Catarina. Foi médico, advogado e jornalista. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro também foi jornalista. Pertenceu à Academia Catarinense de Letras, sendo membro da cadeira de número 37, cujo fundador foi Polidoro Olavo de São Tiago.

Na contracapa de *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, pode-se ler a opinião de Norberto Ungaretti, colega de Licurgo Costa na Academia Catarinense de Letras, que ocupava na época a cadeira de número 40, proferida em Florianópolis, no ano de 1982, sobre uma obra anterior de Licurgo Costa, intitulada “*O Continente das Lagens*”.

Norberto Ungaretti, sobre *O continente das Lagens*,<sup>36</sup> comenta que “Lages encontrou o seu historiador e pode agora oferecer a Santa Catarina a grande obra que faltava sobre sua evolução política, econômica, religiosa e cultural” (COSTA, 1990, *Contracapa*). Sobre a historiografia de Santa Catarina, existe um grande espaço fora da academia para “amadores” em publicações em revistas, livros e jornais (CAROLA; WOLFF; SILVA, 2011, p. 303). Mesmo que não seja um “historiador acadêmico”, Licurgo Costa gozou de certo prestígio com suas produções históricas.

A produção acadêmica em Santa Catarina, a partir dos anos 1990, expandiu-se além da “história tradicional”, e voltou-se mais para uma construção da identidade étnica, o “ser catarinense”. Surgem então mais trabalhos sobre grupos imigrantes, sobretudo alemães e italianos, e em número menor, poloneses e açorianos. Já produções de caráter histórico, realizadas fora da academia pelos chamados “historiadores diletantes”, ainda se mantinham mais presas a um viés tradicional, primando pelas narrativas sobre os “grandes homens” (CAROLA; WOLFF; SILVA, 2011, p. 304-306).

Na contracapa, comentando sobre *O Continente das Lagens*, Walter S. Piazza, historiador e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), afirma que a obra foi “[...] feita com ‘amor’ aos pagos ancestrais” (COSTA, 1990, *Contracapa*), seguindo a linha da historiografia catarinense que ele classifica: “a historiografia catarinense engalana-se na linha da ‘micro-história’ ou das monografias municipais ou regionais [...]” (COSTA, 1990, *Contracapa*).<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Tais comentários se referem a outro livro de Licurgo Costa que não o *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, mas ajudam a compreender melhor alguns posicionamentos do biógrafo na obra analisada, como por exemplo, as constantes tentativas de aproximar a figura de Lindolfo Collor do estado de Santa Catarina. Em muitos momentos também, a narrativa de Licurgo Costa reveste-se de um tom parcial, quando o biógrafo expõe de forma direta suas opiniões, com interesses apologeticos.

<sup>37</sup> Walter Piazza parece se equivocar ao classificar “micro-história” e “monografias municipais ou regionais” dessa forma, pois elas parecem assim sinônimos, ou talvez complementares, quando na verdade, ambas não

*O Retrato de Lindolfo Collor* foi coligido por Leda Collor de Mello. Contudo, não se pode afirmar se o texto principal é próprio da autora, ou se Leda contou com a redação de outrem, que não está referenciado. Foi encontrado, durante a pesquisa, no Acervo Vianna Moog, no Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo – RS) um rascunho da obra, com anotações do ensaísta Clodomir Vianna Moog, falecido no ano de 1988 – data de lançamento do livro. Não foi possível apurar se o texto principal desta obra é do próprio Vianna Moog ou se ele fez apontamentos no texto do livro de Leda. Mesmo assim, a obra apresenta o nome de Leda como sendo responsável por “coligir” textos e depoimentos. Portanto, *O Retrato de Lindolfo Collor* será referido nesse capítulo como *sendo de* Leda Collor de Mello.

Leda era filha de Lindolfo Collor e Hermínia de Souza e Silva; nasceu em 1916 e faleceu em São Paulo, em 25 de fevereiro de 1995. Aos 16 anos, tornou-se secretária de Lindolfo Collor, e mais tarde sofreu exílio político junto com ele. Estudou no Colégio Nossa Senhora de Sion, em São Paulo. Em 1939, já durante o exílio de Lindolfo Collor, Leda Collor se casa com Arnon de Mello, em Portugal, incorporando o sobrenome do marido. (ROSA E SILVA; BOMFIM, 2007, p. 188). Em Alagoas é tida como grande filantropa e mecenas das artes, criando a Escola de Enfermagem e a filial da Cruz Vermelha Brasileira, em Maceió, bem como a Sociedade de Cultura Artística de Alagoas e a Sociedade de Cultura Franco-Brasileira. Foi condecorada com o título de Cidadã Honorária de Alagoas (ROSA E SILVA; BOMFIM, 2007, p. 188-189).

O marido de Leda, Arnon de Mello, foi governador de Alagoas em 1951, e Senador da República de 1963 a 1983. A Organização Arnon de Mello, criada por ele, e atualmente mantida por seus descendentes, figura como um dos maiores complexos na área de comunicações no Norte e no Nordeste do Brasil. É formada por rádios (Rádio Gazeta), jornais (Gazeta de Alagoas), emissoras de TV (TV Gazeta), institutos de pesquisa, etc.<sup>38</sup>

A obra de Leda Collor de Mello, *Retrato de Lindolfo Collor – dados sobre sua vida e sua obra* não deixa transparecer mais diretamente uma “opinião” sobre o biografado. A proposta centra-se mais na exposição de dados biográficos, pois se inicia com um

---

representam a mesma coisa. “Micro-história” propõe mais uma das possibilidades da história acadêmica e “monografias municipais” parece evocar uma história feita por municipalistas, diletantes. Mais detalhes, ver: CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a Micro-História tem a nos dizer sobre o regional e o local? In: HISTÓRIA UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em História. v. 8 n. 10. São Leopoldo: UNISINOS, 2004, p. 157-178.

<sup>38</sup> De acordo com informações disponíveis no *site* da organização. Em: <http://www.oam.com.br/>. Acesso em 03/07/2012, às 10h30min.

“Cronograma da vida de Lindolfo Collor” e, posteriormente, esses dados destacados pelo cronograma serão reagrupados em forma de narrativa, e melhor explicados aos leitores.

A obra de Licurgo Costa preza por um posicionamento mais “apaixonado”. O biógrafo destaca elementos que ele considera vitais para se melhor compreender a trajetória de seu biografado, como a descendência germânica, a atuação no jornalismo – Licurgo Costa também é jornalista – o “carinho” de Lindolfo Collor pelo estado de Santa Catarina, que Licurgo Costa afirma existir na produção bibliográfica de Lindolfo, e por fim, a tenacidade com que seu biografado mantinha suas inclinações políticas.

Leda Collor de Mello é considerada como mecenas cultural em Alagoas, estando diretamente ligada não só à política, mas também ao teatro, aos diferentes meios de comunicação, à própria Organização Arnon de Mello, que conta com institutos de pesquisa, inclusive. Licurgo Costa tem formação jornalística, mas escreveu obras sobre História regionalista e/ou municipalista. Ambos os autores destacaram-se em diferentes campos nos estados onde residiram – Alagoas e Santa Catarina.

Não é intenção classificar as obras produzidas por esses autores, e muito menos classificar os autores. Em um primeiro momento, poder-se-ia, por exemplo, afirmar que os autores são meros *diletantes*, pois não têm formação específica – poderíamos dizer também “acadêmica” em História, mas de certa forma, escrevem sobre pessoas destacadas e momentos históricos. Também – direta ou indiretamente – opinam sobre essas pessoas e momentos. Mas, vale lembrar, os historiadores não têm exclusividade sobre o passado.

Licurgo Costa – e discussão semelhante foi proposta em capítulo anterior sobre Vianna Moog e Telmo Lauro Müller, por exemplo – tem formação acadêmica em Direito e Medicina, sendo também jornalista. Na condição de jornalista e historiador amador, esteve ligado à Academia Catarinense de Letras. O biógrafo esteve ligado de certa forma a instituições acadêmicas, mas faz uso em sua narrativa testemunhal sobre Lindolfo Collor, de uma linguagem mais “apaixonada”, ou seja, pouco própria para um discurso mais acadêmico, “científico”.

Leda Collor de Mello, por sua vez, reconhecida como mecenas cultural em Alagoas, e tendo viajado por diversos países da Europa durante o exílio de sua família, teve acesso à educação em boas escolas. Mesmo que não tenha tido uma formação acadêmica específica; ela esteve igualmente ligada a diferentes meios de comunicação, institutos de pesquisa, etc. Ambos autores podem ser pensados inicialmente como “agentes engajados, seja como testemunhas, seja como tendo interesses apologéticos ou fins de detração a respeito dos ‘sujeitos’ escolhidos [...]” (GRIJÓ, 2008, p. 85).

Contudo, em um segundo momento, não parece suficiente classificar esses autores – e essas narrativas como,

[...] normalmente, profissionais liberais e/ou funcionários públicos letrados de cidades menores do interior. Gozando do “ócio” que lhes permite a aposentadoria, possuindo certa notoriedade paroquial por seus “anteriores serviços prestados à comunidade” e contando com um capital de relações sociais não desprezível, dedicam-se diletantemente a vasculhar “papeis velhos” e a escrever sobre aqueles que admiram [...] (GRIJÓ, 2008, p. 88)

As narrativas sobre o passado não existem apenas como gênero acadêmico ou disciplina universitária, mas de diferentes formas, como por exemplo, os relatos biográficos, ela está presente na sociedade. Muito mais a partir da década de 1980 (o relato de Leda Collor de Mello situa-se no final da década de 1980 e o de Licurgo Costa no início da década de 1990); a história passa a ser também escrita “por pessoas que se afirmam historiadores, com o acordo de seus colegas e do público” (PROST, 2008, p. 33).

Autores como Leda Collor de Mello e Licurgo Costa, por suas relações íntimas com diferentes meios de comunicação, que podem ajudar a aumentar a difusão de suas ideias, podem igualmente ser pensados como *formadores de opiniões* através dos relatos biográficos que construíram sobre Lindolfo Collor. O maior acesso desses biógrafos a meios de comunicação tornam suas narrativas mais conhecidas entre um maior número de pessoas. A forma como escrevem – abrindo mão de jargões acadêmicos – e a opção por linguagem mais acessível a um grande público podem contribuir também para tornar essas narrativas mais difundidas do que obras de caráter mais acadêmico.<sup>39</sup>

Em suma, a proposta desse estudo não é discutir se a academia deve ou não *reconhecer* o gênero biográfico como produção acadêmica mais confiável sobre o passado. Os historiadores e a academia, como dito anteriormente, não detêm o monopólio sobre o passado, e queiram eles ou não, os ditos *diletantes* ou mesmo *historiadores amadores* continuarão escrevendo.<sup>40</sup> A proposta deste estudo é tentar compreender melhor quais *representações* de

<sup>39</sup> Licurgo Costa era jornalista; Leda Collor de Mello foi secretária de Lindolfo Collor, alguém reconhecido pela maioria dos biógrafos como um jornalista influente e combativo. Benito Schmidt (1997), ao comentar sobre as aproximações e os afastamentos entre historiadores e jornalistas na produção das biografias, afirma que em geral, são os segundos que mais se destacam. O jornalista Fernando Morais, que escreveu uma biografia de Assis Chateaubriand, chegou a dizer que há “minúcias que só o jornalista vê”. Benito Schmidt (1997, p. 1), por sua vez, destacou que “há minúcias que só o historiador vê”.

<sup>40</sup> A maioria das críticas dos historiadores aos relatos biográficos menos *científicos* se mescla às críticas desses mesmos historiadores à íntima relação que os relatos biográficos – sobretudo de cunho mais pessoal – mantêm com a memória. Relatos mais baseados puramente na memória – e talvez menos em documentos escritos, como pode ser o caso do relato de Licurgo Costa, por exemplo – quase sempre “escapam” de uma repetição, que em última análise, ofereceria a exatidão científica que muitos historiadores prezam. Contudo, é “possível também encontrar problemas idênticos em muitos documentos instituídos por outros meios que não necessariamente as

Lindolfo Collor foram construídas por esses biógrafos, identificando inicialmente que os relatos de Leda Collor de Mello e Licurgo Costa têm por objetivo principal enaltecer a figura de Lindolfo Collor, e apresentam ao leitor uma única interpretação.

Na escrita de suas obras, Leda Collor de Mello e Licurgo Costa recorrem a duas produções em comum. Uma delas é a do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., considerado por esses e outros autores posteriores como o primeiro biógrafo de Lindolfo Collor. Leda Collor de Mello e Licurgo Costa partilham de visões e interpretações de alguns dos intelectuais ligados ao município de São Leopoldo. Portanto, pode-se pensar que os autores comungam de um tipo de *memória* e de *representação* sobre Lindolfo Collor já construída e mantida por setores da intelectualidade do Rio Grande do Sul, mais especificamente, do município de São Leopoldo.

A obra de Licurgo Costa, influenciando-se mais diretamente na produção desses intelectuais, buscou uma identificação mais direta com características que o próprio Licurgo Costa considerava os diferenciais em Lindolfo Collor, como a descendência alemã e a rígida educação recebida por ele nos primeiros anos de sua formação, por exemplo. Para Leda Collor de Mello, há maior destaque no aspecto “intelectualizado” de Lindolfo Collor, e o biografado aparece como alguém que se “preocupou” com isso desde a primeira infância.

Licurgo Costa, que tem formação jornalística, mostra-se um “entusiasta” de Lindolfo Collor, sobretudo da atuação do mesmo em diversos jornais. Como fontes de dados, Licurgo Costa também utiliza artigos de sua autoria publicados em jornais de Santa Catarina, como por exemplo, *Lindolfo Collor, uma vida fascinante*, publicado no *Diário Catarinense*, de Florianópolis, em 03 de Maio de 1990 (COSTA, 1990, p. 120).

As obras dividem-se em duas grandes partes. A primeira parte compreende esboços biográficos sobre Lindolfo Collor, que serão analisados em seguida. Uma segunda parte é dedicada na obra de Licurgo Costa à “Antologia de Louvores”, onde o biógrafo seleciona artigos publicados na imprensa brasileira, por ocasião da morte do biografado em 1942.<sup>41</sup> Esta

---

trilhas da memória” (MONTENEGRO, 2007, p. 31). Os mesmos documentos escritos podem revelar diferentes informações ou posições de acordo com as questões propostas por quem os lê e os interpreta. Paul Ricoeur (2007, p. 89-93) propõe que deveria ser pensada entre os historiadores a relação dialética entre a história e a memória, não apenas no sentido de dar ou não *validade*, mas sim em tentar se aproximar das motivações que construíram *aquele* tipo de memória *naquele* momento. O autor se posiciona contrário àqueles que associam a verdade apenas com a produção histórica, pois segundo ele, essa postura de certa forma “sacraliza” a versão dada pelos historiadores acadêmicos, e impede a produção do conhecimento.

<sup>41</sup> A obra de Licurgo Costa traz um diferencial em relação à de Leda Collor de Mello; trata-se de uma pequena seleção de fotografias onde Lindolfo Collor aparece em posições de destaque. O uso das diversas linguagens propostas pelas fotografias, e também as possibilidades de diálogos que elas podem estabelecer com os textos escritos serão tema de um capítulo posterior. Licurgo Costa utiliza essas fotografias mais no sentido de

seção em muito se assemelha à da obra de Leda Collor de Mello, “Depoimentos”, onde ela também colige artigos publicados quando da morte de Lindolfo.<sup>42</sup>

Nesses pequenos textos coligidos pelos biógrafos, Lindolfo Collor tem exaltada uma série de características que os próprios biógrafos consideraram referenciais para a construção de suas narrativas. Assim, em diferentes graus de intensidade, essa forma indireta de enaltecer o biografado não precisou, necessariamente, estar exposta no texto principal. Embora, como já visto, mesmo no texto principal, os biógrafos se utilizam de textos e opiniões de terceiros que embasem as suas próprias.

Esses espaços deixados “em branco” – propositalmente? – no texto principal são preenchidos por tais textos secundários. Pode ser uma forma indireta, mas igualmente convincente, de mostrar ao leitor sobre o reconhecimento “da sociedade” sobre o biografado. É uma evocação indireta, em que os biógrafos se colocam na condição de “difusores” de um pensamento que para eles, deveria fazer parte do conhecimento geral.

Tanto Leda Collor de Mello – por intermédio de textos de outrem – quanto Licurgo Costa chamam a atenção nos textos principais de suas obras para a falta de reconhecimento das ações de Lindolfo Collor, e com suas narrativas, pretendem “esclarecer” a um público maior, detalhes que em suas condições específicas, lhes permitem conhecer o biografado mais do que qualquer um. Nas palavras de Licurgo Costa, os escritos sobre Lindolfo Collor, mais precisamente, “o registro de sua morte, nos jornais brasileiros, uruguaios e argentinos, é uma antologia de louvores ao seu talento, à sua conduta política, à sua inteireza moral, como raramente alguém terá tido em nosso país” (COSTA, 1990, p. 68).

Os textos principais dos livros de Licurgo Costa e Leda Collor de Mello não se utilizam dessa linguagem, pois a deixa a cargo de textos recolhidos. Dessa forma, as “lacunas” do texto principal são preenchidas por textos secundários; um *argumento de autoridade*. Seria uma “maneira fecunda de interrogar o itinerário intelectual de um pensador [...] na conquista do reconhecimento da grandeza pela sociedade” (DOSSE, 2009, p. 395).

Assim, essa “grandeza” que é reconhecida pela sociedade, é evocada de forma indireta, sem que os autores precisem explicitá-la em seus textos, e assim, deixar essas

---

corroborarem as afirmações textuais, dispostas quase que como um *encarte*; apresentam função mais ilustrativa do que explicativa.

<sup>42</sup> A obra de Leda Collor de Mello apresenta uma listagem de publicações de Lindolfo Collor, artigos de jornais, discursos mais famosos, ou livros; seção localizada antes dos “Depoimentos”. Já Licurgo Costa recorre a uma coletânea pessoal de poemas de Lindolfo Collor, a “Seleta de Lindolfo Collor”, localizada depois da “Antologia de Louvores”.

narrativas com ares de maior imparcialidade; sendo os biógrafos quase que meros compiladores imparciais de dados.

Nestes textos, Américo Palha, por exemplo, do *Diário Carioca* do Rio de Janeiro (25 de setembro de 1942) afirmou que “Lindolfo Collor foi um dos poucos homens da Revolução de 1930 que conseguiram forjar um nome destinado ao culto da posteridade” (MELLO, 1988, p. 39). Para Heitor Moniz, do *Correio Paulistano* de (25 de setembro de 1942), “o jornalista que morre na luta é como o soldado que morre na trincheira. Morre com nobreza, servindo seus ideais” (MELLO, 1988, p. 71). Em outros depoimentos, Lindolfo foi considerado “mestre da retórica”, “veterano na observação estrangeira”, “soldado da liberdade”, e também, “maior morto do que vivo”; é lembrado como um “inocorrível”, quase um “Robespierre leopoldense” (MELLO, 1988, p. 71).

Licurgo Costa aponta a importância de lembrar os “vultos históricos”, e explica, frisando que a grande maioria dos brasileiros tende a desconhecer ou mesmo esquecer suas grandes personalidades. O autor considera tais atitudes como inadmissíveis, uma vez que procura elaborar um esboço “psicológico dos povos”. O mesmo autor ainda afirma que a capacidade de lembrar, ou seja, de “reter a reminiscência, a lembrança, a memória dos fatos ou das lições que recebe”, é capacidade intelectual apenas reservada aos povos que “já atingiram um estágio superior” (COSTA, 1990, p. 11).

\*\*\*

É possível identificar quatro *momentos* que tanto Leda Collor de Mello quanto Licurgo Costa privilegiam na narração da vida de Lindolfo Collor: 1) a *infância e educação*, às quais ambos biógrafos recorrem para explicar ações futuras de Lindolfo Collor; 2) a *atuação no jornalismo*, 3) a gestão no *Ministério do Trabalho* e a preocupação de Lindolfo Collor com a “*questão social*”, e 4) o *ostracismo político* que Lindolfo Collor sofre depois de “romper” relações com Getúlio Vargas – período esse que se segue até a morte do biografado, em 1942.

### 3.1.1. INFÂNCIA E EDUCAÇÃO DE LINDOLFO

Tanto Leda Collor de Mello quanto Licurgo Costa discorrem sobre a infância do biografado, pois buscam nesse período de vida *respostas* para ações futuras do biografado. Ambos biógrafos recorrem à infância de formas distintas, buscando elementos para se explicar, por exemplo, o início da erudição de Lindolfo Collor, ou mesmo a construção de sua

ética do trabalho; a solidez das convicções morais que o biografado carregará para o jornalismo, e, futuramente, para a política.

Leda Collor de Mello inicia seu relato explicando sobre os antepassados de Lindolfo Collor. Afirma que o nome de Konrad Bockel, nome do avô de Lindolfo, não figura nas listas dos colonos que viajaram para o Rio Grande. Mesmo assim, de acordo com “pesquisas feitas no local de origem, procedia ele da Alsácia, a esse tempo, província alemã, e descendia de uma família de vinhateiros da região de Mittelbergheim” (MELLO, 1988, p. 15). O filho de Konrad será João Boeckel, o pai de Lindolfo, sapateiro e “dono de fortes pendores musicais” (MELLO, 1988, p. 15).

Muitos dos elementos destacados nas duas obras sobre Lindolfo analisadas neste capítulo, vale lembrar, já foram, de certa forma, delineados por biógrafos como o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. Acrescem-se tanto ao *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor* quanto ao *Retrato de Lindolfo Collor* detalhes que parecem não ter, de fato, importância diretamente ligada à atuação política de Lindolfo, e sim, que são elencados pelos autores, em diferentes graus de ênfase, como exemplos da boa conduta moral de Lindolfo desde quando ele era jovem. Leda Collor de Mello destaca, por exemplo, que Lindolfo, ainda criança, já se destacava em Português e em História, e foi parabenizado por Artur Toscano, Inspetor da 1ª Região Escolar (MELLO, 1988, p. 16).<sup>43</sup>

Dessa forma, Leda Collor de Mello pontuou características consideradas importantes para a produção posterior de Lindolfo Collor – que se diluiria em 9 jornais e 3 livros – como jornalista e escritor, como a “precisão” e a “profundidade” de sua escrita, assim como um conhecimento amplo e geral de sua época, herdado da facilidade com que Lindolfo compreendia a História. Características, essas, adquiridas em sua infância.

Licurgo Costa inicia seu relato buscando primeiramente definir a natureza do texto produzido. Explica que a obra é um “ensaio”, e que, portanto, não se deterá em abarcar toda a “grandiosidade” de Lindolfo Collor. Essa definição, Licurgo Costa constroi buscando auxílio do dicionário Caldas Aulete, de 1948. Nessa definição, um ensaio seria um “esboço; rápida apresentação de um assunto filosófico, histórico ou científico, sem entrar em grande desenvolvimento”. (COSTA, 1990, p. 9) O autor desse ensaio, portanto, privilegia aspectos da atuação política de Lindolfo Collor. Contudo, parece buscar na infância de seu biografado,

---

<sup>43</sup> O domínio do idioma e o virtuosismo da escrita de Lindolfo Collor foram enaltecidos por autores como Luiz Marobin, por exemplo, que já foi comentado em capítulo anterior. Marobin afirma que Lindolfo Collor já, desde a infância, lia obras de autores clássicos gregos e romanos, de onde herdou a clareza de ideias e a argumentação sólida e correta (MAROBIN, 1991, p. 37). As frequentes citações de autores clássicos, como Horácio e Cícero, na obra *Sinais dos Tempos*, ainda segundo Luiz Marobin, indicariam também um profundo conhecimento em História.

alguns elementos que possam dar uma “resposta coerente” sobre os motivos que levaram Collor a proceder de determinada maneira, e não de outra.

O autor continua estabelecendo as linhas gerais de sua obra, tendo o cuidado em relatar que ela é na verdade, um ensaio de cunho superficial, reunindo aspectos “da multiforme e, por vezes, atribulada vida de Lindolfo Collor” (COSTA, 1990, p. 9). Mesmo parecendo estar ciente de todas essas facetas que compõem a figura de Lindolfo Collor, Licurgo Costa deixa bem claro que,

[...] defendo nestas páginas minha antiga opinião de que o renome nacional do polígrafo sul-rio-grandense não ocorreu do fato de haver sido ele o nosso primeiro Ministro do Trabalho, e, sim, da marca deixada pela sua fulgurante inteligência em todos os setores em que atuou. Ainda mais, não foi o Ministério do Trabalho que lhe deu projeção, mas, ao revés, dele emanava a luz que deu relevo à Pasta. Tanto que, com seu afastamento, o Ministério do Trabalho mergulhou na mediocridade dos demais (COSTA, 1990, p. 9).

Além disso, Licurgo Costa utiliza-se de palavras de Theodor Adorno para estabelecer o modelo e os limites de seu “ensaio”, explicando que “o ensaio não quer captar o eterno, nem destilá-lo do transitório; prefere perenizar o transitório” (ADORNO apud COSTA, 1990).

Ainda para Adorno (2003), um ensaio pode ser pensado como uma forma literária que não se pretende exatamente científica, pois assim como as artes, carrega certa irracionalidade. Além disso, para Adorno, um ensaio geralmente carrega “sentimentos” de amor ou ódio dos autores por alguém ou por alguma coisa. Mais do que isso, um ensaio seria fruto de uma espécie de “entusiasmo” de algum autor com determinado assunto (ADORNO, 2003).<sup>44</sup>

Licurgo Costa começa sua narrativa contando que Lindolfo Collor, originalmente de nome Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, nasceu na “pequena cidade de São Leopoldo<sup>45</sup>, fundada em 25 de Julho de 1824 pelos 38 alemães [...] que iniciaram a colonização germânica no Rio Grande do Sul” (COSTA, 1990, p. 13).

---

<sup>44</sup> Sendo assim, o texto de Licurgo Costa parece se enquadrar bem na definição de “ensaio” dada por Adorno, pois, em diversos momentos de sua obra, afirma seu entusiasmo pela figura e pelas ações de Lindolfo Collor, esse “glorioso protagonista dos feitos que vou contar” (COSTA, 1990, p. 9), como bem afirma o biógrafo. Pensando sobre a forma do ensaio, Adorno o classifica como um gênero que percorre uma tênue linha entre a ciência e a literatura, não sendo, de fato, pertencente a nenhum dos dois gêneros (ADORNO, 2003). Theodor Adorno se referia ao contexto alemão do início do séc. XX quando afirmou que, por essa *imprecisão*, geralmente a Academia considerava o ensaio como algo não científico.

<sup>45</sup> São Leopoldo no período do nascimento de Lindolfo, 1890, era uma cidade com organização política, social e geográfica, muito distantes da atualidade. Na ocasião, São Leopoldo era um grande município em extensão territorial, composto por 10 grandes distritos – quase todos atualmente municípios independentes – como Bom Jardim, Estância Velha, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Palmeira, Lomba Grande, Sapucaia, Boa Vista do Herval e Joaneta. Sendo assim, “pequena cidade” não parece ser a forma mais adequada de categorizar São Leopoldo, não obstante o limitado núcleo urbano que a constituía então.

Lindolfo, filho de João Boeckel e Leopoldina Schreiner, incorpora o sobrenome “Collor” de seu padrasto, João Antônio Collor, com quem sua mãe se casa após ficar viúva ainda bastante jovem. Esse homem, os dois biógrafos ressaltam, era alemão de nascença. Licurgo Costa conta que João Antônio é homem de posses modestas, não podendo dar ao enteado uma educação melhor do que aquela proporcionada por uma escola pública local (COSTA, 1990, p. 13).

Nos relatos de Leda Collor de Mello e Licurgo Costa, nada se menciona sobre como Lindolfo, ainda bastante jovem, lidou com a morte do pai, e a posterior substituição dessa figura por um padrasto. É, no mínimo, curioso que Licurgo Costa pelo menos não tenha tentado desvendar mais sobre esse assunto, pois como ele mesmo afirma à luz de “alguns psicólogos”, a base da personalidade humana se define ainda muito cedo, e as ações tomadas pelo indivíduo depois da primeira infância são desdobramentos de virtudes e defeitos adquiridos nessa época. A perda e a posterior substituição da figura “paterna” não teriam afetado o jovem Lindolfo? Mesmo assim, esses mesmos biógrafos têm o cuidado em destacar que foi pelo sobrenome “Collor” desse padrasto que Lindolfo passaria a ser mais conhecido.

No Acervo Vianna Moog, do Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo – RS) foi encontrada correspondência entre Lygia Collor – filha de Lindolfo Collor – e Vianna Moog, na qual ela afirma que o padrasto de Lindolfo suicidou-se. Sobre esse trágico acontecimento, nenhum biógrafo, nem mesmo Vianna Moog, fez comentários. Além disso, parece que o próprio Lindolfo, em escritos de caráter autobiográfico, não deixou pistas que ajudassem a compreender melhor essa transição familiar.

Filho de imigrantes alemães, e adotado por outro imigrante alemão, Lindolfo Collor mantinha íntimas relações com esse idioma, o que lhe favoreceu em sua atuação política no município de São Leopoldo e arredores, áreas de forte presença de imigração germânica, a discursar em alemão. Mesmo sendo um ponto a considerar, escapam os motivos pelos quais o idioma foi praticamente desconsiderado por Licurgo Costa, recebendo apenas uma frase desse biógrafo: “A língua usada no lar e, praticamente em todo o vilarejo, era o alemão” (COSTA, 1990, p. 14).

Licurgo Costa ainda procura estabelecer uma relação mais direta entre princípios éticos e religiosos de imigrantes de São Leopoldo, “berço da imigração alemã”, com princípios éticos e religiosos de um grupo protestante que se dirige para a América do Norte, “os quáqueres, [...] puritanos protestantes” (COSTA, 1990, p. 14).

Nessa citação fica bastante evidente a relação estabelecida pelo autor sobre o “sistema educacional” ministrado em casa pela família, e sua estreita ligação com os ditos “princípios morais”, e mesmo com os princípios religiosos. Seria esta uma forma de o biógrafo estabelecer que esses princípios éticos aprendidos na infância serão determinantes na trajetória política do futuro Ministro do Trabalho? As palavras seguintes desse biógrafo indicam que sim, pois para Licurgo Costa,

[...] se, como afirmam os psicólogos, a base da personalidade humana se forma entre os quatro e os oito anos, e as possíveis alterações ocorrentes no resto da vida são apenas desdobramentos das virtudes e defeitos adquiridos naquele breve período, então temos aí a explicação da conduta de Lindolfo Collor, em toda a sua existência (COSTA, 1990, p. 14).

Ainda para Licurgo Costa, outro elemento destacado em sua narrativa é a própria “educação nos moldes germânicos”. Sobre a primeira educação – os princípios éticos e morais primevos, adquiridos em âmbito familiar – Licurgo Costa comenta, por exemplo, que Lindolfo Collor foi um menino que,

[...] passou a ajudar o padraço, trabalhando na lavoura que, como todo colono alemão ele cultivava no terreno anexo à residência. Também era entregador de leite em várias casas do povoado. E, mais ainda, havia [...] uma caridosa senhora, a ‘Tia Romana’, que abrigava em sua modesta casa de madeira, crianças oriundas de famílias muito pobres, e para sustentar estes filhos adotivos fazia doces, bolos, geléia de mocotó, balas, que mandava vender na rua. Lindolfo Collor, quando se desobrigava do trabalho na casa do padraço, ia sempre dar uma ajuda à boa senhora, saindo de tabuleiro pela rua a vender doces. Muitos anos depois, já deputado ou secretário de Estado, aparecia frequentemente na Barra do Ribeiro para visitá-la e entregar-lhe valiosos donativos em dinheiro (COSTA, 1990, p. 13-14).

A figura dessa senhora, para Licurgo Costa, serve de exemplo de como Lindolfo, “desde jovem”, já se mostrava prestativo, “trabalhador”. Outro elemento que Licurgo Costa não deixa de ressaltar é o trabalho agrícola empreendido pelo jovem Lindolfo na lavoura do padraço, que “como todo colono alemão ele cultivava no terreno anexo à residência” (COSTA, 1990, p. 14).

Nessas linhas, Licurgo Costa se utiliza da família Collor como um exemplo de trabalho. Vale lembrar, a historiografia atual, sobretudo aquela voltada para o imigrante de zonas rurais, comprova a existência de lavouras de subsistência em diversas zonas de imigração - não exclusivamente a alemã (TRAMONTINI, 1994). Mas para Licurgo, tal ressalva tem um grau considerável de importância, pois parece estabelecer princípios éticos da

família de Lindolfo, já de antemão ligados ao trabalho. “Trabalho” esse, do qual o filho dessa família seria ministro muitos anos mais tarde.

Tanto Leda Collor de Mello quanto Licurgo Costa enfatizam a atuação de caráter religioso de Lindolfo Collor. Ambos chamam a atenção, por exemplo, para a produção poética de Lindolfo, e que essa teria se iniciado ainda em 1906, quando ele teria publicado “seus primeiros livros de versos e paralelamente colabora com artigos e poesias de inspiração apostólica” (MELLO, 1988, p. 16).<sup>46</sup>

Assim, prossegue Licurgo Costa, o jovem seminarista inicia intensa atividade literária, compondo poesias e artigos de caráter doutrinário para uma publicação da escola. No mesmo ano, em uma comemoração da Independência do Brasil, chegou a proferir um discurso oficial na Biblioteca Pública na cidade de Rio Grande. Lindolfo Collor, segundo esse biógrafo,

Desde sua juventude [...] tem a personalidade marcada pelo espírito de dedicação às ideias que adota. Filiado à Igreja Episcopal, não se limita a cumprir as obrigações normais e além dos seus estudos, encontra tempo para a pregação do Evangelho na cadeia pública.

[...]

Matricula-se na Escola de Farmácia de Porto Alegre, dá aulas de português na Associação Cristã de Moços e, na Escola Dominical da Igreja da Trindade, dirige um curso de estudos bíblicos (COSTA, 1990, p. 15).

Em 1909, por exemplo, Lindolfo Collor obteve sua primeira formação, no curso de Farmácia,<sup>47</sup> mas não exerceu profissão diretamente relacionada a esse curso ao longo de sua trajetória de vida.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Além disso, Lindolfo Collor teria iniciado pregação do Evangelho em uma cadeia pública da cidade de Rio Grande, e ensina Português na Associação Cristã de Moços, em Porto Alegre (MELLO, 1988, p. 16). Destacando pontos semelhantes, Licurgo Costa relata que em 1906, Lindolfo Collor se matriculou no seminário da Igreja Episcopal Brasileira, na cidade de Rio Grande.

<sup>47</sup> Assim como explica Luiz Alberto Grijó, mesmo sendo um tanto marginal no mundo acadêmico, o acesso ao ensino superior era importante na ocasião, mesmo que fosse um curso de Farmácia, “alternativa escolar à socialmente prestigiosa tríade Direito, Medicina, Engenharia às pessoas de poucas posses”. In: GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do Germanismo ou Alemão Arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. In: *Anos 90*. Porto Alegre – RS. N° 15, 2002: Editora da UFRGS, p. 27.

Em seus estudos comparativos sobre as elites de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, Joseph Love e Bert Barickman (2006) concluíram que 93% das elites desses estados tinham curso superior, e desse total, aproximadamente 70% de seus membros eram formados em Direito.

<sup>48</sup> Licurgo Costa comenta que muitos alunos do curso de Farmácia, mesmo que não atuando diretamente nesse ramo, foram “influentes” nas letras brasileiras. O biógrafo elenca alguns expoentes das letras brasileiras que também tiveram formação em Farmácia, e mesmo que não tenham exercido profissão na área de formação, tiveram “sólida cultura humanística” (COSTA, 1990, p. 16). Entre tais expoentes, o biógrafo cita Gilberto Amado, Érico Veríssimo, Alberto de Oliveira e Carlos Drummond de Andrade. Nenhum desses personagens exerceu profissão na área, como afirma Licurgo Costa, mas tiveram uma grande formação humanística, pois o curso de Farmácia, segundo esse biógrafo, exigia conhecimentos de química, física, história natural, biologia, etc. Ou seja, na formação no curso de Farmácia de Lindolfo Collor, que na época era considerado um curso de menor prestígio, Licurgo Costa “encontra” uma das fontes do cabedal cultural de Collor, que mais tarde irá ajudar a construir “uma inteligência realmente excepcional” (COSTA, 1990, p. 16).

Essa importância dada ao constante aprimoramento intelectual – característica adquirida na infância, talvez? – por parte de Lindolfo Collor é comentada por Licurgo Costa em diversos momentos de sua narrativa. O biógrafo chama atenção, por exemplo, que no ano de 1917, Lindolfo Collor recebeu o título de Bacharel pela Escola de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos, academia que recebeu o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Essa constante atualização no campo dos estudos pode ter sido, como salientou Luiz Alberto Grijó (2002 p. 138), outra estratégia de ascensão – política, social, econômica – utilizada por Lindolfo Collor. A obtenção desse outro curso superior pode vir no sentido de aumentar seu prestígio, e pavimentar seu caminho para a inserção em uma elite; econômica, intelectual, à qual inicialmente Lindolfo Collor não pertencia.

Dessa forma, ambos os biógrafos recorrem à infância do biografado para tentar explicar aos leitores, que ainda nos primeiros anos de vida, Lindolfo conviveu com pessoas e situações que lhes foram de vital importância para desenvolver princípios éticos e morais mais tarde. Ambos os biógrafos, por exemplo, destacam o valor da educação imbuída de caráter religioso, transmitida a Lindolfo Collor.

Leda Collor de Mello, por exemplo, ressalta a educação em moldes clássicos, que poderá ser *vista* através dos escritos jornalísticos e políticos de caráter mais oficial de Lindolfo Collor, anos mais tarde. A influência desse cabedal cultural dará a Lindolfo Collor, por exemplo, o benefício de manter sua “justa medida” de atos e palavras – na imprensa e na política – mesmo em situações conturbadas no futuro. Não exceder-se em diferentes situações, manter a agudeza de caráter e a medida em atos e palavras seriam quase que “obrigações” de um profissional que se notabilizaria, primeiramente, pelo poder de impacto de sua palavra escrita.

Licurgo Costa opta por ressaltar a educação nos moldes germânicos, que incutiu em Lindolfo ideias de ética do trabalho, de convicção e retidão morais. Pois também Licurgo Costa concorda com a “justa medida” de Lindolfo Collor em atos e palavras, mas nem por isso ele considera o biografado como *apático*: o cabedal cultural adquirido na infância por Lindolfo Collor será o pilar principal sobre o qual o biografado constrói e expõe suas opiniões – convictas e corretas de acordo com esse biógrafo. Seja pela influência que for, é à infância que ambos os biógrafos recorrem para explicar elementos da personalidade futura de seu biografado.

### 3.1.2. A ATUAÇÃO NO JORNALISMO

O segundo momento na trajetória de Lindolfo Collor que merece destaque, tanto no livro de Leda Collor de Mello, quanto no de Licurgo Costa refere-se à partida de Lindolfo para o Rio de Janeiro, buscando maiores oportunidades de trabalho. É no Rio de Janeiro, por exemplo, que Lindolfo Collor começará sua carreira no jornalismo, aspecto em que ambos os biógrafos concordam ser uma área de atuação importante do biografado. Além do mais, consideram que foi no jornalismo que Lindolfo Collor primeiramente se consagrou.<sup>49</sup>

As diferentes influências educacionais absorvidas na infância, segundo os biógrafos, se revelarão de grande importância nessa fase da vida do biografado, pois é através do jornalismo primeiramente que Lindolfo Collor passa a demonstrar sua retidão moral, sua justa medida nas palavras e nas ideias, o aspecto combativo de seus textos, etc.

Será também no Rio de Janeiro – e em parte por sua atuação no meio jornalístico – que Lindolfo Collor conhecerá sua futura esposa, Hermínia de Souza e Silva, filha de Bartolomeu de Souza e Silva, deputado federal pelo Paraná; além disso, proprietário e diretor de um jornal matutino chamado *A Tribuna*. Além disso, é sempre bom lembrar que a própria atuação de Lindolfo Collor em diferentes jornais de época foi importante no momento em que Borges de Medeiros “convidou” Lindolfo Collor a tomar parte do jornal republicano *A Federação*.

Leda Collor de Mello salienta, por exemplo, que no ano de 1917, Lindolfo Collor, então com 27 anos, demonstrava um profundo conhecimento sobre as questões sociais do Brasil, uma vez que escreveu um artigo intitulado “*Questão social*” para o jornal *A Tribuna*, “numa tentativa de legislação social recomendada em mensagem à Câmara dos Deputados pelo presidente Delfim Moreira” (MELLO, 1988, p. 19). Esse artigo, mais tarde, receberá grande ovação por parte de aliados políticos de Lindolfo. Segundo Leda Collor de Mello, o artigo causou impressão à Borges de Medeiros quando da data de sua publicação.

Licurgo Costa conta que com a idade de 21 anos, Lindolfo Collor, “com a audácia e a coragem de quem se sentia predestinado a vencer num grande centro cultural, partiu para o Rio de Janeiro, levando consigo uma modestíssima economia amealhada a duras penas [...]”

---

<sup>49</sup> Joseph Love e Bert Barickman (2006) comentam que em São Paulo, nos anos 1910 e 1920, apenas 2,5% dos políticos consideravam ser “político”, uma ocupação. Ou seja, ter um cargo político, não era, necessariamente, a única ou a primeira forma de obtenção de renda e reconhecimento na esfera pública. Lindolfo Collor, por exemplo, terá grande e destacada participação no mundo midiático, escrevendo para diversos jornais em diferentes momentos de sua carreira. Tanto é que além de ser lembrado como Ministro do Trabalho, suas atividades no jornalismo são destacadas por muitos de seus biógrafos.

(COSTA, 1990, p. 17). Assim, passará a trabalhar no jornal *O Paiz*, de João Lage, como escritor colunista semanal. Emprega-se também em setor administrativo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Leda Collor de Mello também relata que aos 21 anos, Lindolfo Collor parte para o Rio de Janeiro, em busca de maiores opções de trabalho. Neste ponto, a autora busca apoio nas palavras de João Luso, escritas em 1942, na ocasião da morte de Lindolfo, para melhor explicar como se deu o início da carreira jornalística do pai no Rio de Janeiro:

Não havendo vaga na redação de **O Paiz** trabalhou como colaborador do jornal, onde publicou entrevistas sobre o teatro nacional, com autores, críticos, jornalistas e homens de letras. Abria a série uma entrevista com Coelho Neto de quem se fez grande amigo e cuja casa passou a freqüentar nos saráus semanais em que o poeta reunia as estrelas literárias do tempo (MELLO, 1988, p. 17).

Leda Collor de Mello explica o destaque que Lindolfo Collor teve desde o início de sua carreira jornalística no Rio de Janeiro pelas palavras de João Luso. Pois mesmo como “colaborador”, fica implícito no texto a participação de Lindolfo Collor nos eventos nos quais circulavam as “estrelas literárias” daquele tempo.

É importante observar que, na falta de diploma de um curso considerado de maior prestígio, uma vez que Lindolfo Collor havia obtido sua titulação em Farmácia, ele se vale de outro documento: “uma carta de recomendação” (COSTA, 1990, p. 17) que Lindolfo utilizará para obter o emprego no jornal *O Paiz*, de João Lage. Contudo, Licurgo Costa não comenta sobre essa carta de recomendação. Informa o biógrafo que a carta foi expedida diretamente para João Lage, mas não diz quem foi seu autor.

Vale lembrar que o uso de “cartas de recomendação” era prática comum à época, para pedir um emprego, por exemplo. Não se utilizavam dessas cartas apenas aqueles que tinham uma formação acadêmica pouco prestigiosa, como Lindolfo Collor e seu curso de Farmácia.

Leda Collor de Mello, em *O Retrato de Lindolfo Collor*,<sup>50</sup> informa os mesmos dados, mas também não aponta a origem e o conteúdo desta “carta de recomendação”, se é que de fato, ela existiu. Outro ponto a considerar é se esse documento não era de outra natureza, pois Licurgo Costa utiliza a expressão “carta de recomendação” entre aspas, em sua narrativa, o

---

<sup>50</sup> Um “retrato” tangencia o desejo do autor em destacar um grupo ou uma personalidade, assim como o “ensaio”. No entanto, o “retrato” carrega em si mais a ideia da *mimese*, (algo copiado fidedignamente no “real”). Um “retrato” passa a ideia de que o relato ali contido está mais carregado de “realidade”, de fidedignidade em relação aos acontecimentos.

que pode evidenciar o uso desse termo por falta de um melhor, mas não correspondendo, de fato, a um documento escrito de recomendação.<sup>51</sup>

Foi por recomendação de Alcides Maya, por exemplo, que Lindolfo Collor conseguiu uma série de entrevistas sobre o Teatro Municipal, com escritores, teatrólogos e oradores, como Coelho Neto, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Eduardo Vitorino, João Luso, etc. Essas entrevistas, segundo Licurgo Costa, rendem a Lindolfo Collor uma grande carga de prestígio. Para Licurgo Costa, o jornal *O Paíz* que solicita tais entrevistas, “só franqueava suas colunas a jornalistas e escritores consagrados, de modo que Lindolfo Collor começou por onde os outros terminavam” (COSTA, 1990, p. 19).

Mais tarde, Lindolfo passará para o *Jornal do Comércio*, “ao tempo, uma das folhas de mais difícil acesso no Rio” (MELLO, 1988, p. 17), e pelo *Jornal do Brasil*, estabelecendo ligações políticas com Alcides Maya, escritor rio-grandense, e com Pinheiro Machado, senador pelo PRR. Essa ligação com o PRR será de grande relevância no comprometimento posterior de Collor com esse partido.

Leda Collor de Mello explica que no *Jornal do Comércio* Lindolfo Collor já começou a escrever sobre um assunto que era a sua predileção: a política, em um folhetim semanal lançado por ele, intitulado *O meu sábado*. Mais uma vez para qualificar a atuação de Lindolfo Collor, Leda recorre às palavras de João Luso, para chamar a atenção para o comedimento de Lindolfo, mesmo ao fazer críticas em sua coluna. Dizia ele que, “[...] Esta foi sempre, de fato, uma de suas características mais constantes como escritor, como político, como homem privado: o equilíbrio [...] o cuidadoso manejo das palavras” (MELLO, 1988, p. 17).

Licurgo Costa afirma ainda que Lindolfo Collor obtém sucesso, “num setor da vida carioca em que a concorrência era tremenda, pois de todo o Brasil chegavam candidatos a repórteres e redatores [...], a vitória do filho do humilde artesão de São Leopoldo [...] era qualquer coisa de espetacular” (COSTA, 1990, p. 19).

A importância atribuída à imprensa, tanto por Leda Collor de Mello, quanto por Licurgo Costa, encontra respaldo histórico. A imprensa nas duas primeiras décadas do séc. XX estava em processo de expansão no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Oswald de Andrade, importante jornalista paulista, chegou a dizer que “o papel impresso é mais forte que as

---

<sup>51</sup> De acordo com o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, a “carta de recomendação” não logrou sucesso, pois consta que Lindolfo Collor em *O Paíz*, “contudo, não encontrou colocação. Empregou-se como diarista no Jardim Botânico”. In: DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro – RJ: CPDOC/FGV, 1984, p. 837.

metralhadoras” (ANDRADE apud MARTINS, DE LUCA, 2008. p. 98), referindo-se às conexões políticas da atividade jornalística.<sup>52</sup>

Lindolfo Collor partiu para o Rio de Janeiro em 1911. Esteve nesse contexto de crescimento e “politização” da imprensa, que avançou até, pelo menos, 1930, segundo dados do relatório citado. Havia um crescimento da imprensa no Rio de Janeiro como um todo; uma espécie de “terra das oportunidades” para quem se interessasse. Lindolfo Collor ter conseguido colocação em destacado veículo de comunicação do Rio de Janeiro da época teve implicações positivas na sua carreira futura. Contudo, o fato é tratado de forma excessivamente destacada pelos biógrafos, no que, é claro, converge para o sentido elogioso de suas narrativas. De acordo com dados históricos, a imprensa jornalística era uma mídia em expansão entre os anos 1910 e 1930; onde podia haver grande concorrência, mas as oportunidades de trabalho eram também muito maiores.

Leda Collor de Mello relata que, no Rio de Janeiro, inicialmente, Lindolfo Collor teria se fixado na casa de um casal de origem espanhola, Tomasa e Gregório Landeira, este último, pertencente ao corpo de funcionários da Companhia de Seguros Sul América, com sede em Madri (MELLO, 1988, p. 17).<sup>53</sup> Gregório Landeira fazia parte do corpo de funcionários da Companhia de Seguros Sul América, fundada no Brasil em 1895. Gregório era funcionário da sede da empresa em Madri, na Espanha. O casal conhecia uma compatriota espanhola, Maria Eugênia Sanchez Dias, casada com o jornalista Bartolomeu de Souza e Silva, e mãe de Hermínia, moça com quem Lindolfo se casaria.

O futuro sogro de Lindolfo, Bartolomeu de Souza e Silva, era proprietário e diretor de um jornal chamado *A Tribuna*, além de nome destacado na política paranaense. Hermínia foi considerada a esposa ideal, pela beleza e pela instrução que possuía (MELLO, 1988, p. 18). O casamento ocorre em 1914. Além de um acontecimento social, para Lindolfo Collor esse matrimônio foi duplamente positivo, uma vez que depois dessa data, assume a direção do

---

<sup>52</sup> No Rio de Janeiro a imprensa carregada também com esse viés mais crítico, retratava, sobretudo, acontecimentos políticos da Primeira República. Em um relatório feito pelo Departamento Nacional de Estatística, em 1931, é realizado um levantamento sobre o número de periódicos existentes no Brasil no intervalo de 1912 a 1930. Nesse meio tempo, segundo esse relatório, o número de periódicos só aumentou, registrando 2959 títulos, sendo que somente no Rio de Janeiro havia 524 títulos. Na década seguinte – anos 1920 – com um sensível aumento no grau de alfabetização, elevou-se também o número de periódicos no Rio de Janeiro. Ainda ao longo dos anos 1920 o Rio de Janeiro conta, segundo outra fonte (BARBOSA, 2007, p. 57), com pelo menos 800 periódicos, sendo que a maioria deles tem vida curta, publicando poucos números. Ao final da década de 1920, por exemplo, o Rio de Janeiro conta com 19 jornais diários, várias revistas semanais, com tiragens em torno dos 30 mil exemplares, e inclusive com 13 estações de rádio que ajudavam a difundir as notícias (BARBOSA, 2007, p. 58).

<sup>53</sup> Durante várias vezes em sua vida, essa companhia de seguros seria uma forma de Lindolfo manter sua renda, uma vez ao sair do Ministério do Trabalho, e outra, ao voltar de seu exílio.

jornal do sogro, do qual, anteriormente, já participava da redação; e lhe abriu as portas da Companhia de Seguros Sul América.<sup>54</sup>

Licurgo Costa dedica algumas linhas para estabelecer uma relação de Lindolfo Collor com o estado de Santa Catarina através desse casamento. Prossegue o autor, chamando a atenção para os padrinhos desse casamento: Pinheiro Machado, “chefe incontestável da política nacional” (COSTA, 1990, p. 26), e Lauro Müller, Ministro das Relações Exteriores. Um aumento no prestígio desses padrinhos se dava, segundo o biógrafo, pelo fato de ambos serem pré-candidatos à Presidência da República. Diz o autor: “Devo assinalar, de passo, a vinculação de Lindolfo Collor, desde então, com Santa Catarina, pois Lauro era, a partir da Proclamação da República, o nome tutelar do nosso Estado” (COSTA, 1990, p. 26). Essa é uma das formas de aproximação entre Lindolfo Collor e o Estado de Santa Catarina, propostos pelo autor. A outra forma será discutida mais adiante.

O casamento de Lindolfo Collor,<sup>55</sup> como Licurgo Costa mesmo salienta, “pelo lado político alcançou mais relevo” (COSTA, 1990, p. 26), uma vez que se estabelecem ligações políticas entre os personagens nesse evento social. O casamento, um dos sacramentos da Igreja Católica, instituição de grande proeminência no contexto religioso, social e político do início do séc. XX tinha também uma grande relevância no campo da construção das identidades. Ademais, tais eventos sociais – sendo o casamento apenas um exemplo – servem também para a criação e a manutenção de laços políticos.

A construção das identidades – sobretudo políticas – passava também pelos diferentes eventos, que a um primeiro olhar, parecem afastados de qualquer influência política. Os grupos sociais – sobretudo dominantes, que sentem a necessidade de se fazer representar de uma forma específica, assumem papéis e códigos de conduta e comportamento, projetando *encenações* da vida real (DEBORD, 1997), construindo assim parcelas e aspectos da vida social, às quais esses grupos se interessam em expor (CHARTIER, 2002).

Em 1919, Lindolfo Collor, a pedido de Borges de Medeiros, passa a integrar o jornal *A Federação*, importante canal de comunicação do PRR; o que aproximou Lindolfo Collor

---

<sup>54</sup> Depois do casamento, a participação de Lindolfo Collor em jornais e periódicos só aumentou. Escreveu como redator para *A Tribuna*, produziu artigos para a revista *O Malho*, publicação de uma sociedade anônima, e inclusive lançou uma publicação infantil, *O Tico-tico*.

<sup>55</sup> Lindolfo Collor inicialmente teve educação em ambientes de fé protestante, chegando, inclusive, a frequentar o Seminário Presbiteriano da cidade de Rio Grande. Mais tarde converteu-se ao catolicismo. Contudo, parece que essa conversão não era muito aceita por ambos os lados. In: GERTZ, René Ernani. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre – RS: EDIPUCRS, 2002, p. 59.. “Collor era pouco alemão para aqueles que se consideravam alemães, tinha – embora de origem protestante – hábitos católicos, e era protestante para os católicos”. In: MOOG, Clodomir Vianna. Lindolfo Collor, o leopoldense. In: MELLO, Leda Collor de. *Retrato de Lindolfo Collor*. Santos – SP: s. e. 1990. p. 138.

ainda mais dos membros dessa “geração de 1907”. Os espaços de discussão oferecidos pelos jornais podiam ser equiparados com as discussões políticas promovidas em assembleias, tribunais, etc., em termos de “aparecimento social, prestígio e popularização” (GRIJÓ, 2002, p. 139).

A convocação de Lindolfo Collor para *A Federação*, por parte de Borges de Medeiros, foi, segundo Licurgo Costa, um,

[...] convite inesperado e sumamente honroso [...] A escolha causou viva impressão no Estado porque, pela tradição, só chegavam a um posto de tal importância política os jornalistas gaúchos que haviam passado a barreira dos cinquenta anos (COSTA, 1990, p. 28).

Licurgo Costa exalta, sobretudo, a iniciativa de Borges de Medeiros em apostar em uma personalidade mais jovem, pois comenta que havia uma faixa etária específica para tais nomeações. Não é a última vez que Licurgo Costa se utiliza do fator *idade* para se referir às conquistas de Lindolfo Collor. Ainda no ano de 1926, Lindolfo Collor concorre novamente para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de Lauro Müller, que havia falecido; sendo, dessa vez, derrotado por Dom Aquino Correa, arcebispo de Cuiabá e ex-governador do Mato Grosso.

Para Licurgo Costa, a “vitória coube ao prelado não pela sua obra literária que era modestíssima, porém porque Collor era muito moço e a Academia levava em grande conta o fator idade” (COSTA, 1990, p. 32). Prossegue o autor, alegando que essa era uma forma de pensar característica tanto da Academia, quanto da sociedade em que Collor vivia na ocasião; pois mesmo “na administração pública, cargos e posições de relevo só se alcançava depois dos quarenta anos” (COSTA, 1990, p. 32).

Licurgo Costa dá importância considerável à baixa idade com que Lindolfo Collor conquista suas posições políticas. Analisa tais dados como sendo um caso isolado, portanto, um “expoente”, uma exceção às regras estabelecidas.<sup>56</sup> Buscaria, de alguma forma, o

---

<sup>56</sup> Michael Conniff (2006, p. 101), ao analisar dados sobre as elites brasileiras na República Velha, conclui que a grande maioria sim, entrava na vida pública depois dos 40 anos. Realidade que foi mudando lentamente ao longo do séc. XX. Ricardo Velez Rodríguez (1993), por exemplo, já comentou sobre duas *gerações* de castilhistas, sendo a primeira formada por nomes de destaque como Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, por exemplo. A segunda geração, da qual faz parte Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Getúlio Vargas, entre outros. Membros dessas duas gerações se iniciavam na vida política geralmente mais jovens do que componentes de gerações políticas anteriores à República. Lindolfo Collor, por exemplo, com 31 anos em 1921, foi eleito para a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul (futura Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul). Julio de Castilhos, em 1891, igualmente com 31 anos, foi eleito para presidente do Estado. Em 1903, Borges de Medeiros assumiu a liderança do Partido Republicano Riograndense com 40 anos de idade.

biógrafo, a identificação de Lindolfo Collor com Fernando Collor de Mello – neto de Lindolfo - cuja ascensão política se deu quase na mesma idade do avô? Não se pode esquecer que a construção da imagem pública de Fernando Collor ressaltou, entre outras coisas, um político determinado, “jovem” e “atlético”.

Assim, tanto a procura pela complementação de seus estudos, as tentativas de participar cada vez mais ativamente de periódicos importantes, bem como o casamento com a filha de uma personalidade do ramo podem indicar diferentes estratégias de ascensão social; e que, em última análise, podem se considerar válidas, uma vez que a entrada de Lindolfo Collor na vida política se deu, efetivamente, durante sua trajetória jornalística e de inclusão nas elites daquele período.<sup>57</sup>

Há de se considerar também que as eleições de Lindolfo Collor para Deputado Estadual em 1921, e para a Câmara Federal, em 1923, devem ter recebido algum “apoio partidário” de Borges de Medeiros, e não terem sido frutos unicamente da participação de Lindolfo Collor na imprensa.

Licurgo Costa conta que Lindolfo Collor, em 1926, foi convidado a dar palestras no Instituto Popular de Conferências, em Buenos Aires. Realizou palestras ainda em Santiago do Chile, na Universidade Nacional, recebendo “homenagens especiais do Governo e de entidades culturais” (COSTA, 1990, p. 31). Chega mesmo a declinar um convite da Universidade Nacional da Bolívia para lá palestrar, uma vez que “problemas políticos aconselhavam sua presença no Brasil” (COSTA, 1990, p. 31). “Convém observar”, diz Licurgo Costa, “que as instituições mencionadas não convidavam senão personalidades de alto relevo – em geral europeus – para os cursos que promoviam” (COSTA, 1990, p. 31).

Os convites para as conferências e a recepção que teve ao regressar, para quem conhece as nuances da política brasileira da época, são nítidas indicações de que Collor era considerado um político em plena ascensão e que, seguramente, alcançaria relevantes posições (COSTA, 1990, p. 32).

Lindolfo Collor, além dessas palestras ministradas em países como Argentina e Chile em 1926, integrou embaixadas brasileiras em diversos países, como o Uruguai em 1925, em

---

Getúlio Vargas, em 1909, então com 27 anos, elegeu-se pela primeira vez como deputado estadual pelo mesmo partido de Borges de Medeiros.

<sup>57</sup> As diferentes instâncias que foram salientadas na construção e na manutenção da identidade de Lindolfo Collor passam, entre outras, pelo fato de ele ter criado “um círculo de amizades no mundo das letras, no social e no partidário” (FONTOURA, 1969, p. 241), e assim, Lindolfo Collor conseguiu obter uma maior inserção nas camadas da “elite” da época. Licurgo Costa considera isso possível graças ao “seu [de Lindolfo Collor] relevo jornalístico” (COSTA, 1990, p. 28).

comemorações ao Centenário da Independência do Uruguai, chefiada por Lauro Müller; em Cuba, em 1928 e na França, no mesmo ano, por exemplo.<sup>58</sup>

Licurgo Costa dedica alguns pequenos parágrafos para explicar em linhas gerais como ocorreu o processo que em 1929 resultaria na formação da Aliança Liberal, calcada também com o objetivo de promover uma mobilização pública contra Washington Luís, da qual Lindolfo Collor tomou parte. Uma das formas de promover as ideias da Aliança Liberal foi através do jornal *A Pátria*, do Rio de Janeiro, cuja direção foi assumida por Lindolfo Collor. Para Leda Collor de Mello, Lindolfo Collor é, acima de tudo, um “dos fundadores da ‘Aliança Liberal’” (MELLO, 1988, p. 22).

Lindolfo participou ainda promovendo o manifesto da Aliança Liberal, onde expôs algumas diretrizes de campanha, tendo o trabalhador e a garantia de seus direitos como uma das premissas básicas. Getúlio Vargas, mais tarde, felicitaria Lindolfo Collor por esse documento (COSTA, 1990, p. 35). Desse manifesto nasceria também o programa de governo da Aliança Liberal, lido por Getúlio Vargas em 02 de Janeiro de 1930, no Rio de Janeiro; em clima de tensão, uma vez que, segundo Licurgo Costa, “elementos do governo promoveriam desordens para perturbar o comício” (COSTA, 1990, p. 36).

Licurgo Costa ainda conta que esteve pessoalmente nesse comício, e que falou com Lindolfo Collor sobre essa “mesquinha atitude do Governo Federal” (COSTA, 1990, p. 36). O comício terminaria em confusão, sendo que tiros teriam sido disparados, é claro, apenas por membros do governo federal ou membros da polícia civil, segundo a narrativa de Licurgo Costa.

O mesmo biógrafo, ao narrar o comício, coloca-se também na condição de “narrador-testemunha” do acontecimento. Sendo assim, ele e somente ele poderia produzir tal narrativa, pois lá estava, e lá viveu a experiência de forma única. Essa pequena “participação” do narrador como protagonista tende a gerar um sentimento de “confiança” em sua narrativa. O biógrafo não se utiliza de nenhuma outra “fonte” – de caráter mais acadêmico, por exemplo – que não ele mesmo. Confia apenas em sua memória sobre o evento. Memória essa, *reconstruída* para o público leitor quase sessenta anos depois!

---

<sup>58</sup> Em estudos realizados por Love e Berickman (2006, p. 84) sobre as elites e suas relações com ambientes externos ao país onde ocorre a atuação política de tal indivíduo, relações estrangeiras são consideradas sumamente importantes. Esses vínculos com o exterior podiam ser de diferentes naturezas, tais como administração de empresas estrangeiras, representação de governos estrangeiros, nascimento de cônjuges em outros países, e mesmo períodos de estudo, residência, e títulos e distinções estrangeiros. Ainda segundo Love e Berickman (2006, p. 84), os políticos que mantinham algum tipo de relação estrangeira tendiam a ser mais proeminentes.

Sobre essa relação que o narrador estabelece, colocando-se em posição de testemunha – e que acessa isso através de suas memórias, Beatriz Sarlo afirma tratar-se de uma “fetichização da verdade testemunhal”, onde o “ter vivido” a situação reveste-se de uma forte carga emocional para o leitor, afastando a desconfiança que ele possa desenvolver em relação ao testemunho como um todo. Isso gera, ainda segundo a mesma autora, uma “confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido” (SARLO, 2007, p. 48).

Leda Collor de Mello conta ainda que Lindolfo Collor, além de redigir o Manifesto da Aliança Liberal, vai para o Rio de Janeiro, onde também passa a escrever para o jornal *A Pátria*, onde era porta voz da campanha pela aliança liberal, sob o pseudônimo de Gil Pereira.<sup>59</sup>

Nos “preparativos” para o movimento revolucionário de 1930, o presidente da Paraíba, João Pessoa é assassinado. Lindolfo Collor, promovendo um “comentário oportuno e inteligente” (MELLO, 1988, p. 23), condena esse assassinato como uma retaliação do presidente Washington Luís. Esse comentário famoso, conhecido pelo título “*Presidente da República, que fizeste do Presidente da Paraíba?*”, segundo Leda Collor de Mello, desfez a indecisão do Rio Grande do Sul e iniciou o movimento armado (MELLO, 1988, p. 23).

Lindolfo Collor chegará a se tornar o primeiro Ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas através da “Revolução de 1930”. Tanto Leda Collor de Mello, quanto Licurgo Costa destinam considerável número de páginas de suas narrativas à participação de Lindolfo Collor nesse movimento. Apesar de ambos os biógrafos destacarem ações de caráter militar, nas quais Lindolfo Collor tomou parte, em síntese ele é descrito nessas narrativas mais como um “combatente” no campo das ideias.

Para Licurgo Costa,

A história da conspiração é longa e complexa e foge dos propósitos desse comentário revivê-la, a não ser nos seus aspectos mais marcantes. Cuido apenas de dar o merecido relevo à participação de Lindolfo Collor no levante de 3 de outubro de 1930, que mudou os rumos da história do Brasil (COSTA, 1990, p. 38)

---

<sup>59</sup> A adoção desse pseudônimo, eminentemente de origem portuguesa, cremos, servia para melhor veicular as ideias, encontrar menos resistência. Lindolfo Collor utiliza o pseudônimo de Gil Pereira enquanto escreve editoriais de apoio à Aliança Liberal no jornal *A Pátria*, fundado em 1920 no RJ por Paulo Barreto (seu pseudônimo literário era “João do Rio”), cujo principal objetivo era inicialmente defender os interesses de pescadores de origem portuguesa, que abasteciam pescado na cidade do Rio de Janeiro. Cremos que dessa forma um pseudônimo português viria mais a servir a tais propósitos. Mais tarde esse jornal, talvez bastante lido pela população de origem lusa, tornou-se um dos meios de comunicação mais ativos da Aliança Liberal. Lindolfo Collor tornou-se diretor desse jornal em 1929.

Licurgo Costa enfatiza a participação de Lindolfo Collor não apenas como ideólogo do movimento, mas também como um de seus mais dinâmicos participantes. Além de ser um dos mais importantes pensadores a propor a plataforma da Aliança Liberal, Lindolfo Collor teria servido também como “mensageiro preferido de Getúlio Vargas” (COSTA, 1990, p. 39), viajando várias vezes para o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, para comprar armamentos.

Não apenas pela sua inteligência e eloquência, mas também pela sua conduta, que Alcides Maya, citado por Licurgo Costa, compara-o com o próprio Getúlio, Lindolfo Collor surge como um daqueles “caladões, sagazes e pacientes negociadores – como era o próprio presidente gaúcho – Collor merecia-lhe maior confiança, tanto que a missão final de articulação do levante coube a ele” (COSTA, 1990, p. 39).

Não bastasse isso, Lindolfo Collor no dia 03 de outubro, segundo Licurgo Costa, estava na linha de frente, na tomada do Quartel General do Exército, em Porto Alegre, sendo assim, “na conspiração e no desfecho do levante, um dos chefes mais atuantes” (COSTA, 1990, p. 40).

Licurgo Costa conta que tinha em suas mãos – na época da escrita dessa sua obra – uma página do jornal *Correio do Povo* de 04 de Outubro de 1930, onde, segundo ele, aparecem apenas três clichês: o de Flores da Cunha, o de Lindolfo Collor e o de Oswaldo Aranha. “Mas o de Collor, no centro da página. Para quem sabe interpretar as nuances e entrelinhas de um noticiário de jornal, ali estava nitidamente insinuada a posição atribuída a Collor, como um dos chefes da revolução” (COSTA, 1990, p. 40).

A interpretação de Licurgo Costa é bastante subjetiva, pois mesmo que a fotografia de Lindolfo Collor figure no centro da página, ela está do mesmo tamanho que as de Flores da Cunha e Oswaldo Aranha. Além do mais, na legenda que acompanha as fotografias, Oswaldo Aranha e Flores da cunha são descritos como “chefes do movimento revolucionário”, e Lindolfo Collor, como “deputado que tomou parte ativa” (*Correio do Povo*, 04 de outubro de 1930).<sup>60</sup> Leda Collor de Mello utiliza de palavras muito semelhantes para descrever a atuação de Lindolfo Collor em Porto Alegre, no dia 03 de Outubro de 1930, mas não cita o referido jornal.<sup>61</sup>

<sup>60</sup>Disponível em: [http://www.ihgrgs.org.br/FatosEntrev/Revolucao\\_30/Pag\\_02.htm](http://www.ihgrgs.org.br/FatosEntrev/Revolucao_30/Pag_02.htm). Acesso em 13/09/2012, às 20h00min.

<sup>61</sup> Tendo finalmente a “Revolução” conquistado seus objetivos, assume uma Junta Militar de Governo, que controlaria as rédeas do poder até a chegada de Getúlio Vargas e seu exército ao Rio de Janeiro, que passavam por Santa Catarina e Paraná, para chegar a São Paulo. Essa Junta Militar relutou em entregar o poder a Getúlio Vargas. Sendo assim, foram mandados para o Rio de Janeiro, para resolver esse impasse, Oswaldo Aranha e

### 3.1.3. O MINISTÉRIO DO TRABALHO E A “QUESTÃO SOCIAL”

Getúlio Vargas assumiu o poder em 03 de Novembro de 1930, e começou a criação de pastas ministeriais e a entrega dessas pastas a membros políticos aliados e partidários. Licurgo Costa conta que Lindolfo Collor teria recusado o Ministério das Relações Exteriores e o da Fazenda, informação essa trazida também por Leda Collor de Mello. Assim,

No dia 26 de novembro é criado, para satisfazê-lo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a 28 ele assume a chefia da nova Pasta. [...] Podia então realizar na prática o programa que havia sugerido [...] muitos anos antes, para encaminhar a solução dos gravíssimos problemas trabalhistas até a data relegados a segundo plano (COSTA, 1990, p. 43).

O movimento operário que se fortaleceu na Primeira República obriga o Estado a encarar de forma diferente a “questão social” no Brasil (ARAÚJO, 1981, p. 44-45) Assim, as diferentes forças políticas que se confrontam pela sucessão presidencial em 1930 foram, de certa forma, obrigadas a incluir a “questão social” em suas plataformas eleitorais. Até mesmo porque Washington Luís, segundo alegações, proferiu uma frase que se tornou célebre sobre esse ponto. Para ele, a “questão social no Brasil é um caso de polícia”. Essa forma intransigente de encarar a questão foi lembrada aos eleitores pela Aliança Liberal.

A Aliança Liberal então propunha uma legislação que solucionasse o problema social atendendo às necessidades dos trabalhadores, limitando-se às promessas de instituir um Código do Trabalho, com medidas que visassem garantir um mínimo de conforto e estabilidade aos trabalhadores.

Leda Collor de Mello, comentando sobre o desejo de Lindolfo Collor de enfrentar os problemas da “questão social” no Brasil, afirma que ele só aceitaria a pasta do Trabalho,

[...] a ser fundada em cumprimento ao que fora anunciado pela Aliança Liberal.<sup>62</sup> Em vista da tendência de Vargas, para pelo menos retardar o cumprimento daquela promessa de campanha, Collor afirmou que, nesse caso, ficaria fora do governo. Demonstrou com essa atitude não só seu autêntico empenho em promover o reconhecimento do valor social das classes trabalhadoras, como seu desinteresse em meramente ocupar um cargo no governo (MELLO, 1988, p. 23).

---

Lindolfo Collor. “Graças à habilidade de ambos, o assunto foi solucionado rapidamente” (COSTA, 1990, p. 41).<sup>61</sup>

<sup>62</sup> Para Araújo (1981, p. 43), “ideia de criação do Ministério do Trabalho ainda não aparece durante a campanha eleitoral”.

Licurgo Costa afirma que o próprio Getúlio Vargas não tinha interesse, ao menos inicialmente, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), uma vez que assim poderia entrar em atrito com a classe patronal, sobretudo a de São Paulo, que já estava desgostosa pelo seu estado ter perdido a presidência da República.

Pela forma como é narrada a questão por parte dos dois biógrafos, a criação do Ministério do Trabalho deveu-se unicamente aos desejos de Lindolfo Collor em garantir promessas de campanha.<sup>63</sup> Getúlio Vargas aparece como alguém que não tinha desejo, de fato, em criar esse ministério, o que só teria feito, “para aquietar o alemão” (MELLO, 1988, p. 24), ou seja, Lindolfo Collor.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é criado em 26 de Novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.433. Tem sob sua competência não apenas a “questão social”, mas problemas ligados aos setores comerciais e industriais também, que terão pastas específicas trinta anos mais tarde, com a criação do Ministério da Indústria e do Comércio, em 22 de Julho de 1960. É apenas a partir de 1974, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, que esse ministério irá se chamar unicamente Ministério do Trabalho.

Para Licurgo Costa, a gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho foi extremamente destacada. Licurgo Costa, talvez desconsiderando um pouco esse contexto, afirma que Getúlio Vargas,

[...] apesar das pressões patronais e da evidente indiferença do proletariado pelo assunto [...] aceitou as ponderações de Collor sobre o assunto e lhe deu carta branca para organizar o Ministério do Trabalho. Não consta que, em qualquer oportunidade, tivesse recusado sua assinatura aos decretos apresentados pelo seu dinâmico e leal companheiro da Revolução de Outubro. [...] Vale registrar que no Governo Provisório, Collor teve em Getúlio Vargas o seu único aliado (COSTA, 1990, p. 43).

Sobre a capacitação de Lindolfo Collor para o Ministério do Trabalho, Licurgo Costa opta por utilizar o depoimento de Joaquim Pimenta<sup>64</sup>, o qual afirma, por exemplo, que Lindolfo Collor “era um homem inteligentíssimo, dotado de capacidade excepcional de

<sup>63</sup> Seja como for, a criação do Ministério do Trabalho deveu-se muito mais ao contexto econômico, político e social da época, do que à “satisfação” dos desejos de solucionar esses graves problemas de Lindolfo Collor, como Leda Collor de Mello e Licurgo Costa parecem querer demonstrar. A criação de novos Ministérios, bem como algumas “reformas introduzidas pelos revolucionários de 30 [...] permitem ao Estado reforçar sua autonomia e ampliar seu poder de ação” (ARAÚJO, 1981, p. 52).

<sup>64</sup> Joaquim Pimenta (1886-1963). Jurista e político brasileiro, um dos pioneiros do Movimento Socialista no Brasil e da legislação dos direitos dos trabalhadores. Foi procurador do Ministério do Trabalho e catedrático do Direito do Trabalho nas Universidades do Brasil e Universidade do Rio de Janeiro.

observação e raciocínio”, o que era determinado “pelo sangue germânico que lhe corria nas veias” (PIMENTA, 1949 apud COSTA, 1990, p. 44).

Na narrativa de Licurgo Costa, Lindolfo Collor surge como alguém muito bem aparelhado intelectualmente para dar respostas significativas ao problema da “questão social” no Brasil. Agora, ele teria carta branca para realizar na prática o que havia teorizado sobre essas questões. Segundo Licurgo Costa, Lindolfo já havia exposto o problema social no Brasil através do manifesto da Aliança Liberal e de vários artigos jornalísticos publicados (COSTA, 1990, p. 43).

Licurgo Costa salienta ainda que Lindolfo devotou importância ao sindicato dos jornalistas e escritores, instaurando em fevereiro de 1931,<sup>65</sup> a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (UTLJ), primeiro sindicato criado no Brasil.<sup>66</sup> Dessa forma, além de devotado ao trabalho, Lindolfo Collor também aparece como promotor da profissão jornalística no Brasil; atividade na qual se destacou o próprio Licurgo Costa. O próprio Licurgo Costa também foi importante para esse sindicato, sendo considerado, inclusive, como o primeiro jornalista sindicalizado do Brasil.<sup>67</sup> O biógrafo, portanto, ao referir o destaque dado por Lindolfo Collor ao jornalismo, também fala um pouco da própria trajetória.

Na gestão Collor, o Ministério do Trabalho contou com uma equipe de políticos e teóricos bastante diversificada (MELLO, 1988, p. 24); por exemplo, Horácio de Campos Cartier, companheiro de jornalismo de Lindolfo, e merecedor de confiança tal a ponto de substituir Lindolfo em sua ausência (ARAÚJO, 1981, p. 63). Além disso, se encontravam ligados ao Ministro Collor “os maiores lutadores em prol das leis de proteção aos trabalhadores, os maiores líderes das antigas contendas sociais: Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes” (MORAES FILHO, 1952, apud ARAÚJO, 1981, p. 219).

Além disso, vale salientar que alguns políticos gaúchos, partidários de Collor, foram selecionados por ele para completar o Ministério<sup>68</sup>; tais como Aristides Casado, Aristóteles

---

65 Essa informação trazida pelo autor parece dúbia. Em página da internet, brevemente dedicada a Licurgo Ramos da Costa, encontra-se que, entre outras atividades, o biógrafo “em 1934 fundou, com Mário Hora e vários outros jornalistas e escritores, o primeiro sindicato brasileiro: a “União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal”. UTLJ”. Disponível em: <http://www1.an.com.br/grande/licurgo/0gra5.htm> Acesso em 12/02/2013, às 11h 30min.

66 Talvez fosse melhor classificar a UTLJ como primeiro sindicato *do gênero* criado no Brasil, pois em 1931, antes da criação da UTLJ, já existiam, por exemplo, outros sindicatos, como o Centro dos Operários e Empregados da Light (STOTZ, 1986).

67 Jornal *A Notícia*. Santa Catarina, 25 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.an.com.br/anexo/2007/jun/24/0ide.jsp>. Acesso em 12/02/2013, às 11h 30min.

68 Araújo (1981, p. p. 62) afirma que no quadro funcional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, havia uma equipe bastante diversificada, reunida por Lindolfo Collor para dar conta de seus conhecimentos bastante rudimentares sobre as questões trabalhistas.

Luzardo e Carlos Cavaco<sup>69</sup>, considerado o único elemento realmente revolucionário do Ministério Collor (ALVES, 1933).

Ao discutir sobre o Ministério do Trabalho, alguns pesquisadores, e Licurgo Costa inclui-se nessa lista, insistem em creditar a Lindolfo Collor a grande maioria da “importância” sobre a criação e a manutenção do dito ministério, alegando que Getúlio Vargas apenas “criou” o ministério por pressão de Lindolfo. Outros alegam que foi Getúlio Vargas o responsável pela criação, mas que também teria sido o mentor intelectual do Ministério do Trabalho.<sup>70</sup>

Para Licurgo Costa, Lindolfo Collor guiava sozinho o Ministério do Trabalho, tendo apenas como aliado Getúlio Vargas. Para Leda Collor de Mello, Lindolfo cercou-se de uma equipe diversificada e eficiente. Seja trabalhando sozinho ou cercado-se de pessoas capacitadas para melhor pensar a questão trabalhista no Brasil, a “genialidade” de Lindolfo Collor está assegurada: sua capacidade intelectual pode ser destacada pelos dois biógrafos, pois tanto para pensar sozinho sobre a “questão social” no Brasil, ou cercar-se de pessoas igualmente capacitadas para esse fim, Lindolfo Collor novamente, pelas narrativas desses biógrafos, se destaca pelo julgamento correto, pela capacidade intelectual e pela firmeza de seus ideais.

Sobre a organização do Ministério do Trabalho, Licurgo Costa afirma que essa recebeu forte oposição, uma vez que as forças que agora foram dadas ao operariado causavam profundas preocupações no grupo patronal. Alguns desses grupos patronais fizeram sérias acusações contra Lindolfo Collor; “muitos expedientes foram usados contra ele, inclusive a esdrúxula acusação de ser ‘agente de Moscou’” (COSTA, 1990, p. 46).

<sup>69</sup> Custódio Carlos de Araújo “Cavaco” (1878-1961), um dos mais destacados líderes socialistas do movimento operário brasileiro na Primeira República e no pós-1930. Quando ocorreu a “Revolução de 1930”, Carlos Cavaco apoiou o novo regime, procurando atrair trabalhadores para a política sindical varguista. Para mais detalhes: SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – SP, 2002.

<sup>70</sup> Alzira Vargas Peixoto, filha de Getúlio Vargas que em 1960 publicou um livro intitulado *Getúlio Vargas, meu pai*, parece querer resolver essa questão alegando a culpa sempre imposta a Getúlio quando algo se encaminhava mal no governo. Pelo contrário, quando uma ideia ou projeto tinha relativo sucesso, tinha segundo Alzira Vargas, partido de outra pessoa. “Tem sido propalada que toda a legislação trabalhista do Governo Getúlio Vargas é obra de seu primeiro Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor. Sem dúvida, a inteligência, a cultura e o espírito social desse ilustre político gaúcho, prematuramente roubado à vida, foram de inestimável valia. Parecem esquecer, no entanto, os eternos desmemoriados, que Collor foi Ministro por pouco mais de um ano. Nomeado em novembro de 1930, pediu exoneração em meados de 1932, juntamente com Maurício Cardoso, da Justiça, e Baptista Luzardo da Chefia de Polícia. E a legislação trabalhista continuou durante todo o “curto período”. Mas ao “Ditador” foram credenciados somente os erros e desacertos: as obras construtivas tiveram sempre outros donos. (PEIXOTO, 1960, p. 100-101).

Leda Collor de Mello, ao discutir brevemente acerca das forças opositoras a Lindolfo Collor durante seu tempo no Ministério do Trabalho, utiliza-se das palavras do ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Pe. Fernando Bastos Ávila, que afirma que durante esse tempo no Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor enfrentou a pressão dos comunistas que queriam fortalecer seu partido e incitar as massas, pressões do grupo dos tenentes, etc. Mas com as classes patronais, que como seria de se esperar, propusessem uma forte reação à legislação trabalhista, parece que o Ministro do Trabalho não enfrentou grandes dificuldades (MELLO, 1988, p. 24).

Licurgo Costa afirma que o que também desgostava Lindolfo Collor era a “hostilidade que começava a sentir, de parte de algumas das mais destacadas lideranças políticas” (COSTA, 1990, p. 46). O biógrafo prossegue afirmando que entre 1931 e 1932, a impressão geral era “de que Getúlio Vargas, ao completar um quadriênio de Governo, entregaria a Presidência a quem fosse eleito para sucedê-lo. E nem poderia ser outra a expectativa” (COSTA, 1990, p. 46).

Assim, ainda segundo esse biógrafo, grupos políticos começaram a se articular para lançar candidatos à essa possível eleição. Havia aspirantes ao cargo como Oswaldo Aranha, Góis Monteiro, Flores da Cunha, etc. Ou seja, nomes “surgidos com a Revolução e, portanto, sem nenhuma ou com escassa projeção nacional” (COSTA, 1990, p. 46).<sup>71</sup>

Parece importante comentar essa afirmação de tom exagerado. Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, várias vezes candidatos a cargos políticos, não poderiam ser acertadamente classificados como nomes de “nenhuma ou escassa projeção nacional”. Talvez Licurgo Costa recorra a essa retórica para reforçar a imagem de Lindolfo Collor, “o filho de sapateiro de São Leopoldo” cuja “projeção fora conquistada a golpes de talento, sem ajuda, sem proteção de nenhum dos donatários das poderosas capitâncias políticas em que o Brasil era fragmentado” (COSTA, 1990, p. 47).

Assim, Lindolfo Collor, sem mais ter o que fazer, apenas observar “as manobras subterrâneas que visavam à sua derrubada” (COSTA, 1990, p. 48), tem que presenciar ainda um aumento gradativo da censura à imprensa. Isso, para o biógrafo, teria sido o mais duro

---

<sup>71</sup> Classificar personagens como Oswaldo Aranha, Góis Monteiro e Flores da Cunha dessa forma parece ser uma estratégia “arriscada” e equivocada do biógrafo, no processo de destacar ainda mais a figura de Lindolfo Collor. Essas personalidades tiveram carreiras destacadas antes da “Revolução de 1930”. Oswaldo Aranha, por exemplo, já havia lutado ao lado de Borges de Medeiros em 1923, foi deputado federal por duas vezes, e em 1928, tornou-se Secretário do Interior. Góis Monteiro, durante os anos 1920, combateu os Dezoito do Forte e a Coluna Prestes. Flores da Cunha, em 1909, era deputado estadual e foi deputado federal três vezes antes de 1930 (em 1912, 1924 e 1927).

golpe para Lindolfo Collor, e o que mais o “desiludira” em relação ao governo de Getúlio Vargas.

O autor do manifesto da Aliança Liberal, o jornalista e parlamentar que sempre defendera a liberdade de manifestação de pensamento, não poderia concordar com o que estava acontecendo, conforme tivera a franqueza de comunicar ao Chefe do Governo (COSTA, 1990, p. 48).

Assim, uma das forças que disputavam espaço e influência no governo Vargas – os tenentes – empastelaram, certa noite, o jornal *Diário Carioca*, periódico que segundo Licurgo Costa, iniciou a campanha pela convocação da Constituinte. Pior do que isso, nenhuma medida foi tomada contra esse grupo. Dessa forma, Lindolfo Collor, “já de ânimo abalado pela oposição cada vez mais enérgica que sentia”, considera que não poderia mais fazer parte de um governo “que descumpria compromissos perante a opinião pública” (COSTA, 1990, p. 49).

Lindolfo Collor demitiu-se então do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em março de 1932, ao mesmo tempo em que se exoneravam Maurício Cardoso, do Ministério da Justiça, João Neves da Fontoura, da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil e Batista Luzardo, da chefia da Polícia do Governo Federal.

Licurgo Costa cita trechos da carta de renúncia que Lindolfo Collor enviou a Getúlio Vargas, onde, além de denunciar o cerceamento da liberdade de opinião e a censura à imprensa, Lindolfo critica o empastelamento do *Diário Carioca*.

São de ontem as minhas pregações na tribuna parlamentar e na imprensa da Aliança Liberal em favor da liberdade de opinião, que foi um dos postulados básicos da campanha de renovação política em que me coube a responsabilidade de ser um dos “leaders”, embora o de menor valia. Devo afirmar a V. Exa. – e V. Exa. sabe que eu falo a verdade – que se me fôsse dito que a revolução se faria precisamente para manietar e sufocar essa liberdade, que é a pedra angular das sociedades organizadas, eu não teria sido, como fui, um dos elementos mais decisivos na conspiração de 3 de outubro. (COLLOR, 1932 apud COSTA, 1990, p. 49-50).

Para, de certa forma, sintetizar a participação de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, sem fazer um comentário mais direto e pessoal, Leda Collor de Mello recorre a palavras de outrem. Dessa vez, escolhe trechos do discurso de Vianna Moog no Instituto Histórico de São Leopoldo, proferido no ano de 1976,

Collor tinha-se mantido no Ministério de 26 de novembro de 30 a 4 de abril de 1932, isto é, um ano, quatro meses e nove dias, tempo para ele suficiente para armar e lançar os vigamentos da atual legislação social do Brasil. A não ser José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, que em quasi idêntico período construiu um Império, nenhum outro brasileiro levou a termo obra mais monumental em tão curto prazo [...] Proclamada a Independência [...] o silêncio se fechou em torno do Andrada. Historiadores, ensaístas, escultores, pintores e gravadores só tinham olhos para a glória de Pedro (MOOG, 1976 apud MELLO, 1988, p. 25).

É significativa a escolha de Leda Collor de Mello por esse comentário de Vianna Moog sobre a atuação de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, uma vez que Vianna compara Lindolfo Collor a José Bonifácio, que, além de em pouco tempo também ter sido capaz de uma obra monumental, ainda foi relegado ao ostracismo depois de sua atuação nada menos que heroica.

Leda Collor de Mello encontrou uma forma perspicaz de comentar o fato de que Getúlio Vargas recebeu o reconhecimento pelas ações do Ministério do Trabalho, executadas em grande medida por seu pai, Lindolfo Collor. E então, historiadores e ensaístas, ou seja, aqueles que “produzem a História” terão olhos apenas para as ações de Getúlio Vargas, que será imortalizado como tal, sobrando o ostracismo político para Lindolfo Collor, o mesmo que para José Bonifácio.

Para Leda Collor de Mello, os mais ou menos 15 meses em que Lindolfo Collor permanece no Ministério do Trabalho foi também o período em que Lindolfo estava “alinhado entre os que reivindicavam a volta do país a um regime legal, ideia que não contava com a simpatia do ditador e nem dos ‘Tenentes’” (MELLO, 1988, p. 26), deixando assim o Governo Provisório em 03 de Março de 1932. Leda Collor de Mello designa Getúlio Vargas como “ditador”, o que ele, a rigor, ainda não era. Isso evidencia muito mais a opinião da autora sobre Getúlio Vargas do que talvez a opinião do próprio Lindolfo Collor na ocasião.

#### 3.1.4. OSTRACISMO POLÍTICO

Licurgo Costa prossegue narrando que após a renúncia ao Ministério do Trabalho, Lindolfo Collor regressa para o Rio Grande do Sul, onde retornará para o jornal *A Federação*. Ao voltar para Porto Alegre, Lindolfo Collor será novamente colocado por Borges de Medeiros na direção do jornal do partido (*A Federação*). Vale lembrar, contudo, que naquela

ocasião não foi apenas Lindolfo Collor que se mostrava contrariado com a política de Getúlio Vargas; mas também João Neves da Fontoura e Batista Luzardo, por exemplo. Havia, portanto, mais lideranças políticas insatisfeitas com Getúlio Vargas do que um Lindolfo Collor solitário. Logo em seguida adere à revolução Constitucionalista, que se inicia em São Paulo a partir de 09 de Julho de 1932. Toma parte desse conflito na “Coluna” comandada pelo coronel Marciel Terra, “dormindo muitas vezes ao relento, com a sela do cavalo por travesseiro” (MELLO, 1988, p. 27).

Novamente à frente d’*A Federação*, Lindolfo Collor usa o poder combativo da imprensa para criticar Flores da Cunha,<sup>72</sup> que, depois de se comprometer com o movimento constitucionalista, se reconcilia com o Governo Federal, evitando assim, um confronto militar em solo gaúcho. Flores da Cunha será, nas palavras de Lindolfo Collor, o “traidor”.

Para Leda Collor de Mello, há uma “explicação para esse gesto imprevisto” (MELLO, 1998, p. 27). Essa explicação teria sido uma conversa entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha, quando o segundo, na ocasião ainda apoiando a causa de São Paulo, afirmou a Vargas que as tropas do Movimento Constitucionalista tinham grandes chances de vencer. Getúlio Vargas teria respondido que se isso acontecesse, as tropas não o encontrariam ali, pois ele já sabia o que fazer. Diante dessa perspectiva “sombria, o impetuoso e passional temperamento de Flores da Cunha, ditou-lhe [...] a decisão de colocar as forças da Brigada gaúcha ao lado do governo federal” (MELLO, 1998, p. 27).<sup>73</sup>

Ao final da revolução Constitucionalista, os paulistas saem derrotados pelas tropas do Governo Federal, e Lindolfo Collor, para evitar a prisão, transpõe o Rio Uruguai e vai para Paso de Los Libres, na Argentina, onde vive de escrever pequenos artigos para jornais de Montevideu, Buenos Aires, Lima e Assunção<sup>74</sup>, chegando inclusive a enviar mensagens do *front* para jornais brasileiros e argentinos, da disputa entre Bolívia e Paraguai, a chamada Guerra do Chaco (COSTA, 1990, p. 49).

<sup>72</sup> O poder combativo da imprensa terá lugar no capítulo posterior, quando se fará análise também de caricaturas e charges de Lindolfo Collor, sendo que uma delas trata desta questão.

<sup>73</sup> Flores da Cunha, em 15 de Novembro de 1932, desliga-se do PRR, fundando o Partido Republicano Liberal Riograndense (PRL). A partir desse momento, tamanho era seu desagravo, que Lindolfo Collor retirou o convite que fizera a Flores da Cunha para ser padrinho de seu último filho, Lindolfo Jr (MELLO, 1988, p. 28). Flores da Cunha não parece “passível de confiança” nesse momento, na narrativa de Leda Collor de Mello. Ele é descrito como “impetuoso” e “passional”, características bem distantes da “justa medida”, da retidão intelectual e moral, que, para essa biógrafa, sempre regeram as atitudes de Lindolfo Collor.

<sup>74</sup> Durante esse tempo, alguns artigos de Lindolfo Collor, publicados pelo jornal argentino *La Prensa*, foram considerados demasiado críticos ao governo brasileiro. Em carta a Américo Palha, amigo e chefe no Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, defende-se, alegando que a maioria de seus artigos versava sobre a Guerra do Chaco. (DHBB, 1984, p. 840).

Contudo, a partir de 1934, segundo Licurgo Costa, muitos exilados que foram afastados pela sua atuação contrária a Vargas na revolução Constitucionalista de 1932, começam a voltar ao Brasil (COSTA, 1990, p. 51). Collor então esteve algum tempo no Rio Grande do Sul, depois vai para o Rio de Janeiro, reassumindo a direção da Companhia de Seguros Sul-América, já que era funcionário dessa companhia desde 1928. Ainda em 1934, Lindolfo Collor se candidata à representação na Assembleia Constituinte, “mas a atuação do governador do Rio Grande do Sul influenciou sabidamente na derrota que Lindolfo Collor sofreu” (MELLO, 1988, p. 28).

Em 1934, inicia-se o chamado *modus vivendi*, uma tentativa de “pacificação” das forças opostas na política no Rio Grande do Sul, tais como o Partido Libertador (PL) de Raul Pilla e Flores da Cunha, correligionários de Lindolfo Collor e do Partido Republicano Riograndense (PRR), ainda sob a tutela de Borges de Medeiros, e membros do governo de situação, do Partido Republicano Liberal (PRL).

O *modus vivendi* permitiu, entre outras coisas, um crescimento econômico, com base em um acordo administrativo. O processo sucessório nacional, contudo, começou a criar cisões dentro do PRR, que se dividia em um grupo de apoio à indicação de um candidato de Getúlio Vargas para a sucessão, e um grupo que apoiava o nome de Flores da Cunha. Collor integrou o grupo que deu apoio a Flores da Cunha. (DHBB, 1984, p. 841). De fato, parece que Lindolfo Collor, encontrando um inimigo maior – Getúlio Vargas – esqueceu a pecha de “traidor” dada a Flores da Cunha, abraçando o *modus vivendi*.

Leda Collor de Mello relata que partiu do próprio Getúlio Vargas uma tentativa de reaproximação com Lindolfo Collor. Getúlio teria mandado o Gen. Góis Monteiro pedir uma entrevista com Lindolfo Collor. Mas esta tentativa se mostrou infrutífera, não ocorrendo o reatamento de laços entre Getúlio e Lindolfo (MELLO, 1988, p. 28). O próprio Getúlio Vargas em seus diários afirmou que “os chefes oposicionistas” a ele, como Borges de Medeiros, Lindolfo Collor e Batista Luzardo “lançaram um manifesto vazio de ideias e eivado de prevenções pessoais” (VARGAS. *Diários*. Vol. I – 1930-1936, p. 323).

O *modus vivendi*, portanto, não resistiu às pressões e fissuras internas. Lindolfo Collor demitiu-se da Secretaria de Finanças, rompendo tanto com a Frente Única Gaúcha (FUG) quanto com o PRR, uma vez que alguns membros de ambas as agremiações pareciam se mostrar inclinados a apoiar Getúlio Vargas. Em 1937, Lindolfo Collor funda o Partido Republicano Castilhistas, com o apoio de uma ala mais “progressista” do PRR, “que pretendia reaproximar-se de suas fontes autênticas, ou seja, a doutrina de Julio de Castilhos” (MELLO, 1988, p. 29).

Lindolfo Collor foi apresentado por muitos de seus biógrafos como alguém totalmente avesso às ideias políticas de inclinações ditatoriais. No entanto, o próprio Lindolfo parecia desconsiderar ou optar por não criticar a forma como Julio de Castilhos, sabidamente utilizador de conchavos políticos e métodos violentos para garantir pleitos eleitorais, conduzia sua política. Ao contrário, parecia admirá-lo a ponto de lançar um partido cuja orientação política se aproximasse da de Julio de Castilhos. Esse ferrenho opositor de governos de caráter autoritário europeus, como o nazismo e o fascismo, por exemplo, pelos quais foi perseguido em algumas ocasiões, nunca se pronunciou contra as medidas arbitrárias, autoritárias e violentas de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, mas se considerava perseguido pelo autoritarismo do Estado Novo mais tarde, quando se colocou em oposição à política de Getúlio Vargas.

O Partido Republicano Castilhista de Lindolfo Collor tornou-se francamente oposicionista a Getúlio Vargas, apoiando a candidatura do paulista Armando Sales de Oliveira à presidência da República em eleições que se realizariam em 1938. Em 1937, não suportando as pressões contra o seu governo, Flores da Cunha irá renunciar em 16 de outubro, buscando refúgio e exílio no Uruguai. Daltro Filho será nomeado interventor do Rio Grande do Sul. O processo eleitoral para presidente da república que deveria ocorrer em 1938 foi cancelado em 10 de novembro de 1937, quando foi deflagrado o Estado Novo.

Sob a pressão desse regime “de matizes nitidamente autoritárias” (COSTA, 1990, p. 55), Lindolfo Collor vai com a família para a cidade de Canela, e lá escreve um de seus livros, *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, editado pela primeira vez pela livraria José Olympio, do Rio de Janeiro, em 1938.

Sobre essa obra de Lindolfo Collor, Licurgo Costa afirma ser uma das mais completas sobre o episódio Farroupilha. O biógrafo busca novamente uma “aproximação” de Lindolfo Collor com o estado de Santa Catarina ao afirmar que *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, composta por 27 capítulos, tem 7 deles dedicados à invasão de Lages e Laguna pelas tropas de Piratini. “E nela, se refere com simpatia à então Província de Santa Catarina” (COSTA, 1990, p. 52).

Licurgo Costa buscou novamente uma “aproximação”, mesmo que bastante distante, e talvez com pouca precisão, sobre a “simpatia” de Lindolfo Collor por Santa Catarina, apenas por este dedicar 7 capítulos de sua obra à ocupação das cidades de Lages e Laguna. Qual o objetivo do biógrafo em fazer isso? Talvez tentar criar elos entre um estado com grande parcela de imigração germânica com a figura de Lindolfo Collor, também descendente de alemães?

Parece exagerado afirmar que Lindolfo Collor referiu-se “carinhosamente” à Santa Catarina, pois o mesmo, em sua obra, referiu-se a Laguna, por exemplo, como uma cidade “de situação geográfica excêntrica, perdida no deserto...” (COLLOR, 1989, p. 210), na verdade, uma simples “vila”, da qual, a “conquista [...] ocorreu como um passe de mágica. Nem houvera, por assim dizer, resistência” (COLLOR, 1989, p. 223).

Por que Lindolfo Collor, um descendente de alemães, se preocupa em escrever uma biografia de Giuseppe Garibaldi, um dos “heróis” do *Risorgimento*, ou seja, do processo de criação da Itália como a conhecemos hoje? O texto introdutório da quarta edição da obra *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, da autoria de Paulo do Couto e Silva, intitulado “Nota prévia”, e “assinado” pela Fundação Paulo do Couto e Silva, pode apontar um caminho.

Lindolfo Collor é identificado com Garibaldi, e o texto aponta algumas aproximações entre eles. Afirma, por exemplo, que são “visíveis as afinidades entre biógrafo e biografado” (*Nota prévia* In: COLLOR, 1989, p. 10), pois ambos viveram norteados por grandes e importantes ideais políticos. A fidelidade a esses ideais teria lhes garantido também a prisão e o exílio; mas mesmo por essas situações de provação, passaram exemplares e incorruptíveis (*Nota prévia* In: COLLOR, 1989, p. 10-11).

O texto ainda procura traçar alguns paralelos entre Garibaldi e Collor, já que,

Garibaldi conheceu entre os revolucionários de 1835 outras figuras de marcante desprendimento, de ousadia e bravura. Encontrou ele nesse território as melhores condições para adestrar-se nas armas que tanto lhe valeram. Depois, em sua pátria, como *condottiero* das lutas do *Risorgimento*. Um século mais tarde, Lindolfo Collor buscava ideais semelhantes, no desejo de aperfeiçoar politicamente o país através do esclarecimento e da persuasão pela palavra. A imprensa foi então seu veículo essencial de ideias e lutas. Sua dialética fundava-se na clareza de raciocínio, associada a uma formação humanística adquirida, em boa parte, pela via do autodidatismo (*Nota prévia* In: COLLOR, 1989, p. 11).

Uma das únicas diferenças apontadas entre Garibaldi e Lindolfo Collor, segundo o mesmo texto, versa sobre a falta de justiça em relação ao nome de Lindolfo. Garibaldi já foi reconhecido como herói, segundo o texto, mas Lindolfo Collor não; sobre a autoria da legislação social, por exemplo, a parcela que lhe cabe não foi ainda reconhecida – até 1989 (COLLOR, 1989, p. 11).

Em 1938, quando a obra *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* foi publicada, Lindolfo Collor ainda estava no exílio. Dessa forma, torna-se mais fácil compreender por que o próprio Lindolfo chega a dizer no Prefácio, que “não duvide ninguém de que a História nasceu no exílio” (COLLOR, 1989, p. 15). Lindolfo procurou identificar-se com grandes historiadores

do mundo clássico, como Heródoto, Tucídides e Xenofonte, uma vez que em diferentes momentos, tais historiadores, pela tenacidade em manter suas inclinações políticas, encontraram-se presos ou exilados de suas terras natais.

Lindolfo Collor prossegue em seu Prefácio, explicando como e por que ele escolhe deter-se sobre Garibaldi. Para ele, alguém, “cansado dos panoramas atuais” (COLLOR, 1989, p. 17) – os de 1938, buscou escrever sobre a grande época de 1835, uma vez que nela existia ainda um grande “porte moral nos homens” (COLLOR, 1989, p. 17), onde ocorreu “dez anos de luta contra as armas do Império Centralista, pelo ideal da República e da Federação” (COLLOR, 1989, p. 17).

É possível traçar paralelos entre essas características que Lindolfo Collor imagina terem norteado a época de Giuseppe Garibaldi, e a sua própria época. Há em 1938, para Lindolfo Collor, um “império centralista” representado por Getúlio Vargas. Ele – Lindolfo Collor – se vê como um daqueles homens de grande moral, que assim como Garibaldi, mantiveram-se fieis às suas inclinações políticas, e pagaram caro por isso. Garibaldi será preso, Lindolfo será preso e exilado.

Lindolfo Collor, comparando seu contexto e o contexto em que Garibaldi viveu, afirmou que uma de suas maiores preocupações será a de ver um “certo número de indivíduos cujos encontros longe estavam de fazer a delícia de meus olhos” (COLLOR, 1989, p. 18). Mas, para ele restou a surpresa desagradável de compreender que tanto no passado, quanto no presente havia “o sussurrar da perfídia, os botes da calúnia, o cálculo dos aproveitadores do esforço alheio” (COLLOR, 1989, p. 18).

Assim, é possível compreender melhor a escolha de Lindolfo Collor, ao decidir biografar Giuseppe Garibaldi. Teria assim a oportunidade de opinar, mesmo que veladamente, sobre seu contexto, sem sofrer represálias. Lindolfo Collor afirma, “escrevi esse livro para, fugindo ao mundo dos meus dias, encontrar os que já foram a verdadeira fisionomia moral do Rio Grande” (COLLOR, 1989, p. 29).

Os biógrafos, como explica François Dosse (2009), geralmente tendem a criar uma espécie de pacto com os leitores, expondo de antemão os motivos que os levaram a eleger determinada personagem como alvo de sua biografia. O biógrafo justifica sua escolha, elencando características que os aproximem da personalidade escolhida, se aproxime de suas sensibilidades e de seus compromissos (DOSSE, 2009, p. 95).

As biografias vale lembrar, não são escritas a partir de uma exterioridade total. O próprio Lindolfo Collor confirma isso, pois informa a seus leitores que já vários autores se debruçaram a escrever biografias sobre Garibaldi, baseadas inclusive em documentação; mas

mesmo isso não produz um relato acurado, uma vez que os próprios documentos “têm um valor relativo ao instante psicológico em que foram produzidos” (COLLOR, 1989, p. 21).

Ainda para Dosse (2009), há um tipo de biografia na qual a atuação do biógrafo se confunde ainda mais com a do biografado, e é a biografia escrita por alguém ligado à política. Nesse ínterim, o biógrafo parece, levando em consideração sua própria atuação – e os resultados dela – no campo político, procurar e sempre encontrar uma faceta até então pouco trabalhada sobre seu biografado, e dar mais ênfase e essa faceta em seu relato (DOSSE, 2009, p. 97).

As considerações que abarcam questões sobre o gênero biográfico são significativas nesse caso de Lindolfo Collor. Enquanto narra, Licurgo Costa explica que Lindolfo escreveu uma biografia de Garibaldi. Lindolfo Collor, ao escrever sobre Garibaldi, optou por destacar a atuação heroica de seu biografado, chamando a atenção para Garibaldi ter sido “traído” por seus antigos aliados. Nesse sentido, Lindolfo parece também identificar-se com seu biografado.

Licurgo Costa conta que, depois de terminar o livro *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, Lindolfo Collor volta para o Rio de Janeiro em 1938, onde se “engaja com a costumeira energia e destemor, na oposição ao Estado Novo” (COSTA, 1990, p. 60). Em 1938, Collor será preso três vezes: uma quando será atribuída a ele a participação no levante integralista.<sup>75</sup> Na segunda vez, será preso no Quartel da Polícia Militar, e, finalmente, na Casa de Detenção, tendo “as honras de contar com uma sentinela à porta do quarto, tal como é feito com criminosos de alta periculosidade”, ironiza Licurgo Costa (1990, p. 60).

É na Casa de Detenção que Lindolfo Collor e sua família recebem a notícia de que serão obrigados a deixar o país. Segundo Licurgo Costa, frente ao espanto da esposa de Lindolfo, o capitão Felisberto Batista Teixeira, da Delegacia de Polícia, teria dito: “Não temos nenhuma acusação contra ele, mas o nome do seu marido é uma bandeira e precisamos tê-lo fora do Brasil num momento explosivo como esse em que vivemos” (COSTA, 1990, p. 60).

Assim, Lindolfo Collor e sua família partem para a Alemanha, segundo Licurgo Costa, pela fluência de Collor no idioma alemão. Lindolfo está em Berlim quando Hitler invade a Áustria, os Sudetos, a Morávia e a Boêmia em 1938. De lá manda alguns artigos para *O Jornal*, do Rio, e para o *Diário de Notícias* de Porto Alegre. Artigos esses que mais tarde

---

<sup>75</sup> Parentes afirmam que Lindolfo não participou, embora tivesse conhecimento de tal levante. Hélio Silva comentou que se esse levante obtivesse sucesso, Collor receberia o governo do estado do Rio Grande do Sul. (DHBB, 1984, p. 841).

serão compilados nas obras *Europa 1939* (publicada pela primeira vez em 1939) e *Sinais dos Tempos* (publicada pela primeira vez em 1942).

Durante o ano de 1938, lembra ainda Leda Collor de Mello, Lindolfo Collor estava em exílio na Alemanha, onde “acompanhava os preparativos de guerra do Führer, então em plena efervescência [e procurava] penetrar as razões do fenômeno hitlerista” (MELLO, 1988, p. 31). Na Alemanha, Lindolfo Collor terá problemas com a Gestapo, que exige a sua saída do país, uma vez que Lindolfo Collor teria escrito textos que condenavam a política nazista.

Em fotocópia de documento do Ministério das Relações Exteriores Alemão, encontrado no Acervo Vianna Moog, do Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo – RS), de 1939, Lindolfo Collor aparece como crítico do sistema econômico nazista, publicando artigos sobre o endividamento do Reich, e outro, onde Lindolfo comparava o regime nazista ao “bolchevismo” que havia se desenvolvido na URSS a partir de 1917. Esses artigos teriam contribuído para a expulsão de Lindolfo da Alemanha.

A imprensa brasileira, à época, noticiou que a Alemanha se negou a dar a cidadania para Lindolfo Collor, justamente por causa desses textos. Ainda que Lindolfo não tenha obtido a cidadania alemã, refutou essa suposta justificativa atribuída pelos jornais brasileiros. (DHBB, 1984, p. 841).

Leda Collor de Mello explica que, no Brasil, Lindolfo Collor também tinha inimigos, representados em sua maioria, pela figura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que “estava atento para impedir qualquer pronunciamento contrário às ditaduras europeias, com quem Vargas estava em boas relações” (MELLO, 1988, p. 31).

Lindolfo vai então para a França, que seria o próximo alvo de Hitler, que já em 1939 havia invadido a Polônia. A outra saída é ir para Portugal, fixando-se em Lisboa com a família. É em Lisboa que a filha de Lindolfo, Leda Collor irá se casar com Arnon Afonso de Farias Mello, futuro governador de Alagoas e, mais tarde, senador da República (COSTA, 1990, p. 61-62).

Em Portugal ainda, Lindolfo, além de artigos regulares para jornais brasileiros, escreverá um inédito ensaio sobre a vida de Camilo Castelo Branco. Distancia-se dos escritos sobre a guerra, uma vez que é prejudicado pela dificuldade de comunicações. Segundo Leda Collor de Mello, Lindolfo Collor nos últimos 10 anos de sua vida, viveu parcamente, apenas subsistindo graças aos trabalhos para jornais do grupo *Diários Associados*, e à Companhia de Seguros Sul América. Sempre fora homem de poucos recursos, vivendo com o que lhe garantia seu trabalho. Nada tinha, a não ser uma casa no município de São Leopoldo, com a

qual presenteara a mãe em 1935, e um apartamento no Rio de Janeiro, onde morava desde 1937. (MELLO, 1988, p. 32). Este apartamento será vendido mais tarde para adquirir uma pequena chácara. Leda Collor de Mello relata ainda que “durante os últimos dez anos de sua vida esteve sempre no ostracismo” (MELLO, 1988, p. 32).

\*\*\*

Em entrevista concedida em 1942 a Francisco de Assis Barbosa, Lindolfo Collor afirmou: “Entreí pobre na política. Dela saí paupérrimo. Não ganhei dinheiro com a política. Não tinha tempo, não tinha apetite, nem preocupação de fazer fortuna enquanto ocupado com os negócios públicos” (COLLOR, 1989, p. 13).

Entre 1941 e 1942, Lindolfo tentou voltar ao Brasil. Isso foi conseguido por Batista Luzardo e demais conhecidos, através do compromisso de Lindolfo Collor em não se imiscuir novamente em assuntos políticos. Lindolfo rejeita essa exigência. Em finais de 1941, volta finalmente, num afrouxamento das exigências do governo brasileiro. Mesmo assim, 20 dias depois de chegar, foi preso no Rio de Janeiro durante uma semana por criticar o Estado Novo.

Em Julho de 1942 concederá a sua última entrevista a Francisco de Assis Barbosa, que Licurgo Costa chama de “meu velho companheiro de atribulações jornalísticas” (COSTA, 1990, p. 61-62). Essa entrevista figura como uma apresentação na obra *Europa 1939*, publicada em 1989, em sua segunda edição pela Fundação Paulo do Couto e Silva.<sup>76</sup> Leda Collor de Mello afirma que essa entrevista foi a causa de uma das prisões arbitrárias impostas a seu pai, quando ele comenta sobre seu total repúdio a todo e qualquer tipo de ditadura (MELLO, 1988, p. 32).

Lindolfo Collor retornou ao Brasil em precárias condições de saúde, mas isso não o impediu de manter contato com grupos contrários ao Estado Novo, o que lhe valeu mais algumas detenções. Cogitou inclusive, a possibilidade de se aliar aos comunistas, mas quando esses pediram que ele redigisse um manifesto contra o Estado Novo, os dispensou (DHBB, 1984, p. 841).

---

<sup>76</sup> Paulo do Couto e Silva foi um advogado, ex-professor de História e Música e criou a Fundação Paulo do Couto e Silva, com a intenção de reeditar grandes autores gaúchos “esquecidos pelas novas gerações”, como ele mesmo afirmou em entrevista concedida ao jornal ZH, de 04 de fevereiro de 1990, comemoração dos 100 anos de nascimento de Lindolfo Collor, em caderno especial “Lindolfo Collor: 100 anos”. Paulo do Couto e Silva chegou a procurar as filhas de Lindolfo, Leda e Lygia e comprar os direitos autorais sobre as obras do pai, sendo a primeira delas *Europa 1939*. Ele afirmou ainda que fez isso sem nenhuma intenção financeira, mas que essa seria “a melhor forma de mostrar a importância do pensamento democrático de um cidadão sem apego ao poder”. A obra *Europa 1939* teve então sua segunda edição publicada pela Fundação Paulo do Couto e Silva em 1989, o que coincide com a campanha de Fernando Collor de Mello, mas na entrevista de 1990 ao ZH, Paulo do Couto e Silva ressaltou que a intenção foi “anterior à ascensão de Fernando Collor como político”.

Dois meses depois de sua estada no cárcere, Lindolfo Collor faleceu, em 21 de Setembro de 1942. “Levou-o uma pneumonia fulminante” (COSTA, 1990, p. 67). Leda Collor de Mello tem o cuidado de relatar que Lindolfo Collor foi atendido pelo médico renomado, o Dr. Pedro da Cunha, enquanto estava hospedado no Palace Hotel no Rio de Janeiro, desde que vendera seu apartamento para comprar uma chácara.

Até o fim da narrativa de Leda Collor de Mello, e até o fim da vida de Lindolfo Collor, o biografado surge como um homem íntegro e comedido, mantendo uma “justa medida” até mesmo em suas finanças. Suas andanças políticas de fato, não reverteram grandes dividendos a esse homem, que morre sem o devido reconhecimento por parte dos historiadores e ensaístas, que tinham olhos apenas para o “ditador” Vargas.

Segundo Licurgo Costa, seus adversários perceberam então que Lindolfo Collor na morte se tornou maior do que em vida; pois “os anões não conseguem, lá debaixo, avaliar a altura dos gigantes” (COSTA, 1990, p. 67).

\*\*\*

Assim, mesmo que diferenças sejam encontradas nas narrativas de Leda Collor de Mello e Licurgo Costa, os relatos mais se aproximam do que se diferenciam. Em grande medida, os dois relatos constroem uma *imagem* bastante positiva de Lindolfo Collor.

O relato de Leda Collor de Mello recorre muitas vezes ao uso de “opiniões de terceiros”, os chamados “argumentos de autoridade”, explicitando que era – ou pelo menos a biógrafa assim desejava – de conhecimento geral o destaque político e jornalístico de Lindolfo Collor. Dessa forma, sutilmente, a biógrafa se coloca na condição de compiladora de dados, dando à sua narrativa um caráter que, em primeiro momento, parece impessoal, imparcial e “isento” de opiniões.

Licurgo Costa opta por uma narrativa de caráter mais apologético, “apaixonado”, onde ele se propõe a escrever sobre alguém que ele admira, um jornalista – como Licurgo também foi – um político que mantinha suas convicções, um perseguido, um exilado, etc. Além disso, em diversos momentos de sua narrativa, Licurgo Costa argumenta que Lindolfo Collor nutria grande carinho pelo estado de Santa Catarina, chegando a citar a tomada de cidades importantes do estado na época da “Revolução Farroupilha” (1835-1845).

No ano de 1988, data da publicação do livro de Leda Collor de Mello, segundo o biógrafo Licurgo Costa, se iniciaram no Pará festas em homenagem a Lindolfo Collor. De fato neste ano, o Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, no estado do Pará, dedicou uma série de publicações para a chamada *Semana de Lindolfo Collor*. Comemorações sobre a Constituição, talvez? O biógrafo não se deteve nesse ponto.

Licurgo Costa chama atenção a essas comemorações no Pará para explicar que não optou por escrever um ensaio sobre a vida de Lindolfo em 1990, justamente em um período em que o nome Collor havia voltado “vigorosamente” em uma eleição ocorrida um ano antes, em 1989. Nesse ano foi eleito para a Presidência da República, Fernando Collor de Mello, neto de Lindolfo Collor.

Vale destacar ainda que o próprio Fernando Collor de Mello imaginava-se um “continuador” da obra de seu avô, com trajetórias e interesses políticos afins. Tanto é que o citou em Discurso de Primeiro de Maio para membros do Tribunal Superior do Trabalho, em 1990. Nesse discurso, prestou homenagem ao seu avô, lembrando-o como promotor dos direitos do trabalhador e do cidadão.

Dessa forma, parece que muito mais *importante* do que a “verdadeira imagem” de Lindolfo Collor é justamente aquela(s) construída(s) sobre ele em diversos momentos na história e na política nacionais. Assim, faz muito mais sentido buscar uma *representação* de Lindolfo Collor, do que elementos históricos para corroborar ou criticar as informações dadas pelos biógrafos. Quem narra uma vida, sempre o faz com uma intenção: desqualificar ou enaltecer o biografado.

Neste caso, Lindolfo Collor serviu também como um elemento do passado que se busca, se “resgata” e se ressignifica. As biografias sobre ele analisadas nestes dois capítulos apontam elementos mais sobre o momento *da produção* das mesmas do que do momento *sobre o qual* elas versam. As biografias, como se viu, não são *isentas*, são carregadas de intenções e de interpretações. As narrativas propostas por elas dão novo significado ao biografado, dependendo do momento em que elas são produzidas, mas também, dependendo do momento em que são lidas.

De fato, narrar uma vida com palavras não é fácil! Mas e narrar uma vida utilizando ao mesmo tempo, palavras e imagens, como por exemplo, fotografias, charges, caricaturas? As imagens podem ser pensadas como *polissêmicas*? Sim, podem; assim como as palavras que narram uma vida. No próximo capítulo, será analisado um livro de caráter comemorativo sobre Lindolfo Collor, da autoria da historiadora Ebe Reale, no qual, novamente, se percebe também a tentativa de uma construção visual do biografado, dessa vez, destacando a intelectualidade do mesmo e sua atuação no Ministério do Trabalho.

A tarefa proposta é levada a cabo pela autora tanto por texto escrito quanto por imagens – que às vezes mais complementam o texto escrito. Nesta obra, as questões que norteiam o gênero biográfico imbricar-se-ão com questões que podem ajudar a melhor compreender as narrativas propostas pelas imagens.

#### 4. “UMA VIDA DEDICADA”: DIÁLOGO ENTRE TEXTO E IMAGENS SOBRE LINDOLFO COLLOR NA OBRA DE EBE REALE

##### 4.1. POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE TEXTO ESCRITO E “TEXTOS VISUAIS”

As imagens sempre contam histórias. Fotografias, caricaturas, charges, como imagens que são, também o fazem. Apesar de que já tenha se tornado quase um lugar comum fazer tal asserção, ainda muitos meios acadêmicos encaram as imagens e seus diferentes potenciais, (didático, pedagógico, explicativo, narrativo, etc.) com desconfiança, alegando, sobretudo, a polissemia dessas imagens.

“Um texto ou uma imagem podem ser vistos [...] como um ‘sistema de signos’” (BURKE, 2004, p. 217). Tanto é, que relatos de caráter biográfico propostos por diferentes autores sobre Lindolfo Collor, já analisados em capítulos anteriores, apesar de serem quase em sua totalidade expressos apenas em palavras escritas, estão igualmente carregados de intenções, propostas e, sobretudo, influenciados pelos contextos históricos em que foram realizados. Vale lembrar, a palavra escrita – e não apenas a imagem – também é polissêmica.

A força das imagens está no fato de que elas são depósitos de informação, além de um meio potente de significar a realidade. Ao retratar a realidade, a imagem também a altera, transformando essa mesma realidade numa sombra do que é, ou do que um dia foi. Teóricos como Peter Burke (2004), afirmam que é possível “ler”<sup>77</sup> as imagens tendo cuidados muito semelhantes ao que já se tem com os textos escritos.

Nesse capítulo, se fará análise de fotografias, caricaturas e charges selecionadas na obra de cunho biográfico da historiadora Ebe Reale,<sup>78</sup> intitulada *Lindolfo Collor – uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Foi editada em 1991, em São Paulo, pela DBA Artes

---

<sup>77</sup> Não existe uma única proposta ou *receita* para se melhor compreender uma imagem. Manguel (2001, p. 32) tem dúvidas ao conjecturar, por exemplo, “não sei se é possível algo como um sistema coerente para ler as imagens, similar àquele que criamos para ler a escrita”. Segundo Martine Joly (1996), para se ter ideia da mensagem global de uma imagem, deve-se ter em conta a interação dos diferentes signos que a compõe – tanto signos plásticos, como icônicos e linguísticos. O conhecimento cultural e social de quem “recebe” essa imagem é também importante, e vai determinar a sua leitura.

<sup>78</sup> Ebe Reale é uma historiadora paulistana que se bacharelou em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1957. Em 1958 tornou-se licenciada em História e Geografia pela mesma faculdade. A autora especializou-se em nível de pós-graduação em História Antiga, moderna e do Brasil na mesma faculdade em 1965. Em 1976, fez o Curso Superior de Guerra da escola Superior de Guerra. A autora foi selecionada para a Academia Paulista de História em 2009, ocupando a cadeira de número 40, que tem como patrono Antônio Toledo Piza. Dados disponíveis em: <http://www.colegiadante.com.br/noticias/noticias.php?id=876>. Acesso em: 13/02/2013, às 10hs 30min.

Gráficas. Esse livro é composto por textos – em português e em inglês – e por uma grande quantidade de fotografias que tentam abarcar o contexto da época que Lindolfo Collor viveu, e também fotografias do próprio biografado, em diferentes momentos de sua vida.

Algumas dessas fotografias, como exposto no próprio índice de ilustrações do livro, foram retiradas de periódicos de época, como a revista *Careta* e o jornal *A Nação*. Uma dessas fotografias foi extraída da obra de Rosa Maria Barbosa de Araújo (já mencionada em capítulo anterior), *O Batismo do Trabalho – a experiência de Lindolfo Collor* (1981). A grande maioria dessas fotografias, contudo, foi cedida por Leda Collor de Mello, filha de Lindolfo Collor, e fazem parte do acervo da família. O foco deste capítulo será a análise da obra de Ebe Reale em si; portanto, não foram contempladas imagens outras dos mesmos jornais e periódicos selecionados pela autora.

O livro, entre fotografias, charges e caricaturas, abrange um total de 90 imagens, entre aquelas que mostram cidades, personalidades importantes de época, etc, distribuídas em relação aos textos escritos em português e inglês, nas 95 páginas que compõem o livro. Desse total, aproximadamente 50 imagens estão diretamente relacionadas a Lindolfo Collor, seja mostrando-o em situação de trabalho, em momentos com a família, sozinho em caráter mais oficial, etc. Pode-se dizer, por exemplo, que o foco está nas imagens, mas os textos escritos servem como complementos a elas, dando-lhes maior sentido, o chamado *iconotexto*. Para esse capítulo, foram selecionadas 12 imagens, sendo 8 fotografias e 4 imagens classificadas entre caricaturas e charges, diretamente relacionadas a Lindolfo Collor.

Como já exposto anteriormente, a realização do livro contou com apoio da Companhia Vale do Rio Doce e do Banco São Jorge. Foram impressos 1500 exemplares desse material por editora do Banco São Jorge. A obra em questão parece ter sido pensada como um material promocional, a julgar pela grande quantidade de imagens e pelo uso de dois idiomas na composição – português e inglês. O bilinguismo da obra contribui para maior difusão, oferecendo uma versão sobre “quem foi Lindolfo Collor”.

A data da publicação – 1991 – aproxima-se temporalmente do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, comemorado em 1990. E, em 1991, Fernando Collor de Mello – neto de Lindolfo Collor – já era presidente da República.

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942<sup>79</sup> como uma estatal, tutelada pelo Estado brasileiro. Seria privatizada em 1997, na gestão do presidente Fernando Henrique

---

<sup>79</sup> Companhia Vale do Rio Doce. Criada por um projeto-lei de Getúlio Vargas. Tinha controle acionário do Governo Federal e se organizou para impulsionar a exploração de riquezas minerais brasileiras, sobretudo o ferro. É considerada uma das primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Apesar dessa orientação

Cardoso<sup>80</sup>. Em 1990, no entanto, o ex-presidente Fernando Collor de Mello não permitiu a desestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

O apoio dado pela Companhia Vale do Rio Doce à obra de Ebe Reale ao produzir uma biografia de Lindolfo Collor pode indicar que a não inclusão da mesma no processo de desestatização por Fernando Collor de Mello seria uma espécie de “proteção” da indústria e do trabalhador nacionais? Este relato biográfico, da forma como está construído, seria um “enaltecimento” da ação de Fernando Collor de Mello, aproximando-o indiretamente de Lindolfo Collor, que Ebe Reale considera, em muitos momentos da narrativa, como um “protetor” do trabalhador nacional?<sup>81</sup>

A bibliografia utilizada por Ebe Reale é bastante variada. Abrange obras como as de Leda Collor de Mello (1988), Licurgo Costa (1990) e Clodomir Vianna Moog (1976), já comentadas em capítulos anteriores. Além disso, Ebe Reale também contempla obras que discutem a legislação trabalhista e outras obras de caráter acadêmico sobre Lindolfo e sua atuação no Ministério do Trabalho, como a já citada obra de Rosa Maria Barbosa de Araújo (1981), *O Batismo do Trabalho – a experiência de Lindolfo Collor*, e *Lindolfo Collor e a plataforma modernizadora* (1988), de Ricardo Vélez Rodríguez .

A autora também se utiliza de periódicos de época, como *A Revista do Globo* (edição comemorativa de 1931, sobre “Revolução de 1930”), a *Revista Sul – América*, de 1927 a 1942, abrangendo portanto, o tempo em que Lindolfo Collor trabalhou nessa companhia de seguros; e demais jornais disponíveis em coleções da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e do Arquivo Lindolfo Collor do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Como parte de sua bibliografia, a autora contempla também vários textos do próprio Lindolfo Collor, como alguns de seus discursos, e mesmo os livros compostos mais tarde com

nacionalista, a criação da Companhia Vale do Rio Doce contou com a participação de capital dos EUA e da Inglaterra, obtidos pela aproximação do Brasil com potências aliadas na Segunda Guerra Mundial.

<sup>80</sup> DECRETO Nº 1.510, DE 1º DE JUNHO DE 1995. Art. 1º Fica incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), para os fins da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, a Companhia Vale do Rio Doce - (CVRD). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1510.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1510.htm).

As conversações que resultaram em um processo de desestatização da Vale do Rio Doce em 1995 já haviam sido iniciadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND) na presidência de Fernando Collor de Mello em 1990.

<sup>81</sup> Cremos tratar-se de uma apropriação de elementos de uma personalidade daquele momento (anos 1990), projetados em um personagem do passado. O livro de Ebe Reale traz novamente à tona o nome Collor, pouquíssimo comentado em anos anteriores, mas que voltou ao cenário político em finais da década de 1980 e início da década de 1990. Também pela proximidade com as comemorações do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, a obra de Ebe Reale surge em um momento no qual um descendente do biografado é Presidente da República.

textos com que o próprio Lindolfo Collor contribuía para diferentes jornais, e que seriam compilados nas obras *Europa 1939* (1939) e *Sinais dos Tempos* (1942).

A autora, em diferentes momentos, conduz o texto de forma ponderada, em tons diferenciados da obra de Licurgo Costa, por exemplo, que tinha uma tônica mais “apaixonada” e de caráter mais parcial. Ebe Reale, por exemplo, se preocupou mais com o contexto de vida do biografado, e também em discutir a atuação de Lindolfo Collor, à luz do que propunham algumas obras acadêmicas, tanto no meio jornalístico, como no Ministério do Trabalho. Biógrafos anteriores não tiveram tais preocupações, porque os objetivos deles, em diferentes momentos, foram outros, como já foi comentado em capítulos anteriores.

A obra de Ebe Reale perpassa a vida de Lindolfo Collor – desde seu nascimento até sua morte – utilizando para tal, texto e fotografias. Tanto os textos, quanto as fotografias têm formas narrativas próprias, mas a grande tônica da obra de Ebe Reale é a utilização dessas fotografias mais como forma de “ilustração”, contribuindo para uma melhor *visualização* dos argumentos expostos no texto.

Contudo, para melhor compreender a utilização de fotografias na obra de Ebe Reale faz-se necessário pensar também como essas fotografias compõem uma forma narrativa própria. Segundo Peter Burke (2004), é necessário iniciar a compreensão de uma imagem através da análise de seus elementos principais, ou seja, compreendê-la em seu sentido, e mais tarde, situá-la em seu contexto.

Em grande medida, ainda segundo Peter Burke, a grande maioria das imagens não foi produzida pensando nos historiadores futuros. As fotografias da obra de Ebe Reale podem – e devem – ser pensadas nesse sentido. Muitas fotografias selecionadas pela autora, sobretudo aquelas que mostram reuniões de pessoas, eram pensadas como *lembranças* do momento de sua composição. Contudo, mesmo tais lembranças não podem ser classificadas como *ingênuas*.

Quem fotografa escolhe determinado ângulo de visão, determinada distância em relação ao objeto fotografado, escolhe a disposição dos elementos em uma fotografia; monta um *quadro*. O ângulo fotográfico pode revelar muito sobre a *intenção* de quem fotografa. Por exemplo, se o objeto em questão está em close, pode-se pensar em um maior grau de importância dada a ele pelo fotógrafo. O mesmo ocorre inversamente quando o objeto está retratado de longe.

Não se pode deixar de levar em consideração também que uma fotografia não pode apreender as sensações olfativas e auditivas de uma cena, e, portanto, deve tentar *expressar* todo o conjunto apenas em imagem. A própria posição das pessoas em uma fotografia pode

revelar muito sobre o objetivo de quem produz essa fotografia, ou mesmo de quem a encomendou.

Boris Kossoy (1999, p. 52) afirma que a fotografia, antes de qualquer coisa, é um processo de *criação/construção*, seja de caráter técnico, cultural, ou estético. Como exemplo, ele cita a fotografia de uma modelo do mundo da moda. A modelo é *real*, assim como o cenário, mas o instante é *criado*, assim como o mesmo cenário pode ser criado. Dessa forma, essa imagem é uma fantasia, mas passa a ser uma realidade, enquanto é veiculada pela mídia e consumida como um produto. A aceitação dessa imagem a reveste de um caráter de *autenticidade e veracidade*.<sup>82</sup>

A imagem pode *imortalizar* não o mundo, mas uma parcela dele. Vilém Flusser (1985) afirma que uma fotografia não pode *eternizar* um evento ou uma pessoa; mas ela pode substituir um evento por uma cena, e uma pessoa por uma imagem dela. Ou seja, um grande evento não sobrevive completamente em uma fotografia, apenas uma parcela dele, da qual gostamos de lembrar, seja por um motivo ou outro. Uma pessoa sobrevive nos aspectos imagéticos daquela fotografia que é vista, assim como a personalidade completa de uma pessoa não sobrevive em uma biografia.

Quem fotografa, portanto, cria um mundo, um tempo, e uma lembrança particular. Fotografar é um ato de poder, pois é, ao mesmo tempo, um ato de criar. Também Vilém Flusser (1985) diz que o ato de fotografar é uma mediação entre o homem e o mundo que o cerca, é uma maneira de representar esse mundo.<sup>83</sup>

Biógrafos de Lindolfo Collor, como o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, Clodomir Vianna Moog, Telmo Lauro Muller, Licurgo Costa e Leda Collor de Mello, priorizaram o texto escrito para compor suas narrativas. Ao descreverem psicologicamente o biografado, também fornecem características físicas do mesmo. O leitor precisa construir uma *imagem mental* do biografado, a mais completa possível. É na melhor e mais completa composição da *imagem* do biografado que reside, em grande medida, a *autenticidade* de um relato sobre a vida dessa pessoa.

Ebe Reale, ao utilizar grande quantidade de imagens em sua obra, não precisa apontar detalhes físicos de Lindolfo. Nesse sentido, quem lê o texto e descobre – ou obtém mais

<sup>82</sup> Em capítulos anteriores foi discutido também que relatos biográficos sobre Lindolfo Collor apresentam, geralmente, uma visão única do biógrafo em relação a seu biografado. Mesmo que assim o seja, essa única visão, que em diferentes relatos apresenta opiniões de terceiros para embasá-la – o denominado *argumento de autoridade* –, também tem por objetivo revestir o relato do biógrafo com forte carga de veracidade.

<sup>83</sup> Donis A. Dondis (1999) afirma que a importância dada à imagem na atualidade deve-se ao fato de que a evolução das Artes no Ocidente primou sempre pelo impacto do visual sobre os outros sentidos. E a fotografia, em dado momento do séc. XIX, vem para “libertar” as artes plásticas de seu “compromisso” com a verossimilhança estética.

detalhes – sobre ações de Lindolfo Collor, também pode ver pelas fotografias, como *ele era*.<sup>84</sup> Mas como a imagem – em especial a fotográfica – carrega um sentido maior de convencimento, um texto “recheado” de imagens pode convencer mais do que um texto apenas composto por palavras. A proposta da autora, no entanto, não é problematizar essas representações imagéticas de Lindolfo Collor, e sim, à semelhança de outros biógrafos, constroi uma única imagem possível do biografado.

As imagens do livro de Ebe Reale não foram produzidas pela autora, foram coletadas muitos anos depois. Como já dito anteriormente, ao desvincular as imagens dos espaços e textos que inicialmente lhes davam sentido, a autora *resignificou* essas imagens, dando-lhes nova representatividade visual. Unidas aos textos propostos pela autora, essas imagens receberam novas significações para a criação de outras narrativas, que talvez não sejam as mesmas para as quais as imagens foram pensadas inicialmente.

Tendo em mente essas considerações, é premente o valor das imagens como documentos históricos. Contudo, tais documentos imagéticos – assim como os textos escritos – precisam ser pensados em diferentes níveis. Os criadores dessas imagens tinham seus próprios desejos, aspirações e objetivos quando as produziram. Tais fotografias não foram criadas na época com a intenção de “ilustrar” o livro de Ebe Reale tantos anos depois! Boris Kossoy (1999) chama essa incorporação de imagens em diversos meios para os quais talvez elas não tivessem sido pensadas inicialmente, de *pós-produção*. Essas imagens podem sofrer alterações quanto à sua cor, ao seu tamanho, sofrer “cortes” que mostrem apenas determinado assunto, seguindo interesses dos mais variados, nesse caso, da autora.

Muitas vezes a mesma fotografia pode ser utilizada para servir de exemplo a uma situação completamente antagônica àquela que servia inicialmente, onde “um novo documento é criado a partir do original visando gerar uma diferente compreensão dos fatos [...] uma outra verdade. Mais uma ficção documental” (KOSSOY, 1999, p. 54).

Assim, quando Ebe Reale concatena texto e fotografias inicialmente pensadas para outros meios de divulgação, cria um novo documento a partir dos originais, gerando uma compreensão diferenciada de fatos, acontecimentos, pessoas, etc. Uma ficção documental, também outra *realidade*.

---

<sup>84</sup> “Os testemunhos oferecidos pelas imagens têm um valor real” (BURKE, 2004, p. 18), desde que sempre se tenha em mente – de forma semelhante àquela que se interpreta textos escritos – de que as imagens são, entre muitas coisas, construções culturais de uma época; são testemunhos de arranjos sociais, e maneiras e modos de ver o passado. Ao se pensar nas fotografias – até mesmo pela sua forma realista da imagem que ela mostra – em grande medida se atribui à fotografia uma *obrigação* com o real, ou seja, imediatamente a fotografia é creditada como um “documento do real, quase sempre pensada como a imitação mais perfeita da realidade” (CHARTIER, 2002, p. 27).

É importante também recordar a “leitura tripla” das imagens explicitada por Joan Fontcuberta (2002, p. 21). Essa leitura, a qual toda imagem se permite, “fala” do objeto em si, do sujeito e do próprio meio. Contudo, a proposta da autora ao se utilizar dessas imagens não é exatamente essa, não há problematização sobre o contexto *original* das mesmas, nem sobre a resignificação proposta por ela na construção de uma nova narrativa. A obra de Ebe Reale pode ser vista como um *documento*, pois conta uma versão; expõe uma faceta da personalidade de Lindolfo Collor. Essa discussão mescla elementos que devem ser considerados para se pensar imagens, mas também para se pensar o próprio gênero biográfico.

A seleção de imagens – e os elementos específicos que se repetem nelas – conduzem o leitor da obra de Ebe Reale a criar uma noção de um Lindolfo Collor *intelectualizado*, que pode até ter participado de movimentos armados, como a “Revolução de 1930” e a “Revolução de 1932”, mas passa para a posteridade com maior ênfase como um combatente no campo das ideias. Contudo, foi essa a *imagem pública* de Lindolfo Collor na época? É uma imagem construída pela autora muitos anos depois? A quem interessou construir, consolidar, manter essa imagem?

A autora teve acesso a diversos arquivos sobre Lindolfo Collor. Ela selecionou algumas fotografias – e não outras – que corroboravam seu ponto de vista. Outras fotografias foram cedidas por Leda Collor de Mello – filha de Lindolfo – para Ebe Reale. Leda igualmente selecionou algumas fotografias, entre as tantas que deve ter em seu arquivo pessoal. Lindolfo Collor, na quase totalidade das fotografias presentes na obra de Ebe Reale, aparece com óculos, de cabelos sempre bem penteados, sem bigode e com expressão séria. O uso do chapéu é um dos elementos que também aparece bastante.

No entanto, todas as fotos de Lindolfo Collor o mostravam assim? A própria filha, Leda, não teria outra fotografia em que o pai aparece de forma diferente? A seleção de imagens cobriu apenas *fotografias oficiais*? Lindolfo Collor foi pensado – ou pensava-se – à época como um intelectual? Quanto dessa interpretação sobre o biografado vem do discurso da época? Quanto foi construído pela autora?

Segundo Philippe Dubois (1993), se a tônica da interpretação fotográfica no séc. XIX<sup>85</sup> primou pelo discurso da semelhança, com o advento do séc. XX esse discurso modificou-se um pouco, e já passou a reconhecer a existência de uma *transformação do real* pela fotografia. Esse posicionamento teórico foi alicerçado por estudos da psicologia da percepção (como se percebe e se compreende uma imagem – e/ou uma fotografia), a uma

---

<sup>85</sup> Essa posição teórica teve origens já no séc. XIX, com textos de Elizabeth Eastlake, entre outros.

maior preocupação com os discursos ideológicos que imbuíam as expressões – sobretudo – imagéticas, e também em discursos que primavam pela preocupação do uso antropológico da fotografia.

#### 4.2. NARRATIVAS NA OBRA DE EBE REALE

A grande maioria das imagens relacionadas a Lindolfo Collor no livro de Ebe Reale abarca as décadas de 1920 e 1930. Nesse período, tanto fotografias, quanto caricaturas e charges ocupavam um lugar de destaque nas páginas de diversas revistas ilustradas da época (MACHADO JÚNIOR, 2011, p. 31). Nessas décadas, tão familiarizadas, sobretudo com as fotografias, há de se considerar a estreita relação entre os diferentes tipos de imagens e a própria *imagem pública* de uma personalidade. A imagem pública de Lindolfo Collor aparece tanto em escritos políticos e/ou jornalísticos de autoria do mesmo, como também em imagens, com ênfase em fotografias.

Lindolfo Collor surge na obra de Ebe Reale com semblante sério e compenetrado. Uma “retidão moral” que também precisava estar expressa no comedimento e no equilíbrio dos próprios gestos e expressões faciais. As fotografias escolhidas por Ebe Reale compõem um personagem sério, contemplativo, de olhar distante; não apenas em *fotografias oficiais*, mas também quando está em família. A escolha de imagens que o retratam dessa forma sugere a manutenção uma imagem que o próprio Lindolfo Collor construiu em seus escritos políticos e também na forma como se representava publicamente.

A expressão de seriedade pode indicar uma das *normas* para fotografias de caráter oficial. No entanto, essa seriedade visual em imagens relacionadas a Lindolfo Collor também pode indicar uma firmeza na tomada de decisões, característica que muitos biógrafos de Lindolfo Collor salientam, e que parece ter sido pensada pelo próprio Lindolfo Collor – e posteriormente por seus familiares – como forma de construir uma imagem de seriedade política e comedimento nas ações.

Portanto, as imagens podem servir como pressupostos para interpretar elementos do *social*. Através das fotografias, caricaturas e charges presentes na obra de Ebe Reale, é possível melhor discutir os papéis de determinados indivíduos, e mesmo de sua rede de relações sociais; pois muitas dessas relações se dão no âmbito da *representação* imagética. Grupos sociais vale lembrar, representam-se tanto para os “outros” como para si mesmos; é

através dessa representação que se delimitam as posições sociais, as ações políticas, etc. Em grande medida, os grupos sociais utilizam as *imagens* – sejam elas construídas com elementos discursivos pela palavra escrita ou por representações fotográficas – como forma de se constituírem como grupo. Assim, se autorrepresentam para seus pares, bem como se representam para outros grupos, reforçando algumas projeções da vida particular na vida pública.

Essas “encenações” da vida privada e pública reafirmavam conceitos do cotidiano, construindo uma memória particular de um grupo, e uma representação que satisfizesse essa memória que se estava construindo. As fotografias geralmente repercutem um modelo idealizado de indivíduo e de sociedade, visualizados em publicações de circulação expressiva, como as revistas dedicadas a classes sociais de maior destaque, expandindo essas representações para fora dos círculos de sociabilidade locais (MACHADO JÚNIOR, 2011, p. 21).

Existem várias propostas e abordagens sobre os usos da fotografia para a História. Pensa-se em ler os textos escritos da obra de Ebe Reale em consonância com as fotografias e caricaturas da mesma obra, tendo em mente questionamentos propostos por Erwin Panofsky (2002), como as análises *iconográfica* e *iconológica* de uma imagem.<sup>86</sup> Essa proposta recebeu mais acréscimos de outros teóricos, como Eduardo França Paiva (2002) e Peter Burke (2004). O último, inclusive, propunha que além das análises *iconográfica* e *iconológica*, uma imagem seria mais bem compreendida se fosse feita uma contextualização histórica da mesma.

A iconografia seria a leitura dos elementos que compõem uma imagem, primeiramente identificando os objetos, depois identificando os eventos que são ilustrados por esses objetos. O último e mais denso nível dessa forma de análise é a *iconologia*, que visava encontrar o significado intrínseco dos objetos, ou seja, o que eles queriam dizer.<sup>87</sup>

Essa proposta de análise em dois níveis principais, como lembra Peter Burke (2004), é de Erwin Panofsky, que propunha que sempre uma imagem tem a função de comunicar. Contudo, a criação dessas imagens, em grande medida, ocorria para comunicar algo para as pessoas do momento da criação da imagem, e não para os futuros historiadores se debruçarem sobre elas. Pensando nisso, Erwin Panofsky propunha uma análise em dois níveis –

---

<sup>86</sup> Os termos *iconografia* e *iconologia* não foram criados por Panofsky, mas ganharam expressão na História da Arte durante as décadas de 1920 e 1930. Muito antes disso, o termo *iconologia* já havia sido utilizado pela primeira vez por Cesare Ripa, em 1593, e *iconografia* já era um termo usado desde o séc. XIX por historiadores da arte em geral.

<sup>87</sup> Em grande medida, essa maneira de pensar era a utilizada por iconografistas da cidade alemã de Hamburgo, na década de 1930, que ficaram conhecidos como Escola de Warburg. Entre eles, pode-se destacar Aby Warburg, Fritz Saxl, Erwin Panofsky e Edgar Wind.

*iconográfico e iconológico* – visando levantar mais dados sobre a imagem para melhor compreendê-la.

Peter Burke ainda chama a atenção para a importância da contextualização histórica dessas imagens, e para isso aponta três caminhos possíveis: o enfoque da psicanálise, o enfoque da história social da arte e o enfoque da *semiótica* ou *semiologia* (BURKE, 2004, p. 213). Seguindo as sugestões de análise propostas por Paiva (2002) e Peter Burke (2004), o enfoque da semiologia será aprofundado, pois mais do que os outros, permite uma série de *perguntas* às imagens, englobando as análises *iconográfica* e *iconológica* das mesmas, assim como a contextualização histórica. Entre essas perguntas possíveis, estão:

**O quê?** – uma identificação da imagem. O que ela é, uma fotografia? Preto e branco, a cores. Um quadro pintado? Se sim, qual seu estilo, qual escola a que ele pertence.

**Quem?** – se possível, identificar o autor da imagem. Sendo um quadro ou outra obra de Arte, o autor, escultor, etc. Sendo uma fotografia, quem foi o seu fotógrafo.

**Onde?** – o lugar em que a imagem representa e também o local onde se encontra. Em se tratando de um quadro, o lugar que ele tem a pretensão de representar. Sendo uma fotografia, que lugar – ou que parcela desse lugar – ela mostra. É igualmente importante acrescentar o local de onde a imagem foi tirada; livro, revista, acervo, etc.

**Quando?** – a data em que a imagem foi feita. No caso da fotografia, se possível, identificar o ano em que ela foi clicada, pois isso pode revelar elementos, como por exemplo, a técnica utilizada pelo fotógrafo, as vestimentas das pessoas na foto, pode ajudar a compreender por que tais pessoas aparecem juntas naquele momento, e talvez não em outro.

**Como?** – quando as fontes permitem levantar tais dados, há de se contemplar elementos que auxiliem na interpretação da imagem, como por exemplo, o ângulo, a luminosidade, etc. Levando em consideração que tais dados podem revelar mais informações de como a imagem foi produzida, e que as próprias noções de luminosidade, ângulo, e demais elementos podem variar de acordo com a época histórica, “Como” será contemplado, quando possível, na “Contextualização histórica”.

**Por quê?** – aproximação do objetivo que se pretendia quando a imagem foi criada. No caso da fotografia, qual o motivo de tal imagem, tal evento, ou tais pessoas terem sido capturadas daquela forma. Qual (is) objetivo (s) tinha em mente o fotógrafo, ou mesmo, quem o contratou?

**Para quê e Para Quem?** – “para quê” tal imagem foi produzida, qual o objetivo dela; “para quem” ela foi produzida, a qual público ela se destinava. Já que os objetivos e o público

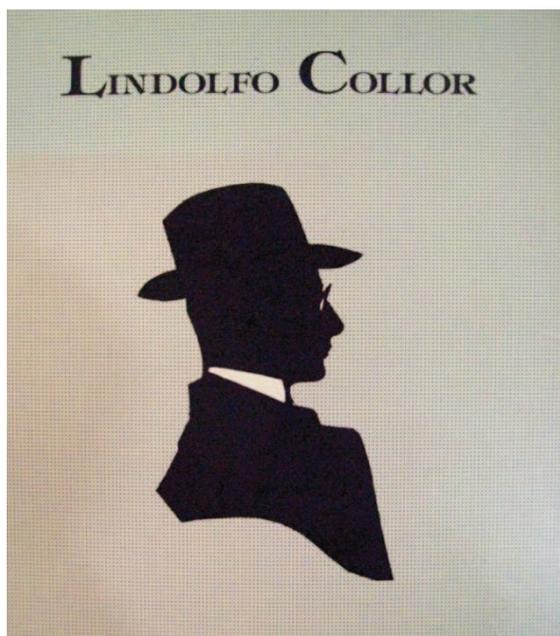
receptor de uma imagem podem variar de acordo com a época histórica, tais dados, quando presentes, serão contemplados na “Contextualização histórica”.

**Tema** – uma explicitação maior além do título, no caso de uma obra de Arte plástica como um quadro ou uma escultura. Em se tratando de uma fotografia, às vezes ela pode carregar uma legenda, e às vezes essa mesma legenda pode não estar presente. Seja como for, analisar o tema a que a fotografia se propõe retratar naquele contexto.

**Contextualização histórica** – todos os dados que forem possíveis de ser coletados auxiliam na análise de uma imagem, situá-la em seu contexto. Ou seja, há uma série de elementos em uma imagem que podem se alterar em diferentes momentos históricos. No caso específico, as fotografias, caricaturas e charges utilizadas se referem, em sua maioria, a Lindolfo Collor e aos períodos em que mais aparecem fotografias sobre ele – décadas de 1920, 1930 e 1940. Novamente elementos das imagens, tais como as vestimentas, ângulo, foco, luminosidade, símbolos, signos, etc., se influenciam pelas tendências da época. Pelo grande apelo visual das fotografias e das caricaturas, tais detalhes, que muitas vezes deixam de aparecer nos documentos escritos, podem ser vislumbrados, analisados, e podem oferecer subsídios para uma melhor compreensão de uma época histórica.

\*\*\*

A primeira imagem destacada para análise é a própria capa da obra *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil* de Ebe Reale. A capa (**Imagem 1**) tem aspecto minimalista, trazendo a menor quantidade possível de elementos visuais: é composta basicamente pelo nome de Lindolfo Collor em destaque na parte superior, e uma imagem no centro. Esses elementos estão dispostos em um fundo de cor clara, pontilhado, dando o maior destaque possível ao texto e à figura, ambos na cor preta.



**Imagem 1. Capa da obra de Ebe Reale.** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil – Lindolfo Collor: a life dedicated to social problems in Brazil*. São Paulo-SP: DBA Artes Gráficas, 1991.

É possível perceber que Lindolfo Collor não aparece de forma realista nessa imagem de capa; ele é representado na forma de uma sombra, uma silhueta. É possível pensar a escolha dessa imagem em específico como uma *estratégia* de marketing da editora da obra? Talvez, pois essa *imagem* do biografado formada por pouquíssimos elementos será explicada pela autora em texto e imagens no decorrer dessa obra.

Essa imagem, apesar de ser basicamente uma silhueta, pode identificar alguns elementos que serão destacados sobre Lindolfo Collor ao longo da obra de Ebe Reale. Na relação entre textos e imagens proposta pela autora, Lindolfo Collor aparece como um tipo intelectualizado, tanto por suas ideias, por seu conhecimento do contexto mundial, e por sua atividade jornalística, literária, etc., como também pelo trato que dispensou ao Ministério do Trabalho.

Essa intelectualidade atribuída a Lindolfo Collor por Ebe Reale,<sup>88</sup> e mesmo por biógrafos anteriores a ela, já aparece delineada na capa (**Imagem 1**) de *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Mesmo que nos seja impossível saber mais detalhes sobre o rosto daquela personagem a uma primeira vista, já se percebe que a mesma se

<sup>88</sup> A autora cita, por exemplo, os comentários de Lindolfo Collor sobre a revolução de caráter socialista ocorrida na Rússia em 1917, e que com isso o mundo passou naquele momento, por mudanças irreversíveis. A autora afirma que “será como jornalista que Collor, demonstrando profundo conhecimento do que ocorria além de nossas fronteiras, se manifestará sobre o problema social, tema que marcará sua vida” (REALE, 1991, p. 23). Em 1919, Lindolfo Collor escreveria no jornal *A Tribuna* o artigo “A Questão Social”, no qual defendia, entre outras coisas, que depois de 1917 – e dos eventos na Rússia – a relação entre patrões e empregados seria modificada, mesmo que isso levasse anos para ocorrer, pois a consciência do mundo todo estava se amadurecendo para a reforma social. Seria preciso, no entanto, leis sociais que protegessem os trabalhadores.

apresenta com símbolos historicamente ligados a um grupo social e intelectual: o chapéu e o óculos; este último, fortemente identificado como símbolo da intelectualidade, do hábito de leitura; um indicativo da alta capacidade mental de quem o usa (MACHADO JÚNIOR, 2012). Símbolos que notadamente fizeram parte da imagem que Lindolfo Collor mantinha na época.

Essa imagem de Lindolfo Collor como aquele que *pensou* intelectualmente, de forma inédita e com conhecimento de causa, a questão social no Brasil se mantém ainda. O ex-presidente Fernando Collor de Mello – neto de Lindolfo Collor – em 1991, em um discurso 1º de Maio, *Dia do Trabalho*, destacou,

[...] quero lembrar e fazer homenagem a Lindolfo Collor, defensor e promotor dos direitos do trabalhador e do cidadão [...] que revela o que considero a própria base do entendimento entre empregados e empregadores [...] em que a desconfiança é substituída pela lealdade e pela tolerância (*Discurso do Dia do Trabalho*, Fernando Collor de Mello, 1991. In: DAHER, 2001, *Anexos*).



**Imagem 2. Lindolfo Collor quando exercia atividade missionária (1906).** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Op cit. p. 15

Sobre os símbolos que ajudaram a constituir a autoimagem de uma personalidade, como já destacado por Peter Burke (2004), talvez o que mais tenha participado na constituição da própria imagem de Lindolfo Collor foram os óculos que o mesmo usava. Discutindo do ponto de vista da semiótica, Marcia Tiburi comenta que os óculos são um símbolo inseparável da intelectualidade, uma espécie de “protetor de intelectuais” (2011, p. 322).

Junto com os óculos se destacam também, com menor grau de presença nas fotografias da obra de Ebe Reale, o chapéu e o charuto, igualmente símbolos sociais e intelectuais. Popular desde a segunda metade do séc. XIX no Brasil, o charuto personificava a República, em oposição ao hábito de cheirar o rapé – tabaco ou fumo em pó para inalar – que representava os políticos do Segundo Império (NEGER, 2009).

O hábito de cheirar o rapé era visto como saudável por alguns, mas como vício pernicioso por outros. Sua prática foi lentamente sendo abandonada nos anos 1920, quando foi substituída pelo hábito – outro vício, diga-se de passagem – do charuto. A própria poesia romântica brasileira considera o charuto como um *confidente*, testemunha da solidão e da melancolia de quem o fuma; além, é claro, de ser um símbolo de masculinidade por excelência (NEGER, 2009).<sup>89</sup>

O charuto representava, naquele momento, entre outras coisas, o prestígio das posições sociais e políticas alcançadas, sucesso, prêmio, reputação ou consagração. Símbolo de conquistas e destaque social, o charuto, além disso, tornava-se um símbolo de admiração feminina; surgindo, inclusive em campanhas publicitárias, com claras alusões fálicas (SEVCENKO, 1998, p. 528).

Os biógrafos que narraram a vida de Lindolfo Collor não se detiveram sobre a necessidade ou não de ele usar óculos. Contudo, os óculos são uma constante nas representações do personagem – seja em fotografias, charges, caricaturas, etc.

Tais símbolos faziam parte do *imaginário* de época sobre Lindolfo Collor, e apareciam também em charges – de formas exageradas como o gênero geralmente propõe – que se referiam a essa personalidade, e que serão discutidas mais tarde. Os diferentes elementos que compõem o imaginário vale lembrar, “envolvem um amplo conjunto de valores, crenças, ideias e comportamentos, reconhecidos e compartilhados de modo difuso, mas duradouro” (CASTRO GOMES, 1998, p. 499).

A segunda imagem (**Imagem 2**), produzida em 1906, mostra um Lindolfo Collor com 16 anos na ocasião. Nesse período, depois de ter passado por um famoso curso preparatório da época, o do professor Emílio Meyer, Lindolfo inicia uma atividade missionária ligada à Igreja Episcopal Brasileira. Estudou lá durante um ano, e chegou a cogitar a possibilidade de se tornar pastor (REALE, 1991, p. 13).

---

<sup>89</sup> Muitos biógrafos de Getúlio Vargas já destacaram a importância simbólica do charuto para essa personalidade. Uma dos biógrafos mais atuais de Getúlio, Lira Neto, também destaca o charuto como inseparável companheiro de Getúlio Vargas, desde os tempos em que Getúlio, ainda jovem, passa a frequentar os bares de sinuca de Porto Alegre (LIRA NETO, 2012).

Percebendo que não seria essa a sua vocação, segundo Ebe Reale, Lindolfo volta para a vida leiga, mas continua com suas atividades missionárias, pregando o Evangelho às camadas pobres de Porto Alegre – incluindo a Cadeia Pública – e cidades vizinhas. Biógrafos como o Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, Licurgo Costa e Leda Collor de Mello também destacam essa atuação missionária de Lindolfo Collor. Essa atividade parece importante igualmente na obra de Ebe Reale como *justificativa* para a atuação *justa e reta* de Lindolfo Collor mais tarde: iniciou-se com preceitos religiosos.

Vale lembrar também que biógrafos anteriores de Lindolfo Collor, como por exemplo, o Pe. Luiz Marobin, destacaram o tempo em que Lindolfo esteve ligado a instituições religiosas de ensino, e mesmo o período em que exerceu atividade missionária, como o momento em que teve acesso, além de preceitos religiosos e morais, à leitura de autores clássicos greco-romanos.

Essa fotografia (**Imagem 2**) está disponível no acervo digital no *site* do Arquivo Lindolfo Collor do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da FGV (Fundação Getúlio Vargas). É uma fotografia em preto e branco, e pela moldura, tratava-se de um retrato talvez encomendado pela própria instituição religiosa na qual Lindolfo estudava, e na qual mais tarde trabalharia.<sup>90</sup>

Trata-se de um retrato, onde o fundo não tem relevância, e há de se considerar como elemento mais importante, o próprio fotografado. Nessa imagem, Lindolfo Collor já aparece usando óculos *pince-nez* – de aro mais fino, apoiado sobre o nariz, com uma fina correia que o prendia ao casaco. Nesse momento, não se pode esquecer que outras personalidades também utilizavam modelo semelhante de óculos, como Oswald de Andrade e Mário de Andrade, por exemplo.

A forma como o cabelo está disposto, penteado para trás com a ajuda de fixador, também se torna emblemática em fotografias posteriores de Lindolfo Collor, e vale destacar, igualmente uma das tantas convenções sociais da primeira década do séc. XX, onde o estilo mais comum de corte masculino era curto e bem penteado, às vezes, levemente perfumado com fragrâncias espalhadas com a ajuda de um lenço umedecido (MENDES, DE LA HAYE, 2009, p. 34-35).

---

<sup>90</sup> Os biógrafos não explicam exatamente se Lindolfo Collor exercia atividade remunerada ou missionária na Igreja Episcopal. Ao que parece, Lindolfo recebia algum pecúlio pelas aulas que ministrava, pois segundo Grijó (2002), foi durante essas atividades que Lindolfo conseguiu reunir algum dinheiro para custear o futuro curso de Farmácia. Por outro lado, as pregações, e mesmo as publicações nos semanários religiosos, como no “Estandarte Cristão”, foram atividades missionárias.

Ele veste um terno, e por baixo (uma roupa escura), o que se pode supor ser uma vestimenta religiosa pelas outras fotografias que se tem de época que podem servir como referência. Lindolfo usa ainda uma gravata, e o que cobre seu pescoço pode ser a gola da camisa branca levantada, pois na primeira década do séc. XX – e a foto é de 1906 – era moda utilizar colarinhos altos e duros<sup>91</sup>, feitos de linho, muitas vezes destacáveis, que podiam atingir a altura de três polegadas, inspirados na moda feminina (MENDES; DE LA HAYE, 2009, p. 36). Contudo, mesmo que durante a primeira década do séc. XX tenha ocorrido a moda dos colarinhos duros, a partir da década de 1930 torna-se comum o uso de colarinhos moles, ligados à camisa, mais fáceis de usar e mais confortáveis. (MENDES; DE LA HAYE, 2009, p. 80-81).

Pode ser também um *amito*, um paramento litúrgico indicado quando a roupa não cobre inteiramente a área do pescoço. Nessa época – 1906 – Lindolfo estava ligado à Igreja Episcopal Luterana, mas pelo que revela Ebe Reale, já não desejava mais ser pastor (REALE, 1991, p. 15).

Ebe Reale ainda destaca que foi mesmo na infância de Lindolfo Collor que “a paixão pelo estudo já era marcante” (REALE, 1991, p. 13). Relata ainda palavras da mãe de Lindolfo, D. Leopoldina, que incentivava os demais filhos da família, citando o exemplo de Lindolfo, “que devorava tudo quanto era livro ou impresso que lhe caísse nas mãos, não se comprazendo com brinquedos ou outros folguedos naturais da meninice” (REALE, 1991, p. 13).

Ebe Reale, assim como alguns outros biógrafos, também busca na infância o fascínio de Lindolfo Collor pelo estudo e pela distinção intelectual. Desde cedo, portanto, Lindolfo se destaca das demais crianças. Esse destaque na educação e na erudição aparece na obra de Ebe Reale mais diretamente nos textos, mas também nas fotografias que os complementam.

As imagens fotográficas, nunca é demais lembrar, não se esgotam em si mesmas, são pontos de partida que podem servir como bases para tentar melhor conhecer o passado. Salienta Boris Kossoy que, “mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência” (KOSSOY, 1999, p. 21).

Tais considerações também podem servir para os relatos biográficos – mesmo aqueles baseados unicamente em texto escrito. São necessários critérios para se melhor “ler” essas informações, pois os relatos biográficos, à semelhança das fotografias, são uma “teatralização

---

da realidade” (FONTCUBERTA, 2002, p. 175). O autor destaca ainda que uma crítica mais apurada aos diferentes gêneros imagéticos também pode contribuir para melhores críticas aos textos escritos, uma vez que as imagens aceleraram o processo de diluição das fronteiras entre o *real* e o *imaginado*. Sobretudo na atualidade, uma época fortemente marcada pelas imagens, um possível leitor interessa-se pelo texto escrito quando este confirma e/ou complementa a imagem visualizada. Em última análise, foi a imagem que *obrigou* o leitor a ler as palavras para buscar uma confirmação da imagem que viu (FLUSSER, 1985).

Essa relação tem grande importância na obra de Ebe Reale, pois em diversos momentos, as fotografias selecionadas pela autora tendem a *confirmar* o texto escrito, apenas. Esse parece ter sido o objetivo da autora, usar a visualidade das imagens para aumentar o grau de convencimento sobre o texto que poderia ou não ser lido, mas seu biografado, Lindolfo Collor, poderia ser pelo menos em parte, conhecido pelos leitores, se eles somente visualizassem as fotografias do livro.



**Imagem 3.** Em 26 de novembro de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Op cit. p. 60

A **Imagem 3**, uma fotografia em preto e branco de Lindolfo Collor, pode ser vista repetidas vezes em jornais de época. A expressão séria, os óculos de aros redondos, o terno e a gravata são elementos bastante comuns nessas imagens, o que faz pensar tratar-se de uma única fotografia utilizada várias vezes em diferentes periódicos, ou, ainda, de uma *imagem*

sempre repetida pelo fotógrafo ou pelo fotografado nas diferentes vezes em que foi representado em caráter mais “oficial”.

Essa fotografia insere-se na relação entre texto e imagem proposta pela autora. Trata-se de uma composição utilizando uma fotografia “oficial” de Lindolfo, que complementa e completa o texto, também de caráter “oficial”. Pela grafia, trata-se de um texto contemporâneo à época da criação do Ministério do Trabalho. A autora propôs essa composição, que pode ou não ter sido feita com intenção semelhante na época da publicação da reportagem jornalística. Contudo, não se pode ter certeza disso, pois texto e imagem foram “recortados”, retirados de seu contexto *original* pela autora; um caso de *pós-produção*, segundo Kossoy (1999).

É difícil precisar a data exata na qual ela foi clicada. Contudo essa mesma fotografia aparece, talvez em sua primeira ocorrência, na *Revista do Globo Especial – A revolução de Outubro de 1930*, publicada em 1931, na página 378, onde existe um quadro do “Novo Ministério Revolucionário”, formado por Getúlio Vargas depois da “Revolução de 1930”, do qual Lindolfo Collor faz parte com a pasta do Ministério do Trabalho, juntamente com Assis Brasil, Ministro da Agricultura, e Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça, por exemplo.

Sobre a identidade do fotógrafo, ou mesmo o local onde a fotografia foi feita, é bastante difícil precisar, pois esses dados não constam tanto nas referências da própria edição da *Revista do Globo* citada, nem na obra de Ebe Reale. Contudo, por tratar-se de uma fotografia de caráter mais “oficial”, pode-se imaginar que tenha sido produzida em estúdio, pois o fundo claro da mesma propicia uma maior ênfase do rosto do fotografado, em primeiro plano. A fotografia em questão também apresenta luminosidade constante, o que pode supor o uso de iluminação artificial por um profissional.

Novamente, tendo por base a repetição de alguns elementos já descritos anteriormente, como o corte de cabelo, os óculos e o terno, essa fotografia – talvez repetida com algumas variações de cor – fez parte de uma autoimagem repetida por meios de comunicação sobre Lindolfo Collor. A própria expressão séria de Lindolfo, nunca sorrindo, conduz a uma imagem de seriedade e profissionalismo, aliada à imagem de intelectual pensante e atuante, que texto e imagens da obra de Ebe Reale ajudam a compor.

Acompanhando a fotografia, está um recorte de periódico que anuncia a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo Lindolfo Collor como seu primeiro titular. Ebe Reale não informa a fonte jornalística específica da qual provém esse recorte. Contudo, a autora em questão, no índice de ilustrações de sua obra, chama a atenção para as imagens de algumas páginas, indicando, sempre que possível, a fonte das mesmas. Não

informa a origem desse recorte em específico, mas como teve o arquivo de Lindolfo Collor do CPDOC como uma de suas principais fontes, pode-se pensar que o extraiu de lá. Além disso, a criação do novo ministério no governo Vargas deve ter sido notícia em diversos periódicos de época.

Ebe Reale informa que em um discurso de 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas anunciou a decisão de criar o Ministério do Trabalho, para oferecer respaldo social aos problemas dos trabalhadores da cidade e do campo (REALE, 1991, p. 60). Em seguida, ainda informa que Lindolfo Collor havia conseguido seu intento, pois Getúlio Vargas teria dito que criaria o Ministério do Trabalho “para agradar ao alemão”, referindo-se à descendência germânica de Lindolfo Collor.

Para Ebe Reale, a autoria da criação do Ministério do Trabalho parece uma questão “resolvida”. Assim como para biógrafos anteriores, como Clodomir Vianna Moog e Licurgo Costa, Ebe Reale aceita a criação do Ministério do Trabalho por Getúlio Vargas, mas afirma por via indireta – utilizando palavras do próprio Vargas – que o “motor intelectual” por trás dessa decisão foi Lindolfo Collor, e que o Ministério do Trabalho foi criado para “agradá-lo”.

Assim, o Ministério do Trabalho foi criado em 26 de novembro de 1930. Lindolfo Collor, nas palavras de Licurgo Costa, por exemplo, sempre atuou sozinho e com grande conhecimento de causa sobre as questões trabalhistas, tanto brasileiras, quanto estrangeiras. Era a tão proclamada “questão social”, já presente na plataforma da Aliança Liberal de 1929, por exemplo. Para Ebe Reale, contudo, Lindolfo Collor tinha um “conhecimento apenas teórico das questões trabalhistas” (REALE, 1991, p. 61), mas resolveu isso de outra forma, pois “Collor teve o grande mérito de cercar-se de pessoas bastante experientes nesse campo” (REALE, 1991, p. 61).

Seja como for, por conhecimento próprio ou pela capacidade de cercar-se de gente competente para esse fim, a “grandiosidade” – sobretudo intelectual – de Lindolfo Collor permanece assegurada pelas duas visões sobre o problema: em uma delas, o conhecimento sobre a questão social é vital para a resolução dos problemas do país; na outra, a capacidade de julgamento e discernimento na escolha de pessoal competente torna-o igualmente capacitado para a liderança do Ministério do Trabalho.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Lindolfo Collor cercou-se de pessoas competentes para avaliar a questão social no Brasil, como Joaquim Pimenta, Deodato Maia e Francisco Salles Filho, que Ebe Reale considera como “socialistas que haviam participado de movimentos operários” (REALE, 1991, p. 61), assim como jornalistas que podiam dar maior destaque à questão social pelos meios de comunicação, como Horácio Cartier, Aristides Casado, Aristóteles Luzardo e Carlos Cavaco. “Este último, figura polêmica pelas posições exaltadas que tomava em defesa dos operários” (REALE, 1991, p. 61). Carlos Cavaco, em oposição aos demais já citados, foi considerado por alguns, como “o único elemento realmente revolucionário do ministério Collor”. Os demais foram taxados, sobretudo na

“Homem para quem o pensamento devia sempre ser ligado à ação, Collor decide agir com pragmatismo e atacar os problemas trabalhistas mais prementes” (REALE, 1991, p. 65). Essas ações que uniam pensamento e ação, segundo Ebe Reale, estavam ligadas primeiramente, a tentar atacar o problema do desemprego, potencializado, sobretudo na capital federal (Rio de Janeiro à época), pela presença de soldados que participaram da “Revolução de 1930”, e que agora estavam sem função específica.

Dessa forma, prossegue Ebe Reale, citando algumas considerações de Lindolfo Collor acerca da questão social, tentando solucioná-la com alguns decretos. Logo a seguir, Ebe Reale conduz novamente a uma imagem intelectualizada de Lindolfo Collor, através também de uma fotografia em que o mostra em seu gabinete de trabalho (**Imagem 4**).



**Imagem 4. Ministro Lindolfo Collor em seu gabinete de trabalho.** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Op cit. p. 63

Nessa fotografia, também em preto e branco, aparece Lindolfo Collor em seu gabinete, sentado em frente a sua mesa de trabalho. Apesar de a fotografia estar legendada na obra de Ebe Reale como “Ministro Lindolfo Collor em seu ambiente de trabalho”, sobre esse “ambiente de trabalho” não é possível afirmar com certeza onde ele se encontra; se na própria residência de Lindolfo Collor, no Palácio do Catete, ou mesmo no Pavilhão Britânico da

---

época, como figuras mais emblemáticas que decisivas, não representando as mudanças exigidas pela questão social na ocasião, apresentando, isso sim, medidas paliativas e pouco eficazes. In: ALVES, Eustáquio. *Misérias da política*. Rio de Janeiro – RJ: Alba, 1933.

Exposição do Centenário, ou ainda na Sede do Conselho Nacional do Trabalho, na Praça da República, para onde o ministério teria sido transferido em seguida. (REALE, 1991, p. 61).

A própria posição e indumentária do fotografado também conduz ao que se pode pensar ser uma “fotografia oficial”. Lindolfo Collor aparece sentado em frente a uma grande mesa de trabalho de elaborado entalhe, em uma cadeira de espaldar alto, de igual elaboração.

Ao fundo do escritório, atrás da mesa, há uma porta de madeira escura ricamente trabalhada, e a luminosidade da cena é dada por uma janela que fica ao fundo, jogando a luz sobre a mesa de trabalho de Lindolfo Collor. Curiosamente, o telefone não fica sobre a mesa de trabalho – e sim próximo à janela, afastado da mesa principal, o que pode ser um indicativo de que na década de 1930, o uso do telefone, apesar de importante meio de comunicação, ainda não estava em seu auge (BRIGGS; BURKE, 2004).

Sobre a mesa é possível ver uma série de instrumentos de escritório utilizados à época, como um tinteiro e um mata-borrão, instrumento utilizado para retirar o excesso de tinta que ficava sobre um documento, escrito à época com caneta abastecida de tinta do tinteiro que igualmente ficava sobre a mesa.

Há também pilhas de papeis e livros, que apesar de não estarem exatamente desorganizados, transmitem uma ideia de azáfama, da grande quantidade de documentação que era necessária para a realização do trabalho de Lindolfo Collor. Apesar da pose do fotografado, a *bagunça organizada* da mesa de Lindolfo Collor sugere uma fotografia clicada durante seu horário normal de trabalho, transmitindo a ideia do labor intelectual levado a cabo pelo novo ministro.

A própria roupa que Lindolfo Collor veste sugere distinção. O terno e a gravata, o lenço cuidadosamente dobrado no bolso do paletó, e novamente a autoimagem do fotografado – composta pelos óculos e penteado característicos – sempre sério e compenetrado, sugerem uma pose assumida por Lindolfo durante um instante, uma *fotografia de instantâneo*, como chama Philippe Dubois.

Vale lembrar que essa noção de *instantâneo*, ou seja, um corte temporal em um momento normal da ação do fotografado, também pode ser *produzido* em uma fotografia. Não se propõe que essa fotografia em específico seja totalmente produzida, mas ela tem elementos que podem indicar isso. A posição de descanso do fotografado e a desorganização aparentemente proposital da mesa de Lindolfo parecem indicar um *corte ao vivo*, “uma fatia única e singular do espaço-tempo” (DUBOIS, 1999, p. 161).

Por tratar-se de uma fotografia utilizada em periódicos jornalísticos, é mais plausível pensar que tenha sido montada, posada, com elementos organizados e pensados para transmitir uma ideia de personagem atarefado, mas, sobretudo de um atarefado intelectual.

Peter Burke também comenta sobre elementos dispostos nas imagens, que, representados junto com seus modelos, reforçam suas autorrepresentações (BURKE, 2004, p. 32). Estátuas ou colunas clássicas, lembrando as glórias da Roma Antiga, ou mesmo os óculos, mesas, livros, o próprio ambiente de trabalho como símbolos de distinção intelectual, fazem parte, em graus diferentes, da autoimagem mantida por pessoas ou grupos, e eram – e ainda são – ferramentas importantes com as quais se *constroi* e se *mantém* uma memória sobre determinado personagem.

A única fotografia na qual Lindolfo Collor está sorrindo, no livro de Ebe Reale, é a da página 23, onde Lindolfo aparece com a filha Leda, em 1917. Parece que com essa única exceção, a autora conduz a um momento de *liberdade* que o fotografado se permitiu afastar de sua representação mais característica (**Imagem 5**), sorrindo e tendo nos braços a filha. Apesar de apresentar certa sobriedade, esta é a única foto no livro de Ebe Reale onde Lindolfo Collor está sorrindo: simbolismo da alegria que encontrava em família? Uma forma de destacar a importância da própria Leda?

**Imagem 5. Lindolfo Collor com sua filha Leda (1917).**  
REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Op cit. p. 22.



Contudo, essa seriedade – traço exagerado em caricaturas de Lindolfo – também está presente em fotografias que se poderia pensar como *não oficiais*, como aquelas com a família,

por exemplo. Essa fotografia, em especial (**Imagem 6**) foi produzida em 1922, e mostra Lindolfo Collor com a esposa Herminia, e as filhas Leda e Lygia, em Porto Alegre, de acordo com a legenda apresentada por Ebe Reale.



**Imagem 6. Herminia e Lindolfo Collor e suas filhas Leda e Lygia em Porto Alegre (1922).** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Op cit. p. 29.

Essa fotografia (**Imagem 6**) foi feita em Porto Alegre, em 1922. O fotógrafo, contudo, não é informado. Pela composição do cenário, pelo pano de fundo e pela iluminação, pode tratar-se de uma *fotografia de estúdio*, bastante comum nas décadas de 1920 e 1930, também em Porto Alegre, cidade que tinha grande quantidade de estúdios fotográficos (MACHADO JÚNIOR, 2011, p. 30).

Em primeiro plano vê-se Lindolfo Collor e sua esposa sentados, e suas filhas, sendo que uma delas está sentada à frente do casal e uma está de pé, atrás de Lindolfo. O fundo é claro e simples, sem paisagens, mas o cenário é complementado por uma série de plantas. A cena ainda é composta por tapetes e almofadas. A composição do ambiente e a pose dos fotografados reforça a representação de uma família tradicional, tipicamente “burguesa”. Os personagens que compõem a fotografia refletem o modelo de família nuclear visto quase que com exclusividade em muitos periódicos das décadas de 1920 e 1930, formado por pai, mãe e filhos.

Na ocasião, o núcleo familiar reconhecido oficialmente, inclusive juridicamente, envolvia o enlace matrimonial entre homem e mulher. (MACHADO JÚNIOR, 2011). A

fotografia em questão (**Imagem 6**) representa bem esse universo onde as imagens que faziam parte da maioria dos periódicos carregava em si um conceito também representativo do que era aceito socialmente.

Novamente, Lindolfo Collor é fotografado de terno, com aspecto tão alinhado quanto aquele em que apareceu na fotografia anterior, em seu “ambiente de trabalho”, o que parece reforçar a suposição de que essa fotografia (**Imagem 4**) foi pensada, ensaiada e composta por um fotógrafo. Contudo, mesmo nessa fotografia com a família, que apesar de parecer produzida em estúdio, seria uma fotografia *não oficial*, Lindolfo Collor não está sorrindo. Ao contrário, ele mantém uma expressão compenetrada e séria, inclusive com o mesmo meneio de cabeça em que aparece em fotografias anteriores.

A esposa Hermínia e as filhas, Leda e Lygia, estão cuidadosamente vestidas, sendo que as meninas são as únicas que esboçam sorrisos, e a própria esposa de Collor mantém um olhar fixo e igualmente uma expressão séria. Convenção social e/ou elemento de melhor composição para a autorrepresentação de Lindolfo Collor?

Na obra de Ebe Reale, a vida privada de Lindolfo tem pouco espaço. O próprio casamento de Lindolfo com Hermínia recebe poucas linhas e poucas informações;

Lindolfo e Hermínia casaram-se no dia 14 de fevereiro de 1914 na Igreja de Nossa Senhora da Glória, do Largo do Machado. Depois do casamento, Collor passou a trabalhar na editora O Malho e na *Tribuna*, onde mantinha uma coluna intitulada Pela Ordem. (REALE, 1991, p. 21).

Nessa passagem, o mais importante parece ser a ênfase na imagem política do biografado, e não, de fato, a vida particular. O texto que imediatamente acompanha a fotografia em questão (**Imagem 6**) versa sobre a importância à qual Lindolfo Collor se referia ao conhecimento. Mais uma vez, o que se mantém evidente na obra de Ebe Reale é o Lindolfo intelectualizado, preocupado com questões de compreensão do mundo. Nesse mundo, parece haver pouco espaço para detalhes pessoais.

Em uma fotografia não se vê o mundo “social” de uma época diretamente, e, sim, parcelas do mesmo. Além disso, diferentes épocas têm diferentes convenções artísticas e estéticas. Por exemplo, em um retrato das décadas de 1920 e 1930, alguns elementos logo saltam à vista. Primeiramente, tratar-se-á de uma fotografia em preto e branco, com tons de cinza.

Em geral, os homens apareciam trajando ternos, que era uma convenção social na ocasião. Já foi bastante comentada a importância da indumentária como cartão de

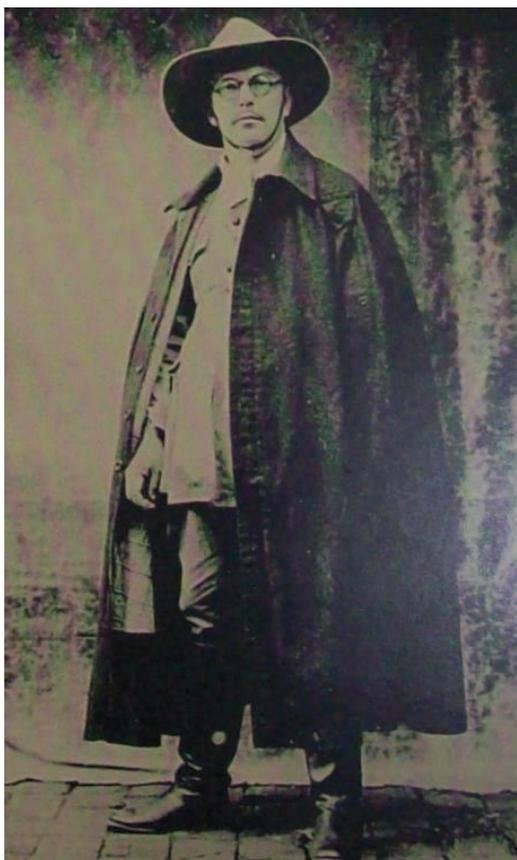
representação social do indivíduo. Nas décadas de 1920 e 1930, o terno, o chapéu de feltro, a bengala, os sapatos de verniz; e em diferentes contextos, as luvas, os sapatos bicolores, etc., representavam “juventude, beleza, elegância e estilo”, tornando-se “os requisitos do sucesso na nova sociedade” (SEVCENKO, 1998, p. 538).

Os sapatos, nessa nova sociedade brasileira da Primeira República, que tão avidamente absorvia influências do vestir europeias, representavam a própria origem social do indivíduo, onde não importava apenas o tipo de sapato que ele usava, mas inclusive a forma como caminhava, pois “é no andar que o passado se revela” (SEVCENKO, 1998, p. 556). O acesso ao calçado era encarado – talvez não apenas naquele momento – como símbolo de entrada para uma sociedade civilizada, dos “bons costumes”.

Para os que não podiam se dar ao luxo de possuir um terno, estúdios fotográficos emprestavam essas roupas para que a fotografia saísse nos “moldes” então conhecidos. (MACHADO JÚNIOR, 2011). Com as mulheres, acontecia o mesmo em relação aos vestidos, ou mesmo a outros adereços, como guarda-chuvas, chapéus, lenços, etc. Na maioria dessas fotografias, é possível perceber que o ambiente também era o de estúdio, contando com cenários de fundo, muitas vezes ornados com símbolos de destaque social, como livros, estátuas de inspiração clássica, etc.

Roger Chartier chama a atenção ao fato de que, “a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social” (CHARTIER, 2002, p. 177).

Os indivíduos desses grupos sociais assumem papéis, códigos de conduta, de crença, etc.; visam controlar assim o próprio comportamento e as formas como esse comportamento é exposto. (SENNETT, 1998). É possível pensar assim as fotografias – as de Lindolfo Collor se incluem – como projeções da vida particular na vida pública, pois é uma forma da “sociedade” encenar seu cotidiano, fazendo uma espécie de teatro da vida real (DEBORD, 1997).



**Imagem 7. Em roupa de campanha como membro da Coluna de Provisórios, formada por Marcial Terra, durante a Revolução de 1932.** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil. Op cit. p. 79*

Em grande medida, a intelectualidade atribuída a Lindolfo Collor na obra de Ebe Reale, seja por textos ou por fotografias, acompanha o biografado em diversos momentos de sua vida, e não apenas durante sua gestão no Ministério do Trabalho. Alguns elementos simbólicos se alteram, são substituídos por outros, mas a ideia principal permanece a mesma.

Em uma parte da obra de Ebe Reale, intitulada “Anos de Luta na defesa de Seus Ideais”, a autora expõe momentos em que a vontade férrea de Lindolfo o indispôs com forças políticas já estabelecidas, e as consequências de tais atos. Isso talvez explique a fotografia selecionada para a primeira página que acompanha o texto em português de sua obra (**Imagem 7**).

Nessa fotografia, Lindolfo Collor aparece em roupa de campanha, fazendo parte da Coluna dos Provisórios, comandada pelo coronel Marcial Terra, localizada na cidade de Tupancreretan. Logo depois da estada de Collor no Ministério do Trabalho, que termina com seu pedido de demissão em 1932, Ebe Reale informa que Lindolfo retorna para Porto Alegre, e “aproveita essa pequena pausa em sua vida política para dedicar-se à literatura” (REALE, 1991, p. 79). Lindolfo Collor parece ser a própria encarnação da mente fértil e inquieta, que só encontra repouso no trabalho intelectual. “Escreve um trabalho sobre Goethe, no qual,

através de exame da obra do poeta, faz um profundo estudo de sua vida e de suas ideias” (REALE, 1991, p. 79).

Por que especificamente Goethe chamava a atenção de Lindolfo Collor? Além de ser um dos maiores nomes da literatura alemã, criando obras como *Os sofrimentos do jovem Werther* e *Fausto*, por exemplo, Goethe destacou-se, também, como profundo pensador da conduta humana. No campo político Lindolfo Collor identificava-se mais com Werther ou com Fausto?<sup>93</sup>

No mesmo ano de 1932 ocorre a participação de Lindolfo Collor e de outros de seus colegas que haviam deixado o Governo Provisório, como João Neves da Fontoura, Batista Luzardo e Maurício Cardoso, na “conspiração que visava o retorno do país à ordem constitucional” (REALE, 1991, p. 79). Flores da Cunha aparece como um “revolucionário”, mas que, ao iniciar-se o movimento, fica ao lado de Getúlio Vargas, o que “decidiu a sorte do movimento armado em favor do governo central” (REALE, 1991, p. 79).

É para combater esse governo central de Getúlio Vargas que Lindolfo Collor se une às forças de Marcial Terra no movimento que ficou conhecido como “Revolução de 1932”, na qual São Paulo se indispôs contra Getúlio Vargas e Lindolfo Collor decidiu ficar ao lado dos reclamantes.

Nessa fotografia em preto e branco (**Imagem 7**) Lindolfo Collor aparece com roupas de campanha, abandonando seu terno e o substituindo por um uniforme militar que lembra o uniforme de cor cáqui da Brigada Militar, mas que também foi usado pelas forças paulistas

---

<sup>93</sup> Sobre a identificação de Lindolfo com Werther ou Fausto, cremos que ambas identificações foram pensadas em momentos diferentes, mesmo que as duas não tenham sido expostas de forma mais direta nos escritos, ou mesmo em ações de Lindolfo. Lindolfo é “mais Werther”, ou seja, sofre mais pela angústia da separação política com Getúlio Vargas, a renúncia ao Ministério do Trabalho, com o desânimo posterior ocasionado pelo Estado Novo, mas apesar disso, aparenta “sofrer calado” essas pressões. Pelo menos os biógrafos sempre destacam o comedimento das ações de Lindolfo. Ao menos ele não expôs claramente muitos destes tormentos, mesmo que tenha produzido uma biografia sobre Garibaldi, onde afirmava sentir-se próximo a ele, alguém vilipendiado por seus pares. Werther é um dos símbolos do sofrimento, da abnegação, e essa imagem, cremos, Lindolfo cultivava em seus escritos, e mesmo em sua última entrevista em 1942. No campo político, e não pensando apenas em sua autoimagem, percebemos Lindolfo mais como Fausto, alguém que “entra no jogo” do poder, alguém que “vende a alma” para obter o que deseja. Por exemplo, os biógrafos afirmam que Lindolfo sempre foi muito incisivo em manter seus ideais, aquilo que ele considerava “certo”; além disso, era muito ponderado em suas ações. Contudo, existem passagens na vida dele que parecem contradizer essas afirmações. Por exemplo, a disputa dele com o poeta Gilberto Amado, que termina com bengaladas e tiros de pistola. O Werther literário de Goethe sofreria pelas críticas a seus poemas, mas não atacaria seu detrator a bengaladas! Além disso, quando se inicia o chamado “modus vivendi” no RS, a partir de 1934, momento em que Lindolfo já teria rompido relações com Getúlio Vargas, iniciam-se novas conversações entre eles, mais tarde infrutíferas. Além disso, ainda em 1934, Lindolfo já havia rompido relações com Flores da Cunha por causa de sua “traição” à “Revolução de 1932”. Lindolfo inclusive classificou Flores como “traidor”. No entanto, durante o “modus vivendi”, Collor integrou o grupo que deu apoio a Flores da Cunha. Aqui, mais uma vez, alguém que compreende os meandros da política, e parece, mesmo que brevemente, contrariar a maioria dos biógrafos, que afirmam que Lindolfo, depois de tomar uma decisão, nunca voltava atrás. Em 1937 Lindolfo funda o Partido Republicano Castilhistas, francamente opositorista a Getúlio Vargas. Portanto, alguém que entra no jogo da política, no jogo do poder, e não apenas “sofre calado” como Werther.

em 1932. Calça ainda botas de montaria, usa um chapéu com barbicacho e uma sobrecasaca. Ao pescoço traz um lenço branco. Apesar de estar vestido para um conflito, Lindolfo Collor não porta nenhuma arma, nem mesmo usa o cinturão para arma lateral, munição ou cantil, que era comum tanto para soldados de alta ou de baixa patente, inclusive entre as forças da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Um único elemento de sua imagem de intelectual permanece: os óculos. Nenhum biógrafo – nem mesmo Ebe Reale problematiza isso – informa se Lindolfo Collor participou ou não dos conflitos em 1932. Mas biógrafos anteriores como Clodomir Vianna Moog, Licurgo Costa e Leda Collor de Mello afirmam que durante a “Revolução de 1930”, Lindolfo participou ativamente, de rifle na mão, da luta pelo controle da cidade de Porto Alegre, por exemplo.

Parece que em 1932, Lindolfo Collor “lutou” mais nos campos político e jornalístico do que militar, pois utilizou sua arma mais constante para atacar seus desafetos: a palavra.<sup>94</sup> Lindolfo Collor, assim, foi para a cidade gaúcha de Canela, onde escreveu uma de suas obras *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* (1942), em que ele, na introdução do livro, se considera um pouco como Garibaldi, alguém que lutou em diversas batalhas, mas que, no final, acabou sendo traído por seus compatriotas e forçado a abrir mão de seus ideais.

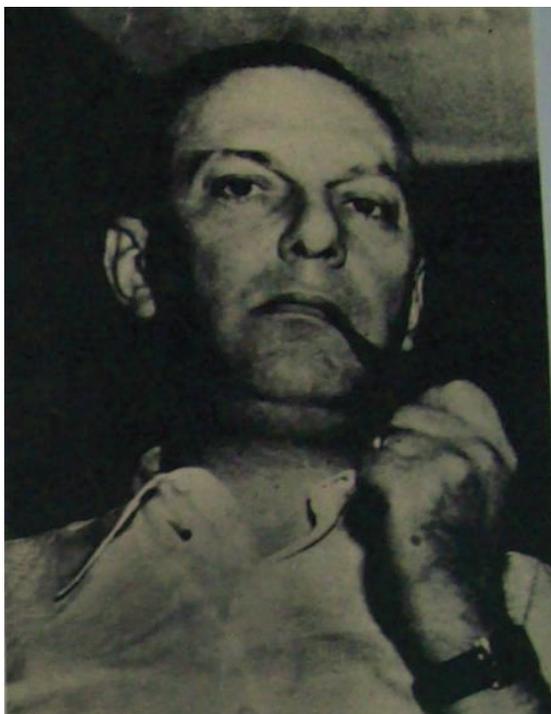
Essa identificação de Lindolfo com Garibaldi já foi discutida em capítulo anterior, mas vale reforçar que, em geral, as forças políticas republicanas gaúchas, invariavelmente, buscavam identificação com heróis da Revolução Farroupilha (1835-1845), projetando seus próprios contextos políticos no passado, e sentindo-se herdeiros diretos daqueles *heróis* de um passado gaúcho que se pretendia sempre glorioso (SILVA, 2011).

Lindolfo foi exilado do Brasil a partir de 1938. Na própria Europa, entre os anos de exílio, também foi perseguido pela inteligência alemã que considerava pernicioso ao regime nazista seu ponto de vista crítico. Regressou em 1941, em parte pelos constantes apelos de Batista Luzardo e do jornalista João Daudt de Oliveira junto ao governo brasileiro. Já de volta

---

<sup>94</sup> Após a derrota da “Revolução de 1932”, Lindolfo Collor atravessou a fronteira e de Buenos Aires escreveu o “Manifesto ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação”, assinado também por Raul Pilla, Batista Luzardo e João Neves, no qual relata a traição de Flores da Cunha à causa revolucionária” (REALE, 1991, p. 79). Nos anos posteriores, segundo Ebe Reale, Lindolfo sempre acompanhou o “desenrolar da política da nossa terra” (REALE, 1991, p. 85), apesar de estar afastado do governo central. Inclusive Collor voltou à vida política em 1936, atendendo a um convite de Flores da Cunha, para fazer parte de uma união de vários partidos políticos gaúchos, o chamado “modus vivendi”, numa tentativa de encontrar denominadores comuns entre eles, e propor uma convivência mais pacífica entre as diferentes forças políticas. A convivência entre as forças políticas gaúchas tem vida curta, pois o golpe de 1937, que instauraria o Estado Novo de Getúlio Vargas, vai calar muitas das forças políticas de oposição.

ao Brasil no mesmo ano, ainda assim não terminaram as perseguições, e Collor foi preso mais algumas vezes pelas ideias que veiculava em jornais.



**Imagem 8.** Foto tirada durante a entrevista a *Diretrizes*, na qual criticou duramente os regimes ditatoriais. REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Op cit. p. 92.

A fotografia (**Imagem 8**) em que Lindolfo Collor aparece sem o terno, e mesmo sem os óculos, data de julho de 1942, e foi tirada durante entrevista a Francisco de Assis Barbosa, para o semanário *Diretrizes*, onde reafirma seu repúdio aos regimes totalitários (REALE, 1991, p. 95). Essa entrevista valeu a Collor mais uma prisão, e até hoje, segundo vários biógrafos e não apenas para Ebe Reale, a autoria dessa ordem de detenção não é conhecida.

A uma primeira vista, Lindolfo Collor parece descaracterizado de elementos que construíram sua imagem, um despojamento da “imagem oficial” que mantinha enquanto estava no poder. Imagem essa que passou por processo de autoconstrução, como já exposto. Muitos dos símbolos que lhe conferiam um aspecto mais intelectualizado, como os óculos, por exemplo, não estão presentes. Contudo, foram substituídos por outro: o cachimbo, até hoje considerado por muitos como símbolo de distinção social, intelectual e política.

Alguns autores chamam a atenção, contudo, ao fato do cachimbo “ser também utilizado cada vez que surge um assunto sério ou de importância vital” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1988, p. 159).

Nessa fotografia, em específico, o uso do cachimbo representa também isso; ou seja, foi uma entrevista na qual Lindolfo Collor expôs temas de importância para ele – como as perseguições, o exílio, as críticas ao totalitarismo, etc. – e revestiu simbolicamente a própria figura com o cachimbo, um símbolo de intelectualidade, mas também de ação e seriedade.

Mesmo que muitos elementos não estejam presentes, e mesmo que também essa foto não pareça uma foto *oficial*, a imagem de intelectual, de certa forma está presente. Lindolfo Collor se apresenta nessa fotografia como um intelectual mais combativo. Abandonou o terno e foi fotografado vestindo apenas uma camisa com a gola desabotoada, sem gravata e sem paletó.

Na mão esquerda, a mesma que segura o cachimbo, é possível ver um relógio de pulseira mais simples, aparentemente de couro preto, elemento esse que não aparece em fotografias anteriores de Lindolfo Collor, por exemplo. Há nessa fotografia certa simplificação da figura do intelectual, um despojamento de símbolos mais ligados aos poderes instituídos, como o terno, a roupa oficial. Lindolfo Collor, por essa fotografia, se apresenta como uma pessoa mais simples, mais acessível, que foi entrevistado em locais aparentemente menos ligados à política.

Francisco de Assis Barbosa, o autor da entrevista com Collor, que foi publicada como prefácio da segunda edição da obra de Lindolfo *Europa 1939*, essa publicada em 1989, conta que a entrevista se deu em dois locais: no escritório da Sul América, companhia de seguros, na Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, e no apartamento de Lindolfo, no bairro da Urca, na mesma cidade. Era em casa que, segundo Francisco de Assis Barbosa, Lindolfo fumava cachimbo, e, portanto é mais provável que essa fotografia (**Imagem 8**) tenha sido tirada lá, o que também pode explicar a roupa de caráter menos formal que Lindolfo usava.

Não se pode esquecer, também, o período de exílio, as constantes prisões, etc., que devem ter marcado indelevelmente a própria forma como Lindolfo Collor via a si mesmo, se autorrepresentava. Essa fotografia denotou uma mudança em sua forma de representação, um despojamento de elementos e símbolos da “oficialidade” do poder.

### 4.3. CARICATURAS E CHARGES

A obra de Ebe Reale, composta também por fotografias de Lindolfo Collor e de outros personagens e ambientes em que o mesmo transitou em sua vida, também abre espaço para

um significativo número de caricaturas e charges em que Lindolfo Collor é o personagem central, ou o mais destacado.

Muitos dicionários – inclusive os disponíveis *on-line* – apontam diferentes definições para os termos “caricatura” e “charge”. O Dicionário Virtual Aurélio da Língua Portuguesa, por exemplo, conceitua:

*Caricatura (It) s.f. Representação pictórica ou descritiva, que exagera jocosamente as peculiaridades ou defeitos de pessoas ou coisas. Imitação cômica ou ridícula.*

*Charge (Fr) s.f. Representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza uma ideia, situação ou pessoa.*

O Dicionário Virtual Contemporâneo de Língua Portuguesa Caldas Aulete informa:

*Cariatura (It) s.f. Desenho que representa uma pessoa ou acontecimento com traços deformados, muitas vezes exagerados, revelando com isso aspectos característicos, grotescos ou ridículos do que é retratado.*

*Charge (Fr) s.f. Desenho caricatural, com ou sem legenda, publicado em jornal, revista ou afim, que se refere diretamente a um fato atual ou a uma personalidade pública e os satiriza ou critica ironicamente.*

As descrições de ambos os dicionários classificam caricaturas e charges como desenhos de traços exagerados, cujo objetivo é ironizar e satirizar algum personagem, evento ou acontecimento. Utilizam, portanto, imagens, acentuando a importância delas – as imagens – como outro tipo de “texto” para ser visto e interpretado.

Em geral, apesar de muitos utilizarem os termos como sinônimos, as caricaturas têm como objetivo principal exagerar ou satirizar elementos de *um* personagem em específico, focando seu rosto. Portanto, a *caricatura* pode ser compreendida primeiramente como um exagero de aspectos faciais de um personagem. As charges, em geral, são compostas por caricaturas. As caricaturas versam sobre um personagem, mas as charges podem reunir vários personagens representados de forma caricatural, e com eles construir um enredo, *contar uma história* a partir dos elementos destacados de cada personagem. Assim, esses elementos exagerados ajudam a compor uma imagem da personalidade e das possíveis ações desse indivíduo caricaturado. Portanto, tratar-se-á caricatura e charge como termos distintos, mesmo que uma seja composta por outra.

Seja como for, não se deve pensar as caricaturas e as charges como meros “falseamentos da realidade”, uma vez que são representações constituídas por perspectivas,

símbolos e códigos próprios. As “realidades” criadas pelas caricaturas e charges versam sobre as relações dinâmicas entre práticas cotidianas e as próprias representações. Caricaturas e charges fazem parte de um discurso ideológico, e tornam-se poderosos instrumentos pedagógicos para disseminar as ideias que os originaram (POLETTI, 2011, p. 19).

Formadas por personagens de traços caricaturais, as charges compõem um texto de caráter visual, que geralmente é composto por um único quadro. As ilustrações são compostas por personagens, ilustrações, objetos, e muitas vezes, acompanhadas por algo escrito. É justamente com a relação entre escrita/ilustração que a charge passa a ser compreendida, pois as palavras conduzem a uma interpretação mais completa e *única* das ilustrações; originando assim um **interdiscurso**, ou seja, uma orientação interpretativa que não permita outra qualquer (FLORES, 2002, p. 14).

Em geral, as charges não formam uma sequência de eventos, e sim, apresentam uma visão única e definitiva de algum acontecimento social, que pelo fato de *merecer* uma charge, se supõe um acontecimento público e notório.

Palavras escritas podem ir muito além dos limites das páginas – e as diferentes narrativas de cunho biográfico são exemplos característicos – mas sobre as imagens, segundo Alberto Manguel (2001, p. 25), “com o passar do tempo, podemos ver mais e mais coisas em uma imagem, sondar mais a fundo e descobrir mais detalhes, associar e combinar outras imagens e emprestar-lhes palavras para contar o que vemos”.

Imagens, portanto, podem produzir o que Zunzunegui (1998, p. 78) chama de “sequência de signos que produzem sentido”. As caricaturas e charges da obra de Ebe Reale são também uma sequência desses signos, que dispostas da forma como estão, acompanhando texto escrito e oferecendo suporte visual, cristalizam e contribuem para fixar na *memória* determinados aspectos do personagem biografado.

As caricaturas e as charges não podem ser apenas pensadas como documentos históricos que são, mas também como espelhos de parcelas do imaginário das épocas em que elas foram produzidas. Tais espelhos não refletem tão nitidamente, talvez, como as fotografias, mas também oferecem subsídios, mesmo que de caráter mais subliminar, para compreender concepções sociais, pontos de vista, ideologias em ação, etc.

O conteúdo de uma caricatura ou charge pode revelar muito sobre conflito, choque, rejeição, aceitação, contrariedade, etc., de uma personalidade ou evento em determinado momento histórico. Tais narrativas visuais têm grande capacidade de transmissão de ideias, pois em geral, suas temáticas estão voltadas para o cotidiano, e para questões que podem

afligir, confundir, desgostar, mas também contarem com apoio de um grande número de pessoas.

O discurso de uma caricatura ou charge dirige-se a sujeitos situados socialmente, ou seja, inscritos em uma ideologia. Muitas vezes, no mesmo momento histórico em que são propostas, caricaturas e charges podem significar muito mais a um grupo social do que a outro. Participar dessa ideologia, dessa *cultura*, torna tais receptores, “capazes de decodificar as referências ativadas e cooperar na construção do sentido das mesmas” (FLORES, 2002. p. 11).

As mensagens de cunho ideológico da grande maioria das caricaturas e charges não são, geralmente, facilmente identificáveis quando o tempo de leitura não coincide com o tempo da produção. Tais mensagens geralmente encontram um local social bem situado e pressupõem um conhecimento prévio da personalidade ou evento retratado. O “texto” visual de uma caricatura ou charge exige um processo de produção de sentido por parte do receptor. Esse receptor precisa decodificar os elementos visuais presentes nessas narrativas. Se não o fizer, parte da mensagem não entra no processo comunicacional.

\*\*\*

Uma das caricaturas destacadas na obra de Ebe Reale (**Imagem 9**) mostra um Lindolfo Collor com traços característicos de suas fotografias – portanto, de sua imagem pública – visivelmente exagerados, como os óculos e o charuto, de tamanhos desproporcionais à cabeça do caricaturado.

Existe uma moldura ao redor dessa imagem – em preto e branco – que centraliza o enquadramento da mesma no próprio Lindolfo Collor, que é visto de perfil, com as sobrancelhas arqueadas, com um olhar aparentemente furioso – que pode ser complementado pela forma como segura o charuto, entre dentes.

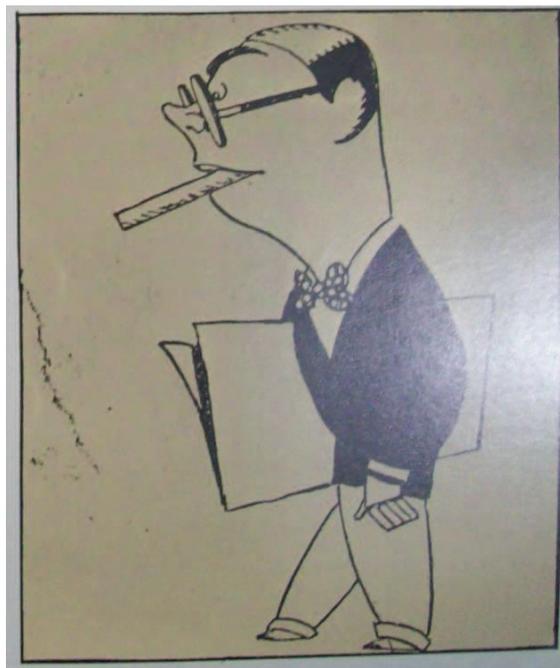
O personagem caminha tendo em sua mão uma enorme pasta, símbolo de sua nova incumbência como Ministro do Trabalho. Essa caricatura dialoga com o texto de Ebe Reale, onde a autora destaca a atuação de Lindolfo Collor no dito ministério, como um período difícil, pois segundo ela, “os quatorze meses da gestão Collor foram um período de lutas sem fim [...] sofrendo pressões de todos os lados, Collor teve que agir com muita cautela e diplomacia para atingir o fim almejado” (REALE, 1991, p. 73.).

Contudo, Lindolfo não obteve o “fim almejado” através da força, e sim da “cautela e da diplomacia”.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Apesar de a autora se referir a esse “fim almejado”, ela não explica exatamente qual foi. Na mesma página em que faz tal afirmação (REALE, 1991, p. 73), reconhece que uma das grandes propostas de Lindolfo Collor foi a

**Imagem 9. Lindolfo Collor com a “pasta” do Ministério do Trabalho.**  
 REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil.*  
*Op cit.* p. 73.



Pelos signos da caricatura e pelo texto próprio de Ebe Reale, Lindolfo Collor destaca-se por sua diplomacia e capacidade de lidar com facções opostas. Mais um exemplo de sua intelectualidade? A própria biógrafa reconhece em páginas anteriores que Lindolfo Collor tinha mais conhecimento teórico do que prático sobre as questões envolvendo a legislação do trabalho no Brasil. Seja como for, um pensador antes de tudo.

Essa caricatura (**Imagem 9**) foi cedida por Leda Collor de Mello para Ebe Reale compor sua obra biográfica, segundo o que consta no próprio índice de ilustrações de *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. Infelizmente, no recorte da imagem e também pela falta de referências da obra, é difícil precisar o nome do caricaturista, o que poderia revelar mais detalhes sobre a imagem em questão.

Vale lembrar, o caricaturista, assim como o autor de um texto escrito, está imerso em um mundo de conceitos, ideias e propostas. Esses e outros elementos transparecem em suas caricaturas e charges (FLORES, 2002). Além disso, o próprio periódico que publica a referida caricatura ou charge – uma edição da revista *O Malho*<sup>96</sup> – está igualmente imerso nesse

---

criação de uma lei sobre o salário mínimo, mas que só será assinada em 1940, muitos anos depois de Collor ter deixado o Ministério do Trabalho.

<sup>96</sup> O periódico *O Malho* foi uma revista humorística lançada em 1902, cuja especialidade era satirizar fatos políticos, tendo como principal destaque as caricaturas, mas também a crítica de costumes sociais através de escritos de Olavo Bilac, por exemplo. Por ocasião da “Revolução de 1930”, a redação da revista foi “empastelada” e a publicação impedida de circular por um breve período, uma vez que *O Malho* combateu a Aliança Liberal de Getúlio Vargas (BARBOSA, 2007.). Apesar d’*O Malho* ser lembrado como uma revista de tom mais satírico, seu “empastelamento” depois de 1930, em grande medida, deve ter diminuído a intensidade das críticas a personalidades políticas que naquele momento representavam o governo. A revista sobreviveu como revista literária e de notícias até 1954.

mundo ideológico e social. A discussão desses elementos, quando possível, enriquece sobremaneira a “leitura” que se pode fazer também de uma obra de caráter caricatural. Nas páginas d’*O Malho*, a caricatura (**Imagem 8**) de Lindolfo Collor estava acompanhada do seguinte texto:

*Este é o Collor  
Que bons charutos gasta,  
Em profusão  
E leva muito a sério  
A pasta  
Do mysterio  
Do Trabalho.*

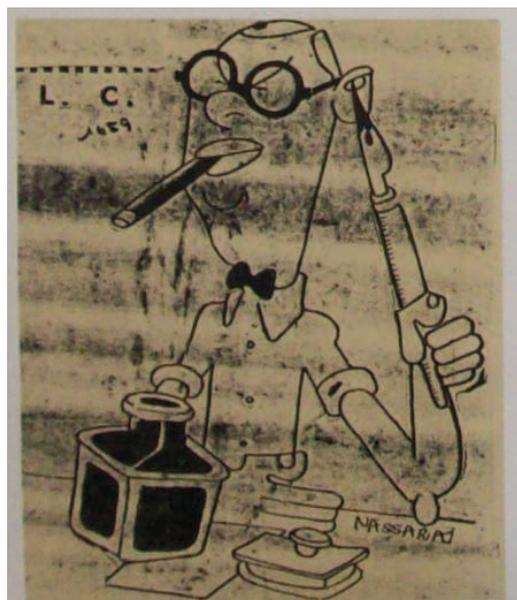
As caricaturas ou charges podem ou não estar acompanhadas de textos ou legendas explicativos, e essa, em específico, aumenta a compreensão do leitor do periódico para a imagem em si. Há de se considerar, segundo já destacado sobre caricaturas e charges, que a simples presença da “pasta” caricaturada na mão do personagem não explicita diretamente o reconhecimento do mesmo por um receptor.

Talvez por esse motivo – além de uma leve zombaria – é que o pequeno texto acompanhe a caricatura, explicando que aquele que leva a pasta do *mysterio* (e não Ministério) do Trabalho é Lindolfo Collor. O texto alude inicialmente ao “mistério”, à dificuldade de gerir esse novo ministério, com questões tão intrincadas, o que também pode estar relacionado ao tamanho desmesurado da pasta que Lindolfo carrega, um verdadeiro “fardo”.<sup>97</sup> Recorre a elementos icônicos nas representações públicas de Lindolfo Collor – como a seriedade de expressões faciais – para explicar o motivo de Lindolfo “gastar bons charutos em profusão”, pois ele está “levando a sério” a questão trabalhista.

Apesar de a caricatura ter um tom levemente jocoso, não *classifica negativamente* o Ministro do Trabalho. Ao contrário, dialoga de forma divertida, na maioria das vezes, burlesca e crítica, com elementos com os quais o próprio Lindolfo Collor compunha sua imagem pessoal – óculos, charuto, seriedade de expressões – ao mesmo tempo em que indica a dificuldade, o “mistério”, de levar a “pasta” do Ministério do Trabalho nas mãos.

---

<sup>97</sup> Pierre Bourdieu reutiliza a expressão “mistério do Ministério”, empregada pelos pensadores escolásticos medievais, que utilizavam etimologias para explicar palavras semelhantes, para discutir o enigma central do campo das representações políticas, o enigma do próprio cargo político. Para Bourdieu, o “mistério do Ministério” envolve a delegação de uma figura como porta voz oficial de um grupo ou entidade, encarnando efetivamente o grupo ou a entidade em si mesmo. Nesse processo, há diferentes formas de dominação simbólica nos mais variados campos da vida social, mascarados de “democracia”. In: WACQUANT, Loïc (Org.). *O mistério do Ministério* – Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro - RJ: Revan, 2005.



**Imagem 10. Rompimento de relações políticas entre Getúlio Vargas e Lindolfo Collor.** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil.* Op cit. p. 75.

Outra charge característica em que Lindolfo Collor aparece na obra de Ebe Reale o destaca como um dos que rompeu relações com Getúlio Vargas. “O movimento em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte crescia em todo o país” (REALE, 1991, p. 75). Quando o jornal *O Diário Carioca* defendeu essa posição de cunho mais liberal, foi “empastelado”.

“Diante da falta de reação do presidente a esse episódio de violência, Collor pede demissão do cargo de ministro no dia 3 de abril de 1932” (REALE, 1991, p. 75). Assim Collor escreveu uma carta a Getúlio Vargas alegando que se soubesse que a Revolução tomaria tais rumos, não teria participado dela desde o início. Esse fragmento de texto e a caricatura (**Imagem 10**) encerram um capítulo da obra de Ebe Reale que versa sobre a atuação de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, e inaugura um novo capítulo, intitulado “Anos de luta na defesa de suas ideias”.

A caricatura que acompanha esse texto (**Imagem 10**) centraliza em Lindolfo Collor, no que parece ser um de seus “ambientes de trabalho”: uma mesa com signos característicos de quem escreve: o tinteiro, uma folha de papel e um mata-borrão. O próprio Lindolfo recebe destaque, pois está sentado a essa mesa e tem na mão uma grande caneta de pena, que mais se assemelha a uma espada. Novamente, assim como é da natureza da caricatura, os óculos e o charuto são representados em tamanhos desproporcionais à cabeça do caricaturado.

A imagem ostenta signos já conhecidos, como o penteado, os óculos e a gravata borboleta, mas está sem paletó, com as mangas da camisa puxadas para cima – seria um sinal

de que executava um trabalho que exigia grande esforço? Poderia ser uma representação não oficial de que Lindolfo agora se preparava para a luta?

A relação dialógica entre texto e essa caricatura no final do capítulo da obra de Ebe Reale dedicado a um Lindolfo Collor ministro, e iniciando um capítulo onde Lindolfo Collor de outras formas defenderia suas ideias, pode transmitir a noção de uma mudança de perspectiva: a partir daquele momento, Lindolfo Collor teria outro tipo de atitude, seria mais atuante, teria “arregaçado as mangas” e “ido à luta”.

Essa caricatura provém – como explicita a autora – do jornal *A Nação*, do Rio de Janeiro, edição de 1934. E dessa vez é possível reconhecer por assinatura o caricaturista que compôs a imagem de Lindolfo. A assinatura está presente logo abaixo do braço esquerdo (direito de quem olha) do Lindolfo caricaturado, onde se pode ler “NASSARA”.<sup>98</sup> Assim como na caricatura anterior, o Lindolfo caricaturado sentado à sua mesa (**Imagem 10**) está acompanhado de um texto de caráter bastante direto e elucidativo:

*Não venceu no Ministério  
- O poder a elle alarma –  
O pendor é um caso sério  
Vai volver a “sexta arma”  
Ao rever o lar paterno  
Vai mandar, o jornalista,  
Num suelto commodista,  
O Getúlio para o inferno.*

No texto – que exhibe um tom de escárnio – Lindolfo Collor é apresentado como alguém que não tem de fato, inclinação para o poder, “o poder a elle alarma”, o poder sobressalta. Contudo, vai seguir seu pendor, seu jeito, sua inclinação pessoal, e vai voltar para a “sexta arma”, que o general Góes Monteiro<sup>99</sup>, já bem antes de 1930, tinha declarado ser a imprensa. A imprensa, assim como as outras “armas” que ajudam um governo a tomar e manter o poder, ainda segundo o mesmo general deveria amparar, pacificar e dar sentido cívico e social a um governo ou governante.

<sup>98</sup> “Nassara” era uma das tantas formas como assinava Antônio Gabriel Nássara (1910-1996), compositor, caricaturista e desenhista brasileiro, que se tornou famoso ao parodiar composições de suas próprias músicas. Foi parceiro de Noel Rosa e compôs várias marchinhas carnavalescas, como seu maior sucesso de 1941, “Ala-la-o”. Também é de sua autoria o primeiro *jingle* comercial brasileiro. Frequentou o curso de Belas Artes, mas não chegou a se formar nele. Nássara trabalhou em diversos jornais e periódicos, como *Carioca*, *O Globo*, *O Cruzeiro*, *O Malho*, *Última Hora*, *Pasquim*, *A Nação*, etc. As caricaturas de Nássara se tornaram mais conhecidas a partir da década de 1930, quando ele começa a trabalhar na revista *O Cruzeiro*.

<sup>99</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956) Exerceu comando militar durante a “Revolução de 1930”. Foi Ministro da Guerra do governo Vargas (1934-1935) e participou ativamente da manutenção do Estado Novo (1937-1945), apesar de já ter sido oficialmente passado o cargo de Ministro da Guerra para Eurico Gaspar Dutra.

Na versão em inglês do mesmo texto, que talvez se tornasse ininteligível para quem não conhecesse a expressão do general Góes Monteiro, “a sexta arma” é traduzida para “power of pen”, ou seja, “o poder da caneta”. Mais um exemplo de como mesmo as palavras – e não apenas as imagens – precisam de conhecimento prévio do contexto de produção para serem mais bem compreendidas.

O texto continua dizendo que Lindolfo irá rever o lar paterno; ou seja, retornará para o Rio Grande do Sul, o que ele de fato faz em 1932. Assim, mais na função de jornalista, o portador da “sexta arma”, representada na caricatura como uma caneta de tamanho desproporcional, mais parecida com uma espada, é que Lindolfo atacará Getúlio Vargas, na comodidade da redação de um jornal, mandando-o “para o inferno”, ou seja, rompendo relações políticas com ele.

O texto de Ebe Reale, aliado à caricatura de Nássara e ao pequeno poema que o acompanha, compõe um quadro expressivo sobre a imagem de Lindolfo Collor como um sempre atuante intelectual, que por discordar do empastelamento de um jornal, romperá relações com Getúlio Vargas (talvez uma solução simplista demais da autora), e através de outro jornal, atacará o antigo aliado político.

A seleção de um texto da carta de renúncia do próprio Lindolfo, endereçada a Vargas, escolhida por Ebe Reale, retorna à ideia de uma pessoa firme de suas convicções políticas, um intelectual, que a partir daquele momento se torna um *inimigo*, e como tal, brandirá a “sexta arma” – a imprensa – para criticar a falta de liberdade de expressão. Nas palavras do próprio Lindolfo:

Devo afirmar a V. Excia – e V. Excia sabe que falo a verdade – que se me fosse dito que a Revolução se faria precisamente para manifestar e sufocar essa liberdade (de opinião) que é a pedra angular das sociedades organizadas eu não teria sido, como fui, um dos elementos decisivos na conspiração que deflagrou o movimento de 3 de outubro. (COLLOR, 1932 apud REALE, 1991, p. 75).

Um Lindolfo Collor caricaturado aparece especificamente em duas charges selecionadas por Ebe Reale, ao discutir a gestão do biografado no Ministério do Trabalho, de 1930 a 1932. Nessas charges, (**Imagem 11**) e (**Imagem 12**), o personagem central é Lindolfo Collor em diferentes momentos de sua gestão. As duas charges foram extraídas por Ebe Reale

da revista *Careta*,<sup>100</sup> respectivamente, das edições de 21 de fevereiro de 1931 (Nº1183) e 10 de janeiro de 1931(Nº1177).

Na primeira charge que compõe essa página da obra de Ebe Reale (**Imagem 10**), é possível ver uma composição com um Lindolfo Collor caricaturado em primeiro plano – com seus grandes óculos e enorme charuto, vestindo terno e de olhar duro e severo – apoiado em um recipiente que parece um grande barril, que está sobre um pedestal. Nesse barril, é possível ler a seguinte frase: “Imposto de 2% em benefício dos ‘sem trabalho’”.

**Imagem 11. “A barrica salvadora”.**  
REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil.*  
*Op cit.* p. 64.



Do lado esquerdo de quem olha a imagem, um homem que, a julgar pelas roupas e pelo chapéu rotos e esfarrapados, é um desses “sem trabalho”. Ele acende seu charuto na chama do charuto de Lindolfo, o que pode conotar o apoio dado ao primeiro pelo segundo.

Do lado direito da imagem, há uma fila de pessoas igualmente vestidas com roupas em péssimo estado e de expressões abatidas, mas essas depositam o que parece ser uma nota de dinheiro na “barrica salvadora” de Lindolfo Collor, onde se pode ler, portanto, “Imposto de 2% em benefício dos ‘sem trabalho’”. Essa frase referia-se a uma das medidas adotadas por Lindolfo Collor para absorver uma mão de obra que até então pouco ou não participava do

<sup>100</sup> A revista *Careta* foi um periódico de publicidade semanal, de caráter humorístico que circulou no Brasil entre 1908 e 1960, e ficou famosa por contar com o trabalho de alguns dos melhores chargistas brasileiros. Seu conteúdo era voltado a um público seletivo, aqueles que na época possuíam as devidas condições socioeconômicas de tornarem-se consumidores efetivos de revistas ilustradas. Mais do que isso, a *Careta* se notabilizou por ser um periódico composto basicamente por charges, caricaturas e fotografias. A sátira gráfica foi o diferencial dessa revista na busca por cativar o público leitor (MACHADO JÚNIOR, 2012).

mercado de trabalho, os *sem trabalho*. Encontrar trabalho para essas pessoas, muitas delas do meio rural, que iam para os centros urbanos e lá aumentavam os índices de pobreza e violência, foi uma das grandes metas de Lindolfo Collor durante sua gestão no Ministério do Trabalho.

Um dos primeiros decretos de Lindolfo Collor aos quais se refere Ebe Reale versa sobre a Lei dos 2/3, que além de diminuir o espaço de trabalho para operários estrangeiros em fábricas brasileiras, determinava que 2/3 dos operários nas fábricas deveriam ser brasileiros natos, o que abria mais espaço para os *sem trabalho*.<sup>101</sup> No sentido de levantar fundos que serviriam para localizar brasileiros desempregados, e mesmo fixá-los em núcleos de povoamento, é que se institui para os já empregados, um imposto fixado em 2% de sua renda. Assim, “a barrica” na qual Lindolfo se apoia – analogia com o apoio de sua gestão – é classificado pelo texto que acompanha a charge como “a barrica salvadora”.<sup>102</sup>

Todas essas informações requerem um conhecimento contextual que não está presente na charge, que para ser mais bem compreendida, requer um conhecimento atualizado do que estava acontecendo. A charge “brinca” com acontecimentos cotidianos, vale lembrar. E essa charge (**Imagem 11**) não deixa de ter um tom satírico, já que o trabalhador contribuinte, que deposita o imposto de 2% na barrica tem uma expressão de sofrimento, ao passo que o trabalhador que acende seu charuto no de Lindolfo, aquele que recebe a ajuda, está feliz, e com Lindolfo trava um diálogo. Mais parece que o chargista destacou uma ação de caráter “populista” por parte de Lindolfo Collor: estaria ele *tirando de alguns pobres para dar para outros pobres?*

Esse diálogo, como já exposto, ajuda na maior compreensão da charge, que, como se pode ver, conta com um grande número de elementos nem sempre identificáveis a primeira vista. Texto e ilustração dialogam, fazem, portanto, o **interdiscurso**. Nesse diálogo que acompanha a charge (**Imagem 11**), o “sem trabalho” diz:

O SEM-TRABALHO - Você é um bicho, Lindolpho! Imagina se a Europa o manda chamar para resolver a crise de lá?<sup>103</sup>

<sup>101</sup> Mais do que isso, a Lei dos 2/3 tentava instituir normas para desenvolver o povoamento do campo. “Paralelamente o governo tomou providências a fim de resolver o problema dos ‘sem trabalho’, com a criação de núcleos de povoamento” (REALE, 1991, p. 69).

<sup>102</sup> É dessa barrica que se pretende que saiam os fundos para abertura e conservação de estradas e rodagem (Decreto nº 20.989 de 21/01/1932) e mesmo para o amparo de vítimas da seca no Nordeste (Decreto nº 19.687 de 11/02/1931), por exemplo.

<sup>103</sup> Nesse momento a Europa também estava passando por dificuldades iniciadas pelo *crash* da Bolsa de New York em 1929, e ainda sentia os reflexos da crise iniciada do outro lado do Atlântico. Na Europa, altos índices de desemprego e demissões em massa igualmente ocorreram. A frase dita pelo *sem-trabalho* tem tom bastante

Em uma charge, articulam-se o autor, o narrador e os personagens no mesmo espaço, como ocorre, por exemplo, na **Imagem 11**. O narrador propõe um jogo interativo com o leitor, que através de seu grau de conhecimento sobre a personagem ou evento retratado na charge, é o responsável por interpretá-la, baseado no vínculo entre texto e contexto (FLORES, 2001). A maioria das personagens retratadas na charge *existe* na realidade, outras não, mas durante a charge, tornam-se ficcionais pelo seu comportamento, falas, interação, etc.

A charge, portanto, estabelece uma linguagem por metáfora. O Ministério do Trabalho mantinha um depósito proveniente do imposto de 2%, mas é claro que não se tratava de uma barrica! Um “sem trabalho” acende seu charuto no charuto de Lindolfo, mas isso pode ser visto como uma metáfora para a ajuda dada a esses “sem trabalho” pelo ministro Collor. No entanto, a linguagem metafórica da charge só tem razão de ser – precisa disso para ser compreendida – se determinado acontecimento proposto na charge encontrar paralelos com o contexto no qual ela está inserida. Essa é uma das *exigências* para que a charge seja interpretada.

A relação entre imagens e texto pode ser vista em outra charge sobre a mesma questão dos “sem trabalho”, que está inclusive na mesma página que a charge anterior na obra de Ebe Reale. Nessa outra charge (**Imagem 12**), Lindolfo Collor, cercado por um grupo de pessoas, parece liderá-los em uma marcha.

O ambiente dessa charge é eminentemente urbano, os “sem trabalho” transitam por uma rua, dobrando a esquina entre prédios, portando uma bandeira onde se pode ler “TURMA DOS SEM TRABALHO”, e ovacionam Lindolfo Collor.

---

irônico, uma vez que a Lei dos 2/3 proposta por Lindolfo Collor obrigava a diminuir o número de trabalhadores estrangeiros em fábricas brasileiras, e a grande maioria deles vinha da Europa.

**Imagem 12. “Não querem outra vida”.** REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil.* Op cit. p. 64.



É visível a diferença entre as roupas de Lindolfo e as dos “sem trabalho”. Lindolfo nessa charge esboça um sorriso – um momento “raro” mesmo em suas fotografias – e ergue um chapéu em sinal de liderança e vitória. Veste terno e novamente aparece com os óculos, o penteado e o charuto característicos. Os “sem trabalho”, por sua vez, têm as roupas remendadas, e o próprio chapéu do homem que está à esquerda de Lindolfo Collor está amarrotado, conotando a precariedade de sua condição social.

O grupo que passa é anunciado por dois homens. Um deles parece esboçar um sorriso, e talvez seja ele que “diz” a frase que acompanha a charge:

NÃO QUEREM OUTRA VIDA São os “sem trabalho” com o seu grande camarada: o ministro do Trabalho!

É natural imaginar que passeatas assim ocorressem, mesmo que é claro, não fossem lideradas por Lindolfo Collor. Rosa Maria Barboza de Araújo (1981, p. 114), por exemplo, comenta que existiam panfletos que convocavam o operariado carioca para passeatas até a Esplanada do Castelo, onde ocorriam manifestações de apoio ao programa sócio-político-econômico da gestão de Getúlio Vargas e Lindolfo Collor. Portanto, a charge está propondo uma interpretação de eventos que ocorriam, mas que são representados de forma metafórica na gravura.

O texto explicativo da charge não deixa de ter um leve tom irônico. “Não querem outra vida” refere-se à possibilidade de emprego, proposta pelo ministro Collor, ou refere-se à transferência de trabalhadores para as zonas rurais, para os núcleos de povoamento, e para a ajuda de custo que isso demandaria? Ou ainda, refere-se à possibilidade de viver sem trabalhar?<sup>104</sup>

O próprio texto que acompanha as charges lhes dá uma *chave de leitura*. Conduz a uma interpretação, aponta para um caminho. Contudo, há de se considerar que o chargista, ao utilizar a expressão “não querem outra vida” para se referir aos “sem trabalho”, pode ter relacionado os sem-trabalho ao ócio, e a “outra vida” sugerida por ele poderia envolver o próprio trabalho, que eles agora poderiam evitar graças às ações paternalistas de Lindolfo Collor.

Essas duas charges (**Imagem 11**) e (**Imagem 12**) compõem, juntamente com texto (em inglês), uma interpretação proposta por Ebe Reale sobre os primeiros passos de Lindolfo Collor na gestão do Ministério do Trabalho. A autora frisa, por exemplo, que Lindolfo Collor, sendo um homem de ação, decide agir pragmaticamente desde o início para sanar os mais urgentes problemas relativos ao trabalho (REALE, 1991, p. 64).<sup>105</sup>

Mais do que isso, a autora parece “suavizar” a Lei dos 2/3, que obrigava a diminuição de imigrantes no Brasil, afirmando que o próprio Lindolfo Collor expunha os motivos para tal; alegando que tais normas de proteção dos trabalhadores nacionais e impedimento da entrada de elementos indesejáveis existiam em outras legislações trabalhistas pelo mundo (REALE, 1991, p. 64).<sup>106</sup> Novamente, Collor surge como um intelectual, dessa vez com conhecimento de causa de diferentes legislações trabalhistas pelo mundo.

O texto da autora, assim como os pequenos textos que ajudam a compor e explicar as charges, torna-se um importante e *convincente* método de exposição da interpretação de Ebe Reale sobre a gestão Collor. Vilém Flusser (1985, p. 63) afirma, por exemplo, que o receptor de um texto escrito olha as imagens que o acompanham, mas “não quer explicação sobre o que viu, apenas confirmação”. A relação dialógica entre o texto de Ebe Reale e essas duas

<sup>104</sup> Sobre essa possível “demagogia política”, logo de início o Ministério do Trabalho operou medidas de combate ao desemprego, mas em sua maioria, se concentraram no Rio de Janeiro, tentando amenizar esse problema social. Além do mais, no Natal de 1930, o governo distribuiu carne congelada e cestas com alimentos para os necessitados. Parece que essas e outras medidas, com caráter de “pão e circo”, não eram muito bem vistas por Getúlio Vargas, “que era contra essas medidas paternalistas realizadas pelo Ministro do Trabalho e pelo prefeito do Distrito Federal” (ARAÚJO, 1981, 114.)

<sup>105</sup> Livre tradução do original em inglês, “Always considered to be a man of action, Collor decide to act pragmatically and address the most urgent labour problems.”

<sup>106</sup> Livre tradução do original em inglês, “In Justifying his motives, Collor pointed out that these rules exist in all labour legislations, even in countries that traditionally receive immigrants, and that they are intended in addition to protecting native workers, to prevent the arrival of undesirable characters”

charges pode ser pensada desta forma: uma confirmação dada pelas charges, portanto, um veículo comunicacional que *interpreta fatos ocorridos*, sobre o texto escrito. Texto e imagens, na obra de Ebe Reale, dialogam e se tornam não transmissores da *realidade*, mas a *própria realidade* aos leitores.

As imagens, como discutido anteriormente, são polissêmicas, mas os textos escritos também o são. Para Peter Burke (2004), tanto um texto escrito, quanto uma imagem – qualquer que seja – é um conjunto de signos com significados variáveis de acordo com quem os produziu, mas também de acordo com quem os interpreta.

Os textos escritos carregam suas “verdades”, e como também já discutido anteriormente, os relatos de cunho biográfico servem a diversos propósitos, e em grande medida, igualmente produzem, alteram e conduzem os leitores para uma noção de “verdade”. Para alguns biógrafos, Lindolfo Collor foi o protótipo do bem sucedido descendente de alemães; para outros, foi um dos jornalistas mais atuantes que o Brasil já teve; alguns destacam a atuação de Collor no Ministério do Trabalho como a gestão que deu a esse ministério a importância devida.

\*\*\*

Fotografias, caricaturas e charges podem servir para revelar novos ângulos, criar novos objetos de estudo, ampliar o campo de análise sobre determinado personagem, revelando novidades ou até mesmo confirmando proposições já feitas. As imagens que aparecem dialogando com o texto escrito na obra de Ebe Reale oferecem subsídios para melhor se compreender Lindolfo Collor. Mais do que isso, a seleção, a diagramação das páginas e a escolha sobre *qual imagem* acompanha *qual parte do texto escrito* revela, antes de tudo, intenções da própria autora.

Em grande medida, os “homens públicos” se autorrepresentam com características bem definidas. É importante para eles construir uma *imagem*. Essa imagem pode ser mais de caráter mental, quando se tenta penetrar na mente dessa personalidade através de discursos, de produções literárias, de seu pensamento político. Mas essa imagem também pode ser de caráter visual, quando apresentam uma série de elementos que se repetem – e sua repetição é importante, pois cria um sentimento de identificação – em imagens sobre essa personalidade; sejam elas, fotografias, charges, caricaturas, etc.

Ebe Reale faz dialogar em sua obra textos escritos e fotografias, caricaturas e charges. Tais imagens, acompanhadas dos textos escritos, lhes conferem um maior grau de *confirmação* (FLUSSER, 1985). A autora prioriza em diversos momentos a atuação política

de Lindolfo Collor, e vale lembrar que “todo homem político insiste em fabricar uma imagem pública, é esta que conta acima de tudo” (DOSSE, 2009, p. 315).

Assim, a autora, de certa forma, *cristaliza* um tipo de memória construída *por e sobre* Lindolfo Collor, e apresenta essa memória para os leitores de forma escrita, acompanhada de imagens, que conferem um maior grau de convencimento sobre os argumentos da autora. A imagem “oficial” de Lindolfo Collor foi a de um homem *sério*, conotada pela pose que adotava na maioria dos retratos. O uso do terno – uma convenção social de época – vinha acompanhado do uso de elementos já caracterizados como símbolos do ato passivo de ler, igualmente um símbolo da intelectualidade (MACHADO JÚNIOR, 2012), como os óculos, por exemplo.

Não foi a proposta discutir se Lindolfo Collor *precisava* ou não usar óculos, mas sim a repetição bem marcada desse elemento na quase totalidade das fotografias selecionadas por Ebe Reale, e que em grande medida, refletiam aspectos da autoimagem de Lindolfo Collor. Tanto é que charges e caricaturas presentes na obra de Ebe Reale abordam os mesmos signos e os *exageram*; como é próprio desse tipo de produção de caráter mais zombeteiro e crítico.

Lindolfo Collor, mesmo em suas fotografias com a família, mantinha geralmente um semblante sério e carregado, um olhar distante e pensativo, e não abandonava o terno, os óculos, o chapéu, etc. Em uma única fotografia, Lindolfo Collor aparece fumando um cachimbo, o que pode ser visto igualmente como um símbolo de intelectualidade, de distinção social, mas também a representação de uma mudança em sua forma de representação, certo “abandono” de um tipo de representação utilizada por ele enquanto político. O Lindolfo Collor de roupa mais informal, sem óculos, sem o charuto, já era o Lindolfo Collor várias vezes preso e exilado do Brasil. Que mudanças, inclusive psicológicas, tais acontecimentos teriam tido sobre ele?<sup>107</sup>

François Dosse (2009) diz que é possível escrever sem cessar sobre a mesma personagem, pois lacunas documentais, novas perguntas e esquecimentos surgem a todo instante. Relatos sobre uma vida, assim como a História, escrevem-se, em um primeiro momento, no presente, numa relação de implicação ainda mais forte quando há empatia por parte do autor.

---

<sup>107</sup> Exatamente quais implicações psicológicas a morte do pai biológico teve em Lindolfo Collor, cremos, ficam agora mais no campo da especulação, visto que o próprio Lindolfo não escreveu sobre isso diretamente. Contudo, parece realmente ter mais peso, tanto para ele quanto para a família, as constantes prisões, o ostracismo político, o exílio, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a produção de uma série de narrativas biográficas acerca da figura de Lindolfo Collor, apesar de ter seguido diferentes perspectivas ao longo dos capítulos, foi perpassada por um fio condutor comum, um tipo de memória comum. Os variados relatos, que cada um ao seu modo primaram pelo destaque de momentos na vida do biografado, aos poucos, construíram e/ou permitiram a cristalização de um tipo de memória sobre ele.

Esse processo de construção e/ou manutenção da memória insere-se na discussão de problemas ligados à transmissão da memória, pois visando um futuro, a memória apega-se a um tipo de passado, reinventado no presente, para tentar fugir do esquecimento e do apagamento, construindo assim a sua própria História. (RICOEUR, 2007). Contudo, vale lembrar, que para Pierre Nora (1993), o passado, por si só, não é exatamente uma garantia para o futuro; a memória seria um agente dinâmico, uma promessa de continuidade, mesmo que não totalmente alheia a paradoxos e equívocos.<sup>108</sup>

Em relatos construídos por historiadores, acadêmicos ou não, percebe-se que mesmo em biografias mais recentes sobre Lindolfo Collor – datadas do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 – há uma *repetição* de elementos comuns às primeiras biografias que foram produzidas sobre ele. A partir do primeiro relato biográfico de maior expressão, proposto pelo Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. (1947), delinea-se, por exemplo, tanto a utilização de Lindolfo Collor como um dos expoentes do desenvolvimento político, social e econômico do município de São Leopoldo, como símbolo de integração do imigrante alemão ao contexto nacional.

Essa representação, até os dias de hoje, permanece importante para o município. A cidade fomenta a imagem de “berço da imigração alemã”, o que pode ser visto, por exemplo, no principal feriado municipal, 25 de julho, que comemora a chegada dos primeiros imigrantes alemães à região, no ano de 1824. Concomitante a tais comemorações ocorre a *São Leopoldo Fest*, na qual são exaltadas, entre outras coisas, a culinária e a música “alemãs”. Em grande medida, essas festividades anuais comemoram um tipo específico do que se acredita que é “ser alemão” (WEBER, 2004).<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Pierre Nora, na década de 1980, ao cunhar o termo “lugares de memória”, enfatizava a distinção entre História e memória, numa separação, que segundo ele, contribuía para romper com a linearidade da história-memória, o principal paradigma do Estado-Nação do séc. XIX.

<sup>109</sup> Nesse livro, a autora analisa as comemorações da imigração alemã, sobretudo em São Leopoldo (1924-1949), e a busca por um passado simbólico, construído, entre outras coisas, pela consagração da data de “25 de julho” como marco da chegada de imigrantes alemães.

Ocorreram narrativas posteriores ao trabalho de Jaeger em âmbito leopoldense. Existe, por exemplo, o relato testemunhal de Clodomir Vianna Moog (1976), o primeiro a “denunciar” o “silêncio” e o “esquecimento” de historiadores e ensaístas sobre a figura de Lindolfo Collor. Uma espécie de “complô”, como denunciava Vianna Moog, para valorizar Getúlio Vargas, em detrimento de Lindolfo Collor, no que tangia às propostas e leis que teriam regido os vigamentos da legislação trabalhista e social iniciada por Lindolfo durante seu período no Ministério do Trabalho (1930-1932).

Em grande medida, essa imagem de “esquecido” e “caluniado”, pela primeira vez veiculada com mais força em São Leopoldo por Vianna Moog, encontra eco na biografia coligida por Leda Collor de Mello – filha do biografado, *O Retrato de Lindolfo Collor* (1988). Na obra destaca-se, por exemplo, a atuação de Collor no Ministério do Trabalho, bem como as perseguições que ele sofreu ao romper politicamente com Getúlio Vargas. Além disso, o livro também argumenta que as leis e propostas de Lindolfo foram ofuscadas pelo próprio Getúlio Vargas, “ciumento” em dividir com outros a fama, ou mesmo por historiadores e ensaístas, que escrevendo no contexto do Estado Novo de Vargas (1937-1945), imputaram a ele inclusive a autoria de leis trabalhistas propostas por seu ministro.

No livro da filha de Collor, acompanhando o texto principal – e muitas vezes complementando-o – há uma coletânea de artigos jornalísticos de amigos e colegas de profissão de Collor, que escreveram em diferentes meios de comunicação por ocasião da morte de Collor em 1942. Nesses pequenos textos (alguns discutidos e analisados no capítulo 3), Lindolfo Collor é considerado um dos “grandes homens” da história brasileira. Esses textos, assim, mesmo que não façam parte diretamente do corpo principal do livro, transmitem a ideia de que a “grandeza” do biografado era de conhecimento de muitos. Esse “reconhecimento social”, portanto, além de demonstrar ao leitor a importância do biografado, de certa forma garante ao biógrafo alguma imparcialidade. O biógrafo seria um compilador de dados – mesmo que apenas apologéticos – reconhecidos pelos “ilustres” pares do biografado.

Ainda se discute na historiografia a importância de Lindolfo Collor e de suas propostas. Teriam elas sido realmente os “vigamentos da legislação trabalhista brasileira” (VÉLEZ RODRÍGUEZ, 1988), ou precisaram ser “superadas” e mesmo “descartadas” para que uma legislação mais eficiente desse lugar a elas (ROSE, 2001)? Seja como for, em artigo publicado no periódico *Sumário Econômico* da Confederação Nacional do Comércio, em 1990,<sup>110</sup> Lindolfo é exaltado pela “eficiente estrutura trabalhista que instituiu”, com muitas

---

<sup>110</sup> Fotocópia do artigo, sem autoria, encontra-se no Acervo Vianna Moog, no Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo – RS)

resoluções e propostas ainda bastante atuais, destaca o artigo, mas que foram ofuscadas pelas divisões do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tempos depois.<sup>111</sup> O autor do artigo ainda acredita que as resoluções de Lindolfo Collor seriam de grande utilidade para o neto, Fernando Collor de Mello, durante a presidência.

Vale lembrar ainda - o que com mais ênfase foi discutido nos capítulos 2 e 3 -, Fernando Collor de Mello, diversas vezes, citou Lindolfo Collor em seus discursos, associando-o às leis trabalhistas, e sentindo-se um *devedor* e mesmo *continuador* da obra do avô. Em discurso pronunciado no Ministério do Trabalho, em 26 de novembro de 1990, Fernando Collor destacou a importância do referido ministério, que, sob a inspiração de Lindolfo Collor, tinha por objetivo e metas maiores, “libertar o trabalhador brasileiro do jugo da opressão a que estava submetido naqueles tempos” (*Discurso presidencial 1990*).<sup>112</sup> A data da comemoração, além de ser o centenário de nascimento de Lindolfo, coincidia com as comemorações dos 60 anos da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930).

A identificação de Fernando Collor com o avô o acompanhou mesmo durante o processo de *impeachment*. Como se viu no capítulo 3, foi produzido vídeo onde Fernando Collor era retratado como um homem perseguido e traído por seus pares. Juntamente a ele foram citados outros “injustiçados” da História, como Getúlio Vargas e o próprio Lindolfo Collor. Essa identificação de Fernando Collor com o avô não ficou apenas no âmbito dos discursos.

Em 1991, por exemplo, em jornal da FUCAPI (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação) do Estado do Amazonas, Lindolfo Collor é referenciado como avô do presidente Fernando Collor, tendo uma vida dedicada ao jornalismo e à política. O quadro a seguir (**Imagem 13**) contribui para o texto principal, onde a chamada é a inauguração de um centro da FUCAPI no Estado do Amazonas com o nome de Lindolfo Collor. A escolha do nome atende a critérios de oportunidade, uma vez que Lindolfo foi avô do presidente em exercício na época, e o texto principal do jornal igualmente explicita que a escolha do nome se deu em homenagem ao centenário de nascimento de Lindolfo Collor.

---

<sup>111</sup> A história, e mesmo as denominações do Ministério do Trabalho, são bastante complexas. Em 1960, por exemplo, o Ministério passou a ser denominado de Ministério do Trabalho e Previdência Social. Aos poucos foi se desvinculando do Departamento Nacional da Indústria e do Departamento Nacional do Comércio (1961). Em 1992, O Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e da Administração Federal. Atualmente o Ministério é conhecido pela denominação Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/institucional/a-historia-do-mte/>. Acesso em 17/01/2013, às 11h30min.

<sup>112</sup> Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discursos-1/1990/130.pdf/download>. Acesso em: 17/01/2013, às 15h 30min.



Imagem 13. Detalhe de *Página do jornal da FUCAPI (Fundação Centro de Análise e Pesquisa e Inovação)*, do Estado do Amazonas, 1991. p. 6

Disponível em:

[http://www.fucapi.br/infucapi/todos\\_infucapi/inf\\_fucapi\\_1991\\_1/pdf/pag\\_06.pdf](http://www.fucapi.br/infucapi/todos_infucapi/inf_fucapi_1991_1/pdf/pag_06.pdf)

\*\*\*

No final da década de 1980 e no início dos anos 1990 surgiram, portanto, a maioria das biografias sobre Lindolfo Collor, que coincidiram tanto com o início da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello e sua posterior permanência na Presidência da República, quanto com as comemorações acerca do centenário de nascimento de Lindolfo Collor. Além da obra de Leda Collor de Mello, surge também *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*, de Licurgo Ramos da Costa (1990).

Nesse livro, o autor propõe um relato de cunho testemunhal sobre Lindolfo Collor, expressando de forma mais “aberta” suas opiniões apologéticas sobre o biografado. O autor, também jornalista de profissão, deu grande ênfase para a atuação de Lindolfo Collor no ramo jornalístico, além de também acreditar que o biografado fez parte de uma seleta lista de “esquecidos” pela História oficial.

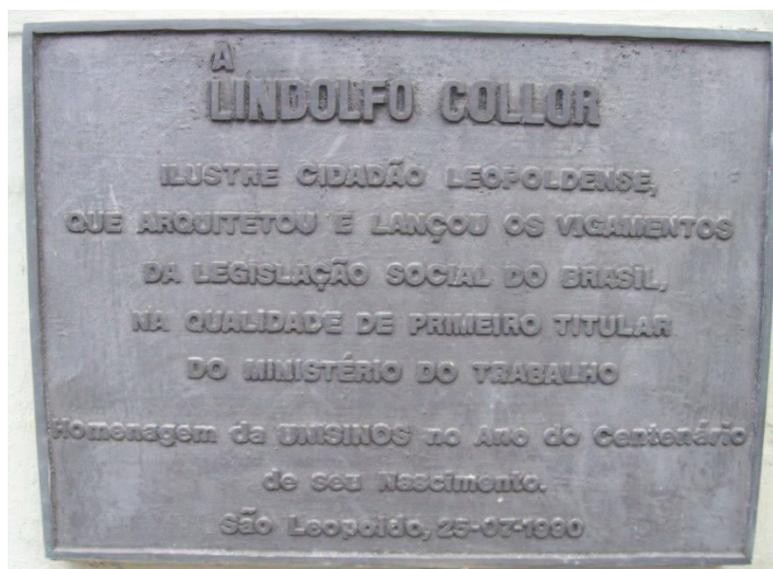
No sentido de produzir um tipo de memória sobre Lindolfo Collor, houve também, se não for exagero afirmar tal coisa, uma “monumentalização” dessa memória em diferentes formas, em *documentos* – como textos escritos, fotografias, caricaturas, charges, as próprias biografias, etc. – e/ou *monumentos* propriamente ditos. Segundo Le Goff (1990), o que sobrevive não é exatamente o conjunto do que existiu no passado, mas escolhas efetuadas por forças que operam nos momentos em que se busca no passado um sentido.

Em São Leopoldo, por exemplo, o ano de 1990 marcou o início do IX Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, ocasião em que Telmo Lauro Müller, destacado nome da historiografia municipal, alertou sobre a importância de se lembrar de Lindolfo Collor como “filho de São Leopoldo” e também “fruto da imigração alemã” que teve início no município. Ocorreu a produção de textos sobre este tema tanto no Instituto Histórico de São Leopoldo, quanto em publicação do periódico *Estudos Leopoldenses*, revista de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que dedicou uma edição inteira a esse personagem naquela circunstância – já discutida no segundo capítulo.

Além da realização do ciclo de palestras, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos inaugurou também uma placa comemorativa do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, ocasião em que Leda Collor de Mello estava presente. Tanto os textos produzidos, quanto o discurso do reitor Dr. Aloísio Bohnen feito na ocasião (discutidos no capítulo 2) podem ser pensados, segundo Le Goff (1990), como *documentos*, a placa comemorativa, por sua vez, pode ser pensada como um *monumento*. O monumento, mais até do que o documento, reveste-se de aura de perpetuação maior, voluntária ou involuntária, dos grupos que o produziram. Além disso, o monumento é um testemunho visual à “memória coletiva”, segundo Halbwachs (2004), de difusão maior, na maioria das vezes, do que os documentos escritos.

**Imagem 14. Placa comemorativa do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor, 1990.**

**“A Lindolfo Collor. Ilustre cidadão leopoldense que arquitetou e lançou os vigamentos da legislação social do Brasil, na qualidade de primeiro titular do Ministério do Trabalho”.  
UNISINOS. Fotografia do autor.**





**Imagem 15. Localização da placa comemorativa do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor, 1990. UNISINOS, escada de acesso para o Centro 4, de “Ciências Jurídicas”. Fotografia do autor.**

De acordo com a inscrição na placa comemorativa (**Imagem 14**), Lindolfo Collor, através desse *monumento*, teve consagrada sua imagem como o “arquiteto” da legislação social no Brasil, além de ser também lembrado como cidadão “ilustre” do município de São Leopoldo. Em São Leopoldo ainda, “Lindolfo Collor” é nome de uma rua importante no centro da cidade, assim como também “Lindolfo Collor” é o nome de uma unidade do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria), localizado na Av. Theodomiro Porto da Fonseca, destacado prefeito de São Leopoldo entre 1928 e 1944.

No Instituto Histórico de São Leopoldo, por exemplo, Lindolfo Collor figura como patrono da cadeira de nº 19, ocupada durante muito tempo por Telmo Lauro Müller, um de seus biógrafos. Lindolfo Collor também foi patrono da cadeira nº 36 da Academia Rio-Grandense de Letras, fundada em 1901, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Lindolfo Collor foi ainda um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde, em um de seus primeiros textos, destacou que “uma sociedade que não cultiva sua própria história não tem consciência de si mesma” (COLLOR, 1921, apud MOOG, 1976, p. 3). Contudo, apesar de estar presente como sócio fundador, no ano seguinte não mais participou da instituição, porque logo preferiu se dedicar mais à vida político-partidária.

De acordo com Lygia Collor – filha de Lindolfo – em carta à Vianna Moog,<sup>113</sup> existe também uma rua “Lindolfo Collor” no município de Barra do Ribeiro (Rio Grande do Sul), cidade para a qual a mãe de Lindolfo se mudou após a morte do primeiro marido. No Rio Grande do Sul, ainda existe um município batizado de “Lindolfo Collor”. O local, antigamente conhecido por “Picada Capivara”, fazia parte do município de Ivoti, mas

<sup>113</sup> Disponível no Acervo Vianna Moog, do Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS. Fotocópia.

emancipou-se em 1992. No projeto para as comemorações do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor, o *item 6* estipulava: “dar o nome de Lindolfo Collor a um município do Rio Grande do Sul”, bem como *item 8* estipulava a nomeação de ruas no Rio de Janeiro, Porto Alegre e diversas outras capitais do Brasil com o nome de Lindolfo Collor.<sup>114</sup>

Existe, por exemplo, o Colégio Estadual Lindolfo Collor, na cidade de Criciúma (Santa Catarina), bem como um CIEP (Centro Integrado de Escola Pública) com o nome de Lindolfo no Rio de Janeiro.

Apesar de que o nome de Lindolfo não tenha “desaparecido” das produções acadêmicas em anos anteriores (como discutido no capítulo 2), o ano de 1990 também marcou o ápice de comemorações sobre o centenário de nascimento de Lindolfo Collor ocorridas por todo o Brasil. Mesmo assim, o ano de 1988 – igualmente destacado pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil – foi palco de uma série de homenagens a Lindolfo Collor realizadas no Estado do Pará, por exemplo, das quais participou Telmo Lauro Müller, como representante de São Leopoldo, escolhido pelo Instituto Histórico da mesma cidade. Vale lembrar que Lindolfo Collor é Patrono da cadeira n°19, que na ocasião era ocupada por Telmo Lauro Müller. É comum que membros do Instituto Histórico de São Leopoldo pesquisem e divulguem aspectos da vida dos patronos de suas cadeiras.

O ano de 1990, portanto, centenário de nascimento de Lindolfo Collor, será importante na produção de *documentos* e *monumentos* sobre ele, em diferentes pontos do país. Novamente, de acordo com o projeto para as comemorações do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor, entre os itens constava a reedição de obras de Lindolfo que estavam esgotadas, como os livros *Europa 1939* e *Sinais dos tempos*, editados pela primeira vez em 1939 e 1942, respectivamente, mas que foram reeditados entre 1991 e 1992. Além disso, estipulava-se a distribuição dessas e de outras obras a bibliotecas públicas do país, bibliotecas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais, etc.

Além disso, foi proposta a edição de um selo comemorativo (**Imagem 16**) ao centenário de nascimento de Lindolfo, bem como foi aventada a possibilidade de trasladar os restos mortais de Lindolfo Collor, sepultado originalmente no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, para a cidade de São Leopoldo. No entanto, essa parte do projeto não foi levada adiante.

---

<sup>114</sup> *Idem.*



Imagem 16. Selo comemorativo do Centenário de Nascimento de Lindolfo Collor (1990).

Disponível em:

<http://www.filatelia77.com.br>

O selo comemorativo trazia Lindolfo Collor à esquerda, numa antítese interessante a Getúlio Vargas, cuja maioria dos selos o mostrava a partir do canto direito (SALCEDO, 2010). Lindolfo é representado de forma bastante conhecida de acordo com seus *retratos oficiais*, tendo o cabelo bem aparado, penteado para trás, usando terno e com os óculos de armação preta e lentes arredondadas, que lhe eram característicos. Trata-se, portanto, de uma imagem de caráter oficial, intelectualizada. No centro da imagem aparecem vários jornais estilizados, com títulos que consagraram a carreira jornalística de Lindolfo, como *Jornal do Commercio*, *A Tribuna*, *A Federação*, etc.

À direita da composição está uma estátua que remete à estilística clássica greco-romana (referência aos autores que Lindolfo lia, talvez? Referência ao seu estilo de escrita?), representando um homem desnudo da cintura para cima, que parece estar sentado próximo a uma bigorna, com um martelo na mão direita. A mão esquerda está em repouso sobre a perna, no que pode indicar um momento de descanso do trabalho que ele executava. O que essa estátua sugere sobre Lindolfo? Uma analogia com o “trabalho pesado” empreendido por ele enquanto vivo, combatendo através dos jornais ali mostrados? Uma referência às suas propostas e leis, que segundo alguns, delinearão os vigamentos de proteção aos direitos do trabalhador? Por que a estátua olha para cima? Seria, de fato, a representação de um trabalhador “agradecendo” os direitos concedidos por Lindolfo? Ou seria Lindolfo Collor, mirando a sua própria trajetória?

Um ano depois, em 1991, foi produzida obra biográfica sobre Lindolfo Collor, que, muito mais do que as outras, primou pela larga utilização de imagens do biografado, reforçando, de certa forma, um tipo de imagem já veiculado pelos meios de comunicação e

em representações oficiais, como o próprio selo comemorativo aludido anteriormente (**Imagem 16**). Em fotografias, caricaturas e charges – muitas delas cedidas por Leda Collor de Mello – a historiadora Ebe Reale compôs um texto bilíngue – português e inglês – onde explorou a imagem de Lindolfo Collor como um grande intelectual, o primeiro a pensar “seriamente” as questões que envolviam os direitos trabalhistas no Brasil.

Nessa obra, as imagens, que podem ser encaradas como sistemas de signos – pois carregam significados – juntamente com os textos escritos, reforçam o “poder” das palavras com a força das próprias imagens, depositórios de informação e potentes construtores de tipos específicos de memórias e realidades. A publicação do livro contou com apoio da Companhia Vale do Rio Doce e do Banco São Jorge. O apoio financeiro, aliado ao ano de surgimento da obra, 1991, quando Fernando Collor de Mello já estava na Presidência, reforçam a suposição que o caráter *propagandístico* da mesma é, em si, mais uma apropriação da imagem de Lindolfo Collor por Fernando Collor de Mello.

Em texto intitulado *O operário da liberdade* (Jornal *A Tarde*, Salvador – BA. 15/12/1990),<sup>115</sup> Leda Collor de Mello classifica o pai como um “idealista incorrigível”, um “trabalhador incansável”, grande devoto da liberdade. Um grande pensador das questões de seu tempo, que “agia como pensador, mas pensava como homem de ação”.

Percebe-se, pela seleção de textos e imagens, que a produção da biografia de Lindolfo por Ebe Reale teve viés apologético, em grande medida, talvez influenciada pela visão da própria Leda Collor de Mello sobre a atuação de Lindolfo. Apesar de não transparecer claramente no texto de Ebe Reale a imagem de homem “traído” e “caluniado” pela História, Lindolfo fica representado como um intelectual, um pensador que aliou raciocínio lógico à ação eficiente.

Isso fica bastante evidente, por exemplo, em caricaturas e charges selecionadas pela autora, onde Lindolfo aparece usando uma grande caneta-tinteiro, como se fosse uma espada: seria a pena a sua arma? Em outra dessas imagens, Lindolfo caminha com uma grande pasta nas mãos, classificada pelo chargista como o “mistério do ministério”, referindo-se aos problemas em gerir o recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, algo que apenas ele poderia resolver. Ao fim e ao cabo, essas imagens se utilizam de um sistema de signos já consagrados à época em que Lindolfo viveu, e que parecem ter sido suas marcas registradas, como os óculos (um símbolo da intelectualidade), o terno e o corte de cabelo (símbolos de sua condição social) e o charuto (um dos símbolos da introspecção, da solidão,

---

<sup>115</sup> Fotocópia encontra-se no Acervo Vianna Moog, no Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo – RS)

um “amigo silencioso de todas as horas” e, ao mesmo tempo, um instrumento de distinção social).

\*\*\*

Seja como for, nas palavras de historiadores, acadêmicos ou não, percebe-se que aos poucos foi se construindo – sobretudo em São Leopoldo, mas também em âmbitos maiores – um tipo de memória sobre Lindolfo Collor. Essa memória foi por diversas vezes consagrada, em rituais nacionais, passíveis das mais diversas utilizações. Tais comemorações podem ser pensadas, *a priori*, como consagração de valores específicos a determinado grupo social, que “rememorou” acontecimentos, episódios e significações na vida de Lindolfo Collor. É sempre bom lembrar que tais comemorações buscam sempre mais respaldo nos contextos de produção, do que, de fato, nos contextos sobre os quais elas versam.

As diferentes comemorações centradas na figura de Lindolfo Collor – sejam elas estudos, encontros, palestras, ou mesmo as próprias biografias – podem, num viés antropológico, ser pensadas como “rituais”, uma vez que a principal função delas foi representar acontecimentos passados, mas consagrados nos momentos das comemorações, carregando teatralizações e estéticas próprias dos momentos de produção. (SILVA, 2003)

Vale lembrar, segundo Halbwachs (2004), que as “estruturas da memória” são construídas e mantidas por determinados grupos sociais. Esses grupos selecionam o que *é* e o que *não é memorável*. Ocorre uma seleção do que será lembrado e do que será calculadamente esquecido. Quem determina o que será lembrado também determina a forma como será lembrado. Os atos de lembrança e esquecimento reconstroem, portanto, o passado, o tornam *maleável*, dando a ele os mais diferentes significados, que devem proporcionar sustentação lógica, organizando um passado para que este se adapte ao presente.

Tendo em mente essas e outras problematizações, algumas questões perpassaram os diferentes capítulos desta dissertação sem respostas satisfatórias. Até que ponto a família Collor (primeiramente, as filhas Leda e Lygia) e em momentos posteriores, com apoio das Organizações Arnon de Mello (apontadas no capítulo 3), se utilizou da imagem de Lindolfo Collor? Foi a família que, pela primeira vez – mais tarde com o apoio de Vianna Moog – construiu para Lindolfo a imagem de “perseguido”?<sup>116</sup>

---

<sup>116</sup> Vale lembrar que no ano de 1939, Leda casa-se com o jornalista Arnon de Mello, e a partir de 1951 ele se torna governador de Alagoas. Cremos que a partir desse momento a família (talvez mais por pressão de Leda) começa a investir mais na imagem de um “Collor perseguido”, sobretudo depois da criação da Organização Arnon de Mello, que acabou se tornando um dos maiores complexos midiáticos do Norte e do Nordeste do Brasil.

Ou poderia dizer-se, ainda, que foi o próprio Collor que primeiramente construiu para si a imagem de perseguido? Não se pode esquecer que em biografia sobre Giuseppe Garibaldi, o próprio Collor, sugere que narrar essa vida, tinha para ele um significado “íntimo”, pois se identificava com as lutas de seu biografado, mas também com as perseguições e traições sofridas por ele. Teria Collor construído, portanto, uma memória que gostaria que se fizesse dele na posteridade? Em que medida a atuação, sobretudo de Leda Collor de Mello, participando de eventos, palestras e com produção textual, direcionou o tom das produções que nortearam as comemorações do centenário de nascimento de Lindolfo Collor, perpetuando, inclusive, uma memória construída pelo mesmo?

Portanto, as diversas formas que foram escolhidas para representar Lindolfo Collor mais se aproximam do que se afastam. Tais relatos parecem conduzir o leitor a um tipo único de interpretação, convidando-o a partilhar de um tipo específico de memória. A maioria dos teóricos que pensa as relações entre memória, biografia, imagens e História, afirma que é possível escrever sem cessar sobre qualquer personalidade. Lembrar de alguém, de um episódio, é, ao mesmo, tempo reconstruir esse personagem, esse acontecimento.

Mas nunca se deve esquecer, por exemplo, que cada lembrança é um produto antes do presente do que do passado. Elementos do passado são trazidos, às vezes, para explicar e/ou mesmo justificar o presente. Que aspectos da personalidade de Lindolfo Collor foram os mais lembrados? Como ele será lembrado daqui a alguns anos? Paul Ricoeur (2007) chama a atenção que, sob o manto da história, repousam a lembrança e o esquecimento; sob a lembrança e o esquecimento está a vida; e escrever uma vida é uma história bem diferente; é uma história inacabada.

## ARQUIVOS

### **Acervo Documental e de Pesquisa – ADOPE. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS. (Acervo Vianna Moog)**

- *Jornal Correio do Povo* (1929 e 1930);
- *Jornal Zero Hora. Caderno ZH Especial* (1990);
- COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. I Trimestre, Ano I, 1921. Fotocópia.
- Correspondência pessoal de Vianna Moog – cartas trocadas com Lindolfo Collor, cartas trocadas com outros intelectuais, cartas trocadas entre Vianna Moog e o Instituto Histórico de São Leopoldo;
- Certidão de nascimento de Lindolfo Collor. Fotocópia.
- Projeto para as comemorações do centenário de nascimento de Lindolfo Collor;
- Documento do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (1939) sobre as atividades de Lindolfo Collor no Brasil e na Europa. Traduzido por Stanley Hilton;
- Textos de Leda Collor de Mello;
- Esboço que parece ter sido o texto base para a obra *O Retrato de Lindolfo Collor*, de Leda Collor de Mello;
- Solenidade de inauguração da placa em homenagem ao centenário de nascimento de Lindolfo Collor, no Rio de Janeiro (1990);
- Texto do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Pará acerca da “Semana Lindolfo Collor” (1988);

### **Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – RS**

- *Atas da Câmara de Vereadores do município de São Leopoldo* (1921-1934);
- *Lindolfo Collor e a questão social*: coletânea de artigos escritos por Lindolfo Collor no período de 1919 – 1941. Ministério do Trabalho. Encarte.

### **Museu do Trem. São Leopoldo – RS**

- *Relatórios e mensagens do serviço telegráfico* disponíveis no Acervo Telegráfico da Revolução de 1930.

### **Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre – RS**

- *Revista O Globo Especial “A revolução de Outubro de 1930”*. Porto Alegre – RS: Globo, 1931;
- *Jornal Diário de São Paulo* (1929 – 1930);
- *Jornal Folha de São Paulo* (1929 - 1932);
- *Jornal Diário de Notícias* (1928 – 1944).

## REFERÊNCIAS E FONTES DE PESQUISA

### FONTES DOCUMENTAIS

ALVES, Eustáquio. *Misérias da política*. Rio de Janeiro – RJ: Alba, 1933.

*Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*. 1846 – 1946. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947.

*Anais do I Simpósio de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã – Subcomissão de Assuntos Históricos e Culturais, 1974.

*Anais do II Simpósio de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo, 1976.

*Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo; Editora Amstad, de Nova Petrópolis, 1998.

COLLOR, Lindolfo. *Sinais dos Tempos*. 2º ed. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1991.

\_\_\_\_\_. *Europa 1939*. 2º ed. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

\_\_\_\_\_. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. 4º ed. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

\_\_\_\_\_. *Discursos e manifestos – 1936-1937*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – 1930-1983*. 1º Volume. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coords.). Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, 1984.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1969.

JAEGGER, Luis Gonzaga. Filhos Ilustres de São Leopoldo. In: *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo*. 1846 – 1946. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947. p. 95-116.

*Lindolfo Collor: Homenagem por ocasião do centenário do seu nascimento*. Estudos Leopoldenses. Vol. 27, n. 122. Março/Maio 1991, p. 37-56.

MAROBIN, Luiz. Lindolfo Collor – Jornalista e escritor. In: *Lindolfo Collor: Homenagem por ocasião do centenário do seu nascimento*. Estudos Leopoldenses. Vol. 27, n. 122. Março/Maio 1991, p. 37-56.

MELLO, Leda Collor de. *Retrato de Lindolfo Collor*. Dados sobre sua vida e sua obra. Rio de Janeiro, s. e. 1988.

MOOG, Clodomir Vianna. O Leopoldense Lindolfo Collor. In: *Anais do II Simpósio de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo, 1976. p. 19-41.

MÜLLER, Telmo Lauro. Lindolfo Collor fruto da imigração alemã. In: *Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo; Editora Amstad, de Nova Petrópolis, 1998, p. 210-223.

\_\_\_\_\_. A Real Feitoria do Linho-Cânhamo e sua Decadência. In *Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo; Editora Amstad, de Nova Petrópolis, 1998, p. 66-71.

\_\_\_\_\_. A memória dos teuto-gaúchos. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre – RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p. 243-248.

O'NEILL, Charles E. S.I.; MARIA DOMÍNGUEZ, Joaquín S.I. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. Biográfico-Temático III. Madrid – Espanha: Ortega Ediciones Gráficas, 2001.

REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil – Lindolfo Collor: a life dedicated to social problems in Brazil*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1991.

*Relatório Biênio da Colonização e Imigração*. Estado do Rio Grande do Sul; República Federativa do Brasil, 1976.

*Retrato de Lindolfo Collor*. Discursos de Clodomir Vianna Moog. Ministério do Trabalho, Brasília, 1989. Fotocópia.

*Simpósio sobre a Revolução de 1930*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre; ERUS, 1980.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. Lindolfo Collor e a Plataforma Modernizadora da Aliança Liberal. In: *Anais do VIII e IX Simpósios de História da Imigração e da Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Instituto Histórico de São Leopoldo; Editora Amstad, de Nova Petrópolis, 1998. p. 192 – 209.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. Dicionário Biográfico: a organização de um saber. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 2000. p. 71-94.
- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. (p. 15-45). In: ADORNO, W. T., *Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge de Almeida, Editora 34, Coleção Espírito Crítico, 2003.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O Batismo do Trabalho – a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 1981.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil – 1900-2000. Rio de: Mauad X, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 183-191.
- BRIGGS, Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Guttenberg à Internet*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2004.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi – corsário rio-grandense (1837-1838)*. Porto Alegre: IEL, EDIPUCRS, 1992.
- CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro – edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 303-320.
- CASTRO GOMES, Ângela de. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil – volume 4*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 489-558.
- CARVALHO, Enildo de Moura. *A Relação Intelectual de Vianna Moog com o Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2011.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia – a História entre Certezas e Inquietude*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p 99-122.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a Micro-História tem a nos dizer sobre o regional e o local? In: HISTÓRIA UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em História. v. 8 n. 10. São Leopoldo: UNISINOS, 2004, p. 157-178.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico – escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

DONDIS, Donis A. *A Sintaxe da Linguagem Visual*. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. 3º Ed. Campinas: Papirus, 1993.

FLORES, O. *A leitura da charge*. Canoas: ULBRA, 2002.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: HUCITEC, 1985

FONTCUBERTA, Joan. *El beso de Judas – Fotografia y Verdad*. Barcelona: GG, 2002.

GERTZ, René E. *O Aviador e o Carroceiro: política, economia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GRIJÓ, Luis Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, O. L. (org.). Estudos de grupos dirigentes do Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HARRISSON, Robert; JONES, Aled; LAMBERT, Peter. A institucionalização e a organização da história. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillipp (et al.) *História – introdução ao ensino e à prática*. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 25-33.

HEINZ, Flávio M. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo – SP. Vol. 29, n. 58, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 7º reimpressão. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 2012.

HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre – RS: A Nação/Instituto Estadual do Livro – DAC/SEC, 1975.

HUYSSSEN, Andreas. 2000. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de

Janeiro: Aeroplano.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. São Paulo: Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LIRA NETO. *Getúlio – 1882-1930: dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2012.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X – da Biografia à História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

LOVE, Joseph L; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p 77-98.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. *Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

\_\_\_\_\_. *Fotografias da Vida Social – identidades e visibilidades nas imagens publicadas na Revista do Globo* (Rio Grande do Sul, década de 1930). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2011.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. SP: Cia das Letras, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo – SP: Contexto, 2008.

MENDES, Valerie; DE LA HAYE, Amy. *A moda do séc. XX*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e Memória: combates pela história. In: *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. Vol. 10, n. 1. Jan-jun 2007. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, p. 27-42.

MOREIRA, Maria Eunice. *O arquipélago cultural brasileiro: a interpretação de Vianna Moog*. Porto Alegre – RS. Letras de Hoje. Vol. 46, n. 4. Out/Dez 2011, p. 83-88

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo - SP: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. São Paulo: Autêntica, 2002

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Debates, 2002

PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul*. 2. ed. São Leopoldo: [s.N.], 1964. 2 v.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo: Editora Globo, 1960.

PICCOLO, Helga. *Lindolfo Collor e a revolução de 30*. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 27. n° 122. Março/Maio de 1991. p. 9-28

POLETTI, Caroline. *Tão perto ou tan lejos: caricaturas e contos na imprensa libertária e anticlerical de Porto Alegre e de Buenos Aires (1897-1916)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, p. 3-15

PORTELLI, Alexandre. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, p. 41-58, 1993.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico – algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 9-48.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas – Getúlio Vargas e controle social no Brasil/1930-1954*. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SALCEDO, Diego Andres. *A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000*. Recife: EDUFPE, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte – MG: UFMG, 2007.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil – volume 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1998. p. 513-620.

SILVA, Camila. *Do passado ao futuro – a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, 2011.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *“O passado está prenhe do futuro”*: a escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação de Mestrado

em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

TIBURI, Marcia. *Olho de Vidro – a televisão e o estado de exceção da imagem*. Rio de Janeiro – RJ: Record, 2011.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil – cultura, etnicidade, história*. Canoas – RS: Universidade Luterana do Brasil, 1994. p. 55-64.

VARGAS, Getúlio – *Diário Volumes I (1930-1936) e II (1937-1942)*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; Edição de Leda Soares. São Paulo – SP: Siciliano; Rio de Janeiro – RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: UNESP, 2008.

WACQUANT, Loïc (Org.). *O mistério do Ministério – Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro - RJ: Revan, 2005.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

ZUNZUNEGUI, Santos. *Pensar la imagen*. Madrid, Espanha: Cátedra, Universidad del País Vasco, 1998.

## **REFERÊNCIAS DIGITAIS**

DAHER, Maria Del Carmen Fátima González. *Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva*. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. PUCSP, 2000. 183 p. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/teses/Discursos%20presidenciais%20de%201%20de%20maio-Tese.pdf>. Acesso em: 13/02/2013, às 11hs 25min.

DECRETO Nº 1.510, DE 1º DE JUNHO DE 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1510.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1510.htm). Acesso em: 13/02/2013, às 11hs 25min.

Dicionário On-line de Língua Portuguesa Aurélio. Disponível em: <http://74.86.137.64-static.reverse.softlayer.com/> Acesso em: 27/12/2012, às 12h40min.

Dicionário On-line de Língua Portuguesa Caldas Aulete. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/>. Acesso em: 27/12/2012, às 12h40min.

Discurso presidencial de Fernando Collor de Mello (1990). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discursos-1/1990/130.pdf/download>. Acesso em: 17/01/2013, às 15h 30min.

GRIJÓ, Luis Alberto. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. In: *Anos 90*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS. Vol. 9, n. 15 (2002), p. 25-35. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6610/3933>. Acesso em: 13/02/2013, às 11hs 25min.

MORAES, Ana Paula Bagaiolo; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da. *A cidadania e a evolução dos direitos sociais no Brasil*. Revista de Estudos Jurídicos – UNESP. Vol. 15, n. 21 (2011). Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/viewFile/344/340>. Acesso em: 27/12/2012, às 12h40min.

NEGER, Raquel Ripari. Versos, cinzas e havanas: um estudo sobre o charuto no Romantismo brasileiro. Anais do *SETA*. Publicação anual dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, vol. 3 (2009), p. 827-836. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br>. Acesso em: 13/02/2013, às 11hs 25min.

NUNES, Nataly e REZENDE, Maria. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina – trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado? Grupo de Estudos de Política da América Latina - GEPAL. Universidade Estadual de Londrina. 24-26set./2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf> Acesso em: 13/02/2013, às 10hs 30min.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – SP, 2002. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000259076](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000259076). Acesso em: 27/03/2012.

\_\_\_\_\_. Construindo biografias ... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1997. p. 4-21. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2040/1179>.. Acesso em: 13/02/2013, às 11hs 25min.

STOTZ, Eduardo Navarro. *A União dos Trabalhadores Metalúrgicos na construção do sindicalismo corporativista (1932 – 1945)*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1986. Disponível em: <http://www.bvssp.iciet.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=2367>. Acesso em: 13/02/2013, às 10hs 30min.